

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



EXÍLIOS E EXILADOS

VOLUME 38. 2.^a SÉRIE - 2020

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias

Vol. 38 . 2ª Série - 2020

Estatuto editorial / Editorial guidelines

A Revista de História das Ideias foi criada no âmbito do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Todos os artigos publicados nesta revista anual são objeto de rigorosa arbitragem científica, que compreende a triagem inicial da direção editorial e a revisão cega de, pelo menos, dois pares. A Revista de História das Ideias centra-se na história intelectual e na história cultural. Publica artigos sobre história das ideias em diferentes campos: pensamento político, pensamento económico, filosofia, relações internacionais, ciência, religião, artes e literatura.

The Revista de História das Ideias (Journal of History of Ideas) was created under the Institute for the History and Theory of Ideas of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra. All articles published in this annual journal have undergone a rigorous peer-review process, including an initial editor screening and a blind review by at least two referees. The Revista de História das Ideias is devoted to intellectual history and cultural history. It publishes articles on the history of ideas in different subject fields, such as political thought, economic thought, philosophy, international relations, science, religion, arts and literature.

Antigos diretores | Past directors

J. S. da Silva Dias (fundador), Manuel Augusto Rodrigues, Luís Reis Torgal e Fernando Catroga

Directora | Director

Ana Cristina Araújo | araujo.anacris@sapo.pt

Vice-diretores | Assistant directors

João Gouveia Monteiro | joao.g.monteiro@sapo.pt

João Maria André | jmandre@sapo.pt

Coordenadora científica | Scientific Coordinator

Ana Cristina Araújo | araujo.anacris@sapo.pt

Luís Reis Torgal | Ireistorgal@gmail.com

Secretária editorial | Secretary of the editorial board

Carla Rosa | gapci@fl.uc.pt

Conselho editorial | Editorial board

José Antunes, University of Coimbra, antunesgjose@gmail.com - Portugal

David Armitage, Harvard University, armitage@fas.harvard.edu - USA

Pierre-Yves Beaurepaire, University of Nice Sophia Antipolis, pybeaurepaire@gmail.com - France

Rui Bebiano, University of Coimbra, ruibebiano@gmail.com - Portugal

Alberto de Bernardi, University of Bologna, alberto.debernardi@unibo.it - Italy

Caio Boschi, Pontifical Catholic University of Minas Gerais, caioboschi@hotmail.com - Brazil

Peter Burke, University of Cambridge, upb1000@cam.ac.uk - UK

Joaquim Ramos de Carvalho, University of Coimbra, joaquimrcarvalho@mac.com - Portugal

Fernando Catroga, University of Coimbra, fcatroga@hotmail.com - Portugal

Gianluca Cuzzo, University of Turin, gianluca.cuzzo@unito.it - Italy

Michel Delon, Pantheon-Sorbonne University, michel.delon@paris-sorbonne.fr - France

Javier Fernandez Sebastián, University of La Rioja, javier.f.sebastian@telefonica.net - Spain

Francisco Fuentes Aragonês, Complutense University of Madrid, jffuentes@wanadoo.es - Spain

Amadeu Carvalho Homem, University of Coimbra, amadeu.homem@gmail.com - Portugal

Kurt Villads Jensen, Stockholm University, kurt.villads.jensen@historia.su.se - Sweden

Ulrike Krample, University of Tours, ulrike.krampl@univ-tours.fr - France

Sérgio Campos Matos, University of Lisboa, sergiocamposmatos@gmail.com

Anna Krasteva, Sofia University, anna.krasteva@gmail.com - Bulgaria

Estevão de Rezende Martins, University of Brasília, echarema@gmail.com - Brazil

Rui Cunha Martins, University of Coimbra, rcmartin@fl.uc.pt - Portugal

Stéphane Michonneau, Charles de Gaulle University - Lille III, stephane.michonneau@univ.lille3.fr - France

Isabel Ferreira da Mota, University of Coimbra, ifmota@fl.uc.pt - Portugal

Vítor Neto, University of Coimbra, vitormpneto@sapo.pt - Portugal

António Resende de Oliveira, University of Coimbra, aresendeo@gmail.com - Portugal

Anthony Pagden, University of California, Los Angeles, pagden@polisci.ucla.edu - USA

Ana Leonor Pereira, University of Coimbra, aleop@fl.uc.pt - Portugal

Rafael Ramón Guerrero, Complutense University of Madrid, rafael.ramonguerrero@gmail.com - Spain

Maria Manuela Tavares Ribeiro, University of Coimbra, mtribeiro7@gmail.com - Portugal

Quentin Skinner, University of Cambridge, q.skinner@qmul.ac.uk - UK

Manuel Suarez Cortina, University of Cantabria, manuel.suarez@nican.es - Spain

Luís Reis Torgal, University of Coimbra, Ireistorgal@gmail.com - Portugal

Enzo Traverso, Cornell University, vt225@cornell.edu - USA

Isabel Vargues, University of Coimbra, ivargues@fl.uc.pt - Portugal

FACULDADE DE LETRAS | UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

Revista de História das Ideias

Vol. 38 . 2ª Série - 2020

EXÍLIOS E EXILADOS

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

EDIÇÃO
Imprensa da de Coimbra
E-mail: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

DESIGN
Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA
Acrílico sobre tela de Cristina Valadas (2002), coleção particular
Fotografia de Sérgio Azenha

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Mickael Silva

ISSN:
0870-0958

ISSN digital:
2183-8925

DOI
https://doi.org/10.14195/2183-8925_38

DEPÓSITO LEGAL
67998/93

Imprensa da Universidade de Coimbra
<https://digitalis.uc.pt/rhi>
<http://www.uc.pt/en/fluc/ihti>

CONTACTOS
A correspondência relativa a colaboração, pedidos de permuta, oferta de publicações,
e assinaturas deve ser dirigida ao
Gabinete de Apoio a Projetos e Centros de Investigação
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra –
3004-530 Coimbra Telef. 239 859 937 Fax: 239 836 733 E-mail: gapci@fl.uc.pt

Índice

| | |
|--|-----|
| Nota de Apresentação <i>Rui Bebiano</i> | 9 |
| Cícero e o itinerário simbólico do regresso do exílio Cicero and the symbolic route of exile return <i>Gilson Charles dos Santos</i> | 11 |
| “Emissário de um rei desconhecido”: Sentidos do exílio no Sebastianismo concebido por D. João de Castro (1604-1605) “Emissary from an unknown king”: D. João Castro’s exile’s meanings in Sebastianism (1604-1605) <i>Bruno Romano Rodrigues</i> | 33 |
| Do intelectual exilado: o legado humanístico de Jaime Cortesão The exiled intellectual: the humanistic legacy of Jaime Cortesão <i>Daniel Seixas Melo</i> | 55 |
| Exílio e liberdade na poesia de Manuel Alegre Exile and freedom in the poetry of Manuel Alegre <i>Elsa Rita dos Santos</i> | 79 |
| A bordo do <i>Santa Maria</i> : a luta anticolonialista e a oposição portuguesa pelas páginas de Última Hora (1961) On board the <i>Santa Maria</i> : the anti-colonial struggle and the portuguese opposition through the pages of <i>Última Hora</i> (1961) <i>Thiago Fidelis, Heloísa Paulo</i> | 95 |
| A Goan reading of the cultural impact of the Colonial Act: Introducing intellectuals and periodic press through the Anglo-Lusitano of July 7, 1934 <i>Adelaide Vieira Machado</i> | 119 |

| | |
|---|-----|
| O Exílio Colonial e os seus Fantasmas (Memórias, Figurações e Ausências) <i>The Colonial Exile and its Ghosts (Memories, Figurations and Absences)</i> <i>Víctor Barros</i> | 155 |
| A deserção à guerra colonial: história, memória e política <i>The desertion to the colonial war: history, memory, and politics</i> <i>Miguel Cardina</i> | 181 |
| Dimensões políticas e linguísticas do exílio em escritores centro-europeus do século XX <i>Political and linguistic dimensions of exile in Central European writers of the 20th century</i> <i>Eduardo Moura Oliveira</i> | 205 |
| Arquivar o exílio, contrariar o silêncio: memórias, objetos e narrativas de tempos incertos <i>Archiving the exile, opposing the silence: memories, objects and narratives of uncertain times</i> <i>Sónia Vespeira de Almeida, Sónia Ferreira</i> | 227 |
| O exílio português no Marrocos independente: dinâmicas e protagonistas <i>The Portuguese exile in Morocco after the independence: dynamics and protagonists</i> <i>Susana Martins</i> | 243 |
| Les Portugais en France pendant mai-juin 1968 <i>Portuguese in France during may-june 1968</i> <i>Victor Pereira</i> | 269 |
| VARIA | |
| Natália Correia e a PIDE: Vigilância e Controlo <i>Natália Correia and the PIDE: Surveillance and Control</i> <i>Vítor Neto</i> | 309 |
| Portugal no contexto marcelista. A receção de filmes brasileiros (1968-1974) <i>Portugal in the Marcellist context. The reception of Brazilian films (1968-1974)</i> <i>Ana Bela Morais</i> | 337 |
| Recensões críticas | |
| Tavares, Rui (2018). O Censor Iluminado – Ensaio sobre o Pombalismo e a Revolução Cultural do Século XVIII. Lisboa: Tinta da China. <i>Artur Lemos da Silva, José Luís Barbosa</i> | 359 |

| | |
|---|-----|
| Ruivo, Francisco Bairrão; Wojciechowska, Danuta; Paz, Joana (2014). Livro Livre. Lisboa: Lupa Design <i>Pierre Marie</i> | 364 |
| Reis, Joana (2019). Uma campanha americana – Humberto Delgado e as presidenciais de 1958. Lisboa: Edições Tinta Da China <i>Pedro Miguel Jorge Réquio</i> | 367 |
| Normas para os autores / Guidelines for authors | 371 |

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O tema central deste volume da Revista de História das Ideias remete para um esforço de reconhecimento de uma dimensão do passado, a da experiência do exílio e a da condição do exilado, que é muito antiga. O afastamento da comunidade de origem por exclusão deliberada ou por necessidade, bem como a autoexclusão definida por uma inadaptação aos valores e práticas prevalecentes, são conhecidos desde as primeiras sociedades dotadas de escrita. A guerra e a conquista constituíram fatores iniciais do exílio, transformando muitos em estranhos no próprio lugar onde haviam nascido e vivido. A evolução orgânica dos sistemas de poder e dos seus instrumentos de imposição de ordem política ou cultural foi sempre ampliando os fatores que conduziram indivíduos e grupos a partir, compelidos ou por vontade própria, rumo a destinos incertos, provisoriamente tomados como seguros, ou, por vezes, a submergir em desterrados interiores entendidos como espaços de fuga ou libertação. A figura do exílio tem aqui uma dimensão metafórica, nem por isso menos ilustrativa de uma vincada separação do lugar original.

Sob uma perspectiva global e sinóptica, a condição do exílio poderá, entretanto, ser considerada a três níveis simultaneamente distintos e complementares: em primeiro lugar, como abordagem das condições que forçam os exilados a expatriar-se e que tornam possível a sua integração razoavelmente estável em outras sociedades; em segundo, como observação das modalidades através das quais vivem e negociam, de uma forma individual ou coletiva, a sua dupla condição de exilados, com respeito à sociedade de origem, e de refugiados nas sociedades de acolhimento e residência; por fim, e em terceiro lugar, no reconhecimento das transformações que essas modalidades vão tomando através do tempo, sob a influência de mudanças ocorridas tanto nos ambientes de origem quanto nos de abrigo ou refúgio.

No campo da história, e em particular no da história das ideias e da cultura, este fenômeno humano incorpora um vasto número de possibilidades, traduzíveis em observações e esforços de análise que permitem reconhecer situações objetivas, experiências de recorte individual ou coletivo, reflexões ou testemunhos, pautados em primeiro lugar pelo lugar de exílio e pela condição de exilado de quem os experienciou e por isso incorporou no modo próprio de reconhecer o mundo em redor. A história de Portugal, dada até a especificidade do país, ao longo dos séculos, como lugar privilegiado de partida, de chegada e também de trânsito, não pode deixar de incorporar uma relação muito estreita e continuada com estes processos ao mesmo tempo dolorosos e edificadores.

Os artigos que integram o dossiê central deste volume da Revista de História das Ideias apoiam-se, pois, em diferentes estudos de caso sobre experiências, lugares e visões do exílio, observados ao mesmo tempo como territórios de escape, de refúgio, de ausência e de transformação, considerando igualmente a condição e o percurso biográfico de alguns dos seus protagonistas, encarados como sujeitos e intérpretes. É verdade que continua a verificar-se em Portugal uma premente necessidade de estudos sistemáticos sobre o tema, tão presente e influente em momentos como os séculos da expansão ou as décadas da emigração política oitocentista, mas os estudos sobre o século XX têm vindo já a oferecer elementos de reflexão muito esclarecedores. Sendo a larga maioria dos artigos deste número concernentes à história deste período, intercetam, entretanto, ângulos de análise que remetem para práticas e atitudes com um lastro muito mais amplo e partilhado por diferentes experiências. Contamos que todos eles, bem como os dois artigos da Vária que os completam, ofereçam uma excelente experiência de leitura e de encontro com o conhecimento.

O Coordenador

Rui Bebiano
ruibebiano@gmail.com

**CÍCERO E O ITINERÁRIO SIMBÓLICO
DO REGRESSO DO EXÍLIO**
CICERO AND THE SYMBOLIC ROUTE
OF EXILE RETURN

GILSON CHARLES DOS SANTOS
Universidade de Brasília
gcharles@unb.br
<https://orcid.org/0000-0001-7029-5156>

Texto recebido em / Text submitted on: 15/09/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 20/01/2020

Resumo:

O presente artigo pretende apresentar a justificativa de Cícero para seu exílio voluntário, bem como traçar os argumentos que o orador empregou em sua defesa após o retorno. Com isso, nossa intenção é demonstrar como o orador aproveita retoricamente muitas de suas concepções políticas e filosóficas, que incluem o conceito de cidadania, de comunidade e de república.

Palavras-Chave:

Cícero; eloquência; consenso; Retórica Antiga; discursos *post reditum*.

Abstract:

This paper intends to present the justification of Cicero for his voluntary exile, as well as to outline the arguments that the orator employed in his defense after

the return. Therefore, my intention is to demonstrate how the orator rhetorically uses many of his political and philosophical conceptions, which include the notion of citizenship, community and republic.

Keywords:

Cicero; eloquence; consensus; Ancient Rhetoric; Orations *post reditum*.

Desde a *História de Roma* de Theodor Mommsen somos instruídos a não acreditar em Cícero. Duas declarações do orador, transportadas para contextos afastados da natureza delas mesmas, contribuem para a longevidade dessa desconfiança. A primeira trata-se, na verdade, de uma solicitação ao historiador Luceio para que relatasse, com todo o aparato da eloquência e fazendo algumas concessões às leis da história, as ações empreendidas entre o consulado e o retorno do exílio⁽¹⁾. A segunda, uma afirmação sobre o uso da língua latina em cartas e textos filosóficos, mescla eloquência e filosofia – o que foi interpretado por Mommsen como a precedência da palavra sobre o conceito⁽²⁾. Em ambos os casos, considerou-se a eloquência como um elemento falsificador da verdade, comprometendo a veracidade dos fatos e mesmo a justiça.

A comparação entre as cartas de Cícero durante o desterro e os discursos *post reditum* reafirmaria, num primeiro momento, o caráter da eloquência ciceroniana apontado por Mommsen. Enquanto nos discursos Cícero demonstra preocupação em reconhecer os responsáveis por seu regresso⁽³⁾, as cartas apresentam um homem melancólico⁽⁴⁾, culpado pela precipitação em ter abandonado a pátria antes da condenação⁽⁵⁾ e decepcionado com alguns personagens aos quais posteriormente devotou reverência e agradecimento⁽⁶⁾.

(1) Cic. *Fam.* V 12; *De or.* II 15, 62.

(2) Cic. *Att.* XII 52, 3; cf. Mommsen (1904). *Römische Geschichte*, vol. 3, 9ª ed. Berlim *apud* Leonhardt, 2003: 81. Mommsen distorce essa afirmação e aponta maliciosamente para a obra ciceroniana como «jornalismo na pior acepção da palavra», declarando-a pobre em conceitos e rica em palavras: «não havia especialidade na qual ele [Cícero] não elaborasse rapidamente, com auxílio de poucos livros, traduzindo ou compilando, um artigo legível» (*ibid.*).

(3) Cic. *Red. Sen.* VIII 19 – IX 23; XI 29 – XII 31; *Red. Qui.* VI 15 – VIII 19.

(4) Cic. *Att.* III, 2; III, 5; III 7, 2; III 10, 2; III 15, 2; III, 26; *Q. Fr.* I 3, 1; *Fam.* XIV 1, 5; *Fam.* XIV 4, 1.

(5) Cic. *Fam.* XIV 3, 1; *Dom.* XI 29.

(6) Cícero esperava que Pompeu o auxiliasse contra a lei de Clódio, mas percebia, já desterrado, que Pompeu se demorava em tomar alguma decisão a fim de ajudá-lo. A situação

A desconfiança em relação a Cícero a partir dos contrastes verificados em sua obra são resultado da postura historiográfica adotada durante o século XIX e boa parte do século XX quanto à posição da eloquência na sociedade romana. De Mommsen a Paul Veyne, não foram poupados esforços para se vincular poder econômico e imagem pública em prejuízo do alcance e dos desdobramentos da discussão coletiva e dos procedimentos da persuasão – um processo que só foi questionado em termos plausíveis nas últimas duas décadas do século XX. Em linhas gerais, partia-se de um modelo de sociedade baseado numa rede de influência determinada pelas relações de *clientela*, termo que define a subordinação de indivíduos ou comunidades a um patrono, isto é, a um possuidor de terras e membro do senado. O teor dessas relações legitimava, na república romana tardia (lembramos que Cícero testemunhou a ascensão militar e política de César, a dissolução do primeiro triunvirato e os desdobramentos da Guerra Civil), a aristocracia senatorial como o núcleo do poder, ao mesmo tempo em que anulava o efeito da eloquência na sociedade romana: de instrumento de consolidação do diálogo, da persuasão e da vitória dos mais articulados e persistentes, a eloquência passou a ser considerada, na melhor das hipóteses, como forma de diversão de uma aristocracia ociosa e corrompida e, na pior, como instrumento enganador e demagógico nas mãos de políticos e oradores inescrupulosos.

A configuração do fracasso da eloquência como atividade pública concebe a corrupção nas eleições, a imposição senatorial sobre as prerrogativas populares nas assembleias e a compra do favor da plebe urbana a partir da satisfação das necessidades imediatas (ou a “política do pão e do circo”) como provas de um modelo político que funcionava de maneira sistemática através da manipulação popular. Nesse pensamento, a república romana seria basicamente constituída por uma oligarquia cujos representantes enriqueciam através da carreira pública, eram cooptados ao exercício das magistraturas graças ao poder econômico e ao suborno e exerciam sobre os mais pobres uma espécie de coronelismo

em que essa esperança ficou mais evidente foi o sequestro do filho do rei armênio Tigranes por parte dos aliados de Clódio (Cic. *Att.* III 8, 3-4). Outro personagem é Quinto Hortêncio, a quem reiteradamente Cícero acusa como falso e invejoso em suas cartas (Cic. *Att.* III 8, 4; III 10, 2; IV 2, 5; *Q. Fr.* I 3, 7).

cujos tentáculos abraçavam muitas vezes comunidades inteiras, não importava a que distância da capital administrativa (Veyne 2009 [1985]: 96).

Além disso, os vínculos de dependência abrangeriam também os membros da aristocracia senatorial entre si, os quais teriam utilizado um eufemismo para afastar qualquer presunção de se subordinarem uns aos outros: a *amicitia* (aliança), que pressuporia uma série de condutas que os aristocratas mantinham para adquirir ou ampliar o reconhecimento pessoal, bem como obter as “honras” (*honores*), os cargos públicos. O eufemismo era bem-vindo, pois disfarçava a hierarquia das relações e facilitava a explicação de como os favores eram prestados em mão dupla: um homem como Pompeu poderia viajar pelos municípios da Itália inteira para defender o retorno de Cícero, esperando que Cícero defendesse seus aliados na Tribuna Rostral e ampliasse o reconhecimento público de seu benfeitor. Assim também Cícero, que foi recebido por Cneu Plâncio na Macedônia quando de seu desterro, cumpriria perante jurados a promessa de restituir o favor ao amigo quando esse foi processado por corrupção eleitoral.

Episódios dessa natureza demonstrariam o papel decisivo da *clientela* e da *amicitia* na sociedade romana: uma rede complexa de relações circunscrita à amplitude semântica de apenas dois termos – *patronus* (patrono) e *amicus* (aliado). Na análise do desenvolvimento de técnicas militares arrojadas e na instrumentalização das relações pessoais buscou-se uma forma coerente de se explicar a surpreendente expansão do domínio romano e a imposição de suas leis em boa parte do mundo então conhecido.

Um dos problemas centrais dessa explicação sobre o funcionamento das relações sociais na Roma Antiga é desconhecer ou omitir os espaços efetivos da eloquência como atividade pública. Até os anos 1980, não haviam sido devidamente descritos, em termos historiográficos e mesmo arqueológicos, os cenários em que se davam as assembleias populares (*contiones*), a votação das leis e as eleições para magistrados (*comitia*), eventos nos quais confluíam, em contínua negociação, a experiência oratória e a participação popular. Disso derivam as novas interpretações sobre o papel do Fórum romano, espaço coletivo em que a eloquência (e, por extensão, a participação política) assumia um papel unificador (Millar 2002: 13-48; Morstein-Marx 2004: 6-8).

Os espaços e as condições para a interação entre concidadãos foram cuidadosamente descritos por Robert Morstein-Marx em 2004. Em

seu livro *Mass Oratory and Political Power in the Late Roman Republic*, o historiador confronta os modelos clássicos de definição da república romana com hipóteses mais recentes, especialmente a de Fergus Millar⁽⁷⁾. Partindo do princípio de que a eloquência, como atividade pública, negocia a distribuição do poder entre o orador e a audiência (Morstein-Marx 2004: 23), Morstein-Marx explora os mecanismos de produção do consenso nas assembleias populares, que chamam a atenção por serem, à diferença das demais assembleias, convocadas por magistrados a fim de informar o povo e propor deliberações sobre leis ou sobre as eleições de candidatos antes dos escrutínios propriamente ditos. Nelas, a noção de cooptação da aristocracia para os cargos públicos é substituída pela de competição entre aristocratas pelo favor popular, o que determina mudanças importantes nos papéis atribuídos ao povo romano e ao orador: ao ser elevada a instrumento principal das relações políticas, a eloquência posiciona o povo não apenas como interlocutor, mas também (muito embora em pequena proporção, reconheça-se⁽⁸⁾) como participante das decisões. Como cenário para a interação, o Fórum apresenta (nas estátuas que o ornamentam, nos espólios bélicos expostos nos Rostros e nos templos e edifícios públicos que o circundam) os símbolos de um conhecimento cívico partilhado pelos membros da comunidade e utilizado estrategicamente para a persuasão.

O redimensionamento das relações entre cidadãos na república romana tardia amplia igualmente a compreensão dos discursos

(7) Fergus Millar contestou o modelo oligárquico da república romana em diversos artigos, que resultaram no livro *The Crowd in Rome in the Late Republic* (Michigan, 2002).

(8) A corrente revisionista, da qual fazem parte os trabalhos de Hölkeskamp (2010), Morstein-Marx (2004) e de Mouritsen (2007; 2017), estranha o caráter sistemático da constituição romana dado por Fergus Millar (Hölkeskamp 2010: 12). Ao contrário, a república romana aparenta ter sido constituída por uma complexa rede de responsabilidades, direitos e competências baseadas no *mos maiorum*, ou seja, em princípios e regras morais que envolviam conceitos-chave como *auctoritas*, *dignitas*, *gratia* e *honos*. Uma vez que esses conceitos fossem essencialmente conservadores, e por isso mesmo excludentes, o *mos maiorum* servia tanto para que a república se autorregulasse quanto para tornar o senado – o órgão que reunia os cidadãos reconhecidos publicamente por esses valores – importante pela sua posição e pelo seu poder irrestrito. Todas as assembleias populares – os *comitia centuriata*, os *comitia tributa* e os *concilia plebis* – dividiam os cidadãos, distinguiam o poder de voto e a equidade entre eles, e assim reduziam o poder do *populus romanus* como um todo (Hölkeskamp 2010: 13, 17-22; Hölkeskamp in Beck & Duplá 2011: 165). A importância crescente dessas assembleias, à medida que se registravam os conflitos entre os mais influentes (desde Mário e Sula até Marco Antônio e Otávio), indicaria não a abertura para uma “democracia direta”, mas uma redução significativa do poder do senado.

ciceronianos. Primeiramente, recuperam-se os momentos de intervenção da audiência e as estratégias do orador para reestruturar seu discurso a partir dela⁽⁹⁾; depois, trata-se de identificar e explicar os focos de divergência de funções e inclinações políticas⁽¹⁰⁾ e, finalmente, determinar de que maneira o consenso produzido nas assembleias garantia a manutenção das prerrogativas dos membros da comunidade⁽¹¹⁾.

Portanto, se a matéria dos discursos de Cícero serviu, até recentemente, para justificar determinado entendimento acerca do que teriam sido as décadas finais da república romana, atualmente contam as estratégias que o orador utilizou para a persuasão em seus discursos e os motivos pelos quais elas foram consideradas adequadas para a construção do efeito a que visavam. A nosso ver, a análise dessas estratégias pode embasar novas interpretações sobre o papel da eloquência na sociedade romana, principalmente durante a crise que motivou a transição da república para o principado⁽¹²⁾.

Como exemplo disso, tomemos a autorrepresentação que Cícero efetua nos discursos *post reditum* – ou seja, como o orador constitui ou aproveita sua imagem pública para consolidar os argumentos que elenca em sua dissertação⁽¹³⁾ de modo a produzir o consenso⁽¹⁴⁾.

(9) Cic. *Verr.* I 45; *Ses.* XLIX 106 - LII 111; *Mil.* II 3; *Phil.* VII 22; cf. Morstein-Marx 2004: 120 et seq.

(10) A tendência historiográfica atual é evitar tratar a dissensão entre *optimates* e populares como manifestações ideológicas ou partidárias. A divergência entre homens públicos seria de natureza pessoal e não institucional, como outrora se sugeria. cf. Cic. *Ses.* XLV 96 et seq.

(11) Nos discursos ciceronianos, a fala dirigida à audiência tende a reforçar as prerrogativas dos grupos sociais nos momentos em que o orador pretende iniciar o discurso ou argumentar. Podem ser citados como exemplo Cic. *Red. Qui.* I 4; X 25; *Dom.* I 1; *Ses.* I 1; L 106 et seq.; *Pis.* XI 24; XXI 48. As prerrogativas são resultado das tensões entre os grupos que as formavam (a definição do poder dos cônsules, de um lado, e os conflitos entre plebeus e patrícios pela distribuição de poderes e das magistraturas, de outro). Trata-se da liberdade (*libertas*), da autoridade (*auctoritas*) e da majestade ou soberania (*maiestas*), determinadas ora ao povo romano como um todo, ora a cada uma das ordens, dependendo das circunstâncias.

(12) O que está em jogo nesse processo é a identificação de procedimentos pelos quais o orador se apresenta à audiência e que elementos extradiscursivos podem ser deduzidos dos argumentos para produzirem a persuasão; cf. Santos 2018.

(13) À diferença de Aristóteles (*Rhet.* I 2 [1356a]), Cícero inclui as ações, a reputação e o caráter do orador como elementos para granjear a benevolência (*captatio benevolentiae*) da audiência (Cic. *De or.* II 43, 182).

(14) A produção do consenso (*fides facere*) é o expediente através do qual o orador conquista a confiança necessária para persuadir a audiência (cf. Cic. *De or.* II 43, 182-184).

No *Discurso em agradecimento ao povo romano*, típico exemplo de *contio* ao qual Morstein-Marx chama a atenção por exemplificar o papel conciliador da eloquência na sociedade romana, Cícero apresenta-se, já na primeira sentença, preocupado com o futuro de seus concidadãos desde o momento em que reprimiu a Conjuração de Catilina (cuja menção não é explícita devido ao fato de que a audiência conhecia o evento) até o sofrimento que padeceu quando exilado⁽¹⁵⁾. Ora, o mesmo Cícero, em seu *Tratado sobre o orador*⁽¹⁶⁾, esclarece que as ações realizadas por quem defende uma causa e o reconhecimento delas por parte da audiência são fundamentais para que o orador predisponha o ouvinte à persuasão – em termos práticos, trata-se de ganhar a adesão de quem tem o poder de decidir. Da mesma forma procede a respeitabilidade ou a distinção (traduções aproximadas do termo *dignitas*) do enunciador, elemento ao qual Cícero se reporta algumas sentenças adiante em seu discurso⁽¹⁷⁾. Com isso, o orador visa a cativar a audiência sem precisar retornar à causa propriamente dita – afinal, nos discursos em questão o que está em jogo é a reputação de Cícero, seguramente abalada pelo fato de que o exílio foi aprovado em votação popular e não nos comícios das centúrias, conforme o mesmo Cícero faz questão de ressaltar⁽¹⁸⁾.

A devoção à república e o papel decisivo assumido por Cícero desde a conjuração de Catilina é retomado e ampliado em outro discurso, a *Defesa de Séstio*. Quase toda a narração⁽¹⁹⁾ é destinada à construção desse papel, servindo ao mesmo tempo para reforçar as qualidades do defensor e do acusado frente a uma ação a princípio justificável. Tal procedimento evidencia, de um lado, a necessidade de produzir o consenso a partir do restabelecimento de uma imagem pública fraturada – o que significa dizer que a audiência de Cícero não concordava unanimemente com

Ela é estabelecida pela definição do caráter do orador no discurso (*effingere mores oratoris*) e pela expressão do caráter daquele por quem o orador disserta (*exprimere mores*).

(15) Cic. *Red. Qui.* I 1. A mesma sentença aparece com poucas alterações em Cic. *Dom.* LVII 145, do que se entende que sua função seja propriamente cativar a audiência ou granjear a benevolência, uma das tarefas que o orador deve assumir na introdução e na conclusão do discurso a fim de persuadir mais pelas emoções do que pela racionalidade de seus argumentos.

(16) Cic. *De or.* II 27, 114-115; 57, 178; *Br.* 197 ff.; *Op. gen. or.* 3; cf. Cic. *De or.* II 43, 182-184; Scatolin 2009: 104-105.

(17) Cic. *Red. Qui.* I 4; cf. *Dom.* XVIII 46; LVIII 147.

(18) Cic. *Dom.* XXXIII 87-88; *Ses.* XXXIV 73.

(19) Cic. *Ses.* XVI 36 – XXII 50; cf. *Pis.* III 6-7 – XV 36.

o argumento de que ele salvara a república submetendo-se ao exílio⁽²⁰⁾ – e, de outro, a aceitação da eloquência como alternativa apropriada para a comunhão do perfil do orador com os valores da comunidade, explorados no próprio método oratório.

Para compreender como e por que a construção da imagem pública constituía um expediente oportuno para a produção do consenso, pressupõe-se como autêntica a crença romana de que o caráter do indivíduo fosse imutável durante toda a sua existência e que a audiência não apenas esperava como ainda exigia argumentos fundamentados no caráter do orador ou daquele por quem ele dissertava a fim de ser persuadida⁽²¹⁾. Em função disso, Cícero aproveita princípios filosóficos para descrever o caráter do cidadão e como ele deveria comportar-se em relação à comunidade: quanto mais precisa a descrição do caráter do homem público e maior o esforço para que as práticas individuais não discrepassem desse modelo, tanto menor a possibilidade de conflito com os valores da comunidade e, em particular, com os da audiência à qual o orador se dirige.

Cícero concebe uma ordem social determinada pelo respeito às leis e aos costumes⁽²²⁾. Submetido o indivíduo a essa determinação, ele identifica a *honestas* (integridade) como qualidade fundamental do cidadão. Parte-se, portanto, de um critério ético de qualificação, que pressupõe a participação ativa desse membro da comunidade, contribuinte e mobilizável, nas decisões públicas⁽²³⁾.

Por *honestas* Cícero entende a capacidade de agir comedida, corajosa e disciplinadamente. Tal qualidade impede que o indivíduo proceda de maneira descomedida, covarde e desordenada e deve ser buscada tanto nas palavras quanto nas ações⁽²⁴⁾. Trata-se, com efeito, de uma qualidade exigida em todos os momentos da vida – quer particularmente (nas relações de amizade, por exemplo), quer publicamente (seja votando as leis ou escolhendo candidatos, seja discursando nos Rostros, liderando

(20) Cic. *Dom.* XXXV 93 – XXXVII 98.

(21) Cic. *Inv.* II 10, 32; *De or.* II 53, 212-215; *Quint. Inst. Or.* X 1,112; Borges 2014: xviii-xix.

(22) Cic. *Rep.* I 2, 2.

(23) Cic. *Ses.* III 6.

(24) Cic. *Off.* I 6 et seq. Quanto ao discurso, a *honestas* sustenta a autoridade do orador. Ao vincular o *honestum* com o *utile*, o modelo de orador ciceroniano está afastado do sofista, que abandona qualquer princípio moral para validar um argumento, e se aproxima do modelo de homem público, que deve pôr em prática o que a comunidade entende como o bem comum, cf. Albrecht 2003: 232.

combates ou deliberando no senado) –, o que promove a isonomia entre os indivíduos: qualidades pessoais ofuscam discrepâncias econômicas e partilha de poderes. Como condição para a tomada de decisões, para a vida social e para o exercício da cidadania, a *honestas* é um dos deveres (*officium*) que Cícero deriva de quatro partes – prudência (*cognitio ueri*), justiça (*iustitia*), coragem (*fortis animus et magnus*) e moderação (*temperantia*). Amplificados pelo total de indivíduos, esses atributos fundamentariam a concórdia necessária para a manutenção da república. Somados, permitiriam ao indivíduo empenhar-se pelo bem comum, julgar a extensão de suas ações, ajustá-las ao momento oportuno e combater pela justiça – donde a definição do *optimus ciuis*, o cidadão excelente.

Aproximando estrategicamente elementos da filosofia estoica aos pressupostos do gênero demonstrativo, estabelecido pela eloquência para elogiar ou vituperar, Cícero define o forasteiro (ou o inimigo público, pois o não-romano é, em princípio e por definição, um inimigo, tal como sugerido pela amplitude semântica do vocábulo *hostis*) pelo contrário do cidadão – ou seja, entende que a *honestas* contrapõe o caráter do cidadão (*ciuis*) ao do forasteiro (*hostis*):

Sendo assim, eu sempre fui cidadão – sobretudo no momento em que o senado recomendava-me a salvação (por ser a de um cidadão excelente), a nações estrangeiras –; você⁽²⁵⁾ não o é nem mesmo agora – a não ser talvez que alguém possa ser ao mesmo tempo cidadão e forasteiro. Ou você diferencia o cidadão do forasteiro pelo nascimento e pela procedência, não pela coragem e pelas ações?⁽²⁶⁾

Ora, definir o forasteiro (ou, conforme dito, o inimigo público) pelo oposto é uma estratégia válida sobretudo em situação de competição: Cícero define sua cidadania em contraposição a seu adversário político. No caso dos discursos *post reditum*, esse adversário é Públio Clódio – que

(25) Todas as traduções apresentadas neste trabalho são da responsabilidade do autor. Optamos pela tradução dos pronomes pessoais *tu* e *vos* do latim para os pronomes de tratamento usuais no português brasileiro. Estamos conscientes de eventuais anacronismos, mas nos preocupamos sobretudo com a compreensibilidade do texto em face às condições de uso do idioma português pelo público-alvo.

(26) Cic. *Parad.* IV 29 *Ergo ego semper civis, et tun maxime, cum meam salutem senatus exteris nationibus, ut civis optumi, commendabat, tu ne nunc quidem, nisi forte idem hostis esse et civis potest. An tu civem ab hoste natura ac loco, non animo factisque distinguis?* cf. Cic. *Dom.* XXXII 85.

mantém com a Cidade, entretanto, a mesma relação que Cícero, pois ambos são cidadãos. Sendo assim, é possível depreender do excerto acima um problema derivado da noção de *honestas*: se a coragem e as ações caracterizam o cidadão excelente, e não necessariamente o nascimento e a procedência, é possível não ser cidadão participando da vida pública como cidadão ou, reversamente, ser cidadão sem participar da vida pública como tal. O paradoxo – que inclusive assinala um postulado estoico mencionado a seguir – granjeia a aceitação da imagem pública que Cícero faz de si próprio nos discursos *post reditum*, revalidando o exílio como sacrifício em defesa da república ao mesmo tempo em que transforma a inação em atividade. O que abre passagem para que essa possibilidade convirja em argumentos para a produção do consenso é reconhecer publicamente que o exílio foi uma injustiça⁽²⁷⁾:

Não há coisa nenhuma que me pertença ou a qualquer outro indivíduo que pode ser subtraída, roubada, saqueada. Se você me tivesse subtraído o divino raciocínio de minha consciência, ainda assim – malgrado o seu desagrado – a república continuaria firme graças a meu empenho, à minha diligência, às minhas resoluções. Se você tivesse aniquilado a memória imortal de meu eterno benefício e, muito principalmente, se me houvesse roubado a consciência de onde procederam minhas intervenções, eu então confessaria ter acatado sua injustiça. Mas se você não realizou nem consegui realizar tudo isso, sua injustiça me concedeu um regresso enobrecedor, não uma partida calamitosa⁽²⁸⁾.

Observe-se que a injustiça do exílio permanece, quer subtraísse a memória das ações de Cícero, quer a mantivesse intacta: nesse sentido, tanto o exílio quanto o regresso são valorizados à medida que as ações particulares em defesa da república se revertam no bem comum. Cícero

(27) A objeção ao exílio é de natureza jurídica: Cícero foi banido sem julgamento. Entretanto, pode-se depreender que o julgamento não aconteceu somente porque Cícero preferiu abandonar Roma imediatamente após a aprovação da Lei Clódia e, portanto, antes de um processo formal; cf. Nicholson 1993: 30.

(28) Cic. *Parad.* IV 29 *Nihil neque meum est neque cuiusquam, quod auferri, quod eripi, quod amitti potest. si mihi eripuisses divinam animi mei conscientiam meis curis, vigiliis, consiliis stare te invitissimo rem publicam, si huius aeterni beneficium immortalis memoriam delevisse, multo etiam magis, si illam mentem, unde haec consilia manarunt, mihi eripuisses, tum ego accepisse me confiterer iniuriam; sed si haec nec fecisti nec facere potuisti, reditum mihi gloriosum iniuria tua dedit, non exitum calamitosum*; cf. Cic. Pis. XIV 32.

constrói sua imagem pública confrontando as ações particulares com a criminalidade do adversário – reforçada pelos diversos sinônimos do verbo roubar (*eripere*) – e circunscrevendo-as às partes da *honestas*. Graças a ela, a perda dos bens materiais é compensada pelo reconhecimento público dos serviços à pátria, além de converter o regresso em recompensa.

O próximo passo para a produção do consenso é interpretar o exílio como castigo a um delito cometido – ou melhor, estabelecê-lo como punição uma vez desrespeitadas as leis. Se Cícero, entretanto, utiliza o argumento de que suas ações não apenas respeitaram as leis, como ainda as fortaleceram, então aquilo a que foi submetido não foi exílio, e sim um percalço derivado da injustiça de um adversário, ou antes, de uma afronta à *honestas*:

Você não sabe que o exílio é a punição dos delitos e que aquela viagem minha foi empreendida em decorrência de minhas ações preclaríssimas?⁽²⁹⁾

Muito em função disso, chama a atenção o fato de que em nenhuma passagem dos discursos *post reditum* Cícero denomina seu percalço utilizando a palavra latina *exilium*: prefere eufemismos como *discessum* (“afastamento”) para a partida e *salus* (“salvação”) para o regresso⁽³⁰⁾. Obviamente, o orador dispensa a denominação jurídica de seu percalço para recusar terminantemente o papel de culpado.

Os princípios estoicos das qualidades do cidadão excelente demarcam o quadro particular da disputa entre Cícero e Clódio: sendo honesto, Cícero não sofreu nenhum exílio; Clódio, sendo desonesto, sofre exílio mesmo atuando na vida pública:

Todos os facínoras e ímpios – dos quais você se confessa representante –, a quem as leis predeterminam o exílio, estão exilados, mesmo sem se trasladarem. Porém, como todas as leis impõem-lhe o exílio, não será você um exilado? Não seria chamado inimigo “quem portou arma”? Diante do senado o seu punhal foi apreendido. “Quem matou um homem”? Você matou muitos. “Quem provocou incêndios”? Você incendiou

(29) Cic. *Parad.* IV 30 nescis exilium scelerum esse poenam, meum illud iter ob praeclarissimas res a me gestas esse susceptum?; cf. Cic. *Dom.* XXVII 72; XXVIII 77; *Pis.* XVIII 43.

(30) Cic. *Red. Sen.* III 6, VII 16; IX 22; Nicholson 1993: 30-31.

pessoalmente o Templo das Ninfas. “Quem ocupou templos”? Você posicionou exércitos no Fórum.⁽³¹⁾

O passo seguinte para a produção do consenso é detalhar as circunstâncias da vida pública e particular em que Clódio demonstrou desonestidade agindo contra a república, favorecendo maus amigos, violando cerimônias sagradas e, finalmente, perseguindo Cícero pessoalmente para tomar posse de suas propriedades⁽³²⁾:

Você provocou uma carnificina no Fórum, invadiu templos com ladrões armados, incendiou domicílios de homens privados e santuários sagrados. Por que Espártaco é um inimigo público, sendo você um cidadão? [...] Por que menciono as leis comuns, que juntas preceituam seu exílio? Um dos seus amigos mais próximos promulgou uma lei particular para que, se você tivesse explorado os mistérios da Boa Deusa, fosse exilado. Como então, condenado ao exílio por tantas e tão importantes leis, você não se horroriza em ser chamado *exilado*?⁽³³⁾

A constatação de que o desterro de um cidadão íntegro não corresponde à expulsão da vida pública retoma a discussão sobre a oposição entre a vida prática do homem público e a vida contemplativa do filósofo, que Cícero soluciona demonstrando a superioridade do homem público em relação ao filósofo (Cic. *Rep.* I 2, 2) por exercer a *honestas* na vida pública. Filósofos de épocas posteriores a Cícero tratarão o exílio como como experimento da sabedoria do homem público,

(31) Cic. *Parad.* IV 31 *omnes scelerati atque inpii, quorum tu te duces esse profiteris, quos leges exsilio adfici volunt, exsules sunt, etiam si solum non mutarunt. an cum omnes te leges exsulem esse iubeant, non eris tu exsul? exsul non appelletur is, qui cum telo fuerit? ante senatum tua sica deprehensa est. qui hominem occiderit? plurimos occidisti. qui incendium fecerit? aedes Nympharum manu tua deflagravit. qui templa occupaverit? in foro castra posuisti.*

(32) Sendo tribuno popular, Clódio propôs e executou a lei pelo exílio de Cícero – uma prática denominada *curatio* e proibida pela Lei Licínia; cf. Cic. *Red. Sen.* III 7; VIII 19; *Dom.* XX 51; XXI 55; *Ses.* XXXIX 84-85; Nicholson 1993: 31.

(33) Cic. *Parad.* IV 30 *caedem in foro fecisti, armatis latronibus templa tenuisti, privatorum domos, aedis sacras incendisti: cur hostis Spartacus, si tu civis?; Cic. Parad.* IV 32 *sed quid ego communis leges profero, quibus omnibus es exsul? familiarissimus tuus de te privilegium tulit, ut, si in opertum Bonae Deae accessisses, exsulares: at te id fecisse etiam gloriari soles. quo modo igitur tot legibus eiectus in exsilium nomen exsulis non perhorrescis?*

cujos caráter deve se manter o mesmo em situações adversas: a conduta não depende do lugar, mas da firmeza das ações⁽³⁴⁾.

O contrário da firmeza do homem sábio é a loucura, e esse é o cerne da argumentação que Cícero articula contra Clódio nas *Respostas dos Arúspices* e nos *Paradoxos dos estoicos*:

Você, quando grita nas assembleias populares, quando destrói os domicílios de concidadãos, quando expulsa do Fórum homens excelentes a pedradas, quando arremessa tochas contra os telhados vizinhos, quando incendeia edifícios sagrados, quando subleva escravos, quando tumultua cerimônias sagradas e competições, quando não distingue quem é a esposa e quem é a irmã, quando não atina em que leito se deita, então endoidece, então desatina, então padece a única punição reservada pelos deuses imortais à perversidade humana⁽³⁵⁾.

Por acaso em nenhum momento você (homem louco!) olhará para si mesmo, nunca reconsiderará tanto o que faz quanto o que diz?⁽³⁶⁾

Todos os estultos são insanos, diz o postulado sobre o qual Cícero discorre nos *Paradoxos dos estoicos*⁽³⁷⁾: opondo a sabedoria própria à ignorância do adversário, a injustiça do desterro à glorificação do retorno, os benefícios prestados à república à criminalidade de Clódio, o orador constrói sua imagem pública perante a audiência – seu objetivo é persuadi-la a seu favor, mas ainda assim necessita dar um último passo para acrescentar a experiência do desterro às ações protagonizadas

(34) cf. Cic. *Parad.* IV 32; cf. Sen. *Ot* 8, 1; *Ep.* 68. 2; Fav. Περὶ φύγῆς 76. 17-20; Philostr. *VA* 7. 16; Jul. *Ep.* 16. Cic. *Tusc.* 4. 51 e Sen. *Tranq.* 4 indicam que o estudo contínuo e a reflexão filosófica sempre põem o indivíduo em prontidão. Deduz-se, portanto, que o homem público sirva à comunidade quando age na pátria e, exilado, a toda a humanidade, desde que usando de sua sabedoria (Reydams-Schils 2005: 103-105).

(35) Cic. *Har. Res.* XVIII 39 *Tu cum furialis in contionibus voces mittis, cum domos civium evertis, cum lapidibus optimos viros foro pellis, cum ardentis faces in vicinorum tecta iactas, cum aedis sacras inflammas, cum servos concitas, cum sacra ludosque conturbas, cum uxorem sororemque non discernis, cum quod in eas cubile non sentis, tum baccharis, tum furis, tum das eas poenas quae solae sunt hominum sceleri a dis immortalibus constitutae*; cf. Cic. *Pis.* XX 47.

(36) Cic. *Parad.* IV 30 *Numquamne, homo amentissime, te circumspicies, numquam nec quid facias considerabis nec quid loquare?*

(37) Cic. *Parad.* IV *Omnes stultos insanire* (ὅτι πᾶς ἄφρων μαίνεται).

durante seu consulado e dessa maneira transformá-las no mesmo benefício à comunidade.

Se a *honestas* é entendida como a capacidade humana de discernir a ordem das coisas e constitui a qualidade do cidadão excelente, então o uso adequado das partes dessa qualidade na vida pública resulta sempre naquilo que é útil seja ao indivíduo, seja à comunidade, porque derivado do emprego da sabedoria e da virtude em questões de importância coletiva. Portanto, o que é íntegro (*honestum*) é, também, útil (*utile*). Essa equivalência é aproveitada por Cícero em inúmeras passagens dos discursos *post reditum* e responde a quatro necessidades: encobrir a desonra do exílio, amplificar tanto a injustiça de Clódio quanto a glória do retorno, estender o benefício do regresso a toda a comunidade e, finalmente, produzir o consenso.

Não por acaso, Cícero relaciona seu regresso à salvação da república⁽³⁸⁾: do particular ao coletivo, a restituição da *dignitas* individual aponta para a restauração da ordem comunitária, possível unicamente pela percepção compartilhada da iminência da catástrofe comum a todos os cidadãos. O autoelogio é convertido numa estratégia discursiva cujo objetivo é isolar o inimigo, vasculhar seus procedimentos, punir sua improbidade e compartilhar o mérito da vitória com os membros da comunidade que a tornaram possível⁽³⁹⁾. Daí a condição que Cícero impõe, em mais de uma passagem, para a definição de *res publica*:

A república é, com efeito (diz o Africano), o que pertence ao povo; povo, por sua vez, não é todo conjunto de homens reunido de maneira qualquer, mas a união de uma multidão associada de acordo com uma legislação e com interesses em comum⁽⁴⁰⁾.

Com efeito, aquela coisa que serve à utilidade comum – à qual chamamos república –, a organização entre os humanos – que foi posteriormente denominada comunidade – e a aglomeração de casas –

(38) Cic. *Red. Sen.* XIV 34; *Red. Qui.* V 13 - VI 14; VII 17; *Dom.* I 2; III 5; VII 17; XXIV 63 et seq.; XXVIII 73-76; XXXVI 96; *Ses.* XIX 42-XX 45; *Prov. Cons.* IX 23-X 24.

(39) Cic. *Dom.* XXXI 82; XXXV 93-95; *Har. Res.* VIII 16-17.

(40) Cic. *Rep.* I 39 *Est igitur, inquit Africanus, res publica res populi, populus autem non omnis hominum coetus quoquo modo congregatus, sed coetus multitudinis iuris consensu et utilitatis communione sociatus.*

que chamamos cidade – foram delimitadas por muros, após a aceitação tanto da lei divina quanto da humana⁽⁴¹⁾.

O mesmo se dá para a definição de comunidade (*ciuitas*):

O que é comunidade? Por acaso toda a reunião de indivíduos, inclusive os ferozes e selvagens, ou mesmo toda multidão de ladrões e fugitivos reunida num só lugar? Você certamente o negará⁽⁴²⁾.

Restaurar a ordem comum através da reparação de uma injustiça pessoal constitui o ponto de convergência entre a *honestas* individual e o *utile* coletivo. O trajeto dessa convergência – a proposta senatorial para a revogação do exílio, a convocação de cidadãos de todos os municípios da Itália para o voto na assembleia das centúrias, a resistência de amigos como Públio Séstio e Tito Ânio Milão, o apoio do triúnviro Gneu Pompeu e a recepção popular – ilustra o modelo de funcionamento da república que Cícero enaltece sob o autoelogio⁽⁴³⁾. A depreciação das ações movidas pelos adversários do orador a favor do desterro, ao contrário, ilustra a inexistência da ordem social, manifesta na degeneração das leis, na inversão e na corrupção dos valores da comunidade a partir dos desvios de caráter dos homens:

Não era uma comunidade aquilo em que as leis não vigoravam, quando, expulsos os magistrados sob as armas, não havia sinal do senado na república; aquele ajuntamento de criminosos, o bando de ladrões constituído no Fórum (sendo você o chefe) e os excedentes da Conjuração voltando-se dos furores de Catilina para a sua atrocidade e a sua violência não eram uma comunidade. 28. Portanto, não fui expulso da Cidade – porque ela não existia. Regressei à Cidade quando a república possuía um cônsul – pois até então não havia –; quando o senado se revigorava – pois até então estava paralisado –; quando estava livre o consenso do povo, quando se reforçava a memória do direito e da equidade, que são os vínculos da comunidade⁽⁴⁴⁾.

(41) Cic. Ses. XLII 91 *tum res ad communem utilitatem, quas publicas appellamus, tum conenticula hominum, quae postea civitates nominatae sunt, tum domicilia coniuncta, quas urbis dicimus, invento et divino iure et humano moenibus saepserunt.*

(42) Cic. Parad. IV 27 *Quae est enim civitas? omnisne conventus etiam ferorum et immanium? omnisne etiam fugitivorum ac latronum congregata unum in locum multitudo? Certe negabis.*

(43) Cic. Red. Qui. VI 15; Pis. XXII 52.

(44) Cic. Parad. IV 27 *Non igitur erat illa tum civitas, cum leges in ea nihil valebant, cum iudicia iacebant, cum mos patrius occiderat, cum ferro pulsus magistratibus senatus nomen in re*

A *honestas* e a *utilitas*, que respaldam o reconhecimento público das ações de Cícero pela república, são igualmente utilizadas por ele para estabelecer o papel da audiência. Nesse caso, entretanto, os argumentos apelam para a exaltação da amizade, estimulando a simpatia dos demais envolvidos na situação discursiva – sejam eles os juízes, os réus ou as testemunhas –, estrategicamente instigados a compartilhar o sentimento de responsabilidade coletiva mediado pelas qualidades pessoais de que resultaram não apenas o regresso do orador, como ainda a manutenção do bem estar comum. O procedimento é, por assim dizer, espelhar: pressupõe que o orador saiba manejar discursivamente a identificação mútua entre os agentes de seu regresso ou, em termos ciceronianos, a afeição natural que indivíduos virtuosos nutrem por seus iguais (Cic. *Amic.* 50). Em vista disso, Cícero os chama “homens de valor” (*boni*) ou “optimates” (*optimates*) e menciona diversos exemplos de seu comportamento. Mas não apenas isso: nomeia-os expressamente e, em geral, atribui-lhes um epíteto que os identifica no momento mesmo da exposição do discurso: são eles Quinto Metelo, Quinto Cátulo, Públio Servílio, Públio Lêntulo, Marco Druso, Lúcio Nínio, Quinto Séio, Marco Cispião, Cneu Plâncio, Tito Milão, Públio Séstio e, obviamente, Gneu Pompeu⁽⁴⁵⁾. Quando, por exemplo, Cícero exorta o colegiado de sacerdotes a restituir sua casa ressaltando o favor dos amigos⁽⁴⁶⁾ ou advoga o perdão a Públio Séstio⁽⁴⁷⁾, o resultado é a composição de um inventário de exemplos de comportamento, afiançado pela importância, pela anuência ou pela presença mesma desses homens à deliberação.

A construção da imagem pública que Cícero faz de si mesmo ao convocar o apoio de determinados indivíduos e defender-se de outros não representa, a deduzir do processo que identificamos, a justificativa

publica non erat; praedonum ille concursus et te duce latrocinium in foro constitutum et reliquiae coniurationis a Catilinae furis ad tuum scelus furoremque conversae, non civitas erat. 28. Itaque pulsus ego civitate non sum, quae nulla erat, accersitus in civitatem sum, cum esset in re publica consul, qui tum nullus fuerat, esset senatus, qui tum occiderat, esset consensus populi liber, esset iuris et aequitatis, quae vincula sunt civitatis, repetita memoria.

(45) Esses exemplos visam a captar a benevolência da audiência; para construir sua imagem pública, no entanto, Cícero recorre aos exemplos históricos de Públio Popílio Laenas, Quinto Metelo Numídico (Cic. *Red. Sen.* XV 37; *Red. Qui.* III 6) e Caio Mário (Cic. *Red. Sen.* XV 37 et seq.; *Red. Qui.* III 6 et seq.; *Ses.* VIII 19), exilados ilustres e reconhecidos pela audiência.

(46) Cic. *Dom.* VIII 16.

(47) Cic. *Ses.* LXII 130 et seq.

de uma ideologia que contraponha grupos sociais determinados. Isso é apontado, por exemplo, na condução do excursus pedagógico sobre *optimates* e *populares* que ocupa uma seção importante da *Defesa de Séstio*: aí, Cícero define os *optimates* não em contraposição aos *populares*, mas como aqueles que são, a seu ver, os verdadeiros amigos do povo (Morstein-Marx 2004: 206-207). Infere-se dessa digressão que os «falsos populares» reclamam para si a defesa das mesmas prerrogativas dos «verdadeiros populares», tal como Cícero se proclama em relação à causa de Séstio: obrigação, agradecimento e autossacrifício. À diferença dos «falsos populares», no entanto, os «verdadeiros populares» apelam às leis e aos costumes, o que o orador considera os fundamentos da vida social⁽⁴⁸⁾. A novidade, nesse caso, é que Cícero alicerça e constrói discursivamente o caráter ilibado dos «verdadeiros populares» compartilhando com a audiência não apenas a retidão de sua vida pública como ainda as vitórias obtidas graças ao esforço particular.

Na dimensão desse processo, a moderação (*temperantia; decorum*) – uma das virtudes cardinais do cidadão excelente, que determina e expõe a racionalidade das ações humanas – incide diretamente sobre a concepção romana da eloquência e seu papel nas relações políticas. Cícero prescreve três observações para a moderação, que compreendem a superioridade da razão sobre os apetites, a consideração sobre a justiça das ações empreendidas e o estabelecimento de limites em tudo aquilo que concerne à dignidade e ao porte exterior do indivíduo. Por isso, não é de se estranhar o fato de que essa virtude apareça com o mesmo valor no *Tratado sobre os deveres* referindo-se ao homem público e no *Tratado sobre o orador* referindo-se ao discurso oratório (Scatolin 2009: 8). De um lado, a moderação gera a confiança no indivíduo, pois representa a conformidade entre os gestos e as situações; de outro, pleiteia a formação filosófica do homem público como orador, porque relaciona o caráter do indivíduo ao discurso por ele produzido (Cic. *Or.* 74).

No âmbito do caráter e das ações individuais, ser moderado significa conhecer e sustentar a verdade nas coisas, o que a filosofia estoica resume como viver de acordo com a ordem geral da natureza. Em outras palavras,

(48) Com efeito, a tensão possível entre “falsos” e “verdadeiros” populares produziria um atrito que poderíamos chamar “ideológico” se a posição social dos locutores nas assembleias populares e no senado não fosse a mesma: trata-se de membros da aristocracia romana que pretendem assumir para si as necessidades do povo romano; cf. Cic. *Red. Sen.* VIII 20; Morstein-Marx 2004: 206, n. 10.

trata-se de saber usar adequadamente os meios de trabalho (para que servem os bois, os cavalos e as abelhas, por exemplo), respeitar os deuses e identificar as inclinações do caráter. No âmbito do discurso, por outro lado, ser moderado significa dominar o tipo da causa em debate e expô-la mediante palavras adequadas a fim de levar a audiência aonde se queira – o que implica um compromisso do orador com a *utilitas* e com a *honestas*. Eis, portanto, um pressuposto essencial para a concepção ciceroniana de eloquência: a ética e a justiça não são produtos dela, mas a sua essência mesma⁽⁴⁹⁾. Vincular qualidades essenciais ao cidadão e ao orador cumpre a função de evitar que a eloquência seja convertida em arma para aqueles que carecem de virtudes⁽⁵⁰⁾.

Ainda que a verdade não seja o objeto da eloquência, certa postura filosófica é capaz de polir a atividade do orador de maneira a aproximar o discurso da verdade, por meio de uma prática treinada. Se pensamos em método oratório, isso significa dizer que encontrar e comparar os motivos do acontecimento sobre o qual se disserta até o limite do provável resulta, senão na verdade, pelo menos na constatação de probabilidades. Essa é a alternativa pela qual Cícero opta sob o princípio da *disputatio in utramque partem* (“disputa em ambas as direções”), transmitido pela tradição dos filósofos acadêmicos, e é certo que esse tenha sido o seu método inclusive para dissertar sobre proposições filosóficas complexas em seus tratados⁽⁵¹⁾. Por outro lado, se em muitas passagens dos discursos *post reditum* e expressamente no *Tratado sobre o orador* Cícero opõe-se à filosofia epicurista – à qual sempre descreve como uma apologia infundada do prazer –, tende a se aproximar do estoicismo, esclarecendo que esse manteve a excelência e a sabedoria como fundamentos da eloquência. Da mesma forma, a escolha de uma fonte como o estoico Panécio para formular o modelo de cidadão excelente no *Tratado sobre os deveres* não é casual; vincula-se à necessidade de fazer chegar à aristocracia romana uma alternativa de cidadania frente às práticas de Clódio – morto menos de dez anos antes da redação do tratado –, de Calpúrnio Pisão – educado pelo epicurista Filodemo de Gádara –, de outro inimigo declarado – Públio Vatínio – e, muito provavelmente, de Júlio César – a quem Cícero tolerou com muitas ressalvas e cujo assassinato

(49) Cic. *Part. Or.* 79; *Brut.* 6.23.

(50) Cic. *De or.* III 14, 55.

(51) Cic. *De or.* III 17, 62-19, 73; 21, 79-81; Leonhardt In Erlert & Graser 2002: 90 et seq.

não deixou de comemorar⁽⁵²⁾. O estoicismo somente não vingou como fonte filosófica para o modelo de orador de Cícero porque concebe um modelo de sabedoria demasiadamente abstrato, que não estava preso ao arraial político do momento nem suportava as reviravoltas do poder. De qualquer maneira, o estoicismo ancorava aqueles valores que Cícero defendia como alicerces da ordem social, e por toda parte vemos respingos de seus princípios orientando posturas de afronta à temeridade dos «falsos populares»⁽⁵³⁾. Nesse sentido, a eloquência ciceroniana está vinculada à filosofia, o que a situa em posição bastante distinta da retórica grega.

Com efeito, os discursos *post reditum* subentendem um ideal filosófico que aparece claramente apenas no *Tratado sobre os deveres*, um dos últimos escritos de Cícero: na vida prática, a *honestas* deve preponderar sobre quaisquer ponderações utilitárias; afinal, ela congrega valores a partir dos quais o homem deve agir em benefício próprio e em proveito dos demais. Trata-se, claro está, de uma virtude cívica. Compara-se à excelência (*uirtus*), com a diferença de que se aplica essencialmente ao homem togado, participante da vida pública. Daí a correspondência dessa virtude ao orador, que um romano como Cícero entendia como sentinela de toda a comunidade⁽⁵⁴⁾. Entretanto, é forçoso admitir que o mapeamento dos desdobramentos da identificação do orador com o homem público é recente: eles tanto impõem uma educação filosófica como fundamento do exercício da cidadania quanto estabelecem parâmetros de competição dentro da comunidade. Mais do que isso, vinculam a prática da virtude ao uso ordenado da fala, condensados na conhecida definição do orador como *uir bonus dicendi peritus* (“homem idôneo e perito em discursar”). A lição de Cícero é evidente: para o cidadão romano de sua época, poucas coisas foram tão essenciais quanto as práticas públicas da argumentação.

Bibliografia

Albrecht, Michael von (2003). “Cícero’s style: a synopsis”, *Mnemosyne – supplementum*, 245, Brill, 25.

(52) Especialmente em Cic. *Phil.* II 12, 29; 13, 33.

(53) Por exemplo Cic. *Har. Res.* XXVII 57; XXVIII 61 et seq.; *Ses.* LXVIII 143.

(54) Cic. *De Or.* III 20, 74-77.

- Aristóteles (s/d). *Retórica*. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Beck, Hans & Duplá, Antonio [et alii] (2011). *Consuls and Res Publica: holding high office in the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Borges, Marlene Lessa Vergilio (2014). *O Pro Milone de Cícero: tradução e estudo da invenção*. Dissertação de Mestrado em Letras Clássicas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.
- Cicero (1988). *De Oratore*; english translation by E.W. Sutton. Cambridge: Harvard University Press.
- « - » (1988). *De Re Publica. De Legibus*; trad. Clinton Walker Keyes. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fortenbaugh, William W. & Mirhady, David C (1994). *Peripatetic rhetoric after Aristotle*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Hölkeskamp, Karl-J (2010). *Reconstructing the Roman Republic. An Ancient Political Culture and Modern Research*. Princeton: Princeton University Press.
- Leonhardt, Jürgen (2002). “Cícero – filosofia entre cepticismo e confissão”, in Michael Erler & Andreas Graser. *Filósofos da Antiguidade – 2: do helenismo à Antiguidade tardia*. São Leopoldo: Editora da Universidade.
- Lintott, Andrew (2008). *Cicero as Evidence – a Historian’s Companion*. Oxford: Oxford University Press.
- Millar, Fergus (2002). *The Roman Republic in Political Thought*. New England: University Press of New England.
- Morstein-Marx, Robert (2004). *Mass oratory and political power in late Roman republic*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mouritsen, Henrik (2007). *Plebs and Politics in late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press.
- « - » (2017). *Politics in the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nicholson, John (1993). *Cicero’s Return from Exile. The Orations Post reditum*. New York: Peter Lang.
- Pina Polo, Francisco (2011). “The contio as Venue for Political Communication with the People”, in Michael Peachin (org.), *The Oxford Handbook of Social Relations in the Roman World*. Oxford: Oxford University Press.

- «-» (1989). *Las contiones civiles y militares en Roma*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza.
- Reydams-Schils, Gretchen (2005). *The roman stoics – self, responsibility and affection*. Chicago: University of Chicago Press.
- Robb, M. A (2010). *Beyond Populares and Optimates: Political Language in the Late Republic*. Historia Einzelschriften 213. Stuttgart.
- Santos, Gilson Charles dos (2018). “Êthos do orador e as práticas públicas de argumentação na república romana tardia”, *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, Vol. 7, n. 2, 41-59. Disponível em: <https://www.revistarodadafortuna.com/2018-1> (acesso em 03/11/2019).
- Scatolin, Adriano (2009). *A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I 9,23*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Veyne, Paul (2009 [1985]). “A casa e seus libertos”, in *História da Vida privada I – do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras.

(Página deixada propositadamente em branco)

**“EMISSÁRIO DE UM REI DESCONHECIDO”:
SENTIDOS DO EXÍLIO NO SEBASTIANISMO CONCEBIDO POR
D. JOÃO DE CASTRO (1604-1605)
“EMISSARY FROM AN UNKNOWN KING”:
D. JOÃO CASTRO’S EXILE’S MEANINGS IN SEBASTIANISM
(1604-1605)**

BRUNO ROMANO RODRIGUES
Universidade de São Paulo, FFLCH-USP
romanorodrigues@usp.br
<https://orcid.org/0000-0001-7021-6913>

Texto recebido em / Text submitted on: 23/06/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 22/01/2020

Resumo:

O presente artigo reflete sobre o exílio do letrado português D. João de Castro (1550?-1628?) durante a União Ibérica (1580-1640), período em que Portugal esteve politicamente vinculado à Monarquia Hispânica. Para isso, analisa-se a obra intitulada *A Aurora da Quinta Monarquia* (1604-1605) no intuito de apreender alguns dos possíveis significados das experiências vivenciadas durante seus deslocamentos pela Europa, particularmente na França, onde o fidalgo permaneceu por maior período de tempo. Conclui-se que o desterro de Castro, imputado pela literatura especializada como o criador do sebastianismo, se expressou, no plano discursivo, como penitência escatológica (individual e coletiva), capaz de remediar os supostos males da distância por meio da elaboração de um projeto político de caráter messiânico que colocasse termo ao domínio castelhano sobre Portugal.

Palavras-chave:

Exílio; Sebastianismo; União Ibérica; D. João de Castro.

Abstract:

This article reflects on the Portuguese author (*intellectual*) D. João de Castro exile (1550? -1628?) during the Iberian Union (1580-1640), a period in which Portugal was politically linked to the Spanish Monarchy. To this purpose, the work entitled *The Dawn of the Fifth Monarchy* (1604-1605) is analyzed in order to understand the impact of Castro's experiences during his journeys through Europe, particularly in France, where he remained for a longer period of time. It is concluded that Castro exile, who is regarded by the specialized literature as the creator of Sebastianism, can be considered, on the discursive level, as eschatological penance (individual and collective), capable of healing the supposed evils of distance by means of elaboration of a messianic political project that could bring to an end the Castilian domination over Portugal.

Keywords:

Exile; Sebastianism; Iberian Union; D. João de Castro.

O dilema da distância

Estar longe e, ao mesmo tempo, estar perto: eis o dilema colocado no horizonte dos homens e mulheres que em diferentes épocas e circunstâncias se viram distantes de seus lugares de nascimento e criação. Mas, afinal, o que é o exílio? Dentre as inúmeras definições possíveis, algumas tratam-no como «a vida levada fora da ordem habitual» (Said 2003: 60), desfecho ou início de uma «experiência de padecimento» (Vidal 2004: 51), e ainda, em termos metafóricos, tal qual uma «terra» que é «a ausência de terra dos que têm terra» (Montañéz 2013: 18).

De qualquer modo, o paradoxo reside no fato do desterrado não pertencer inteiramente nem ao mundo que deixou para trás, nem à cultura em que vivencia sua proscricção, seja de modo forçado ou como fruto de sua própria iniciativa. Híbrido, dividido entre as memórias do passado e as incertezas quanto ao futuro, os dilemas do «ser» exilado parecem não ter fim. É a partir desta dicotomia que se pode falar num eterno estrangeiro que parte «de» e «para» algum lugar, espaços em relação aos quais ele sempre estará ausente e presente ao mesmo tempo.

Para fins didáticos, a definição comumente aceita é a de mudança ou deslocamento de uma «unidade de preferência» (Cielens 1985: 8), que pode abranger desde a cidade natal até noções comunitárias mais amplas, tais como Reino, Estado e Nação. Contudo, além da distância física, dimensionada por critérios geográficos, estudos mais recentes chamam a atenção para a «condição produtiva» (Montañéz 2013: 182), a «experiência do infortúnio» (Queiroz 1998: 17) e o «estado psicológico» (André 1992: 20) que caracterizaram suas mais diferentes formas de expressão ao longo da História.

Retomando o sentido original da expressão latina *exilium*, prehe da idéia de «saltar fora», a atenção do presente artigo se volta para a carga de experiência que o termo exprime em conjunturas específicas – a exemplo do cenário político-social português durante o reinado dos Filipes –, e não propriamente à confecção de um conceito aplicável a todo e qualquer tempo e espaço.

Na Península Ibérica, de modo geral, muitos foram os fluxos e deslocamentos populacionais. Os mais intensos talvez tenham acontecido em decorrência da perseguição aos focos de islamismo ao longo da chamada Reconquista Cristã e do constante trânsito dos judeus atingidos pelo recrudescimento do antissemitismo e da perseguição aos cristãos novos, em que pese os rigores dos tribunais inquisitoriais aos sefardistas.

Em Portugal, ainda durante a Idade Média, diversas práticas punitivas se utilizaram da pena do degredo em direção aos domínios ultramarinos localizados na América, África e Ásia. A partir do século XVI, na vigência do Antigo Regime luso-espanhol, esse tipo específico de exílio se consolidaria como uma das principais formas de punir os condenados por tribunais civis e religiosos.

D. João de Castro: vida e obra no exílio

Do macro ao micro, o presente estudo propõe reduzir a escala de observação para analisar a trajetória do letrado D. João de Castro, um dos mais importantes exilados portugueses do início dos seiscentos, considerado pela literatura especializada como o idealizador do Sebastianismo – movimento político-social que acreditava na volta do rei D. Sebastião, monarca desaparecido na batalha de Alcácer Quibir (1578), ocorrida no Marrocos, em uma cruzada anacrônica para combater a influência muçulmana.

A respeito do desterro enfrentado por Castro, o historiador português João Carlos Serafim destacou a dificuldade de apreender o tema em meio às teses de alguém que parece ter vivido «essencialmente em função do passado», razão pela qual preteriu «qualquer tipo de discurso sobre o presente que preferia esquecer» (Serafim 2004 tomo II: 373). Ainda segundo Serafim, o tal passado a ser lembrado divide-se, basicamente, em dois momentos.

O primeiro, de caráter itinerante, vai de 1580, quando, com cerca de trinta anos de idade, D. João de Castro aderiu ao partido antonista, exercendo forte oposição aos interesses espanhóis sobre Portugal, a 1601, já com mais de cinquenta, quando se estabeleceu definitivamente em Paris após breve passagem por sua terra natal. Já a segunda etapa compreende o período que vai de 1601 até 1628, provável ano de sua morte, e se caracteriza pela sedentarização em território francês junto a uma comunidade de conterrâneos que se encontrava radicada naquela região.

Na capital francesa, entre outras coisas, Castro concretizou seu antigo interesse pelo mundo das letras e passou a escrever compulsivamente no afã de elaborar um corpo teórico para o sebastianismo, buscando ampliar também sua atuação junto aos grupos que contestavam a nova ordem política em Portugal. Sobre essa prolífica literatura, vale atentar para o fato de que não escreveu uma única linha de seus textos em solo lusitano. Absolutamente tudo que legou à posteridade foi produzido no exterior.

Sua obra manuscrita mais extensa, intitulada *A Aurora da Quinta Monarquia* (1604-1605), tinha por objetivo não somente demonstrar que o rei lusitano estava vivo como atestar por meio de interpretações de antigas profecias que o mesmo voltaria para redimir Portugal do «julgo espanhol»⁽¹⁾, isto é, colocar termo ao poderio dos Filipes sobre sua terra natal.

Além de aprofundar as principais ideias de seu projeto messiânico anticastelhano, ao longo da referida obra, é possível entrever os impactos de suas vivências no estrangeiro. Nesses escritos, a exegese profética que marcará a integralidade de sua produção intelectual no exílio se coaduna sutilmente aos aspectos autobiográficos do autor, conferindo um estatuto particular ao manuscrito que se transformou em referência à crença sebástica, dentro e fora do território lusitano.

(1) Neste artigo, será mantida a grafia original dos trechos citados da obra de D. João de Castro, sem correções ou atualizações.

Se Castro não estava de corpo presente na genésica terra, não se pode negar que, por diferentes maneiras, a ela permaneceu vinculado em um momento insólito da história portuguesa. O cenário do pós Alcácer Quibir chama a atenção pela amplitude do horizonte de possibilidades de um reino que tentava se recuperar de uma tragédia sem precedentes – e que, gradativamente, presenciou choques cada vez mais intensos entre correntes políticas que começavam a disputar os espaços de poder. A morte do Cardeal-Rei D. Henrique, tio avô do *Desejado*, proporcionaria uma ampliação ainda maior da arena política.

Uma trajetória de deslocamentos

D. João de Castro era neto homônimo do célebre governador e Vice-Rei das Índias, tendo vivido entre os anos de 1550 e 1628, muito embora suas datas de nascimento e morte permaneçam incertas. Seu pai, D. Álvaro, fiel escudeiro do patriarca na administração ultramarina, se envolvia com uma cristã nova, a qual deu à luz o futuro teórico do sebastianismo.

Logo após o parto, seu progenitor casou-se com Ana de Ataíde, com quem teve onze filhos, sem contar os quatro ilegítimos, frutos de outros relacionamentos. Mesmo sendo considerado bastardo, em diferentes circunstâncias, D. João de Castro externou o orgulho que sentia do tronco paterno, esforçando-se por explicitar as relações de D. Álvaro com o *Desejado* – intensas a ponto de ter sido nomeado Vedor da Fazenda e membro do Conselho de Estado, além da chefia de numerosas missões diplomáticas, como a que tentou negociar um frustrado casamento entre D. Sebastião e Margarida de Valois.

A proximidade do filho bastardo com a família Castro vinha dos tempos de infância, quando desfrutou da companhia da avó, principal responsável por seu ingresso no mosteiro de Penhalonga, localizado nas imediações de Sintra. A mudança de ares viria em 1567, com a matrícula no tradicional colégio de Évora, nos cursos de Artes e Teologia. Neste período, segundo o próprio autor em estudo, seu pai veio a falecer, intercorrência que o teria feito retornar a Lisboa no fatídico mês de agosto de 1578, quando começaram a circular as primeiras notícias sobre a derrota portuguesa no Marrocos.

Diante do imbróglgio dinástico que se seguiu, Castro acabou tomando partido de D. António, o mais importante oponente de Filipe II na disputa

pela sucessão do trono português. Tal decisão acarretou em uma fuga improvisada à França, em fins de 1581, e nas expedições às Ilhas de S. Miguel e Terceira, ocasião em que teria sido ferido na perna por um tiro de arcabuz.

Já membro do Conselho de Estado antonista, tomou a decisão de voltar brevemente a Portugal, passando pelos Países Baixos e Inglaterra, onde, segundo ele, teria sofrido com o «desamparo, grandes necessidades, nudezas e fomes». As alegadas dificuldades se transformaram em insatisfação, e a ruptura com D. António sacramentou a ida do fidalgo à Paris. Alimentando a partir de então a ideia de que o *Desejado* não havia morrido em combate, escreveu sua primeira obra impressa, intitulada *Discurso fallando com El Rey D. Sebastião* (1588) – passo inicial de um processo de revisão de sua própria história, a começar pelo período em que esteve a serviço do Prior do Crato.

A este respeito, o historiador português Joaquim V. Serrão observou o seguinte paradoxo:

A dolorosa velhice e os sofrimentos por que tinha passado em quase meio século de penoso exílio haviam feito esquecer ao infeliz D. João de Castro que também ele achara legítima a aclamação de D. Antonio, para o que viera expressamente das províncias do norte a fim de seguir o partido fiel à causa nacional (Serrão s.d.: 37).

Na proscrição parisiense disse ter vivido «como hu pedacinho de taboa no naufragio», dificuldades que ocasionaram sua reintegração às fileiras antonistas sediadas na Inglaterra, para onde voltou em 1593. Diante da morte do líder da corte itinerante, dois anos depois, e novamente instalado na capital francesa, Castro teve de encontrar uma nova causa para defender, e ela não tardou a aparecer em meio às correspondências trocadas com alguns de seus patrícios.

Dois deles, Antonio de Brito Pimentel e Pantaleão Pessoa, atestavam o aparecimento, na cidade de Veneza, de um homem que alegavam ser D. Sebastião. O alvoroço em torno da misteriosa figura começou a preocupar as autoridades italianas, que, imediatamente, comunicaram os espanhóis sobre o fato. Encarcerado e submetido a sucessivos interrogatórios, o calabrês Marco Túlio Catizone enfim admitiu ter assumido indevidamente o papel de rei de Portugal em virtude da insistência de alguns amigos seus, veteranos da batalha de Alcácer Quibir, que o haviam considerado muito parecido com o *Desejado*.

A despeito dos esforços empreendidos pelo grupo de cerca de vinte pessoas, responsável, em 1600, pela obtenção da liberdade provisória do impostor, as pressões castelhanas colaboraram, decisivamente, para a sua expulsão da cidade dos Doges. Em resposta à repressão, o plano de fuga organizado consistia em embarcá-lo para a França via Livorno, mas a rota não se concretizou e Catizone, novamente, caiu preso, desta vez, em Florença. Conduzido em seguida para Nápoles, onde ficou detido por mais algum tempo, uma nova sentença o condenou às galés.

Naquele momento, vivia-se um impasse. Os espanhóis pareciam não saber como colocar um ponto final na contenda, embora já tivessem descartado, temendo uma possível sublevação popular, a ideia de julgá-lo em território lusitano. Todavia, rumores de que os franceses preparavam uma invasão a Portugal com o objetivo de conduzir o falso D. Sebastião ao trono fizeram com que as autoridades castelhanas tomassem a decisão sumária de condenar o réu à pena de morte, executada em 1603.

Malograda a conspiração, os envolvidos se dispersaram pela Europa. Castro encontrou guarida definitiva em Paris (onde permaneceu até a sua morte, no provável ano de 1628), na casa do compatriota Diogo Manuel, dali em diante, sua espécie de mecenas. Ainda em busca de apoio para a causa do impostor veneziano, de acordo com seus relatos, estivera pela última vez no genésico solo entre abril e julho de 1601, passando pelas cidades de Lisboa, Viseu e Aveiro.

Sem sucesso, optou por divulgar suas teses através da escrita, legando à posteridade uma produção que contabiliza vinte e dois volumes autógrafos, material depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa em 1859 (Silva s.d.: vol. III), além de dois impressos (a *Paraphrase et concordancia de algvas Prophecias de Bandarra* e o mencionado *Discurso* sobre D. Sebastião), ambos publicados na França, em 1603, sob licença régia, pela oficina de Martin Verac.

Dentre a grande quantidade de manuscritos, um em especial acabou ganhando importância póstuma para os estudiosos do movimento sebastianista, seja pela profundidade dos temas abordados, seja pelo extenso conjunto de citações a obras e autores da literatura profética de maneira geral. Na perspectiva de torná-lo público, recentemente o historiador português João Carlos Serafim transcreveu e editou os originais de *A Aurora da Quinta Monarquia*, material que Castro disse não ter conseguido publicar em virtude dos altos custos da operação.

Produzida e, posteriormente, reorganizada no exílio parisiense, a «obra mãe» se desmembrou por vontade do próprio letrado em favor

de outros escritos seus: *Novas Flores sobre a Paraphrase do Bandarra* (Castro 1614: 7º vol.), para onde migraram os capítulos 22º ao 26º, e o *Tratado dos Portugueses de Veneza* (Castro 1621: 17º e 18º vol.), receptor da espécie autobiografia que, originalmente, compunha o 21º capítulo da *Aurora*.

As (muitas) representações de um homem

No âmbito acadêmico, pode-se afirmar que Castro é, consensualmente, considerado o fundador do sebastianismo, exceto na opinião dos historiadores portugueses José E. Franco e Bruno C. Reis, que atribuíram ao *Tratado da Quinta Monarquia*, escrito pelo frei Sebastião de Paiva no ano de 1641, «o primeiro grande esforço de elaboração teórica» (Franco e Reis 2006: 84) do referido movimento messiânico.

A formação desse consenso se deve em grande medida a João Lúcio de Azevedo, intelectual lusitano que no começo do século XX conferiu ao letrado o epíteto de São Paulo da crença sebastica, em referência à personagem bíblica que simboliza a disseminação do cristianismo pelo mundo. Outro aspecto digno de nota refere-se ao trecho no qual Azevedo afirmou que, entre os homens que haviam conduzido Portugal à «demência coletiva do sebastianismo», Castro podia ser interpretado mais como «maníaco de boa fé» do que «consciente embusteiro» (Azevedo 1947: 45). Ao longo dos novecentos, a reboque das teses defendidas por Azevedo, outros historiadores acrescentaram novos (e por vezes complementares) pontos de vista sobre a vida e a obra do tal «maníaco».

Na década de 1950, o brasileiro Eduardo D'Oliveira França identificou na exegese castrista a acomodação das «profecias populares de Bandarra à causa do sebastianismo» (França 1997: 249). Mais recentemente, o francês Jean Delumeau ressaltou a influência da escatologia jesuítica oriunda de Évora sobre o messianismo desenvolvido posteriormente no exílio (Delumeau 1997: 185), enquanto a também francesa Lucette Valensi enfocou o papel do fidalgo no processo que transformou uma esperança difusa em «ideologia» (Valensi 1994: 135). Praticamente na mesma linha de raciocínio proposta por Valensi, a brasileira Jacqueline Hermann a ele atribuiu a cristalização da ideia do «Encoberto esperado ser o próprio D. Sebastião» (Hermann 1998: 206).

Sintetizando a produção intelectual portuguesa de inclinação nacionalista, para Martim de Albuquerque o letrado ajudou a difundir

a nova crença graças às seguintes características: «inalterável capacidade de sofrimento», «estóico e orgulhoso desinteresse pelos bens materiais», «entranhado amor da pátria», «extraordinária tenacidade e lição de energia», «resistência à adversidade e amor ao ideal» e «espírito poético e uma moral heróica» (Albuquerque 2000: 304, 321, 322).

Empregando praticamente a mesma terminologia de Albuquerque, na introdução a uma obra de Castro publicada já no final do século XX, Aníbal Pinto de Castro asseverou ter detetado na leitura dos originais um «generoso desprendimento dos bens materiais», além da «estóica e serena capacidade de sofrimento e o heróico sentido do sacrifício». Profundamente «barroca», no entender do filólogo e literato português, a produção letrada do fidalgo seria resultado da mescla entre «grandeza e loucura», ambas a serviço da «ancestral consciência dos deveres para com a Pátria» (Pinto de Castro 1994: 4, 10).

Levando em consideração o panorama interpretativo acima esboçado, é possível apreender as inúmeras mutações da imagem de D. João de Castro ao longo do tempo, a saber: São Paulo do sebastianismo, maníaco de boa-fé, exegético apaixonado, ideólogo, estóico, sebastianista letrado, portador de inteligência doentia (D'Antas s.d.: 156), impostor (Sérgio 1980: 243), nobre decadente (Dobroruka 2000: 9) e arbitrista (Serafim 2013: 7-72).

Na tentativa de superar as definições baseadas em visões preconcebidas ou juízos de ordem moral, e na mesma medida suplantar o paradigma do patriotismo e da resistência, traço comum a muitas das interpretações sobre o referido personagem, o presente artigo tentará mostrar que, no bojo de suas idas e vindas pela Europa, o pretensão nacionalismo de D. João de Castro pode ser mais apropriadamente entendido como uma proposta messiânica de redenção coletiva submetida a um projeto teológico-político essencialmente antifilipino.

Sentidos do exílio nos escritos de D. João de Castro

Nesta parte serão investigados os sentidos adquiridos pelo desterro no livro intitulado *A Aurora da Quinta Monarquia*, escrito por Castro entre os anos de 1604 e 1605. Vale salientar de antemão que, tal como a maior parte de sua produção intelectual, a chamada «obra mãe» não é um texto *sobre*, mas um texto *no* exílio. Mesmo não se tratando de um relato das suas experiências no exterior, a análise busca compreender seu

processo de escrita em relação direta e contínua com o longo período em que esteve proscrito pela Europa; visto que, entre outros aspectos, todo o edifício teórico de seu sebastianismo «além fronteiras» baseou-se em tradições proféticas estrangeiras e, materialmente falando, na consulta a livros encontrados em cidades como Paris e Veneza.

A emulação histórica através da *Figura cristã*

Metáfora do advento da Quinta Monarquia que faria redimir a cristandade de seus pecados e impor-se, definitivamente, sobre seus inimigos, a *Aurora* traria consigo, de acordo com o autor, os primeiros raios de um sol ainda encoberto:

Quem ha, a quem a Manhaam em começando de romper, não alegre todos os espíritos, inda que não amanheça de todo? Ou qual he o dia, por mais fermoso que seja, que não tenha sua manhaam? Tãograçiosa muytas vezes, como aparece depois em sua fermosura. Costuma romper a Alva primeiro, de claridade em claridade, ate nascer o sol com os rayosemnevoados, parecendo que não pode abrir os olhos como dorminhoco. Depois desempeçandoos das nuvens, e resplandecendo em sua força pello universo; não ha ja quem se lembre da manhaam, com a fermosura do dia. E com muyta razão: por que não tem entre si nenhuã comparação, pois elle he o porque se espera, e o que enche os desejos dos Mortaes: e ella não he que huã Alvorada que lhes da do comprimento, e chegada delles (Castro 2011: 38).

Como se pode depreender a partir do trecho acima, na versão sebastianista, a triste deusa greco-romana Aurora (mãe de Mêmnon, relevante personagem da Guerra de Tróia, por quem ela chorava através do orvalho das manhãs) se transforma em prelúdio da bem aventurança cristã, agregando ao título da mais importante obra de Castro a ideia de redenção dos supostos males que se abateram sobre Portugal em fins dos quinhentos, desde a aclamação de Filipe II pelas Cortes de Tomar e o conseqüente início do que a historiografia convencionou chamar de União Ibérica (1580-1640).

A partir desse mote, a interpretação do fidalgo sobre a realidade portuguesa da virada do século XVI para o XVII atenta para o aspecto

figurado que o filia a uma temporalidade essencialmente cristã, aquela que vai do Éden ao Juízo Final. Em termos conceituais, o filólogo e literato alemão Erich Auerbach definiu a «figura como algo real e histórica que anuncia alguma outra coisa que também é real e histórica» (Auerbach 1997: 27). Sempre à espera de «preenchimento semântico», tal procedimento compreendia, em suas origens, o estabelecimento de nexos entre dois ou mais eventos por meio da associação de personagens do Antigo com os do Novo Testamento. Confirmando a operacionalidade do conceito, ao consultar a Bíblia, o próprio Castro disse ter encontrado no «Testamento Velho muytas, e muy grandes figuras, e copiosissimas profeçias pellos Prophetas Sagrados» (Castro 2011: 416).

No caso do sebastianismo castrista, seu discurso teológico-político procurou, em primeiro lugar, concatenar a União Ibérica com um dos mais remotos eventos da história nacional portuguesa, a batalha de Ourique (também chamada de milagre), ocorrida no ano de 1139. Nos primórdios da Reconquista Cristã, nome dado ao longo processo de expulsão dos muçulmanos da Península Ibérica, a mensagem anunciada a D. Afonso Henriques, considerado o fundador e primeiro mandatário do reino, garantia a vitória cristã sobre os infiéis, bem como a proteção de sua dinastia até a décima sexta geração, justamente a do *Desejado*; donde o letrado infere que o desastre africano já havia sido anunciado ao «primeiro Real progenitor».

As *figuras* não ficariam restritas às relações estabelecidas entre D. Sebastião e D. Afonso Henriques. Dentro dessa lógica, outra personagem reivindicada é a do ermitão que teria profetizado o triunfo português frente aos mouros nos campos de Ourique. Acreditando piamente na existência de um indivíduo quase mítico, Castro lamentava o total desconhecimento sobre sua «profissão, vida, santidade e fim» (Castro 2011: 56). Ainda segundo o fidalgo, a única menção encontrada constava no célebre juramento em que o próprio afirmava ter vivido sessenta e seis anos no exílio antes de ter podido anunciar «tamanhas maravilhas» ao futuro rei.

Aliado ao fator desterro, o estigma das origens configura um ponto em comum entre o ermitão e o próprio Castro, haja vista a similitude entre orfandade do «santo velho» e o fato do autor ter convivido com a pecha da bastardia durante toda a sua trajetória. A isso se acrescentou a ideia de que, para comunicar suas bênçãos, o Criador sempre se valeu

de «hu Propheta Portugues sem pay nem may, e sem começo e fim» (Castro 2011: 57), reforçando o fato de ambas as *figuras* compartilharem da mesma missão histórica: a de comunicar aos seus coevos os desígnios que a Providência reservou aos portugueses em diferentes tempos e contextos.

Ainda no que tange ao ermitão, o fundador do sebastianismo parece ter construído uma espécie de «genealogia retórica» com o intuito de, em primeiro lugar, vincular o mítico personagem presente na lenda de fundação do reino com outra célebre personalidade medieval, o Beato Amadeu. Posteriormente, a herança profética teria sido transferida ao sapateiro Bandarra, chegando logo a seguir à *figura* do próprio Castro, autorrepresentado como um autêntico e legítimo emissário da mensagem de esperança a partir de então reatualizada.

Segundo a linha interpretativa proposta na *Aurora*, mesmo desvalorizados em suas respectivas épocas, à tais personagens estariam garantidas a «grandeza da pequenez». Utilizada de forma estratégica, a (pseudo) desvalorização buscava ressignificar, no caso do fidalgo, o estigma das origens através do ofício da escrita – como se pode inferir da representação que Castro faz de toda a sua trajetória –, um dos possíveis mecanismos de ascensão social durante o Antigo Regime (Hespanha 2006: 121-143).

A partir dessas emulações, segundo a terminologia empregada por Carlos Ascenso André (André 1992: 83), seria possível entrever nos escritos sebastianistas produzidos no exílio a presença da tópica ovidiana que consiste na «funcionalização da memória» por meio de «exemplos míticos ou históricos». Nas obras de Ovídio, especialmente nas *Cartas Pônticas*, a menção e a comparação a outros exilados cumpriam a função retórica de embasar a narrativa segundo a qual o desterro do poeta latino havia superado todos os casos anteriores (Ovídio 2009: 3-40).

A peculiaridade da «obra mãe» reside no protagonismo atribuído ao missionarismo católico que referendava ciclicamente os desígnios divinos garantidos a Portugal desde o «Milagre de Ourique». Se, em 1603, a publicação da referida *Paráfrase* significou a «opção definitiva de Castro pela interpretação profética da saga sebastianista», como sustenta a historiadora Jacqueline Hermann (Hermann 1998: 205), entre 1604 e 1605, as tais *figuras* míticas e históricas contidas na *Aurora* teriam necessariamente que atualizar seu significado para o cenário político da União Ibérica.

A função do sofrimento na construção do sentido negativo do exílio

Temendo destino semelhante ao do ermitão que havia morrido sem registrar sua própria história, Castro dedicou o vigésimo primeiro capítulo da referida obra para falar de si. Incorporada, quase vinte anos depois, ao *Tratado dos Portugueses de Veneza*, nessa espécie de autobiografia, o exilado fez a seguinte afirmação:

[...] de mi grandes façanhas, gabos, e louvores pois nada disso tenho. Somente quero deixar em memoria a pouquidade de minha pessoa, e de minha fortuna, com a pouca valia minha. [...] Como eu não sou Rey, Principe, Senhor, grande, poderoso, rico affamado, ou dalgua maneira conhecido quem se ha de lembrar de mi [...] Portanto determino de ser eu mesmo meu historiador de minha vergonha e mofinas (Castro 1621: 423).

A narrativa sobre os alegados infortúnios se expressava, como assinalado anteriormente, pelo estigma da bastardia. Sobre a mãe, provavelmente cristã nova, o fidalgo afirmava não convir «dar-me por achado desta parte». O texto prossegue com breves comentários sobre a infância e a juventude, período dividido entre a casa da avó paterna e o mosteiro de Nossa Senhora de Penha Longa, de onde disse ter fugido, em 1567, com o propósito de iniciar os estudos universitários em Salamanca. Mas, por força do Espírito Santo, segundo Castro, ele e o colega Manuel Carreira não conseguiram chegar à Espanha, indo parar em Évora.

No Alentejo encontrou guarida na casa de João Pinto, que o aconselhou a fazer matrícula na Universidade de Évora. Já aluno dos cursos de Artes e Teologia, alugou um pequeno quarto no centro do qual afirmou ter encontrado uma cruz firmemente encravada, símbolo de que a providência continuava velando seus caminhos. Meses depois, Carreira voltou a Lisboa, deixando ao amigo o restante do dinheiro que carregava desde a fuga. Acabados os recursos, conta ter se tornado um «pobre dos que pediam pelas portas» (Castro *Apud* Azevedo 1947: 138). Sem ter para onde ir, voltaria a morar de favor na casa de Pinto, passando a sobreviver de pequenos biscates e da esmola concedida pelo arcebispo D. João de Melo.

Logrou em seguida o apadrinhamento de João Mendes de Oliveira, aceitando seu convite para morar na residência da família. Sob o patrocínio do Morgado de Oliveira, morto, tempos depois, em Alcácer Quibir, conseguiu entrar no disputado «Colégio dos Colegiais», desfrutando da «primeira mesa, que era de quinze mil réis por ano» (Ibidem: 140).

A despeito da alegada vida de pedinte, obteve outros recursos junto ao cardeal D. Henrique, na época diretor da instituição, e D. Fernão Martins de Mascarenhas, futuro reitor da Universidade de Coimbra e Inquisidor-Mor do reino. Tais benesses possibilitaram o usufruto de uma «vida colegial muito melhor que muitos abastados» (Ibidem: 141), a isso se somando a colaboração financeira de seu progenitor.

Em razão da morte do pai, recebeu diretamente de D. Henrique o arcebispado de São Gião da Silva, com significativo rendimento monetário; e do tio, outra pensão. Alegando «pouco favor para crescer nas Letras» (Ibidem: 143), decidiu novamente pegar o rumo de Castela, agora para entrar na ordem religiosa dos «cartuxos». Alguns professores teriam tentado demovê-lo da ideia, prometendo novos benefícios em caso de permanência. Resoluto, seu plano só seria alterado por uma grave doença de «febres contínuas» (Ibidem: 144) que o teria deixado à beira da morte.

Segundo o seu próprio relato, o ano (1578) e o mês (agosto) da malograda viagem à Espanha e do retorno à Lisboa coincidem com o sumiço de D. Sebastião na África. Concatenando sua trajetória individual com o fracasso de Alcácer Quibir, a tal febre parece cumprir a função de antever o advento da União Ibérica, como se a Providência tivesse cuidadosamente evitado, por meio duma enfermidade, a ida de Castro ao lugar que manteria Portugal sob «cativeiro» durante os sessenta anos subsequentes.

De volta à corte, disse ter sido hospedado por um dos irmãos, ficando na companhia de familiares até o verão seguinte, quando partiu para assumir a abadia designada pelo Cardeal. Após a terceira e última tentativa de visitar a Espanha, também frustrada, despediu-se da terra natal arremessando nas águas do Minho seus escritos de juventude. O Minho, aliás, apresenta nítida interface entre a autobiografia e a crença na volta do *Desejado*:

[...] no tempo desejado hei-de tornar por mercê de Deus a Portugal, e desembarcar em Entre-Douro-Minho, por onde também El-Rei D. Sebastião, parece que há-de começar a restaurar, e tomar posse do seu Reino. O que se assim acontecer: por certo que falou Deus em mim naquele tempo (Ibidem: 147).

Após a adesão ao partido antonista, quando a crise da sucessão portuguesa atingiu o nível máximo, Castro afirmou ter encontrado sustento por meio de apostas e jogos de azar em geral. Somente a guarida do patricio

Diogo Manuel em Paris possibilitou a superação dos «trabalhos, misérias, e desabrigo [...] grandes misérias, grandes fomes, grandes frios, que os há cá mortais; e finalmente a falta de tudo» (Ibidem: 154).

Sobre a vida na capital francesa o autor acrescentou que ali «o dinheiro dá as honras e a valia», pois «tanto vale cada um quanto tem» (Ibidem: 154). Na lógica da negação, Paris se torna o «não lugar» por excelência, sendo sintomático que a ela o fidalgo não tenha dedicado diretamente nenhuma das milhares de páginas que escreveu durante o seu longo exílio na cidade.

Projetando-se e, no limite, monopolizando os sentidos do passado, as alegadas agruras e dificuldades enfrentadas no exílio se transformam paulatinamente na tônica de sua narrativa biográfica, do começo ao fim; exercendo domínio até sobre aspectos e fatores que originalmente não se relacionavam ao desterro, nem como causa, nem como efeito:

Ouso dizer que criou Deus a poucos desde sua meninice, como a mim, como quem sabia o que me estava por vir [...] Como não soube nunca que coisa era ter, vestir, comer, vaidades, criados, estimas, senão somente sempre necessidades, falta, vestido simples e mesa de colégio, viver apagado e íngreme, apoucado e sem nome: acostumado a isto, não sentia tanto os vaivens da fortuna, e da opinião: sofrendo, e dissimulando bem com todos os descontos da vida, sem estranhar fome, sede, lazeira, extremas necessidades de comer e vestir; abatimentos, e desesperações humanas (Ibidem: 155).

Se Castro não pode ser considerado um cortesão de primeira grandeza, também não é possível identificar nele as «extremas necessidades» sem que se obliterem, entre outros fatores, suas consecutivas locomoções pela Europa. Tendo isso em conta, não é viável acreditar piamente no «estudante pobre» que oferece um relato supostamente neutro sobre suas condições de vida na Universidade de Évora em fins dos seiscentos; ou, de igual modo, segundo João Carlos Serafim, na «situação de penúria» que o impelira a «superar necessidades e atribulações» (Serafim 2013: 122-123). Renovando seu olhar sobre o assunto, em outra ocasião o próprio Serafim chegou a afirmar que a «tentativa de salientar a probidade e os méritos pessoais» teria levado o fidalgo a «caricaturar o desabrigo familiar» como «estratégia de autopromoção» (Serafim 2004 tomo I: 55).

Enquanto estratégia de legitimação discursiva, os «prolongados sofrimentos» são claramente manejados no intuito de despertar a indulgência do público leitor. Seguindo a chave de leitura fornecida

por Carlos Ascenso André, o intercâmbio (e porque não dizer a fusão) dos escritos autobiográficos do fidalgo com as suas interpretações sobre a história política do reino teriam resultado na utilização da tópica ovidiana que consiste na «caracterização disfórica» da vida em «terra alheia» (André 1992: 82).

Muito tempo antes, o cânone retórico de representação do exílio formulado por Ovídio já lograra construir uma ideia eminentemente negativa e hostil sobre o local onde se experiencia a proscricção (Ovídio 2009: 10, 20, 32, 40, 63, 109) – chegando ao ponto do poeta se apresentar como um «miserável desterrado» que escreve sobre suas «desgraças».

Considerando as teses defendidas ao longo da *Aurora*, pode-se afirmar que a representação de uma Espanha «opressora» acaba pautando as interpretações do letrado acerca de eventos anteriores, inclusive ao início da União Ibérica, o que engendrou nexos inusitados, por exemplo, entre suas viagens frustradas a Castela e o conflito dinástico resolvido em favor de Filipe II.

Devidamente *figuradas* nos termos propostos pela temporalidade cristã, as memórias do autor subalternizam os alegados efeitos negativos do exílio ao projeto redentor da Quinta Monarquia, conferindo protagonismo ao *Desejado* (mesmo que na pessoa de um impostor) e catapultando o próprio D. João de Castro a posições que jamais teria acesso por via natural.

Considerações finais

A máxima do intelectual palestino Edward Said, segundo a qual todo exilado necessita reconstruir sua vida a partir duma «ideologia triunfante ou de um povo restaurado» (Said 2003: 50) parece sintetizar a narrativa messiânica que buscou transformar o fracasso de Alcácer Quibir em prelúdio das futuras conquistas de D. Sebastião. Combinando o destino imaginado para Portugal com uma biografia repleta de idas e vindas, o exílio parisiense de Castro possibilitou a condensação de diferentes matrizes proféticas em torno da *figura* de um monarca concebido como autêntico messias.

De acordo com a presente análise, a interface entre as esferas individual e coletiva expressa na *Aurora* teria resultado na formulação de um discurso de contestação à União Ibérica que não necessariamente

passa pela idealização de uma «ancestral consciência dos deveres para com a Pátria» (Pinto de Castro 1994: 10), ou mesmo de um «patriotismo místico» (Azevedo 1947: 83), como parte da historiografia chegou a sugerir ou endossar. Nesse sentido, a esperança depositada no retorno do *Desejado* opera como a maneira mais apropriada de reparar, no plano discursivo, o que se provou uma irremediável fratura com a terra natal, assim como as eventuais desvantagens da itinerância vivenciada desde a adesão ao antonismo.

Acerca da construção da temporalidade, o «sebastianismo exilado» se apresenta acima de tudo como a negação do tempo presente em que Castro escrevia. Noutras palavras, somente a ressignificação de um passado cada vez mais idealizado parece ter conseguido amenizar os aspectos negativos imputados ao desterro, tornando-o, inclusive, análogo ao de outro (mítico) personagem da história portuguesa: o ermitão que vaticinara o triunfo de D. Afonso Henriques em Ourique.

Dimensionada através do lugar de origem do autor, a proscricção se associa a uma ideia de penitência escatológica somente amenizada pela utopia da conversão universal ao cristianismo e a consequente hegemonia política do reino lusitano sobre a Espanha e a Europa – em consonância com a chave interpretativa apontada pelo historiador brasileiro Luís Filipe S. Lima:

[...] os escritos de Castro organizaram o repertório existente, alinhavaram as profecias e comentários, fundamentaram a eleição do rei e da nação lusitana. Mais do que isso, escrita no exílio e, em parte, intencionando o apoio de outros reinos para sua causa, construiu uma obra dialogando, para negá-las, com outras teorias e interpretações [...] que identificavam em outras nações, reinos e locais a vinda da última monarquia. A elaboração de um edifício português da Quinta Monarquia fez-se não somente em razão de um Sebastianismo “nacional” e autonomista em relação a Castela. Fez-se também a fim de afirmar a posição capital da monarquia portuguesa entre as outras [...] (Lima 2010: 208).

Vale ressaltar ainda a filiação das ideias aqui expostas aos caminhos metodológicos propostos pelo historiador português Diogo Ramada Curto, o qual salientou as «relações de microconflitualidade» (Curto 2011: 54) que caracterizavam a colônia lusitana radicada na França, bem como noutras partes do continente europeu no começo do século XVII. Refletindo sobre o papel do Antigo Regime castelhano nos

conflitos de repercussão internacional, o historiador espanhol José Ibáñez observou que o degrado de cunho político acabou forjando micro sociedades concebidas «a partir de pulsões individuais e representações coletivas» (Ibáñez 2011: 127). Na mesma perspectiva, historiadores franceses, como Jean-Frédéric Schaub e Jean Delumeau, puseram em destaque o «sebastianismo no exílio» (Schaub 2001: 59) e a combatividade dos «exilados políticos portugueses» (Delumeau 1997: 184), respectivamente.

Lido e relido das mais diversas formas ao longo do tempo, até agora a historiografia não conseguiu compreender, tanto o advento, quanto as principais manifestações do fenômeno sebastianista através da recusa a «pertencer a outro lugar» (Said 2003: 55), ou como elemento relacionado à «sensação do provisório e do incerto» (Montañéz 2013: 36). Ao repercutir em seus escritos o aparecimento do D. Sebastião de Veneza, em 1598, o próprio Castro forneceu indícios a respeito da importância de seus conterrâneos exilados para arrebatar novos apoios à sua causa:

Vendo eu o grande thesouro em que tinha dado, corroborado com algumas autoridades que tinha descobertas nos livros: Dei parte a Dom Antonio de Menezes: e aos companheiros: Os quaes admirados de nova nam pensada, começaramse de alvoroçar, dando ouvidos a ella ate que a creram de todo, vendo as profeçias claríssimas que a afirmavam. Começamola apregoar em Paris por naturaes, e estrangeiros: escrevendoa eu a Nantes ao Padre Frey Estevam; a Roma e Inglaterra [...] (Castro *Apud* Serafim 2004 tomo I: 163).

Portanto, a compreensão do projeto messiânico português durante a União Ibérica parece exigir que o foco se volte também para fora dos limites territoriais do reino em questão, a exemplo do cosmopolitismo da cultura política que permeava as relações entre as diferentes cortes europeias durante a modernidade. Se, até agora, as pesquisas acadêmicas mapearam com êxito o trânsito interno de pessoas, textos e ideias que se encontram na origem de um dos maiores e mais longevos movimentos messiânicos da História, as conexões além-fronteiras ainda não entraram diretamente no escopo da recente produção historiográfica dedicada ao tema – tarefa que poderia inscrever a obra de D. João de Castro na rede clientelar que o ajudou, segundo suas próprias palavras, a satisfazer seus «desejos de fama» e «certas necessidadezinhas».

Fontes

- Castro, D. João de (2011). *A Aurora da Quinta Monarquia (1604-1605)*. Introdução e Edição: João Carlos Gonçalves Serafim. Supervisão Científica: José Adriano de Freitas Carvalho. Porto: CITCEM – Edições Afrontamento.
- «-» (1614). *Novas Flores sobre a Paraphrase do Bandarra, com algumas retrataçoens de seu Autor*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 7º vol., cód. 4377.
- «-» (1621). *Tratado dos Portugueses de Veneza ou Ternario, Senario, e Novenario dos Portugueses, que em Veneza solicitaram a liberdade d'El Rey Dom Sebastião Nosso Senhor. Com mais huã breve mençam do Senhor D. Antonio*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 17º e 18º vol., cód. 4387-88.
- «-» (1621). *Tratado dos Portugueses de Veneza*. Apud: AZEVEDO, J. L. de. *A Evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Livraria Clássica, 1947.

Bibliografia

- Albuquerque, Martin de (2000). *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- André, Carlos Ascenso (1992). *Mal de Ausência: o canto do exílio na lírica do humanismo português*. Coimbra: Livraria Minerva.
- Auerbach, Erich (1997). *Figura*. São Paulo: Ática.
- Azevedo, João Lúcio de (1947). *A Evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Livraria Clássica.
- Cielens, Isabelle (1985). *Trois fonctions de l'exil dans les oeuvres de fiction d'Albert Camus: initiation, revolte, conflit d'identité*. Thèse de doctorat d'Etat. Acta Universitatis Upsaliensis, Studia Romanica Upsaliensa 36, Uppsala, 208 p.
- Curto, Diogo Ramada (2011). "O Bastião! O Bastião!", in Idem. *Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70.
- D'Antas, Miguel (s.d.). *Os falsos D. Sebastião. Estudo sobre a história de Portugal*. Francisco Sales Loureiro. Lisboa: Heuris.
- Delumeau, Jean (1997). *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Dobroruka, Vicente (2000). "Considerações sobre o pensamento trinitário de Joaquim de Fiore", *Revista Múltipla*, 6, 9-27.
- França, Eduardo D'Oliveira (1997). *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: HUCITEC.

- Franco, José Eduardo, Reis, Bruno Cardoso eds. (2006). "Introdução", in S. de Paiva, *Tratado da Quinta Monarquia*. Coleção Pensamento Português. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Hespanha, Antonio Manuel (2006). "A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime", *Revista Tempo*, 11, 121-143.
- Hermann, Jacqueline (1998). *No Reino do Desejado: a construção do Sebastianismo em Portugal – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- IBÁÑEZ, José Javier Ruiz (2011). "Servir segundo a dignidade: exílios políticos e administração real na Monarquia Hispânica (1580-1610)", in Rodrigo Bentes Monteiro, Bruno Feitler, Daniela Buono Calainho, Jorge Flores (eds.), *Raízes do Privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 105-132.
- Lima, Luís Filipe Silvério (2010). *O Império dos Sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo & messianismo brigantino*. São Paulo: Alameda.
- Montañéz, Amanda Pérez (2013). *Vozes do Exílio e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba*. Londrina: Eduel.
- OVÍDIO (2009). *Cartas Pônticas*. Introdução, tradução e notas de Geraldo José Albino; revisão da tradução Zelia de A. Cardoso. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Pinto de Castro. Aníbal (1994). "Introdução", in D. João de Castro, *Discurso da Vida do Rey Dom Sebastiam*. Reprodução fac-similada da edição de Paris (1603). Lisboa: Edições Inapa.
- Queiroz, Maria José de (1998). *Os Males da Ausência ou a Literatura do Exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Rodrigues, Bruno Romano (2016). *Ovídio à Lusitana. Exílios Portugueses Durante a União Ibérica (1604/1605)*. Jundiaí-SP: Paco Editorial.
- Said, Edward (2003). *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schaub, Jean-Frédéric (2001). *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Serafim, João Carlos Gonçalves (2004). *D. João de Castro, o 'sebastianista'. Meandros de vida, e razões de obra*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tomos I e II.
- « – » (2013). "Consertar o reino para tempos de paz – D. João de Castro e o 'Discurso Fallando com el Rey D. Sebastião', 1588", *VS* 20, 7-72.
- Sérgio, António (1980). "Interpretação não romântica do sebastianismo", in Idem. *Ensaios*. Tomo I. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

- Serrão, Joaquim Veríssimo (s.d.). *O reinado de D. Antonio, Prior do Crato*. Vol. I (1580-1582). Coimbra: s/e.
- Silva, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez* [CDROM] Lisboa: CNCDP, vol. III, Verbete "D. João de Castro".
- Valensi, Lucette (1994). *Fábulas da Memória. A Batalha de Alcácer Quibir e o Mito do Sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Vidal, Paloma (2004). *A história em seus restos: literatura e exílio no Cone Sul*. São Paulo: Annablume.

(Página deixada propositadamente em branco)

**DO INTELLECTUAL EXILADO:
O LEGADO HUMANÍSTICO DE JAIME CORTESÃO**
**THE EXILED INTELLECTUAL:
THE HUMANISTIC LEGACY OF JAIME CORTESÃO**

DANIEL SEIXAS MELO
Universidade Nova de Lisboa, CHAM, FCSH
danielseixasmelo@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4573-3497>

Texto recebido em / Text submitted on: 11/07/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 28/01/2020

Resumo:

Neste texto propõe-se uma perspetiva inédita sobre o exílio de Jaime Cortesão, verificando como o seu prestígio intelectual, aliado à apetência humanista e de intervenção em coletivos, lhe possibilitaram aceder a redes sociais que, por seu turno, o ampararam e lhe permitiram aprofundar uma obra multimodal. Essas redes, iniciadas no seu país natal, assumiram logo aí uma forte dimensão luso-brasileira e cosmopolita, além de demo-republicana, o que facilitaria a sua integração nos países de acolhimento, França, Espanha e Brasil. Para dar conta deste percurso singular que mescla exílios político e intelectual optou-se por uma análise cruzada da sua faceta de estudioso, ensaísta e ativista político e cívico com uma faceta subvalorizada da sua atividade, a de promotor da edição, do livro e da leitura. Este estudo articula pesquisas sobre a circulação do impresso no século XX, o lugar das ideias e redes de exilados e o exemplo de Jaime Cortesão.

Palavras-chave

Exílio; redes; antifascismo; intervenção cultural; republicanismo.

Abstract:

This text proposes an unprecedented perspective on the exile of Jaime Cortesão, verifying how his intellectual prestige, combined with the humanist appetite and the intervention in groups, allowed him to access to social networks that, in turn, supported him and allowed to deepen his multifaceted work. These networks, started in their native country, soon assumed a strong Portuguese-Brazilian and cosmopolitan dimension, as well as a demo-republican dimension, which would facilitate his integration in the host countries, France, Spain and Brazil. In order to give an account of this singular course that mixes political and intellectual exiles, the article combines a cross-analysis of his facet of scholar, essayist and political and civic activist with the undervalued facet of promoter of publishing, book and reading. This study articulates research on the circulation of print in the twentieth century, the place of exile ideas and networks and the example of Jaime Cortesão.

Keywords:

Exile; networks; antifascism; cultural intervention; republicanismo.

Neste texto propõe-se uma perspectiva inédita sobre o exílio de Jaime Cortesão, verificando como o seu prestígio intelectual, aliado à apetência humanista e de intervenção em coletivos, lhe possibilitaram aceder a redes sociais que, por seu turno, o ampararam e lhe permitiram aprofundar uma obra multímoda. Tais redes, que começaram a ser construídas no seu país natal, assumiram logo aí uma forte dimensão luso-brasileira e cosmopolita, além de demo-republicana, o que facilitaria a sua integração social, política e cultural nos países de acolhimento, França, Espanha e Brasil. Para dar conta deste percurso singular que mescla exílios político e intelectual optou-se por uma análise cruzada da sua faceta de estudioso, ensaísta e ativista político e cívico com uma faceta subvalorizada da sua atividade, a de promotor da edição, do livro e da leitura.

Este estudo procura articular pesquisas feitas nos últimos anos sobre a circulação do impresso no século XX (em particular no quadro atlântico), o lugar das redes de exilados nesse âmbito e o exemplo de Jaime Cortesão. Subjaz-lhe uma perspectiva que concilia contributos das

histórias intelectual, sociocultural e do livro com o campo de estudos sobre exílios. Para além de bibliografias temáticas (como a de Águas 1985), recorreu-se a documentação (alguma pouco conhecida) de /e sobre Cortesão, os seareiros, a edição luso-brasileira e movimentos políticos de entreguerras e anticolonialistas, o que permitiu suprir lacunas e revelar inter-relações mais complexas.

A atividade multimodal nos círculos intelectuais republicanos

Jaime Cortesão (1884-1960) começou cedo a construir um percurso misto de intervenção cívica, intelectual e académica, cimentando amizades, cumplicidades e redes de partilha⁽¹⁾. Ligou-se a movimentos socioculturais e cívicos relevantes no seu país natal, como os da Renascença Portuguesa (de 1911 a 1920), da *Seara Nova* (1921-56) e da educação popular (Escola Livre, Amigos do ABC, Universidade Popular do Porto)⁽²⁾.

Enquanto movimento cívico e sociocultural de regeneração republicana da pátria, a Renascença Portuguesa, de que Cortesão foi um dos principais mentores, tinha uma perspetiva unificadora de formação integral dos cidadãos, envolvendo diversificadas facetas educativas e culturais⁽³⁾. No plano editorial original (de 1914), estruturado em 4 coleções, foi central a coleção «Biblioteca Lusitana», dirigida por si e Alfredo Coelho de Magalhães e ligada ao curso de História da Literatura Portuguesa regido por este último. Visava divulgar um conjunto de obras ou excertos de autores clássicos representativos do

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0062.

(1) O conceito de redes é aqui adotado numa aceção lata e não só ligada a deslocamentos (ou processos migratórios) pois, como se tentará comprovar, Cortesão envolveu-se em múltiplas redes, que serviram para a difusão de informação, projetos, iniciativas e propaganda, fomento de relações institucionais e interpessoais, agenciamentos, articulações políticas, cívicas, intelectuais, académicas e profissionais, entre outras dimensões (Truzzi 2008: máxime 203-7).

(2) Pintassilgo 2006 e Santos 1990: máxime 113-29. Para estes e outros projetos, como a Liga Propulsora da Instrução em Portugal (São Paulo, f.1925) e a União Intelectual Portuguesa, v. ainda Baptista 1990: 33 e 100-5; Autor, 2010: 26-33; Samuel, 2011; e BNP / Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea [ACP] / Espólio Jaime Cortesão [E25] / cx.60.

(3) V. António Sérgio em “O problema da cultura”, 1914 (em Samuel 2011: 45).

pensamento português e da pureza da língua⁽⁴⁾. Cada obra aí divulgada seria precedida dum estudo destinado a auxiliar na sua leitura, «dar um conhecimento perfeito da intenção do autor e realçar o seu estilo» (Santos 1993: 72). O volume inaugural foi o *Cancioneiro popular* (1914), de Cortesão, antologia precedida de «estudo crítico». Os volumes seguintes abordariam Rui de Pina, Gil Vicente, Cristóvão Falcão, Camões, António José da Silva, Francisco Manuel de Melo e Pe. Manuel Bernardes (por estudiosos como Teófilo Braga, Afonso Lopes Vieira, Edgar Prestage, Augusto César Pires de Lima e Francisco Torrinha). Numa 2.^a série pretendia-se alargar a coleção ao século XIX e publicar inéditos de interesse histórico ou literário. Previam-se ainda obras e/ou estudos de Carolina Michaelis, Ricardo Jorge, Leite de Vasconcelos, Bruno Sampaio, Joaquim de Vasconcelos, Teixeira de Pascoaes, António Sérgio, Virgílio Correia, José Teixeira Rego, etc.⁽⁵⁾.

A coleção ficou-se por 9 títulos, ainda assim o projeto foi suficientemente inspirador, com algumas das suas ideias logo retomadas por outras editoras e, mais tarde, pelo próprio Cortesão. Tanto essa como os livros avulso e os dois periódicos da Renascença Portuguesa (*A Águia* e *A Vida Portuguesa*, deste último sendo Cortesão diretor em 1912-15) seriam distribuídos e/ou impressos no Brasil, onde tiveram eco tão impressionante que suscitaram a aventura na edição de companheiros como Álvaro Pinto. Com efeito, vários livros da Renascença tiveram coedição no Rio de Janeiro, através de editoras como a Luso-Brasileira (v.g., *Calvários da Flandres*, 1920) e a Anuario do Brasil (v.g., *Itália azul* e *A alegria, a dôr e a graça*, 2.^a ed., ambos de 1922), a ambas ligando-se Álvaro Pinto (dirigente daquele movimento e emigrado no Brasil entre 1920 e 1927), e também António Sérgio (para a segunda). Foi ainda significativa a expansão no Brasil da revista *A Águia*, logo desde a 1.^a série e prosseguindo na 2.^a, parte desta (5/1920 – 6/1921) sendo impressa por Álvaro Pinto na Anuario do Brasil⁽⁶⁾. A Renascença Portuguesa tivera inclusive um «Comité do Rio

(4) Tal como anunciado por Coelho de Magalhães em *A Vida Portuguesa* (apud Santos 2009: 191).

(5) Plano de edições em “Biblioteca Lusitana”. Lista dos livros publicados em Santos 2009: 192-4.

(6) Para uma lista de coedições com a Anuário do Brasil v. Santos 2009: 194. Sobre o ‘auto-exílio’ de Pinto v. *idem*: 213. Sobre esta revista v. http://ric.slhi.pt/A_Aguia/dados_editoriais.

de Janeiro»⁽⁷⁾ e editara autores brasileiros, como Olavo Bilac. Ademais, já naquela coleção estava patente o interesse de Cortesão por formar um grupo de colaboradores e por criar redes intelectuais e cívicas, neste caso, de forte pendor republicano e incluindo um historiador inglês.

Na primeira metade dos anos 1920, Cortesão publicou estudos aturados sobre a expedição que resultou no achamento das terras de Vera Cruz pelo navegador Pedro Álvares Cabral, desse modo iluminando as bases históricas do legado português na construção do Brasil moderno e tomando partido no debate então aceso sobre as raízes do Brasil. Indício adicional das conexões entre política, cultura e ciência nas relações luso-brasileiras, um desses estudos surgiu aquando da digressão oficial ao Brasil do Presidente da República António José de Almeida (em cuja comitiva esteve Cortesão), em 1922, e integrou uma monumental obra coletiva patrocinada por organizações da colónia lusa e então tributada como prova de gratidão ao povo brasileiro por ocasião do centenário da independência da «nação irmã»⁽⁸⁾. Cortesão deixava assim sólidas referências para a sua visibilidade futura pelo escol brasileiro.

A propensão para a intervenção cívica e cultural coletiva levou-o a envolver-se em dois círculos que amiúde se sobrepuseram, o da editora-*revista Seara Nova* (1921-56) e o «grupo da Biblioteca [Nacional]» (1919-27), ambos sediados em Lisboa. Partilharam a reflexão crítica e propostas para a regeneração da República portuguesa, mas diferenciavam-se por o segundo grupo – mantido por Cortesão enquanto diretor daquela instituição cultural central – buscar manter um nexu com elementos da Renascença portuguesa, além de anarquistas de *A Batalha* e doutras proveniências. A prolífica atividade que realizou nestas instituições permitiu reforçar a sua visibilidade e reconhecimento públicos, intra e extramuros⁽⁹⁾. Dois exemplos são de salientar pelo seu alcance cosmopolita: as edições da Biblioteca Nacional, permutadas com outras instituições congêneres, sobretudo europeias, e o envolvimento do grupo da Biblioteca

(7) Do qual fizeram parte brasileiros como Coelho Neto e João do Rio e portugueses como Óscar Lopes (cf. BNP/ACP/E25/821 [carta de Álvaro Pinto para Cortesão, de 9/11/1951]).

(8) V. Cortesão 1923. Este capítulo tivera versão ampliada em livro seu, v. Cortesão 1922.

(9) Sobre o «Grupo da Biblioteca» v. depoimentos do próprio (Cortesão 1960) e de David Ferreira (em Baptista 1985: 305-8). Sobre a sobreposição de círculos v. diagrama em *idem*: 325. V. ainda Baptista 1990: 44/5 e 60. Sobre a renovação editorial realizada sob a sua égide v. Gonçalves 1986.

na criação da União Intelectual Portuguesa (início dos anos 1920), que se tornará, pela iniciativa de Sérgio, na secção portuguesa da Union Intellectuelle Européenne, abrindo portas, no futuro exílio partilhado com Cortesão, a meios cosmopolitas internacionais (Clímaco 1995: 161), junto com o estatuto de membro da Academia das Ciências de Lisboa.

O exílio europeu: os escritores antifascistas e a defesa da cultura e da civilização

O republicanismo de Cortesão impeliu-o a participar numa tentativa de derrube da Ditadura militar em Fevereiro de 1927, tendo presidido à Junta Revolucionária instaurada no Porto. Por esta ação ligada ao «revirvalho» foi demitido da direção da Biblioteca Nacional. A perseguição política e cultural e a censura de que foi alvo levaram-no a exilar-se em França, ainda nesse ano. Começou aqui um exílio político e intelectual, integrando uma emigração política que irrompeu nesse século (e se solidificou sobretudo com a vaga fascizante dos anos 30-40) e caracterizada pela necessidade do indivíduo escapar a perseguições ou riscos decorrentes das suas opiniões políticas ou religiosas e que originará uma experiência de fratura ou deslocamento face à pátria (v. Camurri 2014: 6).

Em França prosseguirá as suas pesquisas. Para Cortesão, o estudo e divulgação da história de Portugal e do lugar do país no mundo teria um efeito demopédico e cívico e permitiria, por um lado, resgatar os processos e traços democráticos, civilizadores ou simplesmente edificantes da gesta portuguesa dos períodos medievo e moderno (v.g., Cortesão 1930a) e, por outro lado, e em conexão, regenerar a nação (reanimando o sentimento patriótico) e sinalizar a presença desse legado no corpo brasileiro, ou melhor, no mundo luso-brasileiro. Tratava-se duma conceção da história enquanto instrumento de consciencialização individual e coletiva, possibilitando ainda fortalecer os vínculos luso-brasileiros (devido à importância do legado civilizador português em terras brasileiras) e os cosmopolitas. A este propósito, atente-se, por exemplo, na pesquisa dispensada ao «humanismo universalista dos portugueses»⁽¹⁰⁾. De igual modo serviria enquanto instrumento democratizador da sociedade e das

(10) V.g. Cortesão 1930b, 1932 e 1965 (este último livro foi uma recolha de textos inéditos por si escritos no Brasil, c.1948, *apud* preâmbulo respetivo).

ideias, partindo da análise e valorização de antigas tradições democráticas ancoradas em Portugal como modo de legitimar uma história que se pretendia patriótica e cívica também para o tempo presente, trazendo implícito a necessidade do seu resgate e atualização, em contraponto à situação ditatorial que se vivia⁽¹¹⁾. Ora, esta é uma das tendências que mais influenciará Cortesão e outros intelectuais seus contemporâneos no sentido duma postura de maior intervenção cívica, pois que a conjuntura ditatorial generalizada no ocidente de entreguerras impunha uma renovação do papel do intelectual público, não já só preocupado pontualmente com a coisa pública intramuros mas abrindo para uma intervenção cívica sistemática, internacionalista e inspirada em ideias democráticas radicais (onde se inseriam o antifascismo) e cosmopolitas.

Cortesão participará ainda na Liga de Paris e em Os Independentes, grupos centrados na salvaguarda duma representação legítima (e frentista) do republicanismo deposto e na intervenção anti-ditatorial (sobre o revirinho e França v. Farinha 1998: 15-114 e Clímaco 2017: 45-88). Foi disso ilustração o manifesto «La lutte pour la liberté au Portugal – sa portée universelle. Ce que veulent les libéraux portugais» (de 5/10/1928), o qual, embora não apresentasse autoria da Liga fora assinado por vários dos seus membros, como Bernardino Machado, Afonso Costa, Sérgio, Aquilino Ribeiro, Sarmiento Beires, Raul Proença e Cortesão (Baptista 1985: 264-72). A partir deste pano de fundo gerar-se-iam outras conexões.

Para Cortesão, desde meados dos anos 1930 que a resistência antifascista transpusera os muros do ‘seu’ caso luso, devido ao ascenso e internacionalização da «terceira via» (i.e., congregando regimes filocorporativos que recusavam tanto o comunismo como o capitalismo), mormente na Europa, América Latina e Ásia. Como reação à forte perseguição e repressão cultural que as ditaduras de «terceira via» impuseram em vários países, surgiram redes de intelectuais apostadas no combate cívico-cultural a nível planetário, de que fará parte Cortesão. A conspiração e posterior agressão internacional fascista ao regime republicano espanhol tornará este caso mais notório e polarizador, última trincheira de defesa da civilização contra a barbárie. Note-se que, ainda em Paris, Cortesão colaborara num jornal dos republicanos espanhóis exilados, o *Paris-Madrid*, novamente ao lado de Sérgio e Raul Proença (v. Clímaco 1995: 162).

(11) Sobre o lugar da história no pensamento de Cortesão v. Travessa 2004: 213-252.

A indiferença quase generalizada da opinião pública francesa face à situação política portuguesa impeliu parte deste grupo de republicanos a exilar-se em Espanha (a partir de 1931), onde Cortesão colideraria o grupo dos «Budás» de Madrid, com Jaime de Morais e Moura Pinto, e se tornaria delegado dos exilados lusos junto do governo espanhol (v. Clímaco 1995: 164 e 2017: 66 e 179). Neste entremez, Cortesão revisitou Paris, para participar no Congresso Internacional de Escritores para a Defesa da Cultura, realizado a 22/6/1935 e que reforçou a projeção dum novo intelectual público, o escritor antifascista internacionalista. Este encontro daria origem à Association des Écrivains antifascistes pour la Défense de la Culture (ou Asociación Internacional de Escritores en Defensa de la Cultura, ou Associação Internacional para a Defesa da Cultura, AIDC), também grafada como Alliance des Intellectuels antifascistes pour la Défense de la Culture e que teve uma secção espanhola. Ambas foram formalizadas no verão de 1936, a segunda a partir de manifesto publicado no jornal madrileno *La Voz*, a 30/7⁽¹²⁾.

Entre as suas iniciativas mais ambiciosas, a AIDC publicou um jornal (*El Mono Azul*, 1936-39, impulsionado pelo poeta Rafael Albertí) e projetou uma «Enciclopédia Internacional das Letras e das Artes», multilingue e de claro perfil enciclopedista-iluminista (incluindo a ciência), com direção científica de Langlois e Perrin, a qual não chegou a ser editada, apesar do envolvimento de várias secções (e, provavelmente, até de editoras). Este projeto foi referido por Cortesão em 10/6/1936 a J. Fonseca (e a A. S[érgio], noutra carta, aí mencionada), junto com a novidade de ter sido convidado para uma reunião do Bureau Cultural da organização, ocorrida em Londres de 19 a 23/6/1936, à qual assistiu (após superar certas dificuldades financeiras)⁽¹³⁾. Relatou esse encontro com detalhe ao comité nacional em Portugal por carta de 27/6, que teve como destinatário provavelmente Bento de Jesus Caraça (BJC, vem só encimada com um «Caro Amigo», algo comum na epistolografia de Cortesão), um dos principais membros deste comité e em cujo espólio

(12) Cf. Alianza de Intelectuales Antifascistas para la Defensa de la Cultura 1936, Ortiz 2017 e Oliveira 2013 e 2015.

(13) Sobre o jornal v. Bueno Sánchez, s.d. Sobre a reunião londrina v. Arquivo Mário Soares [AMS]/Manuel Mendes – MNAC – Museu do Chiado / carta de Cortesão a J. Fonseca (Paris, 10/6/1936). Cortesão pede na carta para que essa seja entregue a J. de Barros (provavelmente João de Barros). Para contribuidores lusos desta enciclopédia sugerira a Sérgio os nomes de R[odrigues] Lapa, Hernâni [Cidade] e Reinaldo [dos Santos].

se encontra esse documento⁽¹⁴⁾. Cortesão propôs que desta enciclopédia houvesse uma edição conjunta em português, espanhol e catalão e abarcando o território sul-americano, sugestão bem aceite na reunião pelos delegados espanhóis⁽¹⁵⁾.

Com a eclosão da Guerra civil espanhola, e face à campanha pró-Franco em Portugal, que acusava os exilados de traição à pátria por estarem a ameaçar a soberania nacional, Cortesão subscreve o manifesto «Mensaje del verdadero Portugal», de denúncia da ditadura do «Estado Novo» e seu conluio com os militares sublevados contra o governo legítimo espanhol. Divulgado a 4-5/10/1936 por jornais espanhóis, tem diversas incidências: «ataca la alianza de la dictadura portuguesa con el fascismo español, llama la atención sobre los posibles riesgos para la independencia de Portugal, defiende la soberanía española y expresa sus temores por la pérdida de las colonias ultramarinas lusas» (Pena-Rodríguez 2014: 9). Ou seja, defende os republicanismos ibéricos e a integridade territorial dos dois países, incluindo as possessões coloniais, no que podia ser entendido como uma concessão ao republicanismo conservador. Entre os signatários constavam personalidades do republicanismo deposto (como o seu irmão Armando Cortesão, Moura Pinto, Utra Machado e Jaime de Moraes) e figuras do anarquismo (como Manuel Firmo, ex-dirigente do Sindicato Ferroviário e então secretário da delegação da CGT portuguesa).

Em 1937, Cortesão representou um grupo frentista de exilados lusos (da recém-constituída Frente Popular Portuguesa) na 2.^a edição do mencionado encontro de intelectuais antifascistas, que decorreu em Espanha na primeira quinzena de julho, «já com a Guerra Civil

(14) Para o perfil da enciclopédia cf. AMS/DBC – Documentos Bento de Jesus Caraça / «Associação Internacional para a Defesa da Cultura e Comité Nacional Português para a Defesa da Cultura», 1935-1936. Na documentação deste fundo de BJC incorporado na Fundação Mário Soares existe um documento intitulado «Carta de autor não identificado, delegado do Comité Nacional Português para a Defesa da Cultura ao Plenum do Bureau Central da Associação Internacional para a Defesa da Cultura realizado em Londres, 27 de Junho de 1936» (reproduzido em <http://casacomum.net/cc/visualizador?pasta=04403.013#!3> e s.). Por confronto com o documento referido na nota anterior, e por consulta do espólio do autor na BNP, podemos afixar que aquela carta de 3 fls. manuscritas teve como autor Cortesão, e que foi provavelmente dirigida a BJC, pela razão supra apresentada (a de BJC ser um dos principais dirigentes do comité nacional frentista da cultura).

(15) Cf. carta a BJC de 27/6/1936, <http://casacomum.net/cc/visualizador?pasta=04403.013#!4>.

em pano de fundo» (Oliveira 2016) e que teve de concluir-se em Paris, entre 16 e 18 desse mês⁽¹⁶⁾. Cortesão conferenciou nas duas sessões de Madrid e na última de Valência, e terá estado ausente das de Barcelona e Paris⁽¹⁷⁾. No seu último discurso, no dia 10, e a seguir a André Malraux, Cortesão articulou a perceção de futuro comum ibérico (mas respeitando a soberania dos dois países) com a apologia e defesa solidária da cultura, da democracia e do republicanismo⁽¹⁸⁾:

todos sabemos, o fascismo representa o sistema de regressão mais brutal de todos os tempos na ordem política, social e cultural. O ponto de vista dos escritores portugueses é, pois, que se torna absolutamente necessário defender, restabelecer e alargar as condições sociais de independência do espírito que constituíam até hoje a base de todos os progressos da cultura, ou seja, que o dever mais urgente e indeclinável dos intelectuais é auxiliar com as armas ou com a pena a causa do povo espanhol (Santos 1993: 334).

Neste congresso da AIDC, Cortesão assumiu-se como secretário da secção portuguesa (v. Santos 1993: 176 e 331). Seria convidado a fazer parte do seu Bureau permanente, em Paris, mas não esteve nessa sessão.

Nos bastidores, e ainda em Espanha, persistiu empenhado em atividades conspirativas e frentistas de derrube da ditadura lusa (Santos 1993: 175-80; Farinha 1998: 238-60; Pena 2014; Oliveira 2016). Aliás,

(16) O texto integral da sua comunicação vem em Santos 1993: 331-335.

(17) O encontro teve desde o início um intuito digressivo e de sobreposição de atividades (v. reprodução do programa original em entrada específica na Wikipedia), mas foi muito reformulado devido aos contratempos gerados pela Guerra civil, além de ter que concluir-se extramuros, tendo os trabalhos decorrido segundo a seguinte sequência: inauguração em Valência no dia 4, continuação em Madrid (dias 5 a 8), regresso a Valência no dia 10, continuação em Barcelona no dia 11, encerramento em Paris, nos dias 16 a 18 (*apud* Gutiérrez & Moncunill 2007). No discurso em Madrid, Cortesão agradeceu a campanha pró-libertação de Adolfo Casais Monteiro (v. Luiz Francisco Rebello, s.d., “A participação de Jaime Cortesão no 2º Congresso de Escritores Antifascistas”, BNP/ACP/E25/2929, fls.6/7), preso por angariação de fundos para os republicanos espanhóis e que seria diretor do *Mundo Literário* enquanto Jaime Cortesão Casimiro antes de se exilar no Brasil (Lemos & Leite 2002: 27).

(18) O apoio luso fez-se então através de intervenções militares (revolta da Armada em 11/6/1936, atos de sabotagem de material de guerra destinado aos franquistas), da emissão por rádio clandestina da Frente Popular Portuguesa e da edição clandestina de dezenas de periódicos para consciencialização cívica (*ibidem*). O texto da referida «comunicação» vem transcrito em Santos 1993: 331-5, graças à cortesia do encenador argentino Julio Castro Nuovo.

Cortesão e o seu círculo insistiram na convergência com outras correntes lusas e com as forças republicanas espanholas, como sistematizam Paulo (2008) e Clímaco (2017: 192-270). Em Espanha tiveram relações com o poder republicano, facilitado pelo facto de serem maçons (Cortesão era-o desde 1911), tendo aí criado uma nova loja, República Portuguesa, dependente do Grande Oriente espanhol (Paulo 2008: 91).

O exílio brasileiro: regresso à direção editorial e encomendas oficiais

Mas a Europa, fosse em que quadrante fosse, deixara de ser um lugar seguro para pessoas como Cortesão. A sua breve passagem por Portugal em 1940, fruto da ilusão duma amnistia ou pacificação política, foi disso ilustração eloquente, pois reiterava a violência política congénita que partilhavam os regimes de «terceira via». Por isso, em 11/1940, e após prisão e ordem de desterro, iniciou novo exílio, agora no Brasil (onde permanecerá até 1957), com o apoio de Sarmento Pimentel, Ricardo Severo e outros republicanos já radicados em São Paulo e Rio de Janeiro, os quais prosseguiram a atividade de resistência, bem como de políticos, jornalistas e escritores brasileiros⁽¹⁹⁾. Este exílio integrou-se num contexto de emigração política massiva para as Américas por parte de intelectuais europeus fugindo ao avanço nazifascista (Camurri 2014: 2) e com parte dos quais Cortesão partilhara intervenção cívica e cultural referida supra.

Recém-chegado, logo recebeu convites para conferências remuneradas por parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, pouco depois, para bibliotecário-secretário do Real Gabinete Português de Leitura carioca (1941-44) e encomendas várias por parte do governo brasileiro (organização da mapoteca dos ministérios da Guerra e Relações Exteriores, cursos para futuros diplomatas no Instituto do Itamaraty, estudos históricos, etc.), além de cursos universitários. A sua rápida integração no meio intelectual e político permitiu o reforço de redes de intercâmbio cultural e político luso-brasileiro, a que ele e outros exilados recorreriam nos anos vindouros (Ribeiro 2015: 14-53). A sua nova situação

(19) Sobre os apoios decisivos dos círculos demo-republicano e brasileiro v. Silva 2007: 127, Paulo 2009 e Ribeiro 2015: 52-3. Sobre o prosseguimento da atuação dos Budas v. Paulo 2008: 95-6. Sobre o conforto dado pelos convites institucionais brasileiros (incluindo imprensa) v. cartas do próprio em Cortesão 1987: 73-81.

biográfica permitiu-lhe aprofundar um ideal de antanho, o diálogo luso-brasileiro, de que a Renascença Portuguesa fora já um exemplo por si abraçado. Ideal esse tanto mais fácil de perseguir quanto Cortesão optara há muito por uma escrita da história que ligava de modo inextricável Portugal e Brasil. Este *modus faciendi* já ocupara boa parte do seu exílio em França e Espanha e iria ser reforçado no Brasil⁽²⁰⁾, também por outras vias, que iremos analisar.

Em Janeiro de 1942, retomou a experiência de diretor literário, agora na editora-distribuidora Livros de Portugal, S. A., sediada no Rio de Janeiro, onde então se radicara. Com livraria na mesma cidade desde 1941, teve como fito original divulgar a herança portuguesa nos domínios da história, etnografia, literatura e língua. Esta empresa fora criada no final dos anos 1930 pelos empresários lusos António de Sousa Pinto (depois fundador da Livros do Brasil), António Pedro Martins Rodrigues e Américo Fraga Lames, este também mentor da portuense Civilização (Autor 2018). Nessa altura, Cortesão assumiu também funções de diretor literário na livraria-editora carioca Freitas Bastos⁽²¹⁾. Esta terá sido a sua «primeira ocupação» profissional no Brasil (*apud* Silva 2007: 148).

Da sua nova atividade deu logo entusiástica notícia aos companheiros da *Seara Nova*, em carta de 20/1/1942, onde apresentou um plano editorial que visava resgatar o prestígio das «letras portuguesas» no Brasil⁽²²⁾, combinando a divulgação de textos de autores lusos com novos estudos por especialistas relativos a estes criadores e/ou à sua obra (Lisboa 1944: 129).

(20) Um texto emblemático foi o que pronunciou na Academia Brasileira de Letras, a 14/11/1940, sintetizando a sua «concepção, tão estreitamente ligada à História do Brasil, sobre as causas profundas que determinaram e fizeram eclodir a Restauração portuguesa em 1640» (Cortesão 1941: 63). Sobre o perfil da sua atividade historiográfica v. Magalhães, 20--.

(21) Para ambos os cargos a fonte é uma carta cit. por Lisboa 1944: 129. Esta autora grafa «livraria Freitas Branco»: trata-se de lapso ou gralha pois tal entidade nunca existiu, por isso substituí por Freitas Bastos, livraria-editora então em plena atividade, sediada também no Rio e que publicara Pedro Calmón (do qual saíra o ensaio *Os lusíadas* em coleção da Dois Mundos, que Cortesão também dirigiu) e uma revista conhecida, a *Mundo Literário*, cuja direção coubera a Agripino Grieco, intelectual brasileiro que será publicado pela Livros do Brasil (“Freitas Bastos” s.d. e Hallewell 2005: 420).

(22) Como deixou escrito a Câmara Reys: «Creio que posso prestar grande serviço às letras portuguesas (com a sua difusão inteligente e planeada) as quais vocês nem podem imaginar a que declínio de prestígio chegaram no Brasil» (Lisboa 1944: 129).

Para enquadrar os textos a editar na Livros de Portugal criou uma coleção, a «Clássicos e Contemporâneos portugueses», que ficaria conhecida como «Clássicos e Contemporâneos». Em nova carta aos seareiros, de novembro de 1942, anunciava que tal coleção pretendia «oferecer, dentro de sessenta volumes aproximadamente, um quadro representativo do carácter literário da nossa cultura, desde a Idade Média aos nossos dias», abarcando «poesia», «romance» e «ensaio crítico» (cit. em Lisboa 1944: 129). Há quem avenge que a decisão de lançar esta coleção foi uma resposta de Cortesão ao apelo lançado por Gilberto Freyre no início dos anos 1940, de revitalização da cultura luso-brasileira através de realizações por parte dos seus pares dos dois lados do Atlântico, que este já então influente pensador brasileiro considerava estar sob ameaça (cf. Santos 1993: 278).

Cortesão não chegou a publicar tudo o que pretendia nesta coleção, mas conseguiu que a visibilidade da produção portuguesa não se confinasse a Eça e Camilo⁽²³⁾. Numa 1.ª fase, a «Clássicos e Contemporâneos» propôs livros com preparação e paratextos (contendo estudos novos e extensos) por especialistas brasileiros, excluindo os números 1 e 3 (concebidos por si próprio) e os que tiveram a coordenação de Fidelino de Figueiredo e do seareiro Câmara Reys⁽²⁴⁾. O volume inaugural, de 1943, foi *A carta de Pero Vaz de Caminha / com um estudo de Jaime Cortesão*, e além do dito estudo (literário, histórico e topográfico; reeditado em versões corrigidas pelas Portugália Editora e INCM) continha o *fac-simile* do «auto do nascimento do Brasil» e a sua leitura paleográfica, anotada e «em linguagem atual»⁽²⁵⁾. Este estudo tornou-se de referência, e ter-lhe-á servido de cartão-de-visita para as subsequentes encomendas do governo brasileiro, segundo opinião do correligionário Sarmiento Pimentel, também ele um republicano exilado⁽²⁶⁾. Inicialmente lançara um apelo ao contributo dos

(23) Na referida missiva de 20/1/1942 anunciava volumes para Fernão Mendes Pinto e Fernão Lopes que não terão sido publicados. Aliás, na badana da contracapa de livros desta coleção vinha anunciada uma reedição da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, com prefácio de Pedro Calmón, mas não se conseguiu localizar esta obra. Além disso, a coleção não chegou a totalizar os c. 60 volumes por si previstos, quedando-se seu labor em 19 títulos (*apud* Pimentel 1952: 196).

(24) V. *Antero de Quental. Prosas escolhidas*, n.º 5, 1942, e *Livro do centenário de Eça de Queiroz*, 1945.

(25) Cit. de badana de contracapa. Note-se que houve vários volumes desta coleção publicados em 1942, como o n.º 5, mas o n.º 1 tem data de 1943.

(26) Pimentel 1952: 196. Opinião corroborada por estudiosos como Silva 2007: 148-9.

escritores portugueses para aquilo que considerava ser uma missão de «interesse nacional», mas reduzira o escopo aos seareiros (pois a carta que dirigiu a um deles subentendia isso), os quais não conseguiram (ou não quiseram) envolver-se determinadamente, daí o maior peso adquirido pelos colaboradores brasileiros⁽²⁷⁾.

Em 1944, a coleção tinha já 12 volumes. Publicaram-se nesta coleção autores clássicos e mais recentes da literatura portuguesa, como Gonçalves Crespo, Eça de Queirós, Antero de Quental e Fialho de Almeida, em reedições ou antologias críticas concebidas, respetivamente, por: Afrânio Peixoto; Lúcia Miguel Pereira e Câmara Reys, e Vianna Moog; Fidelino de Figueiredo, Manuel Bandeira; José Lins do Rego. Nota-se uma ênfase no século XIX (com extensões sobretudo ao século XX), procurando dar uma panorâmica diversificada, nos nomes e géneros literários: além das obras já referidas, contos históricos e rústicos, produção de Antero, polémicas de Camilo e Eça, crónicas de Fialho, Eça e Ramalho Ortigão, etc. Houve também uma preocupação em apresentar e publicitar conteúdos com afinidades com o Brasil: assim, o livro *O que o povo canta em Portugal* (n.º 3), de Cortesão, era apresentado como uma recolha etnomusical acompanhada por «um largo estudo sobre a arte popular portuguesa nas suas relações com o Brasil»; a recolha dedicada a Camilo intitulava-se *Polémicas em Portugal e no Brasil* (n.º 10); e relançavam-se *Elogio histórico de José Bonifácio [de Andrada e Silva]* (n.º 2, louvor de Latino Coelho ao «patriarca da independência» do Brasil, ainda que buscando destacar o contributo deste para a ciência portuguesa) e *Diálogos das grandezas do Brasil* (n.º 14), obra do século XVII mas só editada comercialmente em 1930. Além disso, reitera-se, a maioria dos estudos que acompanhavam as obras eram da lavra de peritos brasileiros.

Esta editora divulgou ainda (mas já sem Cortesão) nomes emergentes das letras brasileiras, como Jorge de Lima (*Invenção de Orfeu*, 1952, prefácio de Murilo Mendes e João Gaspar Simões) e, sobretudo, Cecília Meireles. Juntos com Manuel Bandeira foram representantes cimeiros do modernismo brasileiro, enquanto Gaspar Simões foi um dos expoentes do 2.º modernismo português. De notar que Cortesão foi sogro do poeta e ensaísta Murilo Mendes, que se casou com a sua filha Maria

(27) Na referida carta de 11/1942 termina dizendo: «era necessário que daí nos ajudassem (os escritores) com boa-vontade e compreensão, numa tarefa que é de interesse nacional» (Lisboa 1944: 129).

da Saudade Cortesão em 1947 e fez carreira universitária em Roma, a partir de 1957. A sua outra filha, Judith Cortesão, casou-se com o filósofo exilado Agostinho da Silva, reforçando outro entrelaçamento, entre laços de parentesco, afinidades intelectuais e cumplicidades luso-brasileiras ligadas ao exílio (Ribeiro 2017: 123-4).

A «Clássicos e Contemporâneos» foi ilustrada pela pintora Maria Helena Vieira da Silva, também ela exilada no Brasil após recusa pelo Portugal ditatorial de visto de residência ao marido húngaro em fuga do nazismo, o também pintor Árpád Szenes⁽²⁸⁾.

Pouco depois, Cortesão seria diretor literário noutra editora, a Dois Mundos Editora, Lda. (sediada também no Rio de Janeiro, na R. do Ouvidor, lugar das grandes livrarias cariocas da época). A Dois Mundos (ou Edições Dois Mundos, como também surge grafada) fora igualmente fundada por António de Sousa Pinto, junto com o seu irmão Joaquim de Sousa Pinto, c. 1943⁽²⁹⁾. Trata-se dum 'desdobramento' (ou chancela) da Livros de Portugal, visto que os seus proprietários e projeto eram similares (embora com mudança parcial de donos), prosseguiu a coleção «Clássicos e Contemporâneos» e teve também Cortesão como diretor. Editou uma pioneira antologia da nova poesia lusa por Cecília Meireles, *Poetas novos de Portugal* (1944), na qual se revelou Fernando Pessoa ao auditório brasileiro. Através dela Gilberto Freyre introduziu *As farpas* do duo Eça e Ramalho Ortigão ao público brasileiro, em 1943. E o já então conhecido folclorista Luis da Câmara Cascudo aí organizou *Os melhores contos populares de Portugal*, em 1944, seleção complementada por um estudo seu. A coleção integrou ainda livros de João de Barros (*Presença do Brasil*, 1946) e de neófitos como José Rodrigues Miguéis (*Onde a noite se acaba*, 1946), que terão difusão no Brasil pela Livros de Portugal.

Esta coleção foi, até certo ponto, um prolongamento da anterior «Biblioteca Lusitana», retomando algumas ideias gizadas no programa editorial da Renascença Portuguesa, embora com um perfil mais aberto, moderno e assumidamente luso-brasileiro. Em contramão da Anuario

(28) Sobre a participação de Vieira da Silva v. Silva 2007: 148.

(29) A crer na data de edição dos livros mais recuados que localizámos para esta editora (v. PORBASE). O último livro da coleção «Clássicos e Contemporâneos» é de 1947, daí termos optado por esse ano para hipotética data de término do labor de Cortesão enquanto diretor literário nesta editora.

do Brasil, várias obras da Livros de Portugal e da Dois Mundos terão distribuição em Lisboa pela Livros do Brasil.

Para um seu biógrafo, tal coleção foi «a melhor antologia brasileira da cultura portuguesa, em que nomes notáveis da literatura do país irmão colaboraram na selecção e nos prefácios, incluindo textos de alguns dos melhores autores portugueses» (Santos 1993: 230).

Noutra coleção da Dois Mundos, a «Estudos históricos e literários», saíram ensaios de Pedro Calmón sobre *Os lusíadas*, de Camões (1945) e de Agostinho de Campos sobre o *Futuro da língua portuguesa no Brasil* (1948), entre outros.

Cabe ainda referir três encomendas brasileiras, todas dos anos 1950, pois conferiram-lhe mais prestígio e um estatuto equiparável ao de diretor literário: 1) em 1950 a liderança da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro encomendou-lhe a publicação dos *Manuscritos da coleção «De Angelis»*, aí depositados, documentação essa proveniente do arquivo histórico dos jesuítas do Paraguai e relativa à história do Brasil (7 v., 1951-70); 2) nos anos 1950, a Sociedade Pedro II, presidida por Assis Chateaubriand, encomendou-lhe um estudo sobre *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, obra editada pelo Ministério da Educação e Cultura brasileiro (em 1958); 3) em meados de 1950 o Gabinete Português de Leitura carioca encomendou-lhe o levantamento *Pauliceae lusitana monumenta historica*, editado em 3 tomos entre 1956 e 1961 (Simões 1961: 32; Santos 1993: 284). É neste âmbito que ocorreram os únicos momentos de suspensão do seu longo exílio (além do de 1940), por impulso doutro Estado que não o de origem, através de missões culturais oficiais em 1952-3 e 1955 (Águas 1985: 178/9).

Importa por fim destacar o labor de tradutor de Cortesão, em parte por necessidades económicas, noutra parte enquanto modo de divulgar textos relevantes e de reforçar uma cultura universalista e cosmopolita (v. lista em Santos 1993: 232). Foi neste contexto que traduziu uma obra como *Cartas de amor: Soror Mariana*, da freira portuguesa Mariana Alcoforado (v.o. *Lettres portugaises* 1669), que fez acompanhar por estudo comparativo doutras traduções e se publicou de par no Rio (pela Anuario do Brasil) e no Porto (pela Renascença Portuguesa), em 1920. Em 1945, fez a revisão da tradução de *O que Hitler me disse*, para a Dois Mundos, testemunho muito requisitado sobre a II Guerra Mundial cuja tradução original (de João de Barros) publicada em Lisboa em 1940 (com o título *Hitler disse-me...: confidencias do Fuhrer sobre os seus planos de conquista do mundo*, pela

Livraria Clássica Editora) fora profundamente mutilada pela censura oficial⁽³⁰⁾. A editora aceitou ainda a sua sugestão de publicar a tradução por Jaime Morais do manuscrito *España heroica*, do general republicano Vicente Rojo, mas malograda em 1945 por diferendo em torno de direitos autorais (Paulo 2012). De resto, o grupo dos Budas continuaria sintonizado com os republicanos espanhóis e com a ideia duma luta comum anti-ditaduras ibéricas, como atesta a nota de abertura por Cortesão, em 1947, no jornal *Libertação*, co-editado pela Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol e a Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa (Paulo 2008: 103). Integrou também o Directório Democrato-Social, congregando republicanos de várias latitudes desde 1950.

Nesta década, Cortesão participou num Congresso Internacional de Escritores, seguido de Encontros Intelectuais (patrocinados pela UNESCO), ambos em 8/1954, no âmbito da programação do IV Centenário de São Paulo, no qual foi comissário da Exposição Histórica de São Paulo no Quadro da História do Brasil (Silva 2007: 132-3 e 149). Estes encontros erigiram-se como «espaços privilegiados para se defender a liberdade de criação, as denúncias contra a censura em Portugal e a exposição de críticas à ideologia nacional-colonial» (*idem*: 133). A sua participação juntou-se à de velhos *compagnons de route* como Adolfo Casais Monteiro e Rodrigues Lapa, mas da sua lavra apenas se publicou o comentário à palestra de Roger Bastide, sobre a visão da América pelos europeus (v. Congresso internacional de escritores e Encontros Intelectuais 1957: 159-94). Porém, o congresso exaltaria a liberdade de expressão (na declaração de princípios e apoiando o proselitismo de Casais Monteiro) e agradeceria ainda a Cortesão (*idem*: 249; Lemos & Leite 2002: 23-28). Ademais, o exílio brasileiro trouxe um agudizar da crítica à política colonial (culminando na aceitação da autodeterminação dos povos, por via da questão indiana, embora mantendo-se a ideia duma pátria una), distanciando-se duma tradição republicana integracionista (Paulo 2014: 57-8).

No Brasil, Cortesão permaneceu assim envolvido no combate antifascista, a que juntaria uma discreta crítica ao colonialismo salazarista, tendo escrito em jornais (p.e. em *Portugal Democrático*, de que foi colaborador e inspirador intelectual) e revistas (p.e., na *Revista*

(30) *Apud* «Advertência [dos editores]», p. 7 da edição da Dois Mundos. Datação *apud* Águas 1985: 197.

Portuguesa, 1930-45) e convívio em círculos específicos (lusos, luso-brasileiros, etc.), mas ignora-se se integrou o Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, criado em 1958, pois, embora próximo do núcleo duro, já abalara para Lisboa⁽³¹⁾.

O regresso do exílio: coerência cívica e intelectual

O retorno do exílio, em 1957, não significou para Cortesão uma suspensão da sua atividade cívica, política ou cultural, permanecendo fiel, até ao fim dos seus dias, ao empenho de sempre pela democratização da sociedade portuguesa. Isso mesmo se comprova em várias tomadas de posição pública, designadamente enquanto co-signatário dum manifesto de intelectuais portugueses contra a censura em Portugal (1957), presidente da Sociedade Portuguesa de Escritores (1958-60), na qual sucedeu ao seu amigo Aquilino Ribeiro e teve que o defender devido ao processo político-judicial em torno do seu livro *Quando os lobos uivam* (1958-9), e impulsor do Programa para a Democratização da República, publicado pela oposição republicana e frentista em 31/1/1961 e no qual surge homenageado *post mortem*. O caso porventura mais traumático terá sido o da sua prisão em 1958, por ser co-signatário de protesto contra a proibição da vinda do político trabalhista Aneurin Bevan a Portugal (Santos 1993: 13 e 207-8), pois esse vexame foi-lhe feito na velhice.

Foi sintomático da sua afeição às redes criadas (e a novas) o facto de continuar a mobilizar os seus contactos no Brasil e alhures para fazer intervenção cívico-cultural, sendo caso emblemático a série de artigos agrupados sob a divisa «O povo tem fome de cultura», de 1955. Trata-se dum divisa bem explícita, que punha a pressão sobre a necessidade de se reforçar a oferta cultural (grandemente formativa, no seu entender) para a maioria da população. Esse conjunto de textos saiu ao longo de três meses em cinco jornais de três continentes (*O Estado de S. Paulo*, São

(31) Silva 2007: 140-1 e 160. O CIAPPLE, iniciativa do grupo do jornal *Portugal Democrático* e informalmente instalado na redação do jornal *O Estado de São Paulo*, divulgou eventos, publicações e artigos de opinião sobre a situação portuguesa ou dos imigrantes e exilados portugueses no Brasil, e dossiês de denúncia dos «crimes da Guerra Colonial», depois enviados à ONU (Silva 2007: 160 e 211-215).

Paulo, 21/8; *Notícias*, Lourenço Marques, 23/8; *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 12 e 29/10; *Semana Portuguesa*, São Paulo, 29/10; e *A Nossas Terra*, Cascais, 3/12), dando assim maior ressonância ao seu conteúdo, empenhadamente pró-democratização cultural.

Conclusões

A condição de exilado de Jaime Cortesão significou para si uma situação de separação forçada e dolorosa da terra natal. Esse sentimento aproxima-o do comum dos exilados, com os quais partilhou também uma predisposição para a reflexão sobre a sua pátria. Porém, a sua perspetiva não sofreu mudanças abruptas, antes aprofundou linhas de interpretação que já tinha apresentado no seu país. Essas linhas passaram em grande medida por uma articulação entre as histórias de Portugal e do Brasil, na escrita histórica, e por um intercâmbio luso-brasileiro nos estudos culturais, literários e ensaísticos, que dinamizou enquanto publicista, autor, tradutor e, sobretudo, diretor editorial.

Outro aspeto central de continuidade em Cortesão foi a sua inclinação para o envolvimento em grupos de reflexão e intervenção cívica, educativa e cultural. Esses grupos estiveram inicialmente animados pelo republicanismo político e cultural, como os ligados ao movimento da educação popular, a Renascença Portuguesa, o grupo da Biblioteca Nacional e a *Seara Nova*. A partir daí começou a construir-se boa parte do prestígio de Cortesão mas também as redes e o intercâmbio intelectual, mormente com o Brasil, como no caso das ramificações da Renascença Portuguesa e da Academia das Ciências de Lisboa. Outro caso foi o da União Intelectual Portuguesa, criada no seio do grupo da Biblioteca Nacional e que abriu portas para a partilha da mensagem anti-ditatorial no exílio europeu. No exterior, tanto em França como em Espanha ligou-se a grupos de correligionários republicanos defensores da legitimidade do republicanismo deposto (numa primeira fase, até meados dos anos 1930), tendo tido ainda influência a sua condição de maçom. Já no Brasil as redes estenderam-se a mais âmbitos, desde círculos intelectuais, diplomáticos, académicos e da política cultural ao envolvimento em projetos de resistência frentista (como o jornal *Portugal Democrático*) e de novas editoras de cunho luso-brasileiro, como a Livros de Portugal e a Dois Mundos. Redes essas que lhe proporcionaram contínuos convites

e encomendas, tanto públicos como privados, assim lhe assegurando sustento material e reconhecimento. Ponto alto foi o comissariado da Exposição Histórica de São Paulo (1954), pelo qual foi distinguido como cidadão de honra dessa urbe.

Este longo elo luso-brasileiro atenuará necessariamente a experiência de exilado de Cortesão e contrasta com o forte sentimento de desenraizamento comum a muitos exilados de entreguerras (Camurri 2014), conferindo-lhe uma especificidade, duplamente enredada na história, na que uniu os dois países nos fluxos migratórios e de ideias e na que foi seu ofício central, contribuindo para legitimar uma perspectiva de identidade nacional inclusiva (embora com dificuldade geracional em assumir a rutura anticolonial).

Em estreito nexos com os anteriores, saliente-se a militância ativa de cariz antifascista, que culminou na sua afirmação enquanto escritor antifascista transnacional e que lhe valeu a acusação de traidor à pátria. Representou este novo tipo de intelectual público sobretudo através do seu envolvimento na Associação Internacional para a Defesa da Cultura e nos seus congressos frentistas de 1935 e 1937, realizados em França e Espanha. Mas também no exílio brasileiro, escrevendo em jornais dos círculos da resistência e ajudando a denunciar (por via indireta) o sequestro dos direitos humanos por Salazar em vários encontros, incluindo um patrocinado pela UNESCO em 1954, no âmbito do IV centenário de São Paulo.

O regresso deste exílio político e intelectual, após três décadas de ausência forçada (apenas interrompida pela breve passagem mal sucedida em 1940 e por missões culturais de 1952-3 e 1955 em nome do Estado brasileiro), confirmará a sua coerência cívica e intelectual: a escrita histórica e ensaística segundo uma perspectiva patriótica e universalista, abrangente e democrática; a persistência no combate cívico pela democratização da sociedade portuguesa; e o prosseguimento da colaboração na imprensa estrangeira e portuguesa para divulgação cultural e histórica das suas ideias.

Bibliografia

Alianza de Intelectuales Antifascistas para la Defensa de la Cultura (1936). "Manifiesto de la Alianza de Escritores Antifascistas para

- la Defensa de la Cultura”, *La Voz*, 4854 (30/7), 3, <http://www.ramongomezdelaserna.net/bR.manifiesto.htm> (acedido a 29/6/2019).
- Águas, Neves (1985). *Bibliografia de Jaime Cortesão*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Baptista, Jacinto (coord.; 1985). *Jaime Cortesão, Raul Proença: catálogo da exposição comemorativa do primeiro centenário (1884-1984)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- « – » (1990), *Jaime Cortesão, Raul Proença: idealistas no mundo real*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- “Biblioteca Lusitana” (1915). *A Vida Portuguesa*, 33, 102-3.
- Bueno Sánchez, Gustavo (s.d.). “El mono azul (1936-1939)”, *Filosofía en español*, <http://www.filosofia.org/hem/med/m043.htm> (acedido a 29/6/2019).
- Camurri, Renato (2014). “The exile experience reconsidered: a comparative perspective in european cultural migration during the interwar period”, *Transatlantica*, 1, 1-16.
- Clímaco, M. Cristina (1995). “A emigração política portuguesa em França (1927-40)”, *Penélope*, 16, 153-177.
- « – » (2017). *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio (1927-1936)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Congresso Internacional de Escritores e Encontros Intelectuais (1957). *Congresso Internacional de Escritores e Encontros Intelectuais da UNESCO*. São Paulo: Editôra Anhembi e Sociedade Paulista de Escritores.
- Cortesão, Jaime (1922). *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Paris: Aillaud, Lisboa: Bertrand.
- « – » (1923). “A expedição de Cabral (1500)”, in de Carlos Malheiro Dias (coord), *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, II, 1-39.
- « – » (1930a). “Os factores democráticos na formação de Portugal”, in Luís de Montalvor (dir.), *História do regímen republicano em Portugal*. Lisboa: Ática, I, 13-96.
- « – » (1930b). *L’expansion des portugais dans l’histoire de la civilisation*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- « – » (1932). “O franciscanismo e a mística dos Descobrimentos”, *Seara Nova*, 301 (2/6), 198-204.
- « – » (1941). “Jaime Cortesão na Academia Brasileira de Letras”, *Seara Nova*, 700 (11/1), 63-64.
- « – » (1960 [1912]). “Prefácio a modo de memórias”, in *O Infante de Sagres*. 4.^a ed., [Porto]: Marânus.

- « - » (1965). *O humanismo universalista dos portugueses*. Lisboa: Portugália Editora.
- « - » (1987). *13 cartas do cativo e do exílio (1940)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Farinha, Luís (1998). *O revirinho*. Lisboa: Estampa.
- “Freitas Bastos” (s.d.), *Wikipédia*, https://pt.wikipedia.org/wiki/Freitas_Bastos (acedido a 29/6/2019).
- Gonçalves, João (1986). “A actividade editorial e tipográfica da Biblioteca Nacional: 1919-1927”, *Revista da Biblioteca Nacional*, s.2, 1, 1/2, 237-244.
- Gutiérrez, Montse, Moncunill, Fructuós (2007). “Bibliografia”, *Juliol 1937. II Congreso Internacional de los Escritores para la Defensa de la Cultura (Valencia-Madrid-Barcelona-Paris)*, <https://ddd.uab.cat/pub/expbib/2007/exili/bibliografia.asp.html> (acedido a 29/6/2019).
- Hallewell, Laurence (2005). *O livro no Brasil*. 2.^a ed.. São Paulo: EdUSP.
- Lemos, Fernando, Leite, Rui Moreira (ed.; 2003). *A missão portuguesa, rotas entrecruzadas*. São Paulo: Unesp.
- Lisboa, Irene (1944). *Inquérito ao livro em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, vol.1.
- Magalhães, Joaquim Romero (20--). “CORTESÃO, Jaime Zuzarte (Ançã, 1884 - Lisboa, 1960)”, *Dicionário de Historiadores Portugueses*, <http://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/cortesao.pdf> (acedido a 29/6/2019).
- Oliveira, Ângela Meirelles de (2013). *Palavras como balas*. São Paulo: USP, tese doutr.
- « - » (2015). “Repercussões do Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura de Paris (1935) no Cone Sul: luta antifascista e debates culturais”, *Dimensões*, 35, 270-94.
- Oliveira, Francisco Roque de (2016). “«Hoy me anuncian que la revolución de Portugal será mañana»: o exílio de Jaime Cortesão na Espanha republicana”, *GeocritiQ*, 198, <http://www.geocritiq.com/2016/01/hoy-me-anuncian-que-la-revolucion-de-portugal-sera-manana-o-exilio-de-jaime-cortesao-na-espanha-republicana> (acedido a 29/6/2019).
- Ortiz, Jean (2017). “80 ème anniversaire du «Second Congrès International des Écrivains Pour la Défense de la Culture»”, *Pablo Neruda [blogue]*, 5/7, <http://pablo-neruda-france.blogspot.pt/2017/07/quatrevingtieme-anniversaire-du-2eme.html> (acedido a 29/6/2019).
- Paulo, Heloísa (2008). “Imagens da Liberdade: os exilados portugueses e a luta pela liberdade na Península Ibérica”, *Estudos do Século XX*, 8, 87-103.

- « – » (2009). “O exílio português no Brasil: Os ‘Budás’ e a oposição antisalazarista”, *Portuguese Studies Review*, 14, 2, 125-42.
- « – » (2012). “Portugais et espagnols et la lutte pour la République (1934-1946)”, https://www.academia.edu/22386164/Portugais_et_espagnols_et_la_lutte_pour_la_République_1934-1946 (acedido a 29/6/2019).
- « – » (2014). “Exílio: uma história em três dimensões”, *História*, 33, 1, 50-65.
- Pena-Rodríguez, Alberto (2014). “«Mensaje del verdadero Portugal». Los intelectuales portugueses, la IIª República española y el fascismo ibérico: prensa y propaganda”, *Arbor*, 190, 766, 1-12.
- Pimentel, Sarmiento (1952). “Portugueses emigrados políticos no Brasil”, *Seara Nova*, 1266-69 (27/12), 195-7.
- Pintassilgo, Joaquim (2006). “O debate sobre as Universidades Populares na imprensa portuguesa de educação e ensino: o exemplo de «A vida portuguesa» (1912-1915)”, *Revista HISTEDBR On-line*, 24, 93-101, http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/24/art08_24.pdf (acedido a 29/6/2019).
- Ribeiro, David W. A. (2015). *Cartografia das relações*. São Paulo: USP, tese maestr.
- Santos, Alfredo Ribeiro dos (1990). *A Renascença Portuguesa*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- « – » (1993). *Jaime de Cortesão um dos grandes de Portugal*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- « – » (2009). *História literária do Porto através das suas publicações periódicas*. Porto: Afrontamento.
- Silva, Douglas Mansur da (2007). *Intelectuais portugueses exilados no Brasil: formação e transferência cultural, século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, tese doutr.
- Simões, Nuno (1961). “Jaime Cortesão e o Brasil”, *Ocidente*, 61, 25-40.
- Travessa, Elisa Neves (2004). *Jaime Cortesão: política, história e cidadania (1884-1940)*. Porto: Asa.
- Truzzi, Oswaldo (2008). “Redes em processos migratórios”, *Tempo Social*, 20, 199-218.

(Página deixada propositadamente em branco)

EXÍLIO E LIBERDADE NA POESIA DE MANUEL ALEGRE EXILE AND FREEDOM IN THE POETRY OF MANUEL ALEGRE

ELSA RITA DOS SANTOS
Università degli Studi di Trento, Italia
elsa.ritadossantos@unitn.it
<https://orcid.org/0000-0002-3280-894X>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/06/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 21/01/2020

Resumo:

O exílio, afastamento forçado da própria pátria (desterro), tem sido sentido e vivido de modo diferente ao longo dos tempos. No século XIX, os românticos enriqueceram semanticamente a palavra 'exílio', ligada a perseguições políticas das quais tantos deles foram alvo, com a noção de um exílio existencial representativo da experiência de se sentirem estrangeiros em todo o lado, inclusive na sua própria terra. Todavia existe um exílio que precede estes dois, essencial à condição humana e de matriz judaico-cristã, e que remonta à expulsão de Adão e Eva do Paraíso. Estas três tipologias de exílio, expostas por Claudio Guillén em *O Sol dos Desterrados* (1995), servir-nos-ão de guia na análise que nos propomos realizar na poesia de Manuel Alegre, exilado em Paris e Argel entre 1964 e 1974. Trata-se de uma poética em que o tema do exílio é permanente e vai no rastro de uma liberdade individual, coletiva e criativa.

Palavras-chave

Exílio; Manuel Alegre; poesia; liberdade; errância.

Abstract:

Exile, banishment from one's homeland, has been perceived and experienced differently throughout time. In the nineteenth-century, Romanticists added to the traditional semantics of the word 'exile', denoting the political persecution of which so many have suffered, the notion of existential exile, referring to the experience of being an outsider everywhere, including in one's own country. There is yet a further notion of exile which precedes the former two and is inherent to the human condition within the Jewish-Christian tradition, dating back to the expulsion of Adam and Eve from the Garden of Eden. These three types of 'exile', thoroughly discussed by Claudio Guillén in *O Sol dos Desterrados* (1995), will guide us in our analysis of the poems of Manuel Alegre, exiled in Paris and Algiers between 1964 and 1974. Poetry in which the theme of exile is often present and follows the path of individual, collective, and creative freedom.

Keywords

Exile; Manuel Alegre; poetry; freedom; wandering.

«Não teria escrito o que escrevi, se não tivesse vivido o que vivi.»

Manuel Alegre

Em literatura, o exílio é um tema recorrente pela diversidade e riqueza de significados que a palavra assume, sobretudo em âmbito poético. A obra de Manuel Alegre não é exceção; todavia, nesta, como nas grandes poéticas, o exílio molda-se a uma forma e a uma semântica próprias e singulares que percorrem e multiplicam as suas vastas expressões. Nesse sentido, o comparatista espanhol Claudio Guillén (Guillén 2005: 139-142) distingue três tipologias de exílio: o exílio enquanto condição original da humanidade, ligado à expulsão do Paraíso, o exílio histórico e real, por razões políticas ou económicas, e, por fim, o sentimento de exílio físico e espiritual em relação à própria vida. Denominaremos estas três tipologias por essencial, circunstancial e existencial⁽¹⁾, respetivamente, sendo que cada uma corresponde a uma determinada relação do sujeito poético com o tempo. Assim, a primeira une um passado remoto, originário e perdido a um futuro sob o signo da redenção ou, numa perspetiva

(1) Claudio Guillén denomina estes três exílios por 'primeiro exílio' ou 'exílio original e colectivo', 'exílio do exílio' ou 'histórico e real' e 'terceiro exílio', respetivamente. (Guillén 2005: 139-142).

meramente laica, da espera e da esperança; a segunda caracteriza-se por um profundo sentimento de destempo por parte do exilado, que, incómodo no presente, tende a abandonar-se às recordações de tempos passados; já a última advém de um desassossego íntimo do sujeito poético relativo também ao presente, mas que não encontra serenidade nem na memória nem no projetar-se sobre o futuro. Este último exílio corresponde à errância existencial, à demanda dos poetas; move-se, por isso, num espaço espiritual ou intelectual e não no espaço físico do desterro ou no espaço redentor ou utópico do exílio essencial.

Vamos de seguida efetuar uma análise das três tipologias de exílio, bem como da relação do sujeito poético com o tempo, nas obras poéticas de Manuel Alegre, em particular naquelas publicadas⁽²⁾ ou escritas nos anos de exílio – *Praça da Canção* (1964/65⁽³⁾), *O Canto e as Armas* (1967), *Um Barco para Ítaca* (1971) e *Letras* (1974) – e em *Atlântico* (1981).

Manuel Alegre, para evitar uma segunda detenção pela PIDE, deixa Portugal em junho de 1964 e regressa quase dez anos depois, quando a Revolução de Abril o permite, precisamente a 2 de maio de 1974. É o exílio circunstancial da distância geográfica, imposto pelo momento histórico. Vive em Paris e depois em Argel (desde outubro de 1964 até poder retornar ao seu país), onde trabalha como locutor na rádio “Voz da Liberdade”, que emite desde a capital argelina, e onde, como poeta e membro da Frente Patriótica de Libertação Nacional, continua a sua militância política pela democracia em Portugal.

A obra *Praça da Canção* é composta antes de Manuel Alegre dar ‘o salto’ para Espanha e passar para França. No entanto, o iminente desterro já ensombra o futuro nos versos anteriores à partida, única solução possível para a perseguição policial que vai apertando o cerco. A perda do solo pátrio, do qual muito relutantemente se separará, ainda não é real, mas prefigura-se como experiência dolorosa; por isso, o poeta numa atitude determinada, desafiante e destemida finca bem os pés na sua terra e afirma em “Canção Segunda”: «Canto de pé no meio do país amado» (Alegre 1995: 46). Como indicado também no título do livro,

(2) Excluímos desta análise algumas poesias escritas durante o exílio, mas só editadas mais tarde, em *Coisa Amar (Coisas do Mar)*, de 1976, ou “País em inho” incluída em *Atlântico* (1981). (Vilhena 2005: 60 e 49).

(3) «Apesar da data da capa ser 1965, a sua impressão foi feita ainda em 1964, para permitir uma distribuição que escapasse à vigilância da polícia política» (*Idem*: 97).

reivindica-se aqui uma poesia centrada na praça, espaço público de encontro e de confronto, em que o poema é o lugar eleito para questionar indivíduo, tradição, memória, história, presente, futuro, identidade de um país e de um povo (no qual o sujeito poético se insere com o uso frequente da primeira pessoa plural), como em “Canção Primeira”:

Sobre as colinas desta terra voltada para o mar
plantai o meu poema.

Ali quero ficar
completamente nu e desfolhado
por todas as cidades destruídas
e por todos os povos arrasados
pelo passado pelo presente pelo futuro
ali quero cantar aos que passarem
uma canção que fale de quem somos:
das nossas casas e dos nossos violinos.
Do nosso pão e nossas rosas.
Da nossa vida e morte. Uma canção onde cantemos
transitórios eternos morrendo passando
ficando ainda
nos demorados violinos da canção tão breve. (*Idem*: 45)

A identificação da voz do sujeito poético com a do povo do seu país vai ao encontro de quanto afirmado pelo crítico brasileiro Mário César Lugarinho:

(...) cantar este Povo, cantar para este Povo, cantar por este Povo, é indubitavelmente o projecto poético inicial de Manuel Alegre que emerge como uma voz dissonante do panorama poético que se desenvolvia em Portugal (...) (Lugarinho 2005: 76).

Nostalgia

Antes de partir para França e a Argélia, Manuel Alegre vive, digamos, um primeiro corte com a sua terra quando combate na guerra colonial, em Angola, e, sobretudo, quando fica detido na prisão, na cidade de Luanda. Em “Rosas Vermelhas”, testemunho anteposto a *Praça da Canção*,

o poeta relata esse distanciamento espacial de que resultou uma primeira e sentida fratura temporal:

Em Maio de 1963 eu estava na cadeia. Dormia – como direi? – acordado sobre cada minuto. Tinha aprendido o irremediável. Alguma coisa, dentro de mim, se despedaçara para sempre (para sempre? Que quer dizer para sempre?). Era inútil chamar. Tinha aprendido, fisicamente, a solidão (Alegre 1995: 33).

Podemos remeter o ‘irremediável’ de Manuel Alegre para o ‘irreversível’ kantiano (Kant 2018: 54) ligado à nostalgia ou à dor do regresso. De retorno ao espaço objeto da sua saudade, o sujeito encontra-o transformado, bem como as pessoas que nele deixou, e apercebe-se de que ele próprio já não é o da vivência de outros tempos. Confrontado com a mudança, o indivíduo persuade-se da impossibilidade de suspender o tempo, pois, indiferente aos homens, este continua o seu inevitável percurso; desta forma, apreende que o período feliz e despreocupado, por cuja ausência sofre, ficou no passado e, exatamente pela sua posição temporal, é irrecuperável, irremediável, irreversível. Segundo Immanuel Kant é esta percepção da perda que cura a nostalgia; inclinamo-nos, no entanto, para a interpretação de Vladimir Jankélévitch quando afirma, na direção inversa de Kant, que «la nostalgia è una reazione all’irreversibile» (Jankélévitch 2018: 144). A mesma opinião exprime Antonio Prete quando precisa «il *nostos*, il ritorno, che nell’esperienza della *nostalgia* è un ritorno negato, e per questo doloroso, fonte cioè di *algos*» (Prete 2018: 166).

A perda e o ledo viver são o tema do poema “Romance do tempo inocente”: «Era um tempo de fruta e violinos / o sol nascia exactamente no meu quarto / havia uma árvore onde o mundo começava / – a velha árvore do largo dos ciganos» (Alegre 1995: 70).

Uma época serena, cadenciada pelos ritmos naturais da vida, em que o indivíduo se sente centro e fonte do mundo; uma vivência imperturbável ao tiquetaque do tempo porque o peso deste – e da dura realidade – ainda não se fez sentir; um tempo, enfim, em que se vive «a idade de não ter idade» (*Idem*: 71). «Mas tudo é contado a partir do presente, quando a consciência deceptiva do tempo e a vivência de um doloroso real já se interpôs como filtro modulador» (Morão 2009: 881). A vitalidade, a lucidez e o empenho político de Manuel Alegre impedem-no de se abandonar à nostalgia do próprio ‘tempo inocente’, pois entre o ontem e o hoje adveio uma aprendizagem da *polis*: a da existência da

fome, da pobreza, das desigualdades sociais, da guerra, da censura e da repressão policial. Aprendizagem que, necessariamente, condiciona o ato de lembrar esse inocente viver de outrora e que, pela poesia, se transfigura enlaçando a inocência de uns e a tristeza dos outros: «Nada sabíamos dos homens que viviam / do trabalho dos homens que não tinham casa. / Acreditávamos que não ter casa era ser livre. / Era um tempo de grandes gestos belos e gratuitos» (*Idem*: 71).

Tristeza

Na despedida, o olhar do poeta turva-se na contemplação de um país paralisado pela tristeza⁽⁴⁾. A esta é dedicada a sétima e última parte de *Praça da Canção* com o título “Canto da nossa Tristeza”. Na ‘tristeza’ – idiossincriticamente «tão portuguesa» (*Idem*: 127) – o poeta incorpora o cansaço, a submissão, o abatimento moral e a vileza que observa nos homens do seu país: «Esta tristeza que nos prende em sua teia / esta tristeza aranha esta negra tristeza / que não nos mata nem incendeia // antes em nós semeia esta vileza / e envenena ao nascer qualquer ideia. / É preciso matar esta tristeza» (*Ibidem*).

Esta última asserção é uma reação à tristeza-passividade do povo português diante da tristeza-miséria que perdura no país. Tristeza-resignação em contraste com a tristeza-vital do sujeito poético, a qual é o impulso do cantar do poeta em “Estou triste”:

Minha tristeza é mais pura
não se esconde no vinho não se esconde.
Precisa
de grandes gritos ao ar livre. De
partir à pedrada o copo
onde a vossa tristeza apodrece.
Precisa de correr. Apertar muitas mãos
encher as ruas de muita gente.

(4) É o «exílio de dentro» como o denominará mais tarde Manuel Alegre, que não o chegou inteiramente a viver, referindo-se a poetas como Sophia de Mello Breyner Andresen, Daniel Filipe ou Miguel Torga que permaneceram em Portugal apesar do sentimento de desadaptação e mal-estar em relação à situação e ao ambiente do próprio país (Alegre 1997: 18).

Precisa de batalhas
precisa de cantar. (*Idem*: 122-123)

A expressão do hiato entre estas duas ‘tristezas’, semanticamente tão distintas, evidencia a radical distância de atitudes entre o sujeito poético e os seus compatriotas (passiva nestes, ativa naquele).

Perda

Referimos anteriormente que o primeiro corte com a sua terra faz nascer no poeta a noção de perda e é esta, na opinião de Paul Ricoeur, que incute no indivíduo a percepção da distância temporal entre passado e presente (Ricoeur 2004: 68); pelo que a perda, podemos acrescentar, reconduz ou estabiliza o sujeito poético no tempo presente.

Na escrita de *O Canto e as Armas* (1967) o exílio enriquece-se com a experiência efetiva do sujeito poético. Na vivência do afastamento geográfico e físico do próprio país, emerge a nostalgia, essa dor que somente se aplaca nas imagens presentificadas pela memória. Perante a distância espacial o inelutável compasso do tempo surge na sua transparente crueldade, interrompido somente nos momentos do recordar, nas imagens da perene saudade. No ato de evocar ausenta-se o sujeito poético do lugar onde está e escorre a sua imaginação – em “Exílio” «E os olhos iam com as águas» (Alegre 1995: 190) – até ao tempo da infância, de onde brotam a casa de Águeda e os seus habitantes, tempo e espaço que mais tarde Manuel Alegre ficcionará em *Alma* (1995). É o canto das origens, da formação da própria identidade, dos afetos e da pertença (em sentido lato: da pátria), vinculado à terra que deixou, assim expresso em “Raiz”: «Canto a raiz do espaço na raiz / do tempo» (*Idem*: 148). É o canto desta vez da voz individual (indicado pelo itálico no texto) pois, se o destino de exilado é partilhado com os seus compatriotas – em “Exílio” «Éramos vinte ou trinta na margem do Sena» (*Idem*: 190) –, já ao olhar para além do espaço que tem diante de si (Paris) e lembrando o ‘tempo inocente’ da infância, a vida do exilado suspende-se e o sujeito poético destaca-se dos seus companheiros de infortúnio, por isso escreve em “Portugal em Paris”: «Solitário por entre a gente caminhei contigo / os olhos longe como o trigo e o mar» (*Ibidem*).

De novo, este momento de saudade é apenas uma interrupção temporária, Manuel Alegre não cede ao canto das sereias e regressa

à atualidade – em “Areia por entre os Dedos”, «A minha hora é esta hora / o meu instante é este instante» (*Idem*: 205). E no poema, “Pátria Expatriada”, o poeta recupera com pujança a palavra e o ritmo do ‘poemarma’, regressa à emergência do tempo presente coletivo, à causa do cantar poético. Ou, como o poeta magistralmente resume em “Canção de circunstância”: «Canto conforme a circunstância / circunstância não minha mas dos homens todos» (*Idem*: 115).

Em *Um barco para Ítaca* a condição de viver no presente é firmemente reivindicada pela personagem Ulisses – com quem por vezes o poeta se identifica – diante da oferta de eternidade da deusa Calipso: «Se dos deuses é todo o Tempo / de nós é só o instante. E só de nós é a saudade. / Mais do que os deuses amamos o sempre / pois só de nós é o nunca mais» (*Idem*: 256).

Do contínuo fluir do tempo o homem apreende a força e a razão de viver e lutar, porque só inscrito no presente assimila o real. Em Manuel Alegre, a atitude de fincar pé no momento, renegando atitudes nostálgicas ou futuros enevoados, surge ligada à consciência da transitoriedade da vida humana, condição humana que, na entrevista ao jornalista João Céu e Silva, o poeta revela ter compreendido cedo, ainda na infância (Silva 2010: 16). O viver no tempo que continuamente passa, o saber-se excluído da eternidade, do sempre, de fragilidade transforma-se em valor e guia essenciais do sujeito poético, na medida em que é um convite a desfrutar intensamente cada instante. Não é, contudo, o leve e inconsequente *carpe diem*, e sim, como afirma a personagem Telémaco em *Um barco para Ítaca*: «Este é tempo de partir / este é tempo de voltar» (Alegre 1995: 280). Escrito de uma forma mais prosaica: é tempo de agir e intervir. Ou, voltando às palavras do poeta:

Corre o tempo e não se cansa
em cada tempo outro tempo
todo o tempo é de mudança.
Mesmo em tempo contratempo
quem porfia sempre alcança.

Vai-se um tempo chega um tempo
todo o tempo é de mudança.
“Guitarras do meu país” (*Idem*: 236)

Chega um tempo de agir no sentido do Tempo
tempo de se ganhar o tempo já perdido
tempo de se vencer o tempo-contratempo
para que o Tempo torne a ter sentido.
Chega um tempo de empunhar as armas do
Tempo.

“Tempo de não tempo de sim” [(*Idem*: 221).

Mudança

Em geral, o desterro, afastamento geográfico do espaço familiar, conduz à consciência de uma exclusão espacial e, sobretudo, temporal. Este sentimento de destempo⁽⁵⁾, isto é, de não partilha, de ficar fora dos acontecimentos, de não sincronia com os seus conterrâneos, também, naturalmente, foi sentido por Manuel Alegre:

Nós, no exílio, estamos agarrados a um país que ainda não é. Depois regressa-se e há um desencontro, porque, de qualquer maneira, a vida continuou. O País que nós tínhamos deixado mudou e o País que nós tínhamos imaginado continua ainda a não ser. É extraordinariamente difícil regressar, e eu penso que um exilado ficará, de certo modo, sempre um pouco... exilado. (*apud* Vilhena 2005: 63)

O sentimento de destempo move-se entre o tempo dos que ficaram, do qual o exilado é excluído, e o tempo cristalizado da memória e da nostalgia. Paradigma do sentimento de destempo – como de todos os sentimentos associados ao exílio – é o Ulisses homérico que viaja sempre na esperança do retorno e que quando regressa não é reconhecido por ninguém, encontrando tudo e todos mudados e sendo ele próprio outro diferente do que partiu vinte anos antes – na poesia “Regresso a Ítaca”, «O teu próprio retrato te parece um outro» (*Idem*: 555). Todavia, em *Um barco para Ítaca*, Ulisses não é o homem que regressa, mas metaforiza-se poeticamente, como apontado por Clara Rocha, no «representante de um povo sedento de liberdade e de justiça» (Rocha 1980: 53) e, portanto, está para além da mudança:

Velho: Quero dizer que em cada homem há um rei
que nunca foi. Um rei que ainda não é.

(5) O vocábulo ‘destempo’ é usado por Jorge Luís Borges (1899 – 1986) e Adolfo Bioy Casares (1914 – 1999) para o título da revista que criam em 1936 (saem três números e, em 1937, encerra) com o significado de ‘fora do tempo’. Com esta escolha os dois diretores afastam-se de qualquer corrente literária, e, em particular, negam qualquer pertença a grupos coetâneos. Em 1972, Józef Wittlin discorrendo sobre a experiência do exílio contrapõe ao vocábulo espanhol ‘destierro’ (‘desterro’), sinónimo de exílio com ênfase na pena espacial e no desenraizamento de uma geografia afetiva, a conceção de ‘destiempo’ (‘destempo’) enquanto privação do tempo, «di quel tempo che continua a scorrere nel suo paese» (Wittlin 1972: 38).

Ulisses está em ti e está em mim
Ulisses te chamarás Ulisses me chamarei.
Todos nós poderemos ser Ulisses. (Alegre 1995: 288)

No livro *Letras* o grafema R não acena a ‘regresso’ ou ‘regressar’, mas remete para ‘resistente’ e ‘resiste’. Trata-se de uma poética em que a liberdade individual está imbuída no empenho político, no compromisso com a *polis*, como a recordação do ‘tempo inocente’ individual é influenciada pelo coetâneo tempo coletivo. A experiência do exílio circunstancial induz à nostalgia e a uma inclinação para os lugares e tempos de outrora; no entanto, como vimos, em Manuel Alegre o exílio ensina, sobretudo, a perda e simultaneamente a transitoriedade da condição humana; ensinamentos que levam o indivíduo a procurar harmonizar-se com o tempo, isto é, com a mudança, como podemos reconhecer na poesia “Areia por entre os dedos”:

Mas hoje eu quero ser o teu contemporâneo
quero acertar na História o calendário
quero escrever na página das mãos
a data exacta em que saúdo
o teu puro passar.
Hoje eu quero ser o teu guerreiro
quero bater com teus martelos nas colunas
dos templos onde os deuses já morreram
para acertar no meu país o teu relógio. (*Idem*: 206)

O sujeito poético acredita na inevitabilidade da mudança e na impossibilidade do regresso; a consciência da irreversibilidade ou irremediabilidade fá-lo colocar-se – e convidar os seus conterrâneos a segui-lo – em sintonia com o seu tempo «para acertar no meu país o teu relógio», «Porque um só tempo é o nosso. E o tempo é hoje» (*Idem*: 222). No processo, a pátria deixa de ser o espaço do regresso, perde os limites definidos e reconhecíveis do lugar onde se viveu o ‘tempo inocente’ e expande-se, transfigura-se na morada que se procura, em “Pátria expatriada”: «E o mal é este: / procuras pelo mundo o Portugal / Que em Portugal perdeste». E a terminar: «Não te percas buscando o que perdeste: / procura Portugal em Portugal» (*Idem*: 193).

Polis

Nestes versos de Manuel Alegre emerge a dupla condição do exilado político – exílios circunstancial e essencial –, no sentido em que é a consciência e o empenho pelas questões da *polis* a estar na origem desta dúplice condição. Isto porque, na verdade, também duas são as pátrias – a geograficamente localizada e aquela em que se espera viver um dia:

Ulisses: (...) Deixai-me coroadado
Ulisses já sem coroa
nem resposta
quando pergunta (quando pergunto)
por sua (minha) cidade Lisboa. (*Idem*: 250)

Ítaca/Lisboa é a pátria empobrecida e sem lei (ou com demasiadas), amortalhada no medo e no silêncio, mas também é a pátria/morada, aquela a que aspira o poeta/Ulisses/representante do povo português. O afastamento físico da primeira é consequência de uma determinada e precisa situação histórica, enquanto o estar distante da segunda suscita um estado de profunda incompletude, que nasce da convicção de que o homem se encontraria em harmonia, consigo e com a própria condição, num mundo diferente, livre e justo. O sentimento de destempo refere-se agora à pátria – «acertar no meu país o teu relógio» – e é motor do combate político.

Este exílio metafórico de forte valência política corresponde ao que denominámos no começo do artigo por ‘exílio essencial’, a partir das tipologias sugeridas por Claudio Guillén. O ensaísta espanhol liga este exílio à expulsão do paraíso da tradição judaico-cristã, à primeira perda do homem que define a condição humana⁽⁶⁾. Perda não irremediável para o cristianismo que promete ao homem a redenção, a salvação na vida além da morte. Numa mundividência laica, mas de influência cristã (vide Silva 2010: 86-87) – que é a de Manuel Alegre – o exílio essencial é exclusão de uma pátria anterior ao país geográfico e onde prevalecem os valores da liberdade. Assim, ao país ‘ausente’, ‘perdido’, ao país sem

(6) Claudio Guillén recupera esta tipologia de Leszek Kolakowski, “En elogio del exilio”.

rumo vítima da vertigem nacional da dispersão ou peregrinação referido em “É preciso um país”:

Não mais navios a partir
para o país da ausência.
É preciso voltar ao ponto de partida
é preciso ficar e descobrir
a pátria onde foi traída
não só a independência
mas a vida. (*Idem*: 168)

Que também é o ‘País de Abril’ triste, ensombrado, vazio:

E as mãos dos homens ficavam
cada vez mais cheias
de nada.
E a minha pátria ficava
cada vez mais cheia
de sombras. (Alegre 1995: 176)

Contrapõe-se um país que, se bem de um modo inconsciente, já foi experienciado pelo sujeito poético, como se apreende lendo a poesia “Romance do tempo inocente”, onde se podem encontrar os topos do Jardim do Éden: o viver livre, sereno e em sintonia com as estações, o alimentar-se dos frutos colhidos diretamente da árvore, a nudez, a árvore no centro (do largo) «onde o mundo começava», a eternidade ou «a idade de não ter idade», o não conhecimento do bem e do mal ou das desigualdades no mundo⁽⁷⁾, que referimos anteriormente. A nostalgia da infância na vila de Águeda, expressão de uma vivência individual, inverte-se na expectativa da futura morada/Pátria/Portugal livre: «Canto a raiz do tempo na raiz do espaço» e, logo a seguir, sempre em “Areia por entre os dedos”, «Tenho um relógio em cada gesto / em todos os meus poros bate a meia-noite» (*Idem*: 205).

Presença e ausência, memória e porvir encontram-se no poema, nesse mundo outro que é o universo poético. Os versos de Manuel Alegre acolhem o país, que ainda não é, assim como presentificam as imagens

(7) Cfr. Alegre (1995), “Romance do tempo inocente”, 69-71.

do irreversível ‘tempo inocente’. Nesse sentido, Eduardo Lourenço observa: «Partindo, o poeta levava consigo não apenas a memória dos lugares amados, o perfume das rosas vermelhas de futuros abris, mas a outra pátria feita de todos os poemas» (Lourenço 2016: 590).

Poesia

A Revolução de Abril põe termo ao exílio circunstancial abrindo as fronteiras aos perseguidos políticos, e, parcialmente⁽⁸⁾, também ao exílio essencial iniciando o processo de democratização no país, no qual o empenho político de Manuel Alegre será direto e ativo. Contudo, o poeta, como vimos, está ciente que do exílio real, objetivo, geográfico não se regressa inteiramente, compreende que a condição de ‘estrangeiro’⁽⁹⁾ não mais o abandonará, e, por isso, mais tarde⁽¹⁰⁾ em *Atlântico* (1981) recupera, aprofundando, o sentimento deste derradeiro exílio, em “O segundo soneto do Português Errante”: «Sabe a estrangeiro o tempo de ter sido / e difícil é o verbo regressar. / Eu sou quem de si mesmo foi partido» (Alegre 1995: 382).

O sentimento de destempo e de não pertença a um lugar, a consciência da irreversibilidade do tempo e a pulsão para a liberdade induzem Manuel Alegre a assimilar-se à figura do Português Errante, abandonando a do Lusíada exilado.

Gianfranco Rubino distingue a errância do viajar pela ênfase daquela no movimento sem fim definido, seja espacial ou temporal, pela ausência de um percurso antecipadamente traçado e de um retorno ao ponto de partida e, por fim, pela impossibilidade de reintegração total do errante na sua comunidade de origem, para a qual permanecerá um forasteiro (Rubino

(8) A construção do país desejado é um *work in progress*, como podemos constatar pelas intervenções de Manuel Alegre na vida política portuguesa nestas quatro décadas e meia de democracia em Portugal.

(9) A noção de ‘estrangeiro’ pode ter um valor positivo se pensarmos nos ‘estrangeiros’ ou ‘estrangeirados’, como no século XVIII eram denominados, que traziam para o país, procurando introduzi-las, as novidades culturais ou científicas com que tinham tomado contato no exterior. A riqueza cultural e económica facultada pelos exilados e os estrangeirados é o tema do livro de Peter Burke (2017). *Exiles and expatriates in the history of Knowledge*. Hanover, N.H. / London: Brandeis University Press.

(10) Apesar de *Atlântico* já não pertencer às obras do exílio, considerámos importante rematar esta análise adiantando aquele que vai ser um leitmotiv na criação poética e narrativa posterior, embora deixando para outra ocasião o estudo da errância enquanto exílio.

1991: 7-23). O errar⁽¹¹⁾ caracteriza o exílio existencial em Manuel Alegre. E Ítaca, nesta matriosca de exílios, sofre uma transfiguração posterior, passando a representar uma morada íntima e indefinida, a meta de um deambular existencial ou espiritual suscitado pelo sentimento de inadequação do indivíduo a uma identidade fixa. O errar, de acordo com o estudioso italiano, «problematizza e sposta de continuo i rapporti con la totalità, con il centro, con l'identità, con ogni pratica de-finitoria» (Rubino 1991: 22). Ou seja, o errante realiza um constante labor de questionamento da própria identidade e da relação desta com a coletividade, recusando continuamente o determinado, o imutável, enfim todo e qualquer tipo de limite.

Em particular, no âmbito criativo, o errar revela uma incessante demanda poética fruto da familiaridade dos poetas, e da arte em geral, com a lonjura, pois, como afirma Antonio Prete em *Trattato della lontananza*, «pensare la lontananza è dare una configurazione e un ritmo all'invisibile, una lingua all'irraggiungibile. Accogliere l'estremo» (Prete 2018: 9). A liberdade é, portanto, a linfa de uma demanda poética originada pelo exílio, pois, escreve Leszek Kolakowski, «La creación es hija de la inseguridad, de aquella clase de exilio, de la experiencia del hogar perdido» (Kolakowski 2018: 47).

Errando poeticamente pelo passado nacional, questionando os seus mitos e representações oficiais, Manuel Alegre procura, através de um mundo outro, da música e da palavra poética, inscrever a Pátria no tempo, subtraí-la aos mitos enevoados do Estado Novo e à apática 'tristeza' do presente. E vai ser na sua poesia que Portugal, já não disperso no tempo e no espaço, se presentifica real, livre, vital na língua e no ritmo, como escreve em "Poemarma": «E que o poema diga: o longe é aqui» (Alegre 1995: 239). A pátria por que anseia o poeta está «nas palavras», está no canto que a representa e que é arma.

Liberdade

Da vida como errância está ciente Manuel Alegre quando afirma: «(...) acho que a *Odisseia* de Homero é a grande metáfora da nossa vida.

(11) Paulo José dos Santos Borges na sua tese sobre *O livro do Português errante* (2001) identifica três tipos de errância nesta obra de Manuel Alegre: a física, a interior e a na escrita. Neste ensaio consideramos a última como consequência da errância interior (Vide Borges 2006).

A errância de Ulisses é a nossa procura, a insatisfação, o inconformismo» (Silva 2010: 95). «Ser contra», o «inconformismo» e a insubmissão são impulso de vida. E, por isso, no último, o oitavo, do conjunto de sonetos do Português Errante se reitera:

Viúvo sempre de qualquer idílio
eu sou o peregrino o desditoso
que a si mesmo se busca e não se encontra.

O meu próprio país é meu exílio
por isso o meu combate é sem repouso.
Eu sou o que nasceu para ser contra. (*Idem*: 401)

Errar é, portanto, um ato de liberdade contra toda e qualquer definição.

Em conclusão, nesta poética fortemente marcada pela biografia do autor entrelaçam-se constantemente os temas do exílio e da liberdade. A determinação do sujeito poético em não se deixar enclausurar física, espiritual e intelectualmente afirmada em “Correio” – «E nada sei da poesia de laboratório: / faço o que escrevo. Escrevo o que faço.» (*Idem*: 213) – está na origem dos seus múltiplos exílios. Deste modo, o perigo de ser preso condu-lo ao desterro, despontando a nostalgia da própria terra, a esperança num país livre está na origem do empenho político para reaver a morada do exílio essencial, e, por fim, o errar resulta do desassossego existencial. O sentido da liberdade inscreve o indivíduo no tempo que passa, incitando-o a abrir-se ao mundo e a apropriar-se do espaço circundante, e, sobretudo, constitui o elemento dinamizador de uma ética criativa e de vida, individual e coletiva, como afirmado em “No meu país há uma palavra proibida”: «E é inútil prenderem-na que é luz e ave / no meu país em cada homem essa palavra» (Alegre 1995: 231).

Bibliografia

- Alegre, Manuel (1997). *Errância e enraizamento*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- « – » (1995). *30 Anos de Poesia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Guillén, Claudio (2005). *O Sol dos Desterrados. Literatura e Exílio*. Lisboa: Teorema.

- Janjélévitch, Vladimir (2018). "La nostalgia", in Antonio Prete (ed.), *Nostalgia. Storia di un sentimento*. Milano: Raffaello Cortina Editore, 113-163.
- Kant, Immanuel (2018). "L'irreversibile", in Antonio Prete (ed.), *Nostalgia. Storia di un sentimento*. Milano: Raffaello Cortina Editore, 54.
- Kolakowski, Leszek (febrero 1986). "En elogio del exilio", *Vuelta*, 46-48. 47 (Também publicado em inglês com o título "In Praise of Exile", in *Modernity on Endless Trial*. Chicado/London: The University of Chicago Press, 55-59).
- Lourenço, Eduardo (2016). "Poesia e mito em Manuel Alegre", in Eduardo Lourenço, *Obras Completas III. Tempo e Poesia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 587-595.
- « - » (1995). "Prefácio – Manuel Alegre ou a Nostalgia da Epopeia", in *Manuel Alegre, 30 Anos de Poesia*. Lisboa: Dom Quixote, I-XVI.
- Lugarinho, Mário César (2005). *Manuel Alegre. Mito, memória e utopia*. Lisboa: Edições Colibri.
- Mourão, Paula (2009). "Um rouxinol na Praça da Canção (1965-2005)", in Manuel Alegre, *Poesia (1992-2008)*, vol. II. Lisboa: Edições D. Quixote, 877-891.
- Prete, Antonio (2018). "Introduzione", in Antonio Prete (ed.), *Nostalgia. Storia di un sentimento*. Milano: Raffaello Cortina Editore, 1-31.
- « - » (2018). "Nostalgia e poesia", in Antonio Prete (ed.), *Nostalgia. Storia di un sentimento*. Milano: Raffaello Cortina Editore, 165-195.
- « - » (2009), *Trattato della lontananza*. Torino: Bollati Boringheri Editore.
- Ricoeur, Paul (2004). *Ricordare, dimenticare, perdonare. L'enigma del passato*. Bologna: Il Mulino.
- Rocha, Clara (dez. de 1980). "O arquitecto em Manuel Alegre", *Cadernos de Literatura*, 7, 50-61.
- Rubino, Gianfranco (1991). "Introduzione", in Gianfranco Rubino (ed.), *Figure dell'erranza. Immaginario del percorso nel romanzo francese contemporaneo*. Roma: Bulzoni Editore, 7-23.
- Silva, João Céu e (2010). *Uma longa viagem com Manuel Alegre*. Lisboa: Porto Editora.
- Simões, Manuel (2011). "A errância na literatura portuguesa do século XX", in Manuel Simões, *Tempo com espectador. Ensaios de literatura portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Vilhena, Ana Maria (2005). *Manuel Alegre e a interminável busca do azul*. Lisboa: Dom Quixote.
- Wittlin, Józef (maggio 1972). "Splendore e miseria dell'esilio", *Settanta*, anno III, 24, 35-4.

**A BORDO DO SANTA MARIA: A LUTA ANTICOLONIALISTA
E A OPOSIÇÃO PORTUGUESA PELAS PÁGINAS DE ULTIMA
HORA (1961)**

**ON BOARD THE SANTA MARIA: THE ANTI-COLONIAL
STRUGGLE AND THE PORTUGUESE OPPOSITION THROUGH
THE PAGES OF *ULTIMA HORA* (1961)**

THIAGO FIDELIS
Universidade de São Paulo, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
fidelisrp@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0406-1559>

HELOÍSA PAULO
Universidade de Coimbra, CEIS20
heloisapaulo25@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9990-088X>

Texto recebido em / Text submitted on: 20/06/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 29/01/2020

Resumo:

O presente artigo tem como principal objetivo demonstrar como o jornal brasileiro *Ultima Hora* (UH), uma das publicações de maior tiragem no Brasil no período, retratou os acontecimentos referentes à tomada do transatlântico *Santa Maria*, por grupos empenhados no fim dos regimes ditatoriais em Portugal e na Espanha. A abordagem das páginas do diário pautou-se nas ações de Henrique Galvão, apontado como o líder de todo o processo e tendo amplo espaço nas capas e editoriais, durante vários momentos no ano de 1961.

Palavras-chave:

Ultima Hora; Santa Maria; Henrique Galvão; Salazar; Angola.

Abstract:

The present article aims at demonstrating how the *Ultima Hora* (UH), one of the widely-circulated daily-newspapers in Brazil, during that decade, portrayed the events related to *Santa Maria* hijacking by social groups, at the end of dictatorial regimes in Portugal and Spain. The journal approach was guided by Henrique Galvão, who was appointed as the leader of the whole process and who had eminent domain of covers and editorials during several moments in 1961.

Keywords:

Ultima Hora; Santa Maria; Henrique Galvão; Salazar; Angola.

Introdução

As relações entre Portugal e Brasil não foram só marcadas pelos acordos diplomáticos e oficiais entre os dois países. O território brasileiro sempre abrigou um grande número de reinóis, como eram chamados antes de 1822, ou de imigrantes, como passam a ser designados a partir de então. Cidades como o Rio de Janeiro ou São Paulo chegaram a ter uma população portuguesa bem maior do que a de muitas cidades em Portugal. Entre os dois lados do Atlântico circulavam os “brasileiros”, portugueses que retornam ao seu país de origem após ou durante a imigração, e os “galegos”, como eram, por vezes, erroneamente designados os lusos no Brasil.

Ao contingente de imigrantes chegados no século XIX se juntam as primeiras levas de exilados políticos, liberais fugidos do regime miguelista e que fomentaram a criação das primeiras instituições culturais da colônia, como é o caso do Gabinete Português de Leitura, em 18, e tornado “Real”, em 1906; e fundaram os primeiros jornais totalmente voltados para imigrantes, ainda que a percentagem destes que não sabia ler ainda fosse grande (Paulo 2019). Com a implantação da República portuguesa, em 1910, uma nova leva chegou ao Brasil, criando associações de cunho monárquico que passam a competir pelo espaço político da colônia com as associações republicanas já existentes.

Em terra alheia, os exilados reproduzem o debate político do seu país de origem, procurando, entre os seus conterrâneos, o apoio necessário para a continuidade do seu combate político.

Em 1926, quando um golpe militar dá o primeiro passo para uma ditadura que durará 48 anos, o Brasil acolhe então os seus opositores. São republicanos, simpatizantes do socialismo, anarquistas e, a partir do final da Segunda Guerra, comunistas. Chegam como exilados ou emigrados políticos que, tal como os seus antecessores, pretendem levar adiante a sua bandeira de luta contra o regime ditatorial, nomeadamente contra o Salazarismo que se consolida nos anos 30 (Paulo 2009, 2015, 2017).

Possuindo uma formação bem diferente do que a comum ao imigrante económico, o exilado consegue alçar postos na vida cultural do país de acolhimento, permitindo a sua sobrevivência em termos materiais e políticos. Como cronistas, militares como Jaime de Moraes, projetam nos jornais brasileiros uma imagem bem diferente daquela defendida pelos órgãos oficiais do regime português (Vargas 2016). Ainda nos anos quarenta, quando os primeiros artigos dos republicanos exilados começam a circular nos jornais do Rio de Janeiro, é estabelecido um vínculo entre a imprensa local e a oposição exilada que irá se prolongar pelas décadas seguintes (Paulo 2007).

Os opositores passam a contar na sua luta contra o regime português com personalidades brasileiras ligadas ao Partido Socialista, como Hermes de Lima, e ao meio jornalístico e cultural, como Osório Borba, José Eduardo Macedo Soares e Samuel Wainer, os dois primeiros periodistas e deputados, sendo Macedo Soares o fundador do *Diário Carioca*, jornal que abrigou Jaime de Moraes, Sarmiento de Beires, Lúcio Pinheiro dos Santos, Novais Teixeira e outros opositores antissalazaristas (Paulo 2007).

No decorrer destas décadas, mas sobretudo entre 1958, quando o General Humberto Delgado chega ao território brasileiro, até a implantação da ditadura militar em 1964, os antissalazaristas radicados no Brasil, nomeadamente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, terão em setores progressistas do jornalismo local um grande ponto de apoio. A cada eleição onde a oposição concorre em Portugal, os jornais brasileiros oferecem espaço para a propaganda dos opositores, quando esta é interdita em solo português (Paulo 2017). Cada gesto de revolta é acompanhado de perto por estes apoiantes na espera que o regime de Salazar deixe de existir e que os seus amigos exilados possam retornar ao seu país de origem.

Em 1961, a tomada do paquete Santa Maria por um grupo de portugueses e espanhóis, o primeiro ato do terrorismo moderno contra regimes ditatoriais, ganha espaço nos jornais brasileiros. A acção é empreendida em nome do *Directório Revolucionário Ibérico de Libertação* (DRIL), criado por exilados espanhóis e portugueses em território venezuelano, reunindo nomes como Xosé Velo Mosquera, antigo participante da “Mocidade” do Partido Galeguista e membro da guerrilha antifranquista, José Fernández Vázquez (Jorge de Sotomayor), membro da Marinha republicana na Guerra Civil, do lado espanhol, e Humberto Delgado e Henrique Galvão, pelo lado português, ambos ex-membros do regime de Salazar (Paulo 2011).

Após vários atos em território espanhol, a DRIL esquematizou esse acontecimento a nível mundial, procurando chamar a atenção para além de suas fronteiras originais. Um marco importante também é de que, pelo ato ser em área de abrangência internacional, toda a embarcação foi aceite juridicamente como “parcela territorial” de sua terra natal, atrelando a acção ao país de origem: «A tomada pelo DRIL de um navio português ou espanhol significaria a “deposição” de uma das duas ditaduras, um acto político de reivindicação do reconhecimento internacional para a luta pela democracia levada a cabo pelos opositores exilados» (Paulo 2011: 56).

O reconhecimento do ato como não sendo um ato de pirataria, tal como afirmam Portugal e Espanha, é uma derrota para os regimes ditatoriais daqueles países e o apoio dado por Jânio Quadros ao movimento projeta o facto como um acontecimento que extrapola o âmbito ibérico. Além disso, o episódio gerou grande curiosidade tanto da imprensa brasileira quanto da europeia, sendo que, nesse artigo, a ênfase será na cobertura dada pelo jornal brasileiro *Ultima Hora* (UH).

Ultima Hora: entre a audácia e o pragmatismo

No fim da década de 1940, no Brasil, quando as primeiras movimentações ganhavam força para a eleição presidencial do ano seguinte, uma entrevista sedimentou a candidatura do ex-presidente Getúlio Vargas, causando grande impressão no meio político (D’Araújo 1992: 26-28). O repórter responsável pelo facto, Samuel Wainer, tornou-se próximo do político e passou a cobrir toda sua candidatura, bem como seus primeiros passos após a posse, em 1951 (Fidelis 2018: 99-103).

No entanto, por conta de divergências ideológicas e da censura imposta durante parte de seu mandato (no período conhecido como Estado Novo, de 1937 a 1945), praticamente toda a imprensa de grande circulação era contra sua candidatura e, conseqüentemente, endossou a fileira da oposição ao seu governo (Capelato 2009).

Assim, em 12 de junho de 1951 foi lançada a primeira edição da UH, publicação que procurou distinguir-se das outras não somente por seu apoio à Vargas, mas também por estruturar uma edição mais dinâmica, com as fotografias e caricaturas tendo a mesma importância que os textos escritos, além de notícias mais curtas e com assuntos intercalados, procurando criar uma estrutura mais compacta que atraísse um número maior de leitores, principalmente aqueles que não possuíam o hábito da leitura de jornais (Barros 1993: 63-71).

Entre a imprensa com maior número de tiragem, a UH ganhou cada vez mais força e passou, aos poucos, a se consolidar entre os periódicos de maior alcance na capital brasileira e em todo o país (Laurenza 1998: 52), criando sucursais e edições próprias em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Brasília (Carvalho 2012: 31-32). Em relação aos pontos estruturados pela publicação, sua cultura política fora baseada em uma pauta defendendo interesses nacionalistas, buscando o desenvolvimento do capitalismo pela intervenção do Estado, dando maior importância às demandas brasileiras perante os estrangeiros (embora não negasse a participação desses investimentos no país).

Não era contra o capital privado, mas defendia seu uso perante regulamentação do Estado (Carvalho 2012: 32). Além disso, também voltava sua atenção para as demandas dos trabalhadores, procurando abrir espaço para os interesses e a situação do chamado cidadão comum, aquele que não estava envolvido nem no domínio dos meios de produção nem diretamente com as instituições políticas, tirando seu sustento da venda de sua força de trabalho (Barros 1993: 63).

Embora com características próprias, a cultura política da publicação era bastante próxima de uma perspectiva mais ampla, uma cultura política trabalhista (Fidelis 2018: 29). Mesmo defensor do legado da ação de Vargas e do trabalhismo, o jornal sempre procurou demarcar sua independência em relação aos grupos que defendia, indicando que havia convergência de ideias, mas não submissão a outras.

Vários setores que também coadunavam da mesma cultura política tiveram espaço dentro da publicação, seja por citações, textos ou

entrevistas. Por exemplo, a partir de 1959, passou a ser publicada a coluna *Do Ponto de Vista Nacional*, com textos dos principais nomes ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e que discutiam, nessas colunas, aspectos ligados aos pontos defendidos pelo jornal.

A publicação também nunca perdeu de vista a questão internacional, chamando a atenção para vários aspectos que aconteciam em outros países. No contexto estudado, para além da ampla cobertura sobre Portugal, o assunto mais comentado era a Revolução Cubana, movimento iniciado em 1959 e que, durante o ano de 1961, adotou oficialmente o comunismo como forma de governo (Moniz Bandeira 2009).

Dentro dessas características, a publicação abordou o assalto ou sequestro do transatlântico Santa Maria, bem como seus desdobramentos relacionados às movimentações em outros locais, como em Angola.

O caso Santa Maria e a abordagem da UH

O sequestro do transatlântico ocorreu entre os dias 21 e 22 de Janeiro de 1961, após ampla discussão dentro da DRIL sobre qual navegação seria alvo da ação, uma vez que a nacionalidade da embarcação indicaria, também, a do chefe da operação. Tal organização, apontada como «Operação Dulcineia» (Piñeiro 2008: 36), foi contestada pela parte espanhola do grupo, uma vez que a parte portuguesa teria mudado o planejamento para benefício próprio (Sotomaior 2010: 45 e 46).

É importante indicar, assim, que havia uma motivação em comum entre os membros do grupo, mas que não havia coesão entre seus integrantes, uma vez que, pelos próprios relatos dos participantes e estudos sobre o caso, as divergências entre portugueses e espanhóis saltam aos olhos, indicando as intensas disputas (mesmo sendo de uma mesma causa política) (Paulo 2011: 8-10).

A primeira representação do caso na UH ocorreu na edição do dia 24, sendo que a ocorrência ganhou a manchete do jornal, cujo título era o seguinte: *Fragata Inglesa Persegue Navio Lusitano Amotinado*, com um texto interno explicando, ainda que vagamente, as motivações que levaram às ações dos militares nos navios portugueses (UH, *Belonaves Inglesas e Norte-Americanas Perseguem Navio Português Amotinado*, 24/01/1961).

Ao longo do ano de 1961, além dessa manchete, foram dedicadas mais 18, com 13 editoriais da publicação problematizando tanto o ato em

si quanto às outras ações de Salazar. Em linhas gerais, a UH abordou o caso em várias situações distintas, cobrando posicionamentos tanto de Jânio Quadros como de João Goulart em relação às ações do governo português, em especial as situações no território angolano (como possíveis desdobramentos do fato em destaque).

Em relação aos textos, na edição do dia 25, com a manchete *Galvão Conduz o “Santa Maria” à África para Invadir Angola!*, a UH aprofundou mais a abordagem, explicando melhor a situação e problematizando o caso, sempre com um viés favorável aos revoltosos e bastante crítico ao governo português, em especial à figura de Salazar (UH, *Galvão Conduz o “Santa Maria” à África para Invadir Angola*, 25/01/1961).

Após o terceiro dia seguido com manchetes sobre o caso (no dia 26, o título era: *“Santa Maria” Repele Ultimatum dos EE. UU.*), para além dos textos explicativos, teve o primeiro editorial dedicado ao caso, cujo título era *O “Couraçado Potemkin”*, fazendo uma comparação direta do navio Santa Maria com a fragata russa, além de problematizar a luta dos opositores contra a opressão ditatorial lusa (embora reconhecendo que o ato seria mais simbólico do que efetivo):

SANGRA mares Internacionais o “Santa Maria” levando hasteada no mastro a bandeira da revolução democrática portuguesa. Na ponte de comando, um bravo – o Capitão Henrique Galvão, experimentado combatente anti-salazarista que fugiu do cárcere para dinamizar a luta contra o ditador que oprime seu povo. Admitamos que tenha sido um gesto romântico, quase sem perspectivas de desenvolvimento objetivo imediato, mas, ainda assim, teríamos que render as homenagens devidas a esse homem de coragem que só dirige os passos pelo caminho que lhe indica um extraordinário amor à pátria. Não é um aventureiro, um pirata ou um “gangster” guiado por ambição ou à caça de uma glória fácil (...) (UH, *O “Couraçado Potemkin”*, 26/01/1961).

No entanto, no mesmo texto, já no final, o editorialista da publicação, Paulo Silveira, indicou que não era prudente menosprezar a ação, tecendo a enfática comparação com a histórica sublevação da embarcação de 1905: «E aos que pensam que o episódio não tem importância, diremos apenas que a revolução russa que derrocou o czarismo, também começou com a sublevação dos tripulantes de um barco. Portugal tem, a partir de agora, o seu “Couraçado Potemkin”» (UH, *O “Couraçado Potemkin”*, 26/01/1961).

Na quinta capa seguida com manchete dedicada ao caso, no dia 27, a UH anunciava que a embarcação deveria seguir para a África e, em terras angolanas, formaria um governo anti-Salazar (UH, *Governo Português Anti-Salazar será Formado na África*, 27/01/1961). Ainda nessa mesma edição, novamente o editorial da publicação foi dedicado ao caso, com Silveira exaltando imensamente a figura de Henrique Galvão, apontado pela publicação, desde o início, como o grande líder do movimento:

A cada palavra vinda de bordo do “Santa Maria” cresce o vulto e impõe-se a autoridade do Capitão Henrique Galvão. “Não somos piratas e sim patriotas e adversários de toda e qualquer forma de governo totalitário”, reafirma o comandante revolucionário, como a querer – se ainda fôra necessário – arrancar a derradeira máscara afivelada por Salazar para confundir e ludibriar a opinião internacional. E pede somente que o mundo lhe reconheça a condição de beligerância – atitude perfeitamente cabível em face de se tratar de movimento político revolucionário que se desenvolve dentro dos estritos limites da soberania portuguesa (...) Que o “Santa Maria” siga a sua rota – tranqüilo e orgulhoso e certo de que está escrevendo uma página emocionante na história da libertação de Portugal. O povo brasileiro solidariza-se com o Capitão Henrique Galvão e seus combatentes. O que significa dizer que, nessa conjuntura, solidariza-se com o próprio povo português, oprimido por um governo de tiranos que, felizmente, começou a rolar pelo despenhadeiro (UH, *O Séquito do “Santa Maria”*, 27/01/1961).

Ainda nessa mesma edição, na coluna *Jornais e Problemas* (parte da publicação em que um tradicional jornalista comunista, Octávio Malta, analisava textos de outros jornais, comparando com a perspectiva da UH), as palavras bastante ácidas de seu redator não pouparam as publicações mais tradicionais do Brasil, sendo que várias estavam voltadas contra a ação dos opositores no Santa Maria, bem como coniventes com o regime salazarista (ainda que muitas delas tivessem colaboradores portugueses e oposicionistas ao regime). Além disso, se Silveira comparara a movimentação com a Revolução Russa, Malta também traçou paralelos dessa movimentação com a Revolução Cubana:

Melancólico é, diante desse episódio que empolga o mundo, a mesquinha com que se portam os amigos da caduca ditadura salazarista entre nós (...). A grande aventura do Capitão Galvão e os seus setenta parece destinada, tanto quanto a revolução de Fidel Castro, a quebrar tabus e normas estabelecidas. Fazer da captura de um transatlântico o ponto de partida para a derrubada de uma ditadura é como o desembarque de Fidel em Moncada: uma loucura, uma quixotada, que por isso mesmo se chamou "Operação Dulcinéia". Nenhum compêndio de revolução do século XX ensinaria tamanho absurdo. Mas eis que esse absurdo, essa loucura portuguesa acende as imaginações, inquieta o ditador, coloca o salazarismo no banco dos réus perante a opinião mundial... E quem sabe o que resultará? Talvez seja o rastilho da explosão que mande Salazar juntar-se a (...) outros ditadores depostos da mais recente safra (...) (UH, *Jornais e Problemas*, 27/01/1961).

No sexto dia seguido de manchetes dedicadas ao caso, a UH deu ênfase ao contato entre os rebelados na fragata portuguesa e o navio estadunidense que o interpelou, indicando que esses estariam dando cobertura à Galvão contra ordens de Salazar (UH, *Galvão Aceita Escolta da Esquadra Ianque*, 28/01/1961). Nessa edição, pelo terceiro dia seguido, o editorial foi dedicado ao caso, embora dessa vez intercalando com a situação política brasileira, uma vez que o texto foi uma reação a um texto de Armando Falcão, deputado federal e um dos grandes desafetos do jornal, pois ele fora um dos nomes mais ferozes de oposição ao governo Vargas.

Falcão criticara não Galvão, mas sim Humberto Delgado, que manifestara-se à favor de toda a movimentação relacionada ao Santa Maria. Em defesa do político luso criticado, Silveira projetou forte ataque ao deputado brasileiro, bem como aos grupos que não reconheciam a oposição portuguesa e apoiavam Salazar (UH, *Asilado Não*, 28/01/1961).

Na edição seguinte (a sexta seguida com manchete dedicada ao caso), na primeira edição a publicação indica que o Santa Maria está próximo de Recife e que o país não extraditaria Galvão, sendo que a embarcação deveria atracar no Brasil e não mais caminhar para a África (UH, *Brasil Não Entregará Galvão*, 30/01/1961). Nessa mesma edição há a publicação de um telegrama que teria sido mandado por Galvão para a UH:

Galvão Saúda o Brasil Através de “Ultima Hora”

O Capitão Henrique Galvão enviou o seguinte radiograma a ULTIMA HORA:

“Avalanche telegramas todo mundo materialmente impossível realizar meu desejo maior contato imprensa brasileira. Peço me desculpar perante ela. General Delgado tem todos elementos informação. Não ha brasileiros navio. Saúdo povo brasileiro toda colônia portuguesa cuja dignidade humana está isenta de sentimentos opressão conduzidos no Brasil pela batuta do malabarista Rocha”

O telegrama é o de numero cinco, enviado de bordo do “Santa Maria” e foi expedido às 17 horas de sábado, sendo dirigido ao diretor de UH

Imagem 1 – publicação do telegrama enviado por Galvão à UH, publicado no dia 30/01/1961.

No entanto, na segunda edição, uma nova informação foi acrescentada, com nova manchete: *Salazar Pede para Brasil: “Prender Galvão!”*, indicando que, oficialmente, o governo português pedira a prisão de Galvão caso ele pisasse em solo brasileiro. Jânio Quadros, que tomaria posse no dia seguinte como presidente do Brasil, teria dito que era amigo de Galvão (ambos se encontraram em viagem que o então candidato fizera a Europa) e que jamais entregaria a embarcação e o próprio militar ao governo português (UH, *Jânio: “De Modo Algum Entregarei o Navio”*, 30/01/1961). Esse encontro, datado em abril de 1960 em Caracas (Antunes 1991) teria sido um dos responsáveis pela estratégia de passar pelo Brasil, uma vez que os principais líderes do ato contavam com a mediação do futuro presidente caso precisassem (Antunes 1991).

Ainda nessa edição, foi publicada uma extensa entrevista com Humberto Delgado, que estava no Rio de Janeiro hospedado na casa de Álvaro Lins, escritor e diplomata que fora ministro da Casa Civil e embaixador em Portugal entre 1956 e 1959, tendo sido o principal articulador da vinda de Delgado para o Brasil e, por não concordar com a convivência e boa convivência de Juscelino Kubitschek (então presidente) com o governo português, acabou voltando-se contra JK (como era conhecido o mandatário nacional brasileiro), que até então era seu amigo (Rampinelli 2009: 278-287). Nessa entrevista, entre outras coisas, Delgado exaltou Galvão (malgrado as diferenças entre eles, advindas desde as

primeiras movimentações em Portugal contra o Estado Novo) e ressaltou a importância dos espanhóis e que a luta dos tripulantes a bordo do navio era conjunta, sendo que Franco também era alvo. Pela primeira vez, a UH dava ênfase de que a luta não era só para criticar o governo autoritário lusitano, mas também da ditadura franquista no outro país ibérico (UH, Delgado a “UH”: “Espanhóis ao Lado do Capitão Galvão Para Derrubar as Ditaduras Ibéricas”, 30/01/1961).

Por fim, há um telegrama de Delgado endereçado a Galvão, contendo outro texto do próprio Álvaro Lins, sobre o possível atracamento do Santa Maria no Brasil, bem como à própria condição do militar português no país após seu desembarque:

«Capitão Henrique Galvão (...) Embora obviamente a decisão pertença a V. Exa., com todos os elementos para isto, conforme seu pedido contido no radiograma do dia 28, estudei o assunto da entrada do “Santa Maria” num porto do Norte do Brasil. Dada a minha condição de Chefe de Estado no exílio, portanto estrangeiro, sem o direito de opinar a respeito do Governo brasileiro, solicitei ao nosso Embaixador Álvaro Lins o favor de estudar o caso sob tal aspecto. Transcrevo sua mensagem:

“Saudando o caro amigo e ilustre comandante, e no conhecimento de suas mensagens trocadas com o General Delgado, minha opinião seria, como sabe, desembarcar os passageiros em alto mar ou na ilha Ascensão, ou seguir com eles a sua rota para destino que sei ser secreto. Bem compreendo, porém, as razões de sua aparente decisão de operar o desembarque na parte Norte do Brasil. Salvo hipótese de uma diligência decisiva de alguma potência estrangeira, o que desconheço, em meu parecer o atual Governo não merece confiança neste sentido, por sua notória identificação com o Governo português. Por isso sugiro, se ainda possível, permaneça em águas internacionais até 12 horas do dia 31, momento da posse do novo Presidente. A partir daí, V. Exa. decidiria aportar ou não ao Brasil, segundo as circunstâncias e suas conveniências de comandante militar de bordo. Embora colocado exclusivamente no terreno das idéias e dos princípios, portanto não imiscuído nem participante da situação do novo governo, julgo que devemos começar confiando, neste caso, no futuro Presidente, em face de seus compromissos públicos inofismáveis contra as ditaduras, tendo declarado como candidato no comício de Belo Horizonte que seu governo não teria complacência com

elas, ocasião em que citou nominalmente a de Salazar. Não só por carta que V. Exa., me enviou na ocasião, mas também pelo testemunho direto de dois ilustres brasileiros, conheço o teor das declarações e promessas feitas a V. Exa., em Caracas, pelo Presidente Jânio Quadros, quando de seu regresso de Cuba. Em quaisquer circunstâncias, porém, conte com a minha solidariedade a seu gesto de insurreição, por se tratar de legítimo ato de beligerância, realizado em nome do General Humberto Delgado, em sua qualidade de chefe de Estado eleito em Portugal, conforme maioria do povo português e consenso dos observadores estrangeiros e da opinião pública internacional. Ofereço essa opinião como um brasileiro amigo da oposição portuguesa, embora sem imiscuir-me, naturalmente, em assuntos a serem decididos exclusivamente entre portugueses. Saudações afetuosas – Álvaro Lins”.

Estas claras palavras de quem consideramos nosso permanente Embaixador do Brasil em Portugal habilitam V. Exa. a tomar uma decisão, como sempre adequada, que tenho a honra de cobrir com a minha responsabilidade. Pró Pátria, pró Liberdade. – General Humberto Delgado» (UH, Delgado a “UH”: “Espanhóis ao Lado do Capitão Galvão Para Derrubar as Ditaduras Ibéricas”, 30/01/1961).

As palavras acima explicitam a difícil situação das relações internacionais entre Brasil e Portugal no período, uma vez que, embora o país sul-americano fosse uma democracia e abrigasse os exilados políticos ibéricos, todos os governos até então demonstravam simpatia e, se não apoiavam explicitamente Salazar e Franco, eram coniventes em relação aos seus atos, sempre se posicionando de maneira favorável ou neutra em ações desses grupos ditatoriais (Cervo; Magalhães 2000: 286).

Na edição do dia da posse de Jânio (31 de janeiro) a manchete da UH foi dedicada ao novo mandatário brasileiro, mas o assunto Santa Maria não foi esquecido, embora nenhuma novidade fora trazida na publicação (o navio continuava próximo da costa brasileira, além da pressão de Salazar pela prisão e deportação de Galvão e dos outros portugueses envolvidos). No entanto, no dia seguinte o assunto voltou a ser manchete (eclipsando os primeiros movimentos de Jânio enquanto presidente), uma vez que o Santa Maria estaria esperando o momento ideal para atracar no Recife e, como especificado na manchete, «“Afundaremos o “Santa Maria” Se Jânio Nos Falhar”, Brada Galvão às Portas do Recife!».

Nessa mesma edição foi publicada uma entrevista, dada a bordo do navio por Galvão para dois repórteres da UH (Iram Frejat e Antônio Mello), na qual ele esclarecia vários pontos e, de certa forma, confirmava boa parte das questões levantadas pela UH nessa última semana. Também, pela primeira vez, a publicação noticiou claramente que havia espanhóis entre os militares amotinados, com um comandante próprio:

Embora os oficiais rebeldes tenham negado, podemos adiantar, com absoluta segurança, que parte dos 70 comandados de Henrique Galvão são de nacionalidade espanhola, a começar pelo próprio comandante da belonave, que se chama Jorge Fernandez Soutomaior. Essa informação nós a colhemos entre os passageiros (...) Tudo indica que os revoltosos do “Santa Liberdade” têm raízes mais profundas do que se imagina e objetivos mais amplos, que se relacionam, até, com a Espanha. O carimbo que encontramos a bordo do “Santa Liberdade” tem os seguintes dizeres:

D.R.I.L. – Diretório Revolucionário Ibérico de Liberación – Libertad y Justicia o Muerte (...) (UH, “*Afundaremos o “Santa Maria” Se Jânio Nos Falhar*”, *Brada Galvão às Portas do Recife!*, 01/02/1961).

No entanto, o clima de alarme colocado pela UH se esvaiu nos dias seguintes, uma vez que o atracamento do navio foi autorizado e, em 2 de fevereiro, o Santa Maria (ou Santa Liberdade⁽¹⁾) estava oficialmente no Brasil, sem prisões dos então amotinados (Paulo 2011: 68-69). Após negociações entre os governos, ficou acordado que os nomes envolvidos no caso não seriam punidos, mas o navio retornaria a Portugal.

Na edição do dia 2 de fevereiro, a UH colocou como manchete o encontro de Galvão e Delgado no navio, indicando um contato que já não acontecia, pessoalmente, há mais de um ano (UH, *Delgado Junta-se a Galvão a Bordo do “Santa Maria”*, 02/02/1961) e, no dia seguinte, deu grande ênfase ao acordo, indicando que Galvão ficaria no Brasil como asilado político e com um texto extremamente laudatório, colocando-o como «jovem rebelde» e «ancião romântico» (UH, *Galvão: Destino do “Jovem Rebelde” de 65 anos Empolga o Mundo Inteiro*, 03/02/1961).

A partir dessa data, a cobertura do caso oscilou entre os passos de Galvão no Brasil e as reações de Salazar ao caso. Na coluna de Octávio

(1) A embarcação passou a ser chamada dessa forma pelos membros da DRIL após seu sequestro.

Malta, esse enfatizou o impacto da ação e o que significava o retorno do navio a Lisboa (que teria sido uma exigência inegociável do ditador português): «A sua volta a Lisboa, não fortalece, nem sara as feridas abertas na carne do velho ditador. Ao contrário, será, doravante, um barco que recordará, sempre, a bela façanha revolucionária!» (UH, Jornais e Problemas, 04/02/1961).

No dia seguinte, a manchete destacava que havia policiais infiltrados no Brasil para assassinar Galvão (o assunto já havia sido abordado alguns dias antes, mas apenas como suspeitas – assim como era o tom da reportagem que estampava o tópico principal da publicação), sendo grande a preocupação com a Polícia Secreta de Salazar (PIDE), uma vez que havia um aparato organizado pela polícia de São Paulo, a mando do governador Ademar de Barros (conservador e bastante próximo dos meios políticos salazaristas) para vigiar, de perto, os opositoristas do regime português instalados no estado paulista (Paulo 2000).

Ainda na edição do dia 06, a UH dedicou mais um editorial ao caso, novamente com imensas loas à Galvão e críticas bastante pesadas a Salazar, reafirmando a visão do jornal sobre o caso e, em geral, sobre a situação política portuguesa:

Foi apenas um episódio da longa, difícil e dramática luta que os patriotas portugueses sustentam contra um governo tirano. Não importa, por agora, pesar os resultados colhidos desta façanha, que comoveu a opinião pública de todo o mundo e a uniu em gesto de aplauso ao bravo capitão. Restou de tudo o símbolo transcendental da Liberdade – Santa Liberdade, grito, impulso, valor, dignidade e ousadia, expressão que ficará na crônica do “Santa Maria” para que as gerações futuras saibam que, um dia, naquele barco, um punhado de homens escreveu uma das mais emocionantes páginas da história de Portugal, sob o impulso do anseio de libertação (UH, *Santa Liberdade!*, 06/02/1961).

O caso angolano e os desdobramentos da ação do “Santa Maria”

Nessa mesma data, na manchete da segunda edição, o jornal chamou a atenção para as agitações em Angola, sendo que alguns grupos começaram a se movimentar, na perspectiva da UH, influenciados pelos acontecimentos relacionados ao caso do navio, publicando que «“Santa

Liberdade” Incendiou a África Contra Salazar» (UH, *Depois de Galvão, Angola: 16 Mortos*, 06/02/1961).

A partir do dia 07, a cobertura da UH em relação ao caso foi diminuindo, com um enfoque maior nos problemas que se agravaram em Angola. Na capa do dia 7, com a manchete *Oposição Pedre Renúncia de Salazar e Formação de Governo Democrático*, dando destaque a um texto da agência *France Press* (FP) sobre a mobilização da oposição portuguesa em Lisboa, utilizando o fator Santa Maria para negociar um possível fim do regime (UH, *Oposição Exige Renúncia de Salazar*, 07/02/1961).

No dia seguinte, em entrevista ainda em Recife, Galvão indicou que a luta continuaria e que ele e Delgado liderariam a revolução em Portugal, a partir de São Paulo (cidade onde residia Delgado) e que a ação do Santa Maria faria parte de um processo mais amplo, visando a derrubada do regime em Portugal (UH, *Galvão e Delgado Vão Comandar, de São Paulo, a Revolução Portuguesa*, 08/02/1961).

A partir da edição do dia 16 de fevereiro, foi publicado o diário mantido por Sotomayor, durante sua estadia no Santa Maria, nas páginas da UH. Editado diariamente, até dia 23, as impressões foram transformadas em artigos, explicando desde a origem da DRIL até as movimentações finais no navio e os planos futuros, tendo como objetivo final o fim dos regimes autoritários da Península Ibérica:

A solidariedade do mundo com a nossa luta e a arma invencível, a arma da vitória sobre esses regimes autores de escravidão, miséria e guerra. A operação Santa Liberdade abriu imensas possibilidades de união para todos os combatentes anti-fascistas. Que a diversidade ideológica não seja um obstáculo! Os ditadores terão os dias contados (UH, *Rebeldes no Mar: “Nossos Canhões São a Força da Opinião Mundial”*, 22/02/1961).

Em relação à política brasileira, uma das primeiras medidas propostas por Jânio Quadros, já problematizada antes da posse, foi a chamada Política Externa Independente (PEI). Tendo o chanceler Afonso Arinos à frente, a perspectiva de Jânio era resgatar contatos comerciais com países do bloco socialista, restabelecendo contato com nações que não possuíam relação ativa com o Brasil por conta da Guerra Fria, como por exemplo, a União Soviética (Chaia 1992).

Essa ação era uma das formas que o então presidente encontrara para tentar sanar a situação financeira, uma vez que a economia brasileira estava fragilizada devido a algumas ações do governo anterior, como a

construção da nova capital nacional, Brasília (Benevides 1976). Durante a estruturação da PEI, a UH passou a cobrar de Jânio uma postura de combate a Salazar e às ditaduras em geral, uma vez que ele havia sinalizado para tal em sua campanha, na contramão do presidente anterior, que mantivera boas relações com o governo de Salazar (Gonçalves 2003).

A UH passou vários dias sem noticiar nada relacionado aos exilados no Brasil e ao caso do Santa Maria, publicando uma pequena nota, no dia 10, com declarações do governo de que os exilados não corriam perigo de prisão ou de serem deportados (UH, *Brasil Oferece Garantias aos Asilados Portugueses*, 10/03/1961). O caso só voltou a ser notícia no dia 25, quando o jornal publicou uma nota da FP, indicando que o governo português iria pedir a extradição de Galvão e Delgado (UH, *Será Pedida Extradicação de Galvão e Delgado*, 25/03/1961). O primeiro, na edição seguinte, respondeu de maneira bastante incisiva ao possível pedido:

«O anúncio de que a ditadura salazarista, sob a alegação de que sou criminoso comum, vai pedir minha extradição ao Governo brasileiro, faz parte de uma série de idiotices (...) Quanto à minha extradição, não creio que o pedido venha a ser formulado. É mais uma manobra destinada a enganar a parte mais mal informada do povo português» (UH, *Galvão Sobre a Sua Extradicação: "Mais Uma Idiotice de Salazar"*, 27/03/1961).

Na edição do dia 28, a UH noticiou que Jânio, em conversa com o embaixador português no Brasil, teria reafirmado que o Brasil não extraditaria ninguém e votaria, na ONU, contra o governo português em relação ao caso de Angola (UH, *Brasil Não Dará Galvão e Votará por Angola*, 28/03/1961). Em relação a esse último caso, no dia 15 de março, houve um ataque da *União das Populações de Angola* (UPA) no norte do país, deixando quase 5000 mortos e consolidando, de fato, as lutas pela independência do país africano em relação a Portugal, que já haviam começado em fevereiro (Capoco 2013).

A UH noticiou o caso pela primeira vez na edição do dia 18 (UH, *Levante Contra Ditadura Salazarista: Angola*, 18/03/1961) e, nas edições seguintes, deu destaque para a reação do governo português contra o levante dedicando, inclusive, a manchete da segunda edição do dia 20, intitulada *Morticínio em Angola: Salazar Lança Tropas Para Esmagar Revolta*. Na edição do dia 23, UH noticiou que a ONU provavelmente julgaria Salazar pela situação no país africano (UH, *ONU: Situação de Angola (Hoje)*

em *Debate*, 23/03/1961) e, no dia seguinte, dedicou o editorial ao caso, indicando que o diplomata português Manuel Anselmo teria publicado uma carta nos principais jornais portugueses insultando Jânio Quadros, por conta da PEI e da postura brasileira em apoiar as independências dos países africanos (mesmo o jornal não apoiando o atual presidente, defendeu-o nesse caso, uma vez que, nesse assunto, suas posições eram, em tese, convergentes):

De forma que, o que poderia ser visto, apenas, como desabafo de um ignorante ou despeitado, passa a ser algo mais sério, pois cheira a documento oficial. Se se partir do princípio de que, em Portugal, nenhum jornal ou revista pertencentes a organizações privadas podem sair a público sem o prévio “visto” de censura, há de compreender-se que uma publicação editada por um órgão público reflete sempre o ponto-de-vista governamental sobre os temas que discute ou explora (...) um protesto enérgico deve ser encaminhado pelo Itamarati ao Governo português, ao menos para que Lisboa entenda que, para nós, já terminou aquela prolongado e idiota “romance” com Salazar, que nos fazia, tantas vezes, assumir posições vergonhosas nas Nações Unidas para defender a política colonialista portuguesa em Angola, Moçambique ou Goa (UH, *Itamarati Deve Repelir o Insulto*, 24/03/1961).

As referências, no fim da citação, são relacionadas à grande proximidade entre JK e o governo português, sendo que o Brasil defendeu na ONU, em momentos distintos, as ações coloniais portuguesas, legitimando o domínio lusitano sobre suas colônias em África e Ásia (Rampinelli 2009). Dentro dessa perspectiva, a conversa de Jânio com o embaixador português, noticiada no dia 28, daria o tom de uma nova orientação brasileira em relação ao trato com Portugal.

No entanto, isso não aconteceu. Na plenária em relação ao caso português, o Brasil não apoiou Angola e se absteve no voto. Logo na edição do dia 30, em editorial, a UH demonstrou sua indignação com o fato, procurando entender o porquê da contradição entre o discurso e a ação do governo, no tocante ao caso português:

Não entendemos como poderá o Sr. Jânio Quadros manter uma política exterior do sentido anticolonialista e, com relação a Portugal, mudar de posição para ajudar este país a manter seu domínio sobre nações africanas. Houve, evidentemente, um recuo de parte do Governo

brasileiro, que ainda há poucos dias, através de manifestações do presidente da República e do ministro do Exterior, tomava posição clara a respeito de Angola, não só votando, na ONU, no sentido de que a questão fôsse submetida à discussão da Assembléia, senão também adiantando o modo como agiria na hora em que as Nações Unidas entrassem no mérito do problema (...) vergonhosa cumplicidade com o terrorismo homicida que Salazar desfechou na colônia, na inútil esperança de salvar seu império. Cumplicidade pela qual o Governo Jânio Quadros terá de pagar caro, desprestigiando-se perante a opinião internacional, que lhe tem sido tão favorável, e perdendo a confiança dos povos afro-asiáticos (...). (UH, *Marcha à Ré no Caso de Angola*, 30/03/1961).

Em editorial da edição do dia seguinte, a UH voltou a tocar no caso, novamente criticando veementemente o governo brasileiro pela atitude (UH, *Tratado Sem Validade Força Jânio a Recuar*, 31/03/1961). Na edição do dia 01 de abril, dedicou sua manchete a uma denúncia horrenda contra Salazar (UH, *Salazar Vende Escravos Para Minas de Ouro*, 01/04/1961) e também mais um editorial (o terceiro seguido) à situação, mais uma vez ressaltando a nocividade do ato político na ONU, questionando se Jânio acreditava na visão de Salazar dos fatos, de que o ocorrido era um «simples movimento de minorias manipuladas pelo comunismo internacional» ou se tinha a visão real dos fatos (na visão do jornal), de que «o que há em Angola é a explosão revolucionária de um povo há tantos séculos escravizado e que sente, afinal, mais próxima a hora de sua independência (...)» (UH, *Por Amor a Salazar*, 01/04/1961).

Nos dias seguintes a UH não abordou mais diretamente o caso, bem como as reminiscências do caso do Santa Maria (embora não deixou os assuntos em branco completamente), voltando a dar destaque entre as edições do dia 18 a 22 de abril aos ataques das tropas legalistas, demonstrando o sofrimento de civis como consequência da disputa, que não dava ares de arrefecimento.

Na edição do dia 27 de abril, a publicação carioca trouxe mais uma entrevista com Galvão, sendo que o português destacou várias monstruosidades que seriam praticadas pelo governo português (como o trabalho forçado, dirigido apenas para os negros e pobres do local) e, em linhas gerais, indicou que, pelo baixo índice de escolaridade e de «esclarecimento» do povo angolano, a independência total ainda não

seria o caminho a ser trilhado para o país, evidenciando um aspecto fundamental em seu pensamento, que era a manutenção das colónias sob domínio português (Vargas 2016: 26):

A solução da oposição democrática portuguesa seria a seguinte: Angola obteria autonomia. Seríamos uma federação como o Brasil ou os Estados Unidos. Os elementos válidos para integrar o governo seriam imediatamente aproveitados como integrantes do governo, enquanto outros iriam sendo educados para tal e imediatamente integrados na administração. Proclamaríamos, enquanto isso, nosso apoio à autodeterminação dos povos (UH, *Galvão Desmente Salazar: Regime em Angola é Pior que Escravidão*, 27/04/1961).

Em editorial do dia 29 de abril, a UH ratificou alguns pontos defendidos por Galvão, embora tenha criticado sua postura por não apoiar a independência plena de Angola, aspecto defendido desde o início pela publicação (UH, *Pela Independência Imediata de Angola*, 27/04/1961). E a postura do militar português levaria também à ruptura de grande parte dos membros do grupo que tomou de assalto o Santa Maria e que estavam no Brasil, em um comunicado publicado pela UH e assinado em nome da DRIL, indicando que Galvão traía o movimento e que não era mais digno de ser uma liderança da oposição portuguesa:

«Denunciamos o Capitão Galvão como colonialista e inimigo da liberdade dos povos de Angola. Denunciamos sua traição aos interesses dos povos de Angola. Denunciamos sua traição aos interesses do povo português, já que está tentando vincular-se às manobras do General Delgado – que não é revolucionário e nunca pertenceu à direção do DRIL – a fim de levar Portugal ao salazarismo, sem Salazar» (UH, *Rebeldes do “Santa Maria”: “Galvão Traiu a Revolução”*, 22/05/1961).

Tal fratura trouxe à tona, novamente, a imensa fragmentação da oposição contra os governos ditatoriais ibéricos, uma vez que, por ideais e posturas distintas, as rupturas já ocorriam desde os anos 1940 e, embora em algumas ocasiões esses grupos realizassem ações em conjunto (em prol de um bem comum), as fissuras entre eles sempre ficavam à mostra e, como exposto nesse caso, indicava uma possibilidade muito pequena de aproximação concreta entre eles (Paulo 2011).

Conclusão

Essa diferença de visão (e o ataque posterior) não mudou, substancialmente, a cobertura da UH, que continuou estruturando Galvão como o grande protagonista do movimento contrário a Salazar, ao mesmo tempo em que manteve irreduzível sua opinião sobre a independência angolana. Assim, toda a cobertura da publicação, até o fim de 1961, sobre possíveis ações relacionadas à política portuguesa, sempre estiveram centradas nas ações de seu grande protagonista.

Em outubro, a publicação carioca deu amplo destaque à ida de Galvão para Portugal, com a perspectiva de iniciar o golpe derradeiro contra a ditadura lusitana (UH, *Galvão em Portugal: Tudo Pronto para a Revolução!*, 02/10/1961). Após algumas notícias esparsas sobre o assunto, o português voltou a ser destaque na edição do dia 11 de novembro, com a manchete dedicada ao sequestro do avião “Super-Constellatioin”, da TAP, sendo que a ação foi rápida, uma vez que o objetivo foi jogar inúmeros panfletos por Lisboa e algumas outras cidades, criticando vivamente Salazar e pregando boicote ao processo eleitoral que ocorreria (UH, *Lisboa: Adeptos de Galvão Seqüestram Avião em Vão*, 11/11/1961).

Galvão não esteve a bordo, mas foi um dos mentores, estando na África e se juntando às seis pessoas que participaram do processo quando o avião desembarcou em Tanger (Vargas 2018: 16). A UH enfatizou a pressão do governo português para extraditar Galvão que, após a ação de Álvaro Lins e outros nomes, conseguiu obter o asilo político no Brasil, fixando-se em Belo Horizonte (UH, *Jango Concedeu Asilo a Galvão*, 24/11/1961).

Ainda em relação ao caso na imprensa em geral, é necessário destacar o amplo destaque que o caso teve no mundo, sendo que em Portugal, mesmo com toda a imprensa controlada pelo governo, ainda assim o caso teve grande espaço, uma vez que a repercussão não poderia ser ignorada pelos jornais portugueses, que procuraram reduzir o caso a um simples «acto de pirataria», procurando esvaziar todo o conteúdo político que perpassara pelo sequestro do navio, bem como seus desdobramentos (Paulo 2011).

No caso brasileiro, além da já citada cobertura dos grandes jornais da imprensa na mesma linha editorial das principais edições portuguesas, é importante citar a imprensa portuguesa no Brasil, que em linhas gerais seguiu posicionamento parecido com a da UH, destacando a luta política que se travava por trás do acontecimento em si:

A aventura do Santa Maria apaixonou o mundo. Mas, independentemente de outras considerações, serviu para que o mundo tomasse consciência, mais uma vez, da existência de uma ditadura nefasta, desavergonhada e assassina, que é uma nódoa na civilização contemporânea [...] O episódio do Santa Maria foi, simbolicamente, a guerra civil que não queremos, para derrubar Salazar e a sua camarinha. Mas pôs o mundo perante um dever inadiável de honra e de decência: o isolamento desse bando oligárquico cujos tentáculos se entendem pelo mundo inteiro [...] (Portugal Democrático, «Portugal em Liberdade», São Paulo, Fevereiro de 1961).

No tocante à UH, em linhas gerais, a publicação carioca manteve o padrão de sua cobertura durante todo o ano, defendendo o fim do Estado Novo em Portugal, bem como a libertação das colónias do império português, colocando Henrique Galvão como o grande líder do movimento que visava o desmantelamento da estrutura autoritária no país lusitano, além de enfatizar a tomada da embarcação Santa Maria como o marco principal de todo esse processo.

Tal visão explicita bem o ideário da cultura política trabalhista, que chegaria ao poder meses depois com João Goulart e que seria firmemente combatida pelos grupos conservadores da política brasileira, cujo clima de radicalização culminaria em um golpe de Estado em 1964, apoiado pelo governo português.

Bibliografia

- Antunes, José Freire (1991). *Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Barros, Theodoro de (1993). "Imprensa era dominada por um grupo familiar até 1950", in Anderson Campos (org.), *Nos tempos de Wainer: a Última Hora de Samuel*. Rio de Janeiro: ABI-Copim.
- Benevides, Maria Victória (1976). *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Capelato, Maria Helena Rolim (2009). *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp.
- Capoco, Zeferino (2013). *O nacionalismo e o estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)*. Dissertação de Doutorado

- em Ciência Política e Relações Internacionais – Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Políticos.
- Carvalho, Aloysio Carvalho (2012). *O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao Governo Vargas*. Niterói: Editora Nitpress, Ediotra da UFF.
- Cervo, Amado; Magalhães, José Calvet (2000). *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: UnB.
- Chaia, Vera Lúcia (1992). *A liderança política de Jânio Quadros (1947 – 1990)*. Ibitinga: Humanidades.
- D’Araújo, Maria Celina (1992). *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2 ed.. São Paulo: Ática.
- Fidelis, Thiago (2018). *Preto no Branco: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954/1956)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara).
- Gonçalves, Williams da Silva (2003). *O realismo da fraternidade: Brasil – Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Jornal Última Hora. Edições de 1951 a 1961.
- Laurenza, Ana (1998). *Lacerda x Wainer – O corvo e o bessarabiano*. 2º ed.. São Paulo: SENAC.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (2009). *De Martí a Fidel: A revolução Cubana e a América Latina*. 2º ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rampinelli, Waldir José (2009). “A política internacional de JK e suas relações perigosas com o Colonialismo português”, *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 15, n. 20, 275-289.
- Paulo, Heloisa (2000). «*Aqui é Portugal*»: a Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo. Coimbra: Quarteto.
- «-» (2007). “O jornalismo como alternativa. Os exilados e a sua colaboração nos jornais brasileiros”, *Estudos do Século XX* n.º 7. Coimbra, Imprensa da Universidade/ Ceis 20.
- «-» (2009). “O exílio português no Brasil: Os ‘Budás’ e a oposição antisalazarista”, in *Portuguese Migrations in Comparison: Historical Patterns and Transnational Communities*”. *Portuguese Studies Review*, Trent University, Peterborough, Ontario, Vol. 14, No. 2.
- «-» (2011). “1961: o Assalto do Santa Maria e o Desmorronar do Regime Salazarista em Portugal”, *História Revista*, 16(1), 53-80.
- «-» (2012). “Exilados e imigrantes: exílio, sobrevivência e luta política”, in Ângela Castro Gomes; Alda Mourão (org.), *A experiência da Primeira*

- República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- « – » (2013). “O exílio português no Brasil nas décadas de cinquenta e sessenta”, *Cadernos do CERU* (<http://revistas.usp.br/ceru/issue/current>).
- « – » (2015). “O Brasil como plataforma para a luta contra Salazar (1959-1964)”, in Maria Fernanda Rolo; Yvette Santos (ed.), *Ecos das Migrações*. Coimbra: Almedina.
- « – » (2017). “Esperando a Hora da Festa: resistência e ação política no exílio (1940-1947)”, in Maria Luiza Tucci Carneiro (ed.), *Tempos de Guerra e de Paz*. São Paulo: Humanitas.
- « – » (2017). *Migrações e exílios: identidades e nacionalismo*, *Revista Portuguesa de História*, 48, 1, 85–98.
- « – » (2017). “O problema da emigração e do exílio em Portugal: imagens e análises (1910-1974)”, *Revista Teoria da História* 17, 1. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 147–161.
- Piñeiro, Antonio (2008). *Xosé Velo Mosquera, poeta e soñador, político e pensador, revolucionario e mestre*. Vigo: Ir Indo Edicións.
- Soutomaior, Jorge (2010). *Eu roubei o Santa Maria*. Lisboa: Labirinto das Letras.
- Vargas, André Luiz dos Santos (2016). “O posicionamento político de Henrique Galvão exilado no Brasil (1961-1965)”, *Revista Mosaico*, v.9, n. 1, 24-34.
- « – » (2018). *Henrique Galvão: um colonialista anti-salazarista do Estado Novo (1929-1949)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH).
- Wainer, Samuel (1988). *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record.

(Página deixada propositadamente em branco)

**A GOAN READING OF THE CULTURAL IMPACT OF THE
COLONIAL ACT: INTRODUCING INTELLECTUALS AND
PERIODIC PRESS THROUGH THE ANGLO-LUSITANO OF
JULY 7, 1934**

ADELAIDE VIEIRA MACHADO
USP, FFLCH/CELP; Universidade Nova de Lisboa, CHAM, FCSH
adelaidemachado@sapo.pt
<https://orcid.org/0000-0003-3702-0569>

Texto recebido em / Text submitted on: 24/06/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 27/01/2020

Abstract:

The Portuguese colonial legislation summarized in the segregating measures of the Colonial Act of 1930, the year that inaugurated Salazar's dictatorship in Portugal after the 1926 military coup, had unavoidable consequences. Our goal is to demonstrate the importance of this political measure through the journalistic production of the Goan intellectuality, that is, the political culture that arose from the clash between the defenders of the regime and those who advocated solutions of freedom and democracy in autonomy or independence. After a comprehensive Goan press survey, the choice of a special issue of *O Anglo-Lusitano* to present as historical foundation in this study was due to the fact that owing to its broad spectrum of cultural and political participation, it served as medium for ascertaining the existence of a crossroad of visions of the imperial whole, in the construction of intellectual networks of opposition and resistance, both from Goa and exile, enunciating the end of the Portuguese empire.

Keywords:

Resistance; Colonial Periodical Press; Democracy; Portuguese Colonial Empire; Goan Intellectuals.

Resumo:

A legislação colonial portuguesa sumarizada nas medidas segregadoras do Ato Colonial de 1930, ano que inaugurou a ditadura de Salazar depois do golpe militar de 1926, teve consequências incontornáveis. O nosso objetivo é demonstrar a importância desta medida política através da produção jornalística da intelectualidade goesa, isto é, a cultura política originada pelo embate entre os defensores do regime e aqueles que advogavam soluções de liberdade e democracia em autonomia ou independência. Após um levantamento detalhado da imprensa goesa, a escolha do número especial de *O Anglo-Lusitano* para apresentar a fundamentação histórica neste estudo aconteceu pelo facto de que devido ao espectro alargado de participações culturais e políticas serviu como meio de apurar a existência de um entrecruzamento de visões do todo imperial, na construção de redes intelectuais de oposição e resistência, de Goa e do exílio enunciando o fim do império português.

Palavras-chave:

Resistência; Imprensa Periódica Colonial; Democracia; Império Colonial Português; Intelectuais goeses.

The Colonial Act was the first constitutional law that come into force after the 1926 military coup in Portugal at the start of Salazar's dictatorship and aimed to institute two things: an organic relationship of submission of the colonies to the metropole and the stabilisation of the difference between first class citizenship for people from metropole, and a colonial second class citizenship for assimilated natives subject to the same duties but without the same rights. What was the cultural impact of the colonial act of 1930 in the Portuguese empire seen from a Goan vision? It is a study yet to be done, both locally and globally, and which this article proposes itself to introduce and debate. Our aim is to demonstrate the importance of the cultural consequences of this political measure read in the journalistic productions of the Goan intelligentsia, that is, at the core of a political culture which came about during the clash between the supporters of the new dictatorship regime

and the proponents of solutions involving freedom and democracy, in autonomy or independence. With this study it is intended to demonstrate the existence and substantiate the participation of groups of Goan intellectuals in the construction of an autonomous culture of opposition and resistance to the Portuguese Estado Novo (New State dictatorship).

After a systematic survey of the periodic press that was most relevant to the subject in question, the choice of a special issue of *O Anglo-Lusitano*⁽¹⁾, to present as historical foundation in this study, was due to the fact that owing to its broad spectrum of cultural and political participation, it served as medium for ascertaining the existence of a crossroad of visions of the imperial whole, of an intellectual network of opposition and resistance, announcing the beginning of the end of this empire. We would like to emphasise the importance of the theoretical and methodological perspective that has been adopted, which will be contrary to the hierarchisation of the various outlooks and cultures in conviviality and rupture. In this sense, we highlight the interconnection and relationship between histories and cultures, unveiling mediators, as way of further developing the raised issues. In the presented context, the press will occupy a central place in the establishment of this political culture of opposition that we intend to situate and define, and of the intellectual network connected to it that we intend to map.

Text and contextualities: theory and methodology

A broad idea of culture (Cuche 1999) shows us that, from unity to diversity and vice versa, a dynamic relationship is built that structures the concept of culture that presides over the study which is now here presented. Within this complex dynamic, it is important to continually update the debate, which shows us that in addition to the critical genealogy of the term (Kuper 2002; Eagleton 2007), it is important to have a network level outlook to define and understand the culture(s)

(1) Directed at the time by the freedom fighter Carlos da Cruz (1907-1958), as celebration of the 48th anniversary of the publication *O Anglo-Lusitano* [*The Anglo-Lusitano*] (1886-1955), the bilingual (Portuguese and English) newspaper, published in Bombay, issued a number in 7th July 1934, with a large participation of Goan intellectuals both from Goa and living in Bombay.

in a comprehensive and connected way. The tension between different scales that culture tends to represent in the interpretation of the world (Garcia 1994: 123-143), will only begin to be resolved if the adoption of one single perspective is overcome, which necessarily implies the capacity to complement the situations under analysis, by contemplating the diversity of the visions of the other. In this sense, according to which the one and the multiple are two faces of the same coin, culture is seen as something which is living, dynamic and as such comprehensive, in a context in which plural perspectives, interconnected in the analysis of the complexity of the reality complete and are complemented by syntheses, which are not definitive, but are state of the art in constant updates.

Edward Tylor (1832-1917) broadly defined culture as the fruit of human creation, as something that contained within itself that complex whole that included knowledge, beliefs, art, morals, law, customs, and any other habit and acquired ability of man (Tylor 1865). From his experiences in contact with various cultures, Tylor drew unity from the term culture as a common singular. Soon after, Franz Boas (1858-1942) complemented this notion, starting from the certainty of the plurality and diversity of existing cultures and arriving at concepts of particularity of a local culture, but as a product of the acceptance of several different cultures, recomposed in something unique and particular (Boas 1966). From these early definitions that marked the beginning of the modernity of the term culture⁽²⁾, we arrive at what we understand to be the contemporary concept of culture which, assimilating tension and the dynamic relation between unity and diversity, at the crossroads between pluralities and singularities, seeks, above all, the non-hierarchisation of cultures (Gandhi 2014).

The connected histories of Subrahmanyam (Xavier 2007: 253-268) follow this line, by which, as in Gruzinski (2003), intended to escape eurocentrism, which reduced the comparison by looking at the western model in the mirror and confronting or matching with it. The line of post-colonial studies aiming the decolonising of the deconstruction of

(2) With not enough space here to develop the theme, we emphasised the founding definitions that allowed us to understand and improve the genealogical construction of the idea and the concept of culture over the last hundred years. In this sense we could mention yet Ruth Benedict, Clifford Geertz, Margaret Mead, Victor Turner, Terry Eagleton, among others.

ideas (Mignolo 2000) by recognising the continued hegemony of western thought to impose itself as the only one, rather than rejecting it, has assigned it a different place, the place of one among others (Chakrabarty 2008), to open paths to configurations more aware of the paths of diversity. In this way, the analyses initiated by the Subaltern Studies Group continue to prove stimulating. Its theoretical legacy is recognised in several geographies by those who have thought local democratic and transnational issues in a globalised world (Santos 2004, Perez 2016). In truth, even these new relationship models (Zimmermann, Werner 2003) that we have been referring to – comparativism, interculturality, crossroads, interconnections or interlinking – only become valid if they are situated within a critical observation perspective. In other words, if efforts were made to question traditional hierarchies and viewpoints, because the success of, not only of correct theorising and methodologies, but also of the constant renewal of knowledge depends on this scientific attitude.

Next, we must pay attention to the peculiarity of the support, which is the periodical press, one of the quintessential vehicles of the written culture, which opens for the role attributed to the written word to the forms/means of it, and to the ways of reading. The importance of the materiality of the written word, in this case the newspaper and the journal, is demonstrated by the place it occupies in the production of knowledge and in the relationships, it establishes among the agents involved, writers, journalists, editors, readers, and of these with the power(s). Periodical publications, seen as a source, but also as a matter of study, helps us to understand the text produced in this medium as an object of various appropriations (Chartier 2014), which leads to different attributions of meaning, reflected in the publication decisions, in external interventions and in the various types of mediation that are possible, which are fundamental to unveil the meaning and intelligibility of the work proposal. Continuing to follow Chartier, we want to unveil «the meaning of the texts between transgressed restrictions and restrained freedoms» (Chartier 2014: 46).

It is from the constructive advance of the various perspectives exposed that this work will seek to answer its central question, placing, as previously mentioned, a level and non-hierarchical outlook as a starting point for the analysis and summary of the study, hoping therefore to provoke debate, and thus contribute to the advancement of historical and cultural knowledge.

Empires, colonies and intellectuals: contestation and resilience

The imperial idea, throughout history, implied a long distance relationship, which was always hierarchical, between the centre with the periphery; a subaltern relationship between the base to the top (Singaravelou 2011). Notwithstanding the complexification suggested in the relationships of subalternities assumed in the colonial empires of contemporary times (Gandhi 2006) on the contrary, to highlight it, we witnessed that the figure of the emperor was replaced or diluted in the idea of imperial state/nation.

In this context, the press regarding the colonial period, incorporated several discourses. As a space of colonialism propaganda, as an ideological support to the various forms of subordinating the other and, from there, to create the diverse representations of the colonial world that have been perpetuated (D'Andurain 2017). As a place for other cultural and political imaginaries, the press opened public debates and created a public sphere of opinion on the colonial theme. In times when the practice of democracy could be partially exercised, the colonial press allowed itself to present consensus and ruptures around different concepts of metropole and colony, of different forms of autonomy, such as self-government or the federative empires, as ways for true independence.

In this framework, the beginning of the 20th century brought a new place on the agenda for the Dreyfus Affair in France, regarding the modern definition of intellectual (Charle 1990). The nomenclature of the term *intellectual* arose, therefore, from the awareness that, despite the prestige that was attributed to them, the scientist and the man of letters were increasingly losing the control of political decisions, who were determining the profile of a society in which they no longer recognized themselves as citizens, but which would, without even wanting to do so, provided them the image of their own collective strength (Winock 1997). Not as a sum of individualities, but as *we*, with a political connotation of intervention. They were not interested in directly taking power, but in influence it beneficially and to moralise it, as pressure and opinion group, so they could constitute a valid bridge of contact and understanding, between society and political power (Gramsci 1949). Contact that they intended to cement and extend, either as a spokesperson or as organisers of new discussion spaces. In the times of the dictatorship, censorship, clandestine operations and exile, these networks and their periodicals

often operated on the front line, as intermediaries for the transmission of information and for disseminating and criticising ideas, as well as calls for action, through the written word.

From the intersection of ideas that defined these two concepts, the colonial press and the intellectual engaged, a new understanding of the colonial dimension was born for this period. Through the survey of agents, as cultural subjects, a network of powers and resistances (Foucault 2008) was discovered that were manifested and uncovered while discourse, thought and culture.

The study of the colonial press, by means of an outlook that assumes starting points without hierarchizing them (Guha 2002), often dismantling the history of historiography itself, is taking its first steps. Understanding the present and the relations it establishes with colonial history will not be complete nor reach its potential without a thorough and comparative reflection as defined above.

Imperial framework of the Colonial Act of 1930 and its immediate impact on the intellectual elite

We are placing the chronological start of this study with the promulgation of the Colonial Act of 1930, as this constitutional legislative measure coincides with the start of the implementation of the Portuguese dictatorship's colonial project. In addition to the idea of empire, which presides over the chosen period, there was a metropole that lived from the certainty of its civilising indispensability, and thus, from its cultural and political responsibility that defined the Portuguese nation as intrinsically coloniser (Alexandre 1993). To empire as a territorial sovereignty product of the Portuguese explorers' maritime discoveries, assumed as justifications of historical right, was joined the empire as national sovereignty and, with it, the moral and of belonging issues, from which *the uncivilized* were excluded (Meneses 2010). The Colonial Act became a constitutional law by later incorporation into the 1933 Constitution, initiating the so-called Estado Novo, which ended the military period and legalized the coup of 1926 and Salazar's new dictatorship, for the rest of the world.

Especially the Goan intelligentsia, which is central to our study, but also Republican exiles, as well as the so-called *filhos da terra* (*sons of the*

land, natives, mestizos) in Africa, stood out for the speed with which they perceived the segregationist consequences of the colonial project of the future Estado Novo, at the same time that they constructed an alternative message that crossed the whole empire and obtained several degrees of awareness and, consequently, several levels of solutions, since the idea of federated autonomies to the desire of complete independence. It is the journalistic production that reveals this impact⁽³⁾, from which a culture of opposition and resistance was formed, that we intend to analyse. The Goan case (Lobo 2013), which we are uncover here, within the afore mentioned context and parameters, presents itself as paradigmatic of all the relational dynamics defined here, since it is a crossroads of histories and cultures with innovative results that are important to ascertain, understand and disseminate. Among the most significant press of Goa's initiative, both in the metropole and in colonies and places of exile outside the empire, there is the possibility, by the delimitation and connection of several points of view, of outlining a general panorama of a new cultural and identity framework, resulting from the impact produced by the Colonial Act of 1930, involving places with their own times and different geographies, which were fed by this constant exchange between histories and cultures that intersected each other. There the whole conceptual profile of the themes that defined the era can be found, as the nationalisms of various nuances confirming its emergence in response to the theorisations of ethnic and civilisational superiorities, embodied in the colonial legislations.

In connection with what has been said, we intend to substantiate the existence of the figure of the intellectual in Goa, who, through the newspapers that have been outlined, linked the consciousness of the situation of subalternity with the intellectual opposition and resistance. They did it in defense of the tolerance and the democracy from a place that they wanted autonomous and/or independent in connection with the Portuguese empire or in connection with the struggle for independence of India against the British empire. The periodical press and the cultural production published in the colonial period must first

(3) This impact was also the translation of the confrontation between a censored or clandestine periodic press coming from that mobility of exiles inside and outside the empire, and another more-or-less governmental that intended to express the goodness of the dictatorial regime.

be seen from this perspective, that is, as the expression of a culture of its own, the Goan one, with all the implications that colonialism and, later, nationalism provided.

The Anglo-Lusitano of the 7 of July 1934: colonial relationships

By way of example, and as a basis for much of what was said, we chose the commemorative issue of the newspaper's 48th Anniversary, edited by Goans in Bombay, *O Anglo-Lusitano* (1886-1955). Published in Portuguese and English, this Catholic newspaper was first published in the 19th century (Lobo 2015) assigning itself the mission of defending the right of «Padroado» (patronage – an arrangement between the Holy See and the Kingdom of Portugal) of the Portuguese monarchy, against the expansion of the influence of the missionary Congregation of the Roman Curia the Propaganda Fide created in 1622, in the framework of the wars between *Throne and Altar*. Summarising the last 48 years in defense of their religious ideals, the 7th of July 1934 English editorial of *The Anglo-Lusitano* reiterated:

Forty-eight years are a considerable period in the life of a newspaper, but it is a period over which it is possible to look back without regret [...] Founded by a small group of enthusiasts to defend the Padroado, it had the satisfaction of rallying Catholic opinion in this city to the support of that institution. The Padroado survived but only to meet its doom four decades later [...] The men at the helm of affairs in Portugal no longer cherished the memory of Portugal's work in the Orient for the Catholic faith and were by no means anxious to maintain the Padroado in the East. In the circumstances the protest of *O Anglo-Lusitano* fell on unheeding ears (Forty-eight years, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 12).

At the end of the 19th century, in 1887, the *Bombay Portuguese*, as the native Catholics of that city were known, decided to change their name to *Bombay East-Indian community*, through the creation of the *Bombay East Indian Association* founded by 27 members (Gomes 2007: 569), and whose direction assumed, despite their Catholicism, the loyalty to the British Empire. This association provoked disapproving reactions among the Bombay catholic believers, and as a result, there was an unsuccessful attempt to create an association entitled *Bombay Portuguese Association*,

and a newspaper called *Português Britânico* (Portuguese British) was launched with some success⁽⁴⁾. One of the *East-Indian's* objectives was precisely to dissociate themselves from the Goan migrants, and since the mid-19th century a time when the Goans migrated in greater numbers, the existing Catholic community felt threatened in its identity, and also by the loss of the privileged access it had until then, on the part of the British authorities, to certain positions in the functionalism with the consequent social prestige. Some disputes are known in which attempts were made to discredit each other, and if in the matter of the *Padroado* versus *Propaganda Fide* the majority of the East-Indians leaned toward the former, the truth was that the elites from both communities were progressively creating zones of permeability, that made possible reconcile interests in political and cultural terms.

Thus, throughout the 20th century, several transversities of insurgence came to facilitate the communication between these two communities, and appeals to Christian unity were presented through the periodical press in Bombay, this time to ensure place, not only in public functionalism but in the Indian Congress that was to be composed, still with the agreement of the British authorities, by the various political forces, communities and beliefs in India, with representations within it. Also, the unity with the Hindu community from Goa happened, in what it respected the protests against the Portuguese colonial legislation, organized by the intelligentsia that traditionally chose Bombay as a place of extension of the higher studies or career projection, but also as a place of exile (Servants and indigenes by the Colonial Act, *O Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 9)⁽⁵⁾. This porosity extended to the lower classes, a terminology that was in match at first, and later emancipated itself, from that which referred to the castes, that is, without mutual exclusion, the two categories, classes and castes, were creating their own functionalities. Among the Catholics and Hindus in Bombay, occupying high places in the civil service, the university, in

(4) For the study of this community and its interaction with the Goan migrants in the 19th and 20th centuries, this newspaper and above all, *O Patriota*, discontinued in 1882, as well as *O Anglo-Lusitano*, from which we have already highlighted Sandra Ataíde Lobo's study for the XIX century, are fundamental pieces to apply to a cross-study with the intellectual biographies of both the newspapers and their authors that will certainly explain the eighteenth-century disagreements and the nineteenth-century encounters.

(5) Of course, these exiles became more frequent after the establishment of the Estado Novo dictatorship in Portugal.

medicine or justice⁽⁶⁾, there was a cultural and political connection that was displayed in the periodical press, with these examples highlighting the Goan identity. The same was true for the lower migrant classes they encountered, in mutual associations (Goan Association of Mutual Aid, *O Anglo-Lusitano* of the 7th of July 1934:7, 11) in the so-called Cuds or Clubs, which received and supported the most disadvantaged from Goa, the reasons for solidarity that functioned as a basis for the creation of a class consciousness. The impact of the colonial Act had yet the merit of establishing the connection between these several realities, in protest movements that ranged since the demand of respect for human dignity to the right to full citizenship and to the equality and emancipation of the Goan people. These connections were highlighted by the intellectuals and, disclosed by the corresponding press. While telling us the context of its existence and scope of action, *The Anglo-Lusitano* showed that it was well within the framework of this engaged intellectual reality. As we shall see, this commemorative issue shows the connection of the Bombay newspaper with the Goan writers and journalists with the Goan community in Mozambique and the identification with the Portuguese republican intellectuals in opposition to the Estado Novo.

The 7th of July issue responding to the legislative wave stemming from the dictatorship: the inclusion of the colonial act in the 1933 Constitution, and the imperial organic charter that went in the same direction aggravated by the colonial reforms, administrative and military, which had brought to an end the little autonomy left to each colony and the replacing of local public tenders with metropolitan nominations, including the officers and professional soldiers. *The Anglo-Lusitano* opened its pages to the protestation of the Goan intelligentsia of the various tendencies, between opposition and resistance, sheltered from the censorship in force in the state of Goa. To culminate, that same year, the colonial exhibition in Oporto, that would be the first imperial presentation of the Salazar era, with the representation of Goa on the ethnographic level of exoticism, left the Goan people in revolt. The Bombay newspaper issued on the matter an article that was to

(6) This title was also an answer to the newspaper *Notícias* of Lourenço Marques, Mozambique, which entered in the polemic about the Oporto Colonial Exhibition, with the declarations of a Portuguese journalist, saying that all Goan he knew were either servants or shoemakers.

be published in the Goan *Pracasha* (1928-1937) but was banned by the censorship in Goa, written by Luís de Meneses Bragança⁽⁷⁾, that spoke up against the so-called Goan representation at the exhibition. The Colonial Act appeared in the discussion, in the same article, as an attack on the true citizenship of equality before the law and the respect due to the Goan identity. The false citizenship that the legislation offered was a never carried out attempt to legislate for the Empire in a Constitutional way, and consequently uniformly, in disrespect of the cultures and history of the various colonised peoples.

After the manner in which our civil rights were trampled on, especially with the promulgation of the Colonial Act against which the emigrant, through the Goan Union of this city, threw a vibrant protest in a great rally, in addition to one of the Geração Nova (New Generation)⁽⁸⁾, and given the increased inequalities with the Regulation on the recruitment of the military service, we have nothing left over from the political rights (Our administrative and political situation, *The Anglo-Lusitano*, 7th of July 1934: 3).

Respect for the diversity, and the autonomy so often promised as a guarantee of equality in Portuguese citizenship in the past, was now clearly denied and replaced by a citizenship of imperial uniformity that distinguished the various categories of indigenous and assimilated. In the same sense, the Portuguese dictatorship was betting on the weight of metropolitan power and on the progressive emptying of the intermediate colonial powers, whose composition consisted of elected members (in smaller numbers) and nominated members.

As we have seen, the newspaper presented itself not only as the defender of the Goan community as whole in Bombay, but at the same time as a focus of union of the region's Catholics. So, if the Portuguese version summarised the connection between intellectuals and newspapers from various political quadrants within the opposition to the Portuguese regime in Goa and, was in dialogue with all those who opposed the dictatorial regime and its political and legislative measures in Portugal and in the empire; the English version, in addition,

(7) Luís de Meneses Bragança (1878-1938), a Goan intellectual, respected journalist, and a nationalist democrat. Was the editor of *Pracasha*.

(8) In connection with the movement led by Gandhi, *Young India*.

established a link with the various catholic currents, in Bombay, that reflected about critical comparisons between empires and about the solutions to which the pressure groups and governments were arriving to in the whole of India.

The Anglo-Lusitano has time and again deplored the division of the community into small groups, each separated in water-tight compartments. *The Anglo-Lusitano* stands for the fusion of the various groups into the unit, closely knit together by the ties of a common religion, common ideals and common interests. The various groups of Catholics must meet on a common platform and devise a common programme for the advancement of their interests [...] The outlook will be more hopeful if we learn to think as Catholics and not as members of a group or section. *The Anglo-Lusitano* has endeavoured to the best of its ability to promote unity among Catholics. As in the past, so in the future, it will continue to work for the cause of Catholic unity, convinced that its efforts will someday be rewarded with success (Forty-eight years, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 12).

Although the majority, including the editorial current, had appealed to the old liberal-democratic republican spirit and to the self-government, aiming to closely follow the debate and the path taken by the Indian *freedom fighters*, and finally, the current which declared that the only road to Goa was the future Indian Union. On the other hand, in this issue we find the attack on the Portuguese dictatorship as a response to the attack on Goan identity, demonstrating that there was a historical and cultural interconnection that gave rise to Indo-Portuguese journalistic, artistic and literary production, but such did not prevent, on the contrary, would never be able to counteract the millennial origins of Indian culture and its, non-hierarchical, admission into Goa's identity equation.

Advancing in parts, we can demonstrate the paradigmatic importance in cultural and political terms of this issue of *The Anglo-Lusitano*, for our understanding of the period, and at the same time, fit it into the theoretical presuppositions presented, outlining from there the intellectual biography of the newspaper. The admission of a shared history between Portugal and Goa allowed us to understand the reasons for the political existence of a republican and democratic line since 1910, which had claimed the 1820's liberal revolution heritage, and that it had been gaining supporters in Goa, as we have seen before, and that in

Portugal and in the rest of the empire there were opponents who, like the Goans, were resisting to the dictatorship⁽⁹⁾.

Ever since D. Pedro⁽¹⁰⁾ proclaimed by Charter the civic equality of the Portuguese colonies with the mother country, Goans have enjoyed racial and political equality as citizens of Portugal. Time and again this fundamental equality of rights and status has been reiterated [...] Whatever may have been the political storms that have arisen on the Portuguese horizon, right down to the constitution of 1911, the rights of the colonies to share equally in the political destinies of the Motherland have remained an unchanged article of political faith despite attempts on the part of some short-sighted responsible politicians and statesmen to deprive Goans of the rights our ancient culture and civilisation entitle us to (J. Varela Rodrigues, Recent legislation in Portuguese India, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 21).

This assessment made by Varela Rodrigues⁽¹¹⁾, a Goan intellectual in Bombay and a collaborator of the newspaper, shows that even when it comes to political analysis, centuries of colonisation led to the fact that the Goan identity was part of all the histories which had crisscrossed the place: that of Portuguese colonisation, the British colonisation in the case of the islands of Bombay, and another older empires that had populated the region long before. If the right to participation in politics in the destinies of the metropole was an important fact for the author, remembering the principles of equity and Goan participation in the national parliament in Lisbon, on the other hand, there was an awareness that it was a colonial relationship even when at its best, and above all, that there was a culture of its own in the way that we have been referring, now assumed as a political right of citizenship to defend. According to this political commentator, throughout the last century of Portuguese

(9) More and more frequently, the transversal political relations between colonies, which not passing through the political center of the empire, the metropole, were being revealed by the press.

(10) D. Pedro IV of Portugal and First as emperor of Brazil (1798-1834). It was he who declared Brazil's independence from the crown of Portugal in 1824. Later in 1826 he granted a Constitutional Charter to Portugal, abdicating the throne of Portugal to his daughter D. Maria II.

(11) João Varela Rodrigues was by then also the director of the bilingual (Portuguese/English) Bombay review *Goan Tribune*.

liberalism, there would have been a different colonial relation on the part of the Portuguese, or at least this was how it was felt by Goans. There was also, on that basis, the recognition of a reciprocity in these relations, regarding the Goans and their contribution, to the good name of Portugal (J. Varela Rodrigues, Recent legislation in Portuguese India, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 21)⁽¹²⁾.

As we shall see, this introduction also had the strategic objective of demonstrating the enormity of the change caused by the establishment of the dictatorship in Portugal, in the relationship with the colonies.

After this tradition of colonial equality that goes back to the very inception of the Portuguese power in the East, for the first time in the history of Portugal it has been decreed that the colonies should hold a position of political inferiority (Article 2 Colonial Act) [...] For the first time in the history of Portugal have distinctions of colour and race been introduced in the Legislatives Acts and Decrees (Article 32) [...] For the first time in the history of Portugal has on an Act of the nature of Military Regulation Bill been passed dividing colonial subjects into Assimilados [assimilated] and Indígenas [indigenous] that reduces Goans to the degrading position of slaves and helots! Evidently the promulgators of such reactionary Acts and Decrees have betrayed a sad lack of political and diplomatic farsightedness when Portuguese India in despite of its colossal structure of ancient civilisation was unscrupulously taken for the ruthless in the Colonial Act (J. Varella Rodrigues, Recent legislation in Portuguese India, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 21).

Politics and culture: opposition, resistance, citizenship

The impactful consequences of the Colonial Act had been felt in Goa in several waves of administrative segregating reforms which gave clear preference to officials and officers coming from Europe, all of it accompanied by the repressive measures of any dictatorship, that is,

(12) «If there are Institutions and hospitals in Portugal bearing the name of eminent Goans, if Goan intellectuals are allowed to hold prominent positions, it is because the Portuguese are fully aware that the light shed by them in no small degree contribute towards the enhancement of the prestige of the Portuguese Nation abroad.».

removing powers from local councils by decreasing the elected members, and withdrawing the freedom of the press through prior censorship.

When the Colonial Act was passed in 1930 it had been subjected to severe criticism both by the elected minority in the Legislative Council and the Press in Goa but the Act notwithstanding overwhelming opposition was incorporated in the New Constitution [de 1933]. The new constitution creates distinctions between the rights of the inhabitants of Portugal and those of the colonies. The rights of the Portuguese Europeans are defined in the Constitution, but the colonials have no constitutional rights. They are to be ruled by special diplomas issued by the Minister for Colonies [Article 27 of the Colonial Act] (J. Varela Rodrigues, Recent legislation in Portuguese India, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 21).

It was the issue of equality that was at the root of the problem of citizenship as identity and belonging, that is, who was a citizen and, who might or might not be in the Portuguese colonies, depended constitutionally from the dictatorship's minister of colonies and, ultimately, from the dictator himself. Not being equal to the metropolitans, the Goans had the right to an imperial citizenship if they made *the right choice* between the *assimilated* and the *indigenous* conditions', this choice which revealed various degrees of subalternity displeased the Goans, accustomed since the liberal revolutions, but especially since the establishment of the Republic, to have a space for debate through regular intellectual production and, thus, having the possibility of criticism, and above all, of active participation in the relationship and with the successive colonial governments representatives' decisions. The inequality resulting from the legislation, the disrespect for the democratic principles and civil rights, combined with the constant repression with which the dictatorship sought to silence the opposition, were in fact provoking the opposite effect and bringing about a new collective, whose members identified themselves with the construction of another reality, and also, with those who were fighting against the British empire in the rest of India. As an intellectual, the author also identified and made a logical parallel between the persecution of the free press and the lack of intellectual development.

The dictatorship, in the consistent effort to construct an imperial reality, by significantly altering the local mode of relationship between individuals and the state, gave rise to various forms of protest and resistance, embodied in the response of those who began to look for

new forms of national identity, political legitimacy, and belonging. In Goa, and in the Goan communities in Bombay, the Colonial Act and its derivatives, pointed the intellectual action to a new direction in the construction of a common national identity, while the right to a culture of their own was defended and, the situation of the colonial subalternity was challenged. The comparison with British India where the newspaper was published was inevitable and, if the United Kingdom have had success in stratifying its empire even further between colonies and domains, the latter was only applicable to the empire's colonies considered prepared for autonomy, Australia, New Zealand and Canada, therefore, of white majority. British India was demanding this status with no success and, eventually, jumped that step and became independent in 1947.

Like the neighbouring movements of the freedom fighters many Goans thought that with the liberal democratic Republican regime that arrived in Portugal in 1910, Goa would be eligible for an autonomy regime corresponding to the status of Dominion of British Empire. This aspiration was justified as several political currents in Portugal had a democratic and socialising vision, defending decentralisation and self-government. The debate lasted the time that the democratic regime prevailed, and the existence of a public space where this debate took place with more-or-less intensity, with more-or-less freedom and promoting an improvement in the quality of the citizenship, only interrupted by the 1926 dictatorship and its imperial colonial model.

Addressing the matter along these lines of thought, Correia Fernandes⁽¹³⁾ contributed to the 7th of July issue with an analysis of Portuguese colonial policy. He began, ironically, by noting that Portuguese colonial policy had always been guided by the absence of any colonial policy. Going back to the 18th century, stated that the administrative centralism of the absolute royal power was not really a colonial policy and, that had been only after the liberal revolution of 1820 that the colonies had gained a new political status and were considered as provinces in equality with the ones in the metropole, and with the first deputies of Goa being elected to the national parliament⁽¹⁴⁾. Continuing to

(13) Avertano Correia Fernandes Goan intellectual, university professor in Bombay, founder of the *Journal of Bombay Historical Society*.

(14) Among them was Bernardo Peres da Silva (1775-1844), doctor and liberal politician, to whom Correia Fernandes dedicated a biographical study.

affirm the absence of a colonial policy of local development and progress, the author, nevertheless, praised the liberal principle which presided to many of the social and economic measures of the liberal revolution period until the last quarter of the 19th century⁽¹⁵⁾. Then, Correia Fernandes made directly the connection with the 1910 Republic and recalled, in this regard, the creation of the Local Government Councils that, for one time in Goa, had had more members elected than nominated and had signified the beginning of a road to autonomy in the framework of the aforementioned self-government. Cataloguing critically the errors of the Portuguese Republic in relation to the colonies with the unfulfilled promises of political decentralisation and the consequent absence of popular participation (A. Correia Fernandes, Colonial Policy of Portugal, *The Anglo-Lusitano*, 7th July de 1934: 14.1), what did not stop him from praising the period as the only one in which the sense of equality dominated the circles of power: «The imperial idea in its degrading sense did not dominate the Colonial Ministry and a sense of equality pervaded in the governmental circles» (A. Correia Fernandes, Colonial Policy of Portugal, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 14.1).

The author, without losing the critical orientation he gave to his article, had a deep understanding of the difference in Portuguese colonial policy between the various past policies, even those that defended a centralized administration, within the framework of liberal democracy, and the dictatorship born of the coup of 28th of May 1926. He also understood the imperial idea that dominated this new model of colonialism, whose attributes were the metropolitan authority in one single person and in one single party, the promulgation of segregating and standardised constituent laws, and the constant and brutal repression of cultural and intellectual diversity, and of all dissonant voices.

What is this policy? [...] The principles of the Colonial Act, and particularly its unhappy phraseology show that the old and immemorial idea of organic essence and perpetual subjection continues to dominate the minds of Portuguese stateman. The imperial idea is repeatedly

(15) The author ignored the end of the XIX century and the transition to the next, in which legislative measures were taken that were repressive and discriminatory for the colonies, under the Minister António Enes, and which were already a defensive consequence of the European interest in the colonial empires.

emphasized and preached. The nation is being educated in imperialism and concerted attempts are made to create an imperial conscience. The empire – very unhappy and offensive word – is preached as essential for the existence of Portugal as an independent nation (A. Correia Fernandes, Colonial Policy of Portugal, *O Anglo-Lusitano* de 7th July 1934: 14.1).

The idea of uniformity opposed the historical and cultural diversity that existed among the Portuguese colonies and, the respect that these differences demanded in the legislation and in the political and administrative preparation were denied. Correia Fernandes, therefore, called for consensus policies between the interests of the colonies and the interests of the metropolitans, able to creating a capacity of constant adaptation to the changes, and pointed to the natural markets in the subcontinent for the necessary economic development of Goa, only possible with an autonomy process for the colony: «So also a desire to develop self-governing institutions so as to enable some Colonies to manage their own affairs. That would, indeed, be a noble task which Portugal could set to herself» (A. Correia Fernandes, Colonial Policy of Portugal, *The Anglo-Lusitano* 7th July 1934: 14.1). Thus, he highlighted alternatives that had obtained good results, such as the case of political and economic self-sufficiency attributed to Canada by the English government. This was not the Lisbon government's intention, and although the writer knew of this by his previous analysis of the dictatorship, here we have a moderate current that had once believed in the idea of many republicans, that it was the possibility of a federation of oversea and metropolitan provinces, with autonomous structures with elective and legislative capacity and a democratic functioning that would cement this co-federation.

Few still believed in this possibility, and for many, these times had passed already, and adherence to Indian nationalism should happen. Following this path, Tristão Bragança Cunha⁽¹⁶⁾ founded the Goa Congress Committee in the year 1928, confident that Goa would only find true citizenship and consequent identity in an Indian union. He had therefore accepted the *Anglo-Lusitano's* invitation as an opportunity to be able to disclose his convictions, without the censorship that existed in Goa (T. Bragança Cunha, *The Situation of the Goans in a Free India*,

(16) Tristão Bragança Cunha (1891-1958), Goan freedom fighter.

The Anglo-Lusitano, 7th July 1934: 6). Referring to some currents that considered the independence of Goa or any other autonomic solution plausible, he sought to demonstrate its impossibility in terms of the small territorial extension of Goa, and as consequence, in economic terms. Thus, in a clearly anti-colonialist discourse, Bragança Cunha showed that the natural market and the corresponding commercial exchanges in Goa would be within the global Indian framework, and that belonging to an independent and sovereign India would finally bring the political advantages of true citizenship to the small state of Goa and its inhabitants (T. Bragança Cunha, *The Situation of the Goans in a Free India*, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 6)⁽¹⁷⁾.

The article was, also, an appeal to the militant action of the Goans, which Tristão accused of apathy and neutrality, compared with those who sought in the struggle, the liberation of India and Goa. Indian nationalism, with pacifist and inclusive currents, radical and exclusivist ones, was certainly engaged in a cause for which many would sacrifice their freedom and even their life. Aware of this reality and making up part of it, the *freedom fighter*, did not hesitate in the revolutionary interpellation to the Goans' political activism (T. Bragança Cunha, *The Situation of the Goans in a Free India*, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 6)⁽¹⁸⁾.

People's factor and the classist structure, overlapped to the beliefs and castes, shaped the nationalist movement, both in its liberal and moderated wing and in the more socializing Marxist current, from which, like Cunha, Jaime de Leite was part of, as reflected in the article of the 7th July's issue of this journalist's authorship. It focused on the mutualist associations in Bombay which received the Goan emigrants from the working classes and demonstrated, through their aims and functioning, a new form of proletarian solidarity by the gradual politization of old forms of associativism (Jaime de Leite, *The emigration of the proletarian: the clubs (cuds)*, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 6). For him the role of Goan

(17) «The independence of India therefore means, our integration into the Indian nation [...] The unification of India, besides guaranteeing citizenship rights on their own land to every Indian, will have the immediate consequence of widening the path of their activity, restricted by the divisions and obstacles that exist in an India cut by the foreigners.».

(18) «In an independent India, culture being genuinely national and being diffused by the vehicle of vernacular languages, prepares useful men for the country, developing the creative spirit in them, encouraging originality of thought, the worship of true science, and its application to the nation's collective needs.».

emigration in Bombay was a very important political and social outline, and was an example to follow, by how many intended to ignore the value and feedback of this contribution in the both material and intellectual development of Goa. In this sense, he underlined that the government of the dictatorship in Portugal could not claim the merits that were due to the Goan proletarian migrant, by the educated generation it originated, and by the investment applied in the improvement of the Goan villages, from where, they were forced to leave to guarantee subsistence.

As with the previous author, we can point out here a cut with the past, and with the history lived in the centuries that preceded the discovery of a political consciousness of the necessity of a national construction, that gathered India as a whole, in new forms of equality and citizenship, in an optic of liberation, first anti-colonial, then classist.

Cultural and political: the nets of Goan discontent

The cover page of this special issue of the newspaper, which was clearly a cry of protest, against the actions of the Portuguese government, had as motto *one for all and all for one*. This page consisted in citations from some of the figures of Portuguese politics and intelligentsia who had demarcated Goa, and India in general, as a place of ancient civilization, that had come to accompany and integrate the currents of the modern thought. It also showed a quotation from an ironic parliamentary intervention, by Goan deputy Jovino de Gouveia Pinto⁽¹⁹⁾ in defence of Goa, in the republican Lisbon of 1912: «Our India maintains a high intellectual level (hear, hear...) and is so civilized that it was better for the metropole that, in order to emerge from the deplorable state of backwardness in which finds itself, be integrated into the Indian civilisation...» (First page, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934).

Reinforcing this cultural and political, historical connection, an article signed, 'On the banks of the Mandovi: For India Nova (New India), An Indian', began and ended with an appeal to the Republicans of the 5th October 1910, so that they would not allow the humiliation to which the dictatorship wanted to subject Goa and its inhabitants

(19) Jovino Francisco de Gouveia Pinto, writer, journalist, he was elected deputy for Goa in 1911 to the Republican Constituent Assembly.

in the Oporto colonial exhibition to be held in the year of 1934. The criticism was twofold: first, the Goans had not been heard in the choice of their representation and secondly, they were deeply revolted by the government's choices that did not correspond in any way to their identity. Among the dancers and snake charmers, the intellectuals did not recognise Goa, neither culturally nor ethnographically, and they considered the mission sent to Oporto as disrespectful, with which the Portuguese organisers merely intended to give some false exoticism to Empire, through cheap clichés (*The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 4).

To the repudiation felt by the Goan intellectual elite, the author added allusions to cultural and political alternatives, that placed him in a group of young Goans who were studying in Coimbra at the time of the coup that gave rise to Salazar's dictatorial government⁽²⁰⁾. At that time they published a newspaper with half a dozen numbers and the title *Índia Nova* (1928-29) (New India)⁽²¹⁾ (Lobo 2009: 231-258), the purpose of which was to promote cultural and intellectual relations between the East and the West, but with a vision that not only criticized the alleged European supremacy, as well as, from the narrative of the history of the thought of the places, tried to make the synthesis between the best of the Hindu and Western philosophies. The name also signified a connection to the Gandhi movement and the weekly newspaper *Young India*, and a compagination with the quest for autonomy and emancipation for Portuguese India. The author of the article demonstrated the existence of the *New India* movement in Goa, and the Oporto Colonial Exposition was presented as the cherry on the top of the cake of the entire repressive legislative process of the previous years, that had given rise to a political culture of opposition and resistance, which we have been stressing:

But India has its pride! New India, born of so many deceptions, so many disappointments, so much ingratitude, so many insults, so many vexations, so much contempt, rejects this representation that was imposed on it. It can have no other purpose than to humiliate this land and these people. Alongside the Indians, who feel the sacred indignation at the

(20) Probably António Furtado, journalist and freedom fighter, who followed that path and signed the articles as mentioned above. He was married to Berta de Meneses Bragança daughter of Luís de Meneses Bragança.

(21) Journal founded by José Telo, Adeodato Barreto and Telo de Mascarenhas.

deliberate insult on their dignity, [...] there will be honest Portuguese citizens, proud people that will feel embarrassed [...] India protests against this injustice and the Portuguese who still hold the ideal of the men who acted on the 5 of October will listening to their protest (An Indian, India protests! *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 4).

Like the author we have just mentioned, Luís Meneses Bragança, a member of Goa's Governing Council, was a democrat republican who believed that the establishment of the Republic in Portugal would bring political autonomy to the Portuguese colonies. With the coup of the dictatorship he started a process of breaking up with the Portuguese government, and from 1928 he joined a journalistic project and began collaborating and, soon editing the newspaper *Pracasha*. This project was initiated by Venctexa Vinaica Suria Rau Sar and joined Hindus and Catholics in the editorial staff, and had a profile of opposition, having gradually radicalised its political positions, and that was why it suffered various persecutions, until its forced closure in 1937. The article "33,000 rupees" published on this date in *The Anglo-Lusitano*, as we have already said, had been censored in Goa⁽²²⁾. Meneses Bragança presented all the criticisms that went through the Goan press, inside and outside of Goa, but added to the vexation, the fact that the displacement of the intended Indian mission to the colonial Exposition, was to be paid by Goan taxpayers. The cultural question and the development pattern, followed by the peoples in general, prevented him from understanding that Portuguese India was represented by low-level commonplaces and he accused, with irony, the dictatorship of pervert the evolution of Goa, only to deny the colony's competence for emancipation (Meneses Bragança, 33.000 Rupias, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 4)⁽²³⁾.

(22) *Oriente*, a Goan newspaper from Mozambique also published the article "33.000 rupies" in solidarity with the newspaper and the journalist, intellectual recognized and respected in Goan community. In 1936 in the city of Lourenço Marques (now a days Maputo) a political homage to Meneses Bragança took place.

(23) «The ethnic showcase goes on saying, that for four hundred years has not surpassed the level of the snake charmers and the exotic dancers, and that only now, led by brains of genius and steady hands, will the civilizing action emerge. That is why was made shallow board of liberal administrative codes and organic charters, and why the administrative reform tailored to primitive aggregates was imposed [...] The India of the snake charmers and the dancers, the shoemakers and hotel servants, why the hell would want the luxuries of autonomy?».

Another well-known Goan intellectual and journalist⁽²⁴⁾, who viewed the problem globally, drew attention to the fact that at the Oporto Colonial Exhibition, marketable goods between India and Europe, or between the empire's colonies had not even been taken into account or listed for promotion and publicity, thus losing one of the objectives of this type of event. On the other hand, he recalled that the various colonies did not have a way of regular communication between them that would allow the birth and development of trade relations that would benefit them all. Pointing the blame to political reasons, which presided to the Portuguese colonial model embodied in the Colonial Act (JJ da Cunha, Commercial Exchange, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 7)⁽²⁵⁾, he highlighted a changing world in neighbouring India that the Portuguese government did not seem to want to see (J. J. da Cunha, Commercial Exchange, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 7)⁽²⁶⁾.

More than for the example of British India, it was to the example of the Indian nationalists from there, that the author wished to draw attention. For the fact that they were systematically refusing, by insufficiency, all the autonomic reform proposals that the British crown was proposing. While at the same time demonstrating the importance, by the reinforcement of the idea of the necessary union of the Indians' political forces in this struggle for emancipation, going beyond political parties, beliefs, castes and classes: «Not only the Congressmen, but also the Liberals who have maintained relations with the government, are opposed to such autonomy that is not even self-government. Hindus, Muslims, Sikhs, Christians are making the same war» (J. J. da Cunha, Commercial Exchange, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 7).

(24) João Joaquim da Cunha, (1939-), Goan intellectual, collaborating in several newspapers and journals, Herald, Bharat, Gullistan, A Terra. As a merchant he was the founder of the Goan Commerce Association. He was also a participant of the Portuguese India Provincial Congresses.

(25) «These artefacts may be very much sought after in Portugal, where we could come to exchange many other articles that are manufactured here and that are a good deal and are appreciated for their quality, despite the Colonial Act that offends the Indo-Portuguese in these times of advanced civilization, classifying them as assimilated and indigenous.».

(26) «Today, the Nations that have colonies want to forget that their colonials are conquered, putting them on an equal footing with their natives [...]. Today, there are no conquerors and conquered.».

In the same sense, Armindo de Gouveia Pinto⁽²⁷⁾ underlined what was happening in British India. After reviewing, what he called the history of Portuguese colonisation, highlighting the civilisation of Portuguese India at the time of the Portuguese invasion (Armindo de Gouveia Pinto, *The Past and the Present, The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 5)⁽²⁸⁾ and what he considered to be the mutual-cooperation policies between Portugal and Goa, since then. As for the dictatorship, the Colonial Act and all subsequent legislation, for this liberal writer were the hub of discord, like the engine that shifted the Goan gaze to the process of struggle for the emancipation of the neighbours, against the British empire (Armindo de Gouveia Pinto, *The Past and the Present, The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 7)⁽²⁹⁾.

António da Cruz⁽³⁰⁾, a journalist of *The Anglo-Lusitano* responsible for the Young Section, gave a glimpse of what has already been demonstrated as a fundamental matter - the democratic equality - for the understanding of this whole period, and of the path taken by this political culture of opposition and resistance. Questioning the problem, in a way that went beyond law and politics, he entered culture and mentalities, through personalistic and existentialist philosophy. He was certain that, though the men were born equal, the holistic diversity of the world had to be found in this universality:

As F. L. Gomes⁽³¹⁾ said, equality is not limited only to the statement of the philosophers who prove a man to be equal to another man as a right angle is equal to another right angle and, as the publicists who taught

(27) Armindo Gouveia Pinto, a Goan intellectual, writer and historian.

(28) Without intending to ignore the racial issue always present in all forms of colonialism, here with this author and with most of the Goan authors, what is highlighted is the civilizational matter based on the global idea of the achievement of the goals of the progress, that in that time was cultural. It was established the superiority of the more civilised, and their obligation to civilize the less ones. The Goan intellectual elite firmly believed to be among the first.

(29) «Today, no one can doubt that India will soon [...] will achieve a semi-independence under the Domain Statute. And for our heart there will be nothing more painful than to see ourselves as second-class citizens, just at a time when our blood brothers will have attained the full citizenship of a great empire!».

(30) António da Cruz, freedom fighter, brother of the also freedom fighter Carlos da Cruz the current editor of the newspaper.

(31) Francisco Luís Gomes (1829-1869), patron of the Goan intelligentsia, doctor, politician, historian, economist and writer. He was the author of *Os Brâmanes* considered the first Indian romance.

that all citizens are equal; but in the works that penetrate even as deep as the customs [...] Who are we if not the others? A man is all the men who have passed through him in this life and all the things he has seen (António da Cruz, *Our duty, The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 10).

This notion of connected histories and cultures, which we have come across, contradicted the hierarchical view of the Portuguese colonialists of the Estado Novo. It was also proof of the impossibility of a peaceful conviviality between these two world views. Therefore, the author appealed to Goan's militant fight for their homeland (Antonio da Cruz, *Our duty, The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 10)⁽³²⁾.

From a family of intellectual traditions and linked to the Goan Catholic elite, Francisco Correia Afonso⁽³³⁾ began his participation in the 7th July issue with a statement that, in the line of *Orientalism*, emphasised the originality of Goa as a place of cultural encounters, «The most obvious feature of Goan social life is that it is a blend of East and West. East and West have met in Goa for good and ill» (F. Correia Afonso, *Our social life, The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 13).

In this sense, he criticised the excesses of the nationalist line which, he said, revolted by the pretensions of those who assumed the superiority of the West intended to ignore all the positivity the West had brought in social terms. He recalled the contribution of Catholicism, «Christianity has made a great difference as regards the inequality which the caste system implies» (F. Correia Afonso, *Our social life, The Anglo-Lusitano* de 7th July 1934: 13). In the same sense he also referred to Gandhi, and his campaign against the existence of untouchability. On the other hand, he focused critically on the case of some Catholic Confraternities by caste, which were tolerated by the Catholic church, although it was clearly against its doctrine. He ended his article with the idea that the solution to the world's problems, was in the union between East and West, and

(32) «Let's not worry too much about the rags that cover the mortal and corruptible body and try to exalt our spirit and advance with courage. Let us fight for the greatness of our country, which is our own glory and our well-being.»

(33) Francisco Correia Afonso, Professor of English literature and Publicist in Bombay, vice-president of the Academic League of Oxford. Collaborated in several newspapers and magazines: *Revista da Índia*, *O Ultramar*, the *Suplemento do Heraldo* or the *Indo-Portuguese Review* de Calcutá.

Goa had a role to play as model of a good meeting point between the two civilizational cultures: «The contemplation of the East and the activity of the West will then meet in our national character in a fruitful union, and we shall stand as a model before the world» (F. Correia Afonso, Our social life, *O Anglo-Lusitano* of the 7th of July 1934: 13).

Maria da Glória Pereira da Cruz⁽³⁴⁾ oversaw of the women's section of the newspaper, with a chronicle per issue. With a conservative nature regarding the maintenance of the subordinate position of women in the home and in society, in this special issue opened a new door to women's participation in the social and political struggles of the time as man's companion and after the completion of the household duties. Nevertheless, the author confessed that by living in Bombay only since a few months, she had been able to observe, with amazement and admiration, the political activity of women fighting for various causes, speaking and directing associations, «they call on the patriotism of women and men, to fight for the emancipation of the lower classes and for the liberation of the homeland» (Maria da Glória Pereira da Cruz, The Woman's Mission, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 10). Under the influence and example of these women from Bombay, the author ended her chronicle with a direct appeal to the women of Goa do the same.

The woman was also a literary subject in this issue. In two poems about marriage in Goa, the poet Floriano Pinto⁽³⁵⁾ demonstrated the fragility of the young inexperienced woman, with no choice and subjected to arranged marriages (Floriano Pinto, Marriage in Goa: village paintings, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 9)⁽³⁶⁾. In a tale, or short story, Assucena da Graça⁽³⁷⁾ told us about love, but also about another serious problem that affected the Goan women poor, the widowhood and the subsequent abandonment and emotional and material helplessness which society

(34) Goan writer, collaborated with *O Anglo-Lusitano*, she was married to António da Cruz.

(35) Goan poet, collaborated in several newspapers and magazines: *A Índia Portuguesa*, *A Lanterna*, *O Herald*, *Heraldo*, *Heraldo. Suplemento mensal*, *Diário da Noite*, *Jornal da Índia*, *Vauraddeancho Ixtt*; *O Anglo-Lusitano* in Bombay and *The Anglo-Portuguese Review* in Calcuta; and out of Índia, in the *Almanaque das Senhoras* and the *Almanaque Luso-Brasileiro*.

(36) Dedicated to Severo Portela, Portuguese poet and journalist who collaborated in several newspapers in Goa since the time of the 1st Republic, including *A Luz do Oriente*. The social critique of arranged marriage was made by the author in a footnote.

(37) Probably a pseudonym. We could not find nothing about this author.

devoted to those women (Assucena da Graça, Regional Watercolour: Life among palm trees, *The Anglo-Lusitano* 7th July 1934: 10, 11).

In this tradition of Indo-Portuguese literature, Amadeu Prazeres da Costa⁽³⁸⁾ chose, as participation in this issue, a well-deserved tribute to the poet Nascimento Mendonça⁽³⁹⁾. The writer regretted that the poet had all his work spread by newspapers, which was the reason why he had never published a book. However, for Prazeres da Costa he was not only part of the pantheon of Goa's best ones, he would be one of the important national figures in the exemplary gallery that needed to be created as example to the following generations, «instigated by his example and guided by his inspiration, they could finish the job, the major job of the resurgence of our people, why we are fighting» (Amadeu Prazeres da Costa, Our illustrious men: an unknown star, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 5).

The history of the periodical press in Goa was another of the flags and source of pride, justifying an article in this special issue. The cultural and political press in the colonial period is an important and revealing study to be done systematically⁽⁴⁰⁾, and António Maria da Cunha and Benedito Gomes were fully aware of its importance when they participated in *The Anglo-Lusitano* with a summary statement, of the main events of the periodic press in Goa with headlines and dates, extracts of their most important works in the cataloguing and classification of the Goan Press (The Press in Goa: Evolution of Journalism in Portuguese India and Historical Memory, António Maria da Cunha and Benedito Gomes, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 4).

The exchange that lasted for centuries, and that put the Goan intellectual elites in contact with the Portuguese, was portrayed in this space, commemorating the newspaper's anniversary, with the name Indo-Portuguese Culture. Extracted from the *Boletim do Instituto Vasco da Gama* and J. Benedito Gomes' pen (J. Benedito Gomes, Indo-Portuguese culture before 1871, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 8), intended to show that there was already a political culture alongside a history that had presided to the Indo-Portuguese relations. The Goans, Hindus or Catholics, who

(38) Writer and journalist, from a known intellectual family from Goa, directed the newspaper *O Heraldo*, he founded in Bombay *The Goan Herald*.

(39) Nascimento Mendonça (1884-1926), Goan revered poet.

(40) *Thinking Goa* and *The International Group for Studies of Colonial Periodical Press of the Portuguese Empire (IGSCP-PE)* are two important projects that are engaged in this study in a coherent and systematic way between theory, heritage and archive.

distinguished themselves as wise and learned inside and outside of Goa, in Europe in Portugal and in British India, were extensively listed by the author as proofs of those principles.

Armando de Menezes⁽⁴¹⁾ had a critically opinion on the subject, that is, structured by his observations and analyses. According to him, «The history of Indo-Portuguese literature was still to be written. Perhaps the history of Indo-Portuguese literature was still to be made» (Armando de Menezes, *Indo-Portuguese Literature, The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 13). Establishing the connection between a democratic environment with literary and artistic creation, and its absence in Goa at that time with the lack of political freedom; he emphasized the poetic production as the most fruitful and genuine Goan literary production and, recalled that prose in the last hundred years had been practically absorbed by journalism, and that in this field, unlike poetry, no one could complain about a lack of audience in Goa «the ‘writer’ among us is, accordingly, synonymous not with author but with journalist» (Armando de Menezes, *Indo-Portuguese Literature, The Anglo-Lusitano* de 7th July 1934: 13). He admitted that this was also the general movement abroad, and had a clear perception of the mixture of styles in the 20th century, «the distinction between journalism and literature cannot be strictly kept up, since so much creative work appears in newspapers while, on the other hand, so much ‘literature’ has been invaded by journalism» (Armando de Menezes, *Indo-Portuguese Literature, The Anglo-Lusitano* de 7th July 1934: 14). In this sense of the creative writing, he highlighted the example of Luís Meneses Bragança by the articles in form of epistolary, and the *Pracasha* newspaper, for the quality of the published chronicles. He welcomed the fact that the intellectual debate had continued in the press, despite the restrictions, reminded that the press and literature in concani were clearly progressing and, advocated the increase of the creativity transmitted through the vernacular languages, hoping that it would give rise to a genuinely Goan literature. Accepting the permanent existence of foreign influences in all cultures, «for an organism must suck its growth out of the environment. But there is a difference between assimilation and surfeit» (Armando de Menezes, *Indo-Portuguese Literature, The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 14), he believed that the exaggeration denounced the absence of a critical spirit and, in its nationalist view accused the academic teaching of being

(41) Armando de Menezes, Goan professor in Bombay.

the main cause for the robotization of the graduates, not allowing the manifestation of the genius or even the respect for the manifestation of individuality, «for how few can survive a degree still retaining their originality or imagination or independence of mind?» (Armando de Menezes, Indo-Portuguese Literature, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 14). This idea of an education that combined knowledge with the critical capacity and of choice, formed the emancipated man that Armando Menezes wanted to see in the future of his country, as well as the creative author capable of representing that same future through the literature, history and culture.

Some articles related to episodes of Goa's history were interconnected with the history of Portugal. The importance of a serious historical investigation, grounded in documents and reliable sources, was what made credible the narrative that could constitute a nationality, based on an identity but, at the same time, revealed cultural and political interconnections that could not be ignored in each other's histories, and it was not just an option, but a methodological scientific choice.

But if the scientific investigation reveals many things about the history, the culture and civilisation of the past, it certainly opens a vast range of problems we should never have dreamed of. Here then, is the most fascinating side of historical research; and as we strain our eyes towards the horizon of the expanse yet to be explored, the thrill of romance takes possession of us and we realize that our interest in investigation is beyond our power to exhaust (Braz A. Fernandes, Romance of Historical Research, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 14D):

Braz Fernandes⁽⁴²⁾, in his article for the commemorative issue, described and credited the work of the historical researcher, as a social scientist. Based on several assumptions of historical knowledge of Goa and the Goan people, he stated that the history of Goa as a circumscribed territory could be counted until at least 500 years before the arrival of the Portuguese, and that were as important as documents to the history of Goa, of the region of Bombay and of the western coast, the sacred Hindu texts like the Puranas or the Mahabharata, as was the Book of Monsoons

(42) Braz A. Fernandes was an Economist in Bombay but had his work recognized as an historian of Goa.

or of the Neighbouring Kingdoms left by the Portuguese from the end of the 15th century (Braz A. Fernandes, *Romance of Historical Research, The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 14D)⁽⁴³⁾.

What we have seen in this issue, in the relative freedom of Bombay and the British empire, was what mobilised some of the most recognised names of Goa's intellectuals. In addition, several well-known newspapers, gave their congratulations to *O Anglo-Lusitano* on its 48th anniversary, of which we detach: *The Bharat*, *The Ultramar*, *The Heraldo*, *The Oriente* of Lourenço Marques, *Heraldo*, *The Boletim do Instituto Vasco da Gama*. The opposition and resistance to the colonial dictatorship and its laws and persecutions was evident and, the main possible and desired solutions were on display and were discussed in the issue of the 7th July 1934. Joaquim da Rosa, a well-known journalist in Goa, a Catholic intellectual and opponent of the Lisbon regime, was an admirer of the India liberation movement and kept Christian philosophy by his side, combining its message with that of Gandhi (Joaquim da Rosa, *Here and There, The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 7)⁽⁴⁴⁾. On the other hand, he framed the figure that we have come to outline, as the one whose mission it was to intervene disinterestedly, with his knowledge and wisdom in the defence of ideals and righteous causes, the intellectual.

It is the men of Science and Letters, the Wise men and the Philosophers, who close their eyes to personal honours, remembering only their Earth and their People! There are no medals that constellate the breast of an Indian patriot with a greater wingspan. He does not amass wealth in his chest. He does not crave triumphs for yourself. His ideal is something else, higher and nobler: - to fade away, deliberately and consciously, so that the luminous gush of glory, which he awakened, would fall as a blessing from heaven upon Mother Earth! A plethora of eminent patriots in a decisive

(43) «Students of Maratha history, and the history of the Western Coast generally cannot ignore the Goa records».

(44) «Is burning, the enormous volcano of political passions. The Indian continent, once inert and silent - is now a nationality that gains civic consciousness [...] Unquestionably: - the sacrifice, self-denial and altruism of its heroic children. It is moral communism representing the quintessence of Equality and Fraternity, which the sweet Nazarene preached at the top of Golgotha».

advancement of altruism (Joaquim da Rosa, Here and There, *The Anglo-Lusitano*, 7th July 1934: 7).

Conclusive summary

The mediation of the periodical press in this study is fully justified, since it was the main medium of the written word and transcription of oralities, a privileged source of dissemination and transmission of culture at the time. As we have been proving by using an example from the Goan case, the cultural and political figure of the intellectual, has led us to a new understanding of the global colonial space and to the unavoidable place it occupied in the history over the last centuries.

The Portuguese dictatorship legislation and repressive behaviour led, as we have seen, to the beginning of a political culture of contestation that mobilized several opposition fronts, and promoted alliances and networks of intellectual militant action, which fought in the name of freedom and liberation, by various means and proposing different solutions, throughout the whole of the Portuguese empire. The Goan intelligentsia was soon recognized by a regular production of an intervention journalism, and after surveys carried out through the Goan periodical press, it became evident, that this figure of the engaged intellectual connected to networks and movements, was indeed active. This press occupied a fundamental place in the recognition of contact and rupture networks, and in the intellectual mapping of opposition to the dictatorship.

The special issue of the 48th anniversary of the *O Anglo-Lusitano* of 7th of July 1934, worked here as a sampling, a case study of the cultural impact caused by the Colonial Act among Goan intellectual elites acting both in Goa and Bombay. The immediate and future consequences of the imperial idea were dismantled by various authors in the commemorative issue, highlighting the scientific impossibility of something, government or people, be able to possess imperial and coloniser essences, and even more, claim the constitutionality of this essence. Politically forced uniformity, with the emptying of intermediate local powers and the colonial legislation that preceded it, undermined the democratic principle of equality and citizenship which were already part of the political agenda of the Goan elite, with deep traditions of criticism and debate. The approach, which had

been cemented with British India, and the collage of many of the autonomic claims and forms of struggle of the freedom fighters movements, was also substantially demonstrated in this study, as well as, along this line, those who defended that the liberation of Goa could not pass either by the statutes of autonomy or independence, but by the adhesion to a future Indian Union free from the domination of the empires.

We saw also a perspective that was reaching the same political conclusions departing from the field of culture. The right to one's own culture appears like a political right, in connection with the right of integral and democratic citizenship, respecting the diversity of times and places, in contrast to the one offered to the citizens of the empires by the colonial states. The originality of Goa's identity was also presented in an Orientalist reading, as a model of encounters between East and West and with the mission of creating syntheses that would bring together the best of each of these civilizational references. The idea of cultural syntheses extended to the scientific study of the history of Goa, still to be done, and as we presented in the context of the updated post-colonial debate, the historical interlacing of the various histories and cultures that traversed the history of a place was defended as a principle of the historical research. In this way culture, literature and the periodical press, starting from a common trunk, were treated as means of cultural and national resilience and resurgence, in addition with the use of vernacular languages. The press and the journalistic style were already the reflection of a globalised modernity and, literature was made to be the vehicle of appeal for social changes denouncing through the publication of the literary text in the press, the dramas of gender, crossed with the limitations that the castes and classes were introducing. In this context, the intellectual was defined as the one who linked culture and politics, increasingly assuming the role of interlocutor between the people and the power.

We can therefore demonstrate from the contextualized study of this anniversary issue of *O Anglo-Lusitano*, through the participation of intellectuals and their newspapers, the existence of a Goan current against the dictatorship, which since 1930 was assuming a political culture of opposition and resistance, against the repressive measures of the Portuguese government. Several solutions and alternatives were still under discussion, but by this example, it became clearer that there was a settled democratic culture in Goa, that was incompatible with the worldviews of the authoritarian regime in Lisbon.

Bibliografia

- Alexandre, Valentim (1993). "Ideology, economics and politics: the colonial issue in the implantation of the Estado Novo", *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), (4th -5th), 1117-1136.
- O *Anglo-Lusitano* [The Anglo-Lusitano] de 7 de julho de 1934.
- Bertrand, Romain, Chesnaux, Jean, Giraud, Michel, Loué, Thomas (2006). «Les temps de la mémoire colonial: entre production d'un savoir scientifique et espace public de la controverse», *Temporalités*, 5.
- Boas, Franz (1966). *Race, Language, and Culture*. New York: The Free Press.
- Chakrabarty, Dipesh (2008). *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Oxford, Princeton University Press.
- Charle, Christopher (1990). *Naissance des intellectuels, 1880-1890*. Paris : Minuit.
- Cooper, Frederick (2014). *Citizenship between Empire and Nation*. Princeton University Press
- Cuche, Denys (1999). *The notion of culture in the social sciences*. São Paulo : EDUSC.
- D'Andurain, Julie (2017). "Le « parti colonial » à travers ses revues. Une culture de propagande", *Clio@Themis*, 12, 1-12.
- Eagleton, Terry (2007). *The Idea of Culture*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Foucault, Michel (2008). *Le gouvernement de soi et des autres (1982-1983)*. Gallimard, Seuil
- Gandhi, Leela (2006). *Affective communities: anticolonial thought, fin-de-siècle radicalism, and the politics of friendship*. Duke University Press
- Gandhi, Leela (2014). *The Common cause: Post-colonial ethics and the practice of democracy, 1900-1955*. University of Chicago Press.
- Garcia, Sylvia Gemignani (1994). "Anthropology, modernity, identity: notes on the tension between the general and the individual", *Tempo Social*, São Paulo, 5 (1-2), 123-143.
- Gomes, Paulo Varela (2007). "Bombay Portuguese: ser ou não ser português em Bombaim no século XIX", *Revista de História das Ideias*, Imprensa da Universidade de Coimbra, vol.28, 567-608.
- Gramsci, Antonio (1949). *Gli Intellettuali: e l'organizzazione della cultura*. Einaudi.
- Gruzinski, Serge (2003). "The historian, the monkey and the centaur: the "cultural history" in the new millennium", *Estudos Avançados*, vol.17, no.49.

- Guha, Ranajit (2002). *History at the limit of world-history*. Columbia University Press.
- Interview with Sanjay Subrahmanyan / Ângela Barreto Xavier (2007), *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 24, 253-268.
- Kuper, Adam (2002). *Culture, the anthropologists' view*. São Paulo: EDUSC.
- Lobo, Sandra Ataíde (2015). "The O Anglo-Lusitano: in search of identity", *Hispanic Horizon: Journal of the Centre of Spanish, Portuguese, Italian & Latin American Studies*. New Delhi: Nehru University, no. 32, 45-64.
- « – » (2013). *O desassossego goês: Cultura e Política em Goa do liberalismo ao Acto Colonial*. Doctoral dissertation in Ideas History and Theory, Lisboa, FCSH/UNL.
- « – » (2009). "Índia Nova: Nacionalismo e cosmopolitismo num jornal académico", *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol.29, 231-258.
- Meneses, Maria Paula G. (2010). "The African 'indigenous' and the 'European' settler: the construction of the difference by legal processes", *E-Cadernos CES*, 7.
- Mignolo, Walter (2000). *Decolonial Local histories / Global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton University Press.
- Perez, Rosa Maria (2016), "Globalisation and cosmopolitanism: the globalisation of the Indian culture", in Diogo Ramada Curto (org.), *Estudos sobre Globalização*. Edições 70, 397-408
- Santos, Boaventura de Sousa (2004). "From post-modern to post-colonial. And in addition to one and another", *Opening Conference of the VIII Luso-Afro-Brazilian Congress of Social Sciences*, Coimbra.
- Singarvelou, Pierre (2011). *Professor L'Empire: «les sciences coloniales» sous la IIIe république*. Paris: Sorbonne.
- Tylor, Edward (1865). *Researches into the early history of mankind and the development of civilization*. London: John Murray.
- Winock, Michel (1997). *Le siècle des intellectuels*. Seuil.
- Zimmermann, Bénédicte, Werner, Michael (2003). "Thinking about the Crossed History: between empire and reflexivity", *Textos de História*, v. 11, n. 1-2, 83-127.

(Página deixada propositadamente em branco)

**O EXÍLIO COLONIAL E OS SEUS FANTASMAS
(MEMÓRIAS, FIGURAÇÕES E AUSÊNCIAS)***
**THE COLONIAL EXILE AND ITS GHOSTS
(MEMORIES, FIGURATIONS AND ABSENCES)**

VÍCTOR BARROS

Universidade Nova de Lisboa, IHC, FCSH; Universidade de Coimbra, CEIS20

vbarros@fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5727-1851>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/06/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 28/01/2020

Resumo:

Este artigo percorre a temática do exílio colonial. Louvando nos registos escriturários produzidos pelos portugueses deportados para o Tarrafal, na colónia de Cabo Verde, entre 1936-1954, exumaremos do espólio desse memorialismo diferentes tópicos que transcrevem o teor da experiência de desterro. Num primeiro momento, traçaremos uma breve genealogia histórica do exílio colonial sob o regime de Salazar (Estado Novo). Seguidamente, dos registos escriturários dos exilados, exumaremos

* As pesquisas precedentes que estiveram na origem deste artigo beneficiaram do apoio da bolsa de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian. Este artigo beneficiou também do projeto de investigação PTDC/EPH-HIS/6964/2014 financiado pela FCT. Os meus agradecimentos vão ainda para a Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro pelos encorajamentos, para a Professora Maria Manuela Lucas e para Ester Minga pela leitura atenta e, finalmente, para os dois avaliadores anónimos pelos comentários e sugestões.

algumas observações temáticas, nomeadamente, a caracterização do espaço, a situação colonial, as visões acerca da população nativa e os espectros da diferença colonial.

Palavras-Chave:

Exílio; Colónia; Memórias; Salazarismo; Experiência.

Abstract:

The present paper addresses colonial exile. I will analyze different topics of the experience of the Portuguese sent into exile in the colonial prison of Tarrafal, in Cape Verde, between 1936 and 1954. I will start by broadly presenting the historical genealogy of colonial exile under Salazar's regime (known as the "New State", or "Estado Novo"). Then, based on the written memories produced by the exiled, I will emphasize some relevant elements, namely the description of spaces, the colonial situation, perceptions of the native populations and the colonial difference.

Keywords:

Exile; Colony; Memories; Salazarism; Experience.

Introdução

Pode a experiência de exílio prescindir de aventuras? E pode o exilado, na falta de outras graças, subtrair-se do espaço que o cerca? Não. As experiências de exílio, mesmo quando destituídas de elogios verbais, nunca são passagens especulativas. Neste sentido, cingir as experiências do exílio apenas ao traço tipográfico do ponto de partida e de destino é refutar essa transladação, negando-a inclusive todas as porosidades cambiantes dos seus labirintos ocultos. É abreviar a multiplicidade de interlocuções que o exilado tece com os panoramas compósitos da sua própria experiência. Mas o exilado pode prescindir deliberadamente do relato. Não historiar intimidades. Essa dispensa, todavia, não é uma infração. Nem um lapso. Não inferir intimidades também faz parte do dever de memória e do direito ao esquecimento na gestão mnemónica desse drama humano que é o exílio. O próprio dos exílios é o predomínio de fantasmagorias diversas, de (im)precisões românticas muitas delas

até irreconciliáveis entre si. Porque os exílios nem sempre decorrem da vontade direta da pessoa. Há sempre uma coerção que atua a diferentes níveis. Daí o reparo que diferentes autores consignam à distinção entre a migração, o autoexílio e o exílio forçado (Paulo 2019; Bebiano 2015; Nouss 2015; Cabeçadas 2013; Dawson and Johnson 2001).

Este artigo explora a problemática do exílio forçado para as colónias. O exílio colonial nunca foi uma forma subalterna de punição moral e política. Mas o nosso intento não é fazer a história desse sistema; nem averiguar a economia da violência que lhe era conexas. O nosso escopo é, no horizonte da história das ideias, versar as mundividências de alguns indivíduos que experienciaram o exílio colonial, apoiando no memorialismo escriturário que alguns deles legaram. Cotejar as suas descrições nunca é trasladar recordações inúteis, mesmo quando a prodigalidade de metáforas ou o melancólico registo de palavras arcaicas abundam. Com infalível acento literário, os escritos dos exilados oferecem-nos informações preciosas de diversa ordem. O nosso propósito é, precisamente, averiguar o âmbito das suas colocações discursivas e semânticas, pondo em realce as múltiplas correspondências que determinados conteúdos adquirem, ora como retrato do lugar do exílio, ora como epigrama da situação dos exilados, ora como fuga ao drama do banimento, ora como experiência de alteridade com o *Outro*, natural da colónia. Uma outra precisão: a cronologia. A temporalidade da nossa colocação historiográfica é a das narrativas memoriais provenientes da pena dos exilados políticos portugueses desterrados para a colónia de Cabo Verde entre 1936-1954, durante o regime do Estado Novo. Instalar-se nessa cronologia não significa que o exílio para as colónias fosse uma particularidade desse regime.

Fontes coevas doutras épocas e trabalhos historiográficos já consagrados confirmaram, com limpidez, a anterioridade desta prática punitiva. Assim, num primeiro momento, traçaremos um breve enquadramento histórico do assunto em apreço. Na segunda parte, o nosso protocolo hermenêutico vinca na análise dos registos escriturários dos exilados, exumando da leitura desse espólio três observações temáticas: *i*) a caracterização do espaço; *ii*) a situação colonial e as visões produzidas acerca da população local; *iii*) as geometrias de subordinação e as representações elaboradas acerca da reputação dos exilados e da ontologia dos nativos. O protagonismo dos textos memorialistas reside, entre outros, no facto de serem as únicas fontes até então conhecidas

a relatar as mundividências dalguns atores políticos portugueses que experienciaram o exílio colonial em Cabo Verde durante o período em análise; outra valência heurística desses textos reside ainda no facto de retratarem quadros e observações que as fontes oficiais do poder colonial, por norma, não transcrevem.

Breve síntese histórica do exílio forçado para as colónias

Atentemos, para começar, no mais imediato. A palavra exílio advém do latim *exsilium* que significa ato ou ação de expulsar alguém da sua pátria; condenar ao desterro por razões políticas, religiosas ou outras. Por seu turno, exilar é condenar ao exílio, expulsar ou coagir alguém a abandonar um determinado território. Os rudimentos do dicionário dão-nos ainda, em acréscimo, várias significações análogas: exílio é afastamento, banimento, degredo, deportação, desterro, expatriação, ostracismo, retiro (Dicionário Houaiss 2007: 281; Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea 2001: 1639). O substantivo exílio e o verbo exilar contêm, sem qualquer omissão, dois elementos a reter. O primeiro é, sem dúvida, genérico: o afastamento de alguém de um determinado território; o segundo (mais específico) detém maior índice de precisão: há sempre uma força coerciva que compele esse afastamento. Como aliás Correia Pires escreveu, «o exílio, voluntário ou forçado, é sempre desterro, deportação, castigo imposto portanto» (Pires 1975: 84). A tipologia da qual ocupar-nos-emos aqui é o exílio colonial: o desterro forçado de indivíduos para uma determinada colónia, decretado como punição política.

Em Portugal, o exílio colonial ou o «exílio ultramarino», como Timothy J. Coates o designou, tem uma história multissecular (Coates 1998: 107). Louvando em trabalhos de diferentes historiadoras e historiadores, podemos abreviar com probidade heurística várias teses historiográficas já estabelecidas. A primeira revelação é apreciável: em Portugal, a prática do exílio ultramarino tem uma genealogia histórica inextricavelmente conexas à historicidade da colonização e da construção do império colonial português (Toma 2006; Medina 2004; Coates 1998). O degredo ultramarino é, segundo Miguel Lopes Romão, uma realidade penal relevante a partir do século XV, fruto da expansão marítima portuguesa (Romão 2015: 103-105). Segunda revelação: antes da expansão, era comum em Portugal a observância do degredo interno,

isto é, o desterro de indivíduos para fora das suas cidades (Coates 1998; Cavaco 1983). Terceira revelação: com o império, o exílio forçado não só foi (re)direcionado da metrópole para as colónias, como também passou-se a executar o exílio intercolonial, de uma colónia para outra. Além do aspeto penal, o exílio ultramarino destinava-se também a suplementar o trabalho da colonização, nomeadamente, na ocupação de territórios, na prestação de serviços ao Estado, nas campanhas militares, etc. (Toma 2006; Cunha 2004; Henriques 2000; Coates 1998).

Historicamente, o exílio forçado para as colónias ficou conhecido sobretudo pela designação de degredo; e os que experienciaram tal regime de penalidade eram designados de degredados ou degradadas. Todas as colónias portuguesas (em África, na América e na Ásia) receberam degredados e degradadas. Mas a relação entre degredo e política de colonização nunca foi linear nem semelhante em todas as colónias (Pieroni 2000; Pantoja 1999; Coates 1998; Cruz 1985; Melo 1940). Porque os modelos de dominação e de ocupação dos territórios ultramarinos nunca foram idênticos em todas as partes do império (Xavier, Palomo, Stumpf 2018: 27); decerto também porque o degredo atendia, de diferentes formas, à «multiplicidade de situações institucionais locais», como ilustra Catarina Madeira-Santos, na dinamização da estrutura imperial (Madeira-Santos 2018: 273-275; Bender 1980: 119; Boxer 1988: 14-15). Era comum os desterrados cumprirem a pena em liberdade. Mas a partir da segunda metade do século XIX, para obstar a presença dos mesmos entre a população livre das colónias, as autoridades portuguesas determinaram o exílio penitenciário: por decreto de 1876 (aumentado em 1881 e 1883, na sequência da lei de 1869) criaram o Depósito Geral de Degredados em Angola, com vista a reunir no mesmo lugar do desterro todos os condenados ao exílio ultramarino. O Depósito entrou em funcionamento em 1883. Então, a partir da década de 1880, Angola passou a ser o principal destino dos indivíduos punidos ao desterro (Henrique 2017: 495-516; Coates 2014: 55-56; Cunha 2004: 85-90).

Em 1932, o Decreto n.º 20:877, de 13 de fevereiro, aboliu a pena de degredo, e Angola deixou de ser o principal destino penitenciário dos condenados ao desterro ultramarino. A necessidade de inverter o estigma que recaía sobre a representação daquela colónia como terra de degredo (Alexandre 1998; Melo 1940: 61-62) e, ao mesmo tempo, o imperativo de promover a migração de colonos brancos livres da metrópole para a ocupação de territórios expropriados com as guerras de invasão colonial

empreendidas entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do seguinte (Cunha 2013: 87-104; Castelo 2007: 43-106; Péliissier 2006) são alguns dos fatores que estiveram na origem da abolição do degredo. Mas não só. Em 1932, a distinção conceptual entre os tipos de desterrados, as categorias de crimes e os destinos a dar aos condenados tornou-se um dos temas centrais da problemática do desterro para as colónias. Num opúsculo trazido a lume em 1932, José Beleza dos Santos não só elenca formas de expatriação penal, como também propõe uma definição específica para cada uma delas, estabelecendo as suas afinidades e diferenças (Santos 1932: 161-201). Pelo menos, até 1932 (como diversos indícios sugerem), o termo degredo aplicava-se de forma genérica a todas as situações de desterro ultramarino. Aliás, as palavras de Beleza dos Santos corroboram esta ideia:

a fixação nas colónias pode ordenar-se por causas de ordem política, como pena e em consequência de um julgamento, ou como *providência administrativa* não jurisdicionalizada. É evidente que esta medida de expatriação política, pelas pessoas a que se aplica, pelos motivos que a determinam, pela forma como é executada, deve ter uma estrutura profundamente diversa das sanções aplicadas aos criminosos comuns. Para marcar bem esta distinção, tem-se designado e é preciso realmente designar por nomes diversos, estas duas espécies de medidas que apenas se aproximam ou, melhor, *apenas deveriam aproximar-se*, pelo lugar onde se executam: *as colónias* (Santos 1932: 162)⁽¹⁾.

A ilação que se colhe daqui, além de eloquente, é também significativa: se o desterro consistia na imposição de residência obrigatória do condenado numa colónia, então, o conceito abarcava, até àquela data, uma mesma designação penal tanto os desterrados por delitos comuns, como para os condenados por motivos políticos. O que Beleza dos Santos faz é, precisamente, delimitar os contornos dessa diferença: à expatriação de criminosos políticos para as colónias chamou de *deportação*; e à expatriação de criminosos comuns designou de *degredo* (Santos 1932: 162-163)⁽²⁾.

A extinção do degredo como pena, através do Decreto n.º 20:877, de 13 de fevereiro de 1932, reconfigurou o regime de cumprimento do exílio ultramarino. Mas afinal, o que este novo regime tinham de

(1) Os itálicos são do original.

(2) Os itálicos são do original.

absolutamente original? O diploma previa que o degredo clássico, o da colonização penal ultramarina (com desterrados a cumprirem exílio em liberdade nas colónias, inseridos no Depósito de Degredados ou a serem usados como mão-de-obra nos trabalhos públicos), fosse substituído pelo internamento numa colónia penitenciária, no regime de trabalho agrícola ou predominante agrícola (Melo 1940: 61). Outra novidade residia na diferenciação entre exilados políticos e sociais e, com efeito, nas políticas de observância das suas respetivas penas: para os exilados políticos, previa-se a criação de uma prisão numa ilha. Um outro diploma, datado de dezembro de 1932, não só veio reforçar o conceito de crimes de natureza política, como também determinou o cumprimento da pena em prisões especiais a serem instituídas numa ilha (Barros 2009: 40). Já não se condenava mais ao degredo. Punia-se com pena de residência fixa numa ilha, ou numa prisão especial, também numa ilha. Aliás, a escolha de ilhas como espaços para a prática de desterro político vigorou entre 1932-1954 como o mais importante princípio reestruturador do exílio colonial. Entretanto, saliente-se que antes da abolição do degredo em 1932 e da imediata institucionalização do desterro e prisão no local do mesmo em 1933, as ilhas portuguesas (Madeira e Açores) e os arquipélagos coloniais (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor) tinham sido já amplamente demandados como locais de banimento (Barros 2009: 39-64). Mas com o Estado Novo, a partir de 1933, o sistema de exílio ultramarino foi fixado como desterro e prisão no local de desterro. O seu modelo mais memorável (desterro numa ilha e prisão no local do mesmo) foi executado em Cabo Verde. Ora, vejamos mais de perto a aplicação desse sistema.

Memórias de exílio, visões de espaço e experiências de tempo

O regime salazarista colocou em ação vários procedimentos de controlo e de repressão política (Torgal 2009; Pimentel 2009; Loff 2008; Ribeiro 1995). E a política de desterro e prisão no local do desterro era um deles. A expressão mais consistente desta prática teve lugar em 1936 quando as autoridades do Estado Novo fundaram a Colónia Penal de Cabo Verde, destinada a presos políticos e sociais⁽³⁾. A Colónia

(3) Colónia Penal de Cabo Verde foi a nomenclatura oficial que o Estado Novo salazarista cunhou para designar o dispositivo de banimento, de encarceramento e de

foi edificada no extremo norte da ilha de Santiago, na localidade de Tarrafal, depois de vários estudos de terreno realizados no arquipélago (nas ilhas de Boa Vista, São Nicolau e Santiago), entre 1934 e 1936, para efetivar a sua instalação. A escolha do local não foi anódina. O escolha dos estudos incidia sobre as condições (naturais, geográficas e humanas) que as ilhas visitadas poderiam oferecer para a materialização do projeto (Barros 2009: 84-94). A Colónia Penal fundada em Cabo Verde em 1936 tornou-se num dispositivo de primeira importância na gestão do exílio colonial, fundamentalmente contra os adversários do salazarismo. Todavia, esta não era a primeira tentativa de concretização do sistema de desterro numa ilha e prisão no local do desterro. Em 1931, na sequência da revolta da Madeira (Farinha 1998: 276; Reis 1990: 82), as autoridades portuguesas conceberam, na ilha de São Nicolau (Cabo Verde), uma das primeiras execuções correspondentes deste sistema (Barros 2009: 70-83). Mas o projeto não teve seguimento. Um diploma datado de dezembro de 1932 amnistiou vários exilados políticos e militares que se encontravam aprisionados em São Nicolau; e os que permaneceram acabaram dispersos por diferentes ilhas do arquipélago, cumprindo regimes de residência fixa em liberdade (Barros 2009: 80-83). Mas em 1936, o estabelecimento da Colónia Penal pôs fim, pelo menos em Cabo Verde, ao regime de cumprimento de desterro em liberdade.

Os primeiros condenados ao exílio e prisão no local do mesmo (151 homens), chegaram à ilha de Santiago em outubro de 1936. O primeiro contacto com o espaço é, com toda a significância fenomenológica, memorável. Mas façamos desde já um breve reparo propedêutico de modo a termos em conta certos limites acerca daquilo que as memórias dos exilados conseguem iluminar. Tratando-se de indivíduos cujo exílio estava condicionado pelos limites do encarceramento (sem contacto permanente com a população livre da colónia), importa salientar que as descrições que legaram nos seus escritos resultaram, por um lado, das sensibilidades com que experienciaram o primeiro contacto com o

tortura dos seus opositores políticos instituído no arquipélago de Cabo Verde em 1936. Em resultado das violências, dos mecanismos de privação e das atrocidades ali perpetradas, a Colónia Penal passou para a história como Campo de Concentração do Tarrafal. Refira-se que Salazar prescreveu de antemão que aquele estabelecimento prisional fosse sempre designado de Colónia Penal. Inclusive, mesmo quando certas instâncias internacionais questionavam sobre a existência de um Campo de Concentração no arquipélago de Cabo Verde, Salazar respondia que tal Campo não existia e que nunca existiu (Cf. Barros 2009: 170-198).

arquipélago e, mais precisamente, com o local do desterro; e por outro das observações colhidas quando os exilados se encontravam fora da prisão, sob a vigilância dos guardas, a realizar trabalhos compelidos de diversa ordem demandados pela administração colonial e prisional. Sem protocolo epistolar, as suas descrições sugerem-nos largas inferências. Há pelo menos dois níveis a partir dos quais podemos observá-las. Um: através do relato que narra o primeiro encontro dos desterrados com aquela «paupérrima ilha perdida no oceano Atlântico» (Firmo 1978: 147; Rodrigues 1974: 223), aquela que «parece afogar-se em água» e que, quando chove, segundo Cândido de Oliveira, ilude estar «à beira de submergir-se» (Oliveira s/d.: 97).

Se descermos ao detalhe, encontraremos ainda outras alusões que lhe subtraíam encanto. O lugar é descrito como um sítio «triste, desolador, febril»: a «ilha maldita, onde se morre como um cão desgraçado, imundo, vil, asqueroso» (Rodrigues 1974: 46 e 88); onde o cerco do mar fendia qualquer hipótese melancólica de evasão porque o «isolamento era quase completo. Ilha. Mar em volta» (Sousa 1978: 94 e 255). Nas descrições do arribo à ilha, nada é novelístico. E o caráter épico-dramático da primeira impressão, mesmo à distância, suscita o reflexo de um semblante. As palavras do prisioneiro Manuel Firmo tornam credíveis todas essas distinções: «Santiago pareceu-me uma aparição fantasmagórica emergindo do oceano com o seu conjunto de morros escalvados, cinzentos, onde o sol punha reverberações dolorosas para a retina, a infundir terror aos próprios navegantes. Não há dúvida; o escritor não exagerara, não se servira de uma rebuscada imagem literária ao descrever aquele cenário como: "...morros de cinza e lava feitos". Mas porque nos encerravam naquela ilha inóspita, em vez de nos levarem para aquela outra, ridente, que eu vira no dia anterior – com água potável muito abundante e de clima tão benigno que os próprios cabo-verdianos a chamavam de "Sintra de Cabo Verde"?» (Firmo 1978: 145).

O segundo nível de observação sonda, a uma escala localmente situada, a caracterização do lugar onde ia decorrer o exílio: o Tarrafal. Situado no extremo norte da ilha de Santiago e bordejado por uma extensa enseada, na vila do Tarrafal ergue-se uma paisagem montanhosa onde, no escuro perfil do Monte Graciosa, não se avistava casa nem árvore (Sousa 1978: 20; Rodrigues 1974: 22). Uma «planície levemente inclinada do sopé das montanhas para o mar, árida, nua, seca, inóspita, batida pelos ventos de leste durante oito meses por ano» (Rodrigues

1974: 15). Tarrafal era uma vila pequena, com pouca atividade comercial e, praticamente, sem indústria. Era «uma terra morta como morta [era] quase toda a ilha» (Pires 1975: 182). Para alguns, o sítio chegava «a prender [...] a atenção pela originalidade do nunca visto. Não era belo ... nunca o poderia ser ... mas para o neófito, o voo gracioso dos corvos, a imponência caricata dos jagudis, a astúcia e a rapidez do milhafre, não deixavam de ser notas exóticas. Depois, o mar, o mar imenso, o melhor amigo da minha juventude, que a maldade dos homens havia transformado agora no mais cruel de todos os carrascos, lá estava, envolvendo a ilha... As montanhas, estranhas, raras, pareciam esfinges alucinantes talhadas por Vulcano na bigorna pavorosa de pretéritas convulsões cósmicas» (Rodrigues 1974: 21).

Como aliás relatam as memórias de alguns coevos, no Tarrafal, as montanhas eram escavadas, tristes e quase sem sinais de vida, lambidas pela desoladora estiagem cíclica que torturava o arquipélago. «A flora era rara, mas tinha a graça de tudo o que se desconhece»: a falta de verde, os montes escarpados, a vegetação raquítica, o mar e o isolamento impunham à vida ali uma certa monotonia. E quem lançava, com singular perspicácia, «melancólicas miradas em redor», praticamente, só via solidão. Os caminhos eram pedregosos e poeirentos; e a estrada que ligava Tarrafal à cidade da Praia, capital do arquipélago, era tormentosa, semeada de precipícios, desolada e triste. «Tudo era negro, monótono, uniforme». Tudo «tinha um ar selvagem. Os montes enormes pareciam falar, não da vida que existia para além deles, mas do peso enorme de sacrifícios, de abnegação, de firmeza, que a nossa permanência ali exigia» (Firmo 1978: 160; Sousa 1978: 20-22; Soares 1975: 19-22; Rodrigues 1974: 21 e 43; Oliveira s./d.: 117-120).

Em suma, a descrição do que se dava à percepção, não pondera quaisquer virtudes, tal como prova a desgostosa eloquência deste testemunho: «Causava-nos tristeza a paisagem. Aqui e além, ao longo do caminho, viam-se pequenas e fracas purgueiras, árvores frequentes na ilha. E pelas encostas dos montes espalhavam-se, negras e miseráveis, as palhotas sempre a fumegar pelos telhados de fundo. Perto, magríssimos, pastavam burros e cabras» (Sousa 1978: 30). A única vitalidade paisagística, na verdade, só acontece quando chove. «Com as chuvas, conforme narra Manuel Rodrigues, as montanhas cobriam-se de verdura. Já não estão nuas, pardacentas, agressivas na tristeza imensa da sua monotonia cruel. Tornam-se quase graciosas, com um não sei

quê de gentil nos seus recortes emoldurados de milhões de folhinhas que agora despertam para a vida efémera, germinadas as sementes sob o beijo puro das gotas caídas das nuvens» (Rodrigues 1974: 54). Com as águas, o capim que emerge empresta às montanhas e à terra um manto verde exuberante, porém, de pouca dura. Porque a aridez e a seca que sucedem ao período das chuvas transformam aquele manto verdejante dos montes e vales circundantes numa cobertura de coloração castanha, composta unicamente de pasto seco (Pedro 2009: 367-368; Rodrigues 1974: 54; Oliveira s. / d.: 97-98 e 119-121).

O exílio colonial é, por norma, determinado por regedores de um poder arbitrário que, de forma inexorável, nunca se submetem às agruras do lugar escolhido: «por homens que nunca aqui vêm e que ignoram certamente a tragédia deste suplício informe» (Rodrigues 1974: 46). Tanto assim é que o contrário seria uma grave infração a essa norma. Por isso, não raro, o primeiro contacto do desterrado com o meio é memorável, a começar pela percepção do contraste, como já foi aludido, «pela originalidade do nunca visto» (Rodrigues 1874: 21). Sem surpresa, refira-se que o ambiente natural de uma ilha árida, agreste, pobre, onde não abunda vegetação, estava nas antípodas daquilo que tinha sido a imagética remanescente de outras paisagens da metrópole ou de outras ilhas atlânticas (como os Açores) anteriormente avistadas pelos exilados durante o trajeto ao local do exílio. Há ainda uma segunda revelação implícita: o primeiro encontro com o espaço é memorável, não tanto pela visão lançada sobre os périplos topográficos, mas sobretudo pela geografia da subordinação: a colónia. Porque mais do que uma geografia, a colónia era, acima de tudo, um espaço de estatuto inferior, uma condição, uma situação, um modo específico de conceber a relação com o território e as suas populações. Ademais, dos escritos de alguns exilados podemos colher vários indícios avulsos dessa mundividência que ressalta a subalternização da condição de colónia e dos seus sujeitos.

Visões de exílio, colónia e situação colonial

É sabido que, na condição de espaço subordinado ao poder de uma metrópole imperial, à colónia sempre ficou consignada o estatuto de território inferior. Disso resultava que o exílio colonial estivesse sempre toldado de estigmas (decorrentes não só da condenação penal), mas também do juízo que inferia nos desterrados uma certa analogia de

inferioridade, associada ao próprio estatuto da colônia como «país de civilização inferior» (Melo 1940: 5). Disso pressupunha-se que eram também inferiores os indivíduos que habitavam aquelas terras ultramarinas. Deste ponto de vista, o exílio colonial referendava esta parábola: o local para os perniciosos da metrópole eram aquelas terras de 'civilização inferior', as colônias. A pobreza do local sopesava na forma como os exilados interpretavam as condições em que decorria o exílio; eles retiraram da observação da carência material do arquipélago várias ilações acerca da ineficiência da colonização portuguesa em Cabo Verde, como destacaremos ulteriormente. A crer na idoneidade dos relatos, o quadro de pobreza era generalizado, praticamente em todos os lugares por onde os exilados transitaram. Inclusive, a esse respeito, todas as crônicas são unânimes. Por exemplo, no seu relato sobre a passagem pela ilha de São Vicente, em junho de 1937, Correia Pires fala de «um quadro de miséria nunca visto. Pretos descalços e esfarrapados em busca de algo que lhes matasse a fome, gente de bordo a atirar comida que eles disputavam como bando de faminto. Era espetáculo, que a insensibilidade dos passageiros da 2.^a e 1.^a classe saboreava, acrescido ainda do jogo de moedas ao mar, que os desgraçados pretos em compita se jogavam no intento de primeiro chegar onde a moeda caía, no fundo do mar!!!» (Pires 1975: 182); e quanto a Santiago, «ilha paupérrima na imensidade do oceano Atlântico» (Firmo 1978: 172), a cidade da Praia, o estatuto que ostentava como capital do arquipélago, segundo Correia Pires, não lhe dava nem tirava qualquer valor especial (Pires 1975: 182).

Apreciação idêntica, embora referente a um outro contexto geográfico, dispõe também Cândido de Oliveira quando caracteriza a povoação da Ribeira da Prata, uma das áreas costeiras do Tarrafal. Segundo Oliveira, a região era composta por «pouco mais de uma dezena de casinhas primitivas, de pedra solta, térreas, cobertas por folhas de coqueiro»; e ali viviam «umas quantas famílias cabo-verdianas muito pobres, extremamente pobres, quase miseráveis» (Oliveira s./d.: 118). Verdade é que, sem parábolas, os escritos dos exilados souberam estabelecer a relação explicativa entre a severidade das condições do meio e a míngua de recursos cujos efeitos estavam bem visíveis na penúria em que viviam os nativos das ilhas: «Cabo Verde [era] o arquipélago da fome», isto é, como outros afirmaram, a «zona de fome no mundo». A alimentação dos nativos, quando havia, era prosaica, levada ao mínimo das possibilidades, como diversos indícios revelam (Sousa 1978: 48-49; Oliveira s./d.: 71).

Era sabido que a falta de chuva estava na origem da degradação do ambiente climático, da aridez da paisagem, da falta de alimentos e das frequentes crises de fome que fustigavam o arquipélago (Pedro 2009: 368; Oliveira 1987: 96-97; Sousa 1978: 30-49; Oliveira s./d.: 121-124). Os primeiros sinais visíveis dessa carência estavam estampados na feição dos seus habitantes cuja fisionomia, segundo relatos, veiculava a imagem de gente «esfarrapada e faminta», «pobrememente vestidos» e descalços, por vezes até «quase nus, sujos e de aspecto miserável»; outros até «exibiam trapos sujíssimos, nas pernas, comprimindo um troço de bosta de encontro às feridas» (Firmo 1978: 172-174; Sousa 1978: 30; Oliveira s./d.: 72). O camponês cabo-verdiano do interior vivia numa «palhota miserável» e por vezes era dono de um porco, de uma vaca ou de um boi que pastavam livremente pela planície (Sousa 1978: 170). Independentemente das nuances dos relatos, há um traço comum a todos eles: «O aspecto físico e a roupa que vestiam denunciavam a miséria do seu quotidiano de incriveis privações» (Pedro 2009: 366). Mas o fragmento que se segue sintetiza onticamente toda a delicadeza do conspecto: «quanto observávamos acerca dos cabo-verdianos. Víamos a população da ilha esfarrapada, miserável, as crianças com os ventres dilatados por uma fome nunca saciada. Eram espancados pelo branco, que os tratava como animais. Extrema era a sua miséria. Ignorantes, doentes, atacados pelo paludismo, a morte prematura era frequente entre eles» (Sousa 1978: 66). A visão remanescente era a de um mundo rural povoado de «nativos, esqueléticos e famintos» nessa região norte do interior da ilha de Santiago (Oliveira s./d.: 97).

Esta percepção de penúria, todavia, não continha nenhuma metáfora. Nem poesia. De facto, as frequentes secas ocorridas em Cabo Verde e especialmente na ilha de Santiago, entre 1931 e 1948 (Lessa e Ruffié 1957: 112-113; Cabral 1949: 5-7), estavam na base desse quadro sombrio de carestia que assolava o quotidiano dos nativos, principalmente daqueles cujo sustento dependia quase unicamente da produção agrícola. Mas entre representações dedutivas e pormenores realistas, a falta de chuva não significava apenas privação de recursos, ausência de variedade na rotina alimentar ou infortúnio irremediável (até porque os exilados não estavam submetidos, como os nativos, ao mesmo nível de desamparo perante a pressão da fome, já que a subsistência daqueles era assegurada pelas autoridades da metrópole e da colónia; mesmo assim, não podemos supor que não padeciam de privações de diversa ordem)

(Oliveira s./d.: 71-76). Como Cândido de Oliveira alude, a «pobreza do vestuário e do conforto casa[va]-se admiravelmente com o regime alimentar dos deportados – e dos nativos» (Oliveira s./d.: 70). Mas há ainda, sem elementos apócrifos, uma outra ideia a contemplar: a falta de chuva significava (cumulativamente), para os exilados, a subordinação às sevícias do clima local, onde «o calor sufocante da ilha era o drama» deturpava os seus corpos, pondo-os em esconjuração permanente perante o odor empestado das suas exalações mais imediatas (Sousa 1978: 41-43; Oliveira s./d.: 121-124).

Portanto, daqui, a ilação geral mais consequente a colher disso tudo é esta: a míngua que oprimia a situação colonial dos cabo-verdianos e a repressiva política de privação exercida sobre os desterrados no Tarrafal tinham uma mesma matriz: o projeto de poder e de dominação de um regime que, por um lado, criminalizava os seus adversários políticos e, por outro, colonizava e exercia autoridade político-administrativa sobre as populações dos territórios colonizados, porém, sem lhes oferecer devido amparo quando tal se afigurava necessário. Como aliás Gilberto de Oliveira notou, para os naturais do arquipélago era a subordinação constante, «sobrevivendo à custa de tanto experimentarem a forme hereditária de sucessivas gerações, vítimas da colonização»; para os deportados o local do desterro era «de facto, uma *terra (de) fel* que a todos, amargaria dolorosamente e, a muitos, envenenaria fatalmente» (Oliveira 1987: 97)⁽⁴⁾.

Em termos simplistas, dir-se-ia que a penúria da população e a política de privação aplicada aos deportados decorriam num contexto geográfico específico; mas se ambicionarmos descodificar as suas filigranas, teremos de nos instalar nas múltiplas conexões que compõem a colónia: a situação estatutária de um território permeado por uma porosidade de lógicas de exploração, de geometrias de relações de poder, de mecanismos de dominação e de formas discursivas explícitas ou implícitas de interpretar juízos de subordinação. A colónia era, por exemplo, o lugar onde as guisas de exploração ganhavam diversas roupagens. Tanto é que as observações de alguns exilados não ficaram alheias a esses factos. Registaram, entre outros casos (só para citar alguns), a atitude das autoridades na usurpação de bens (animais e víveres) pertencentes a camponeses da região do Tarrafal (Sousa 1978: 170); o aproveitamento sexual que alguns

(4) Os itálicos são do original.

faziam da vulnerável condição socioeconómica das jovens mulheres naturais da ilha que a precariedade da situação colonial (a fome, a miséria e a seca) forçava à prostituição (Sousa 1978: 213-214); a rudimentar prática de operações fúnebres locais, também ela uma consequência da pobreza económica; e nessa hostilidade, era evidente a inoperância do poder colonial, tal como assinalam as palavras de Manuel Francisco Rodrigues com total virtualidade expressiva: «os nativos sofrem agruras sem fim, que os brancos não me consta procurarem remediar» (Rodrigues 1974: 54). A arbitrariedade desses factos (o exílio colonial e a inoperância da ação colonizadora portuguesa em Cabo Verde), como Rodrigues sublinha, não só contradizia a retórica que ventilava a representação de Portugal como país cristão, como também denegava todo o «orgulho» do seu «passado de civilizador de povos atrasados» (Rodrigues 1974: 97). Estas ideias (a alusão ao conceito de ‘povos atrasados’ e de encargo ‘civilizador’) roçavam, sem equívoco, os recursos discursivos do colonialismo e do repertório imperial. Destarte, um dos contextos onde tal ficou mais evidente foi no modo como alguns escritos transcreveram, com conotações hierarquizantes, o jogo da alteridade e a representação da diferença colonial.

Exílio colonial, visões de si, representações do *Outro* e geometrias de subordinação

Os escritos sobre o exílio colonial não foram menos pródigos na produção de visões acerca dos exilados e das populações nativas. Para o exilado, proveniente da metrópole, a colónia é sempre um lugar estranho, desconhecido. Um espaço de desencontro, a todos os níveis. As memórias do exílio não se restringiram apenas ao inventário das condições do meio, nem à simples caracterização do espaço. A par dessas relações, os deportados legaram-nos também a representação social que fora forjada acerca deles e posta a circular por entre os habitantes da colónia. Nunca era benévola a reputação de um metropolitano coagido ao exílio numa colónia e, sobretudo, nas terras africanas; pior ainda era a daqueles que o Estado Novo salazarista banuiu como inimigos políticos do regime. Era maldita a fama que sopesava sobre eles. Como diferentes relatos atestam, foram as autoridades (da metrópole e da colónia) que veicularam uma reputação negativa dos deportados junto dos naturais

da ilha. Aos olhos destes, segundo Manuel Firmo, o deportado era «um criminoso empedernido, como nos apresentava a propaganda fascista junto dos nativos e dos soldados da Companhia Indígena de Angola que nos custodiava» (Firmo 1978: 172). As adjetivações que eram arregimentadas (quase sempre temíveis e depreciativas) pretendiam induzir nos nativos um certo temor sobre a suposta perversidade dos efeitos políticos que um possível contacto desses exilados com a população livre da ilha poderia engendrar. Por isso, esta era sempre mantida à distância.

Diferentes testemunhos explanam as precisões desta distância social e política discursivamente construída. Os desterrados eram vistos como «terríveis criminosos e havia ordens rigorosas para impedir [os naturais de] qualquer contato connosco» (Sousa 1978: 30). «Tinham-lhes dito, antes da nossa chegada, que éramos criminosos contumazes que, pelos perigos que representavam para a sociedade, tinham de ser isolados. A expressão dos que se cruzavam connosco, e que rapidamente se afastavam, parecia denunciar o receio que lhes causávamos» (Pedro 2009: 366). Mantidos à distância, pelo medo inculcado, alguns «olhavam-nos com comiseração» (Rodrigues 1974: 248). Mas essa fantasmagoria acerca da suposta perigosidade desses exilados não era alimentada apenas com recurso a estratégias de adjetivação, inculcando-os de 'terríveis criminosos'. O corolário mais ostensivo dessa representação estava nas demonstrações de força e nos severos mecanismos de vigilância que, aos olhos de todos, as autoridades exerciam sobre aqueles homens. A performatividade da vigilância, em correspondência com a exibição da força, criava a figuração do inimigo. Nutria a suspeita sobre a densidade do perigo, gerando um imaginário acerca da suposta monstruosidade sociopolítica daqueles exilados. A atuação das autoridades, nomeadamente, a austeridade metódica com que demarcavam os espaços de circulação daqueles homens, em contraste com os limítrofes consentidos para os habitantes locais, constituía um importante rasto na construção social do perfil moral e político dos desterrados (Sousa 1978: 37; Soares 1975: 24). Entretanto, as fortuitas interações com os locais pareciam desmentir, com singular lembrança, o estereótipo da malícia com que foi talhada a reputação pública daqueles exilados, pois o epíteto expurgava-se: afinal «Vocês são bons. Era mentira o que nos disseram!» (Sousa 1978: 54).

Uma representação nunca vem só. Mesmo quando os indícios escriturários existentes são parcos na descrição do contacto dos deportados

com a população nativa, as conspeções registadas não deixam de nos revelar algumas caracterizações coloniais e racialistas produzidas acerca dos cabo-verdianos e dos africanos em geral. A primeira constatação, como demonstraremos, denota da noção de superioridade e das visões racializadas com que, alguns deles, interpretaram a diferença colonial, estabeleceram fronteiras ontológicas e conceberam a relação com os povos africanos. Contudo, sem incorrer em generalizações abusivas, devemos advertir desde já que nem todos os exilados legaram memórias análogas; e entre os que registaram, as formulações coloniais e racialistas não devem ser tomadas como um *corpus* homogéneo e sem contexto. Mas há aqui um traço essencial que não pode ser descurado (sob pena até de cairmos numa assombrosa omissão): as enunciações coloniais e racialistas eram nessa altura elementos constitutivos da ideologia imperial, o que significa que a doutrina da dominação colonial e imperialista baseava na inculcação de pressupostos que induziam à suposta crença na superioridade do branco europeu e no pretenso mito de inferioridade congénita do negro africano. Como provam certos escritos, alguns exilados não estiveram imunes a essas pressuposições, sobretudo àquelas onde o discurso da diferença colonial transforma a diferença cultural, fenotípica e geográfica em valores e hierarquias (Fanon 2011; Dorlin 2009; Delphy 2008; Maldonado-Torres 2007; Vergès 2005; Mignolo 2002; Quijano 2000). A impostura ideológica acerca da inferioridade do negro africano ressalta em diferentes prosas. Por exemplo, a crença na fatalidade do negro como indivíduo fadado ao trabalho sobressai, com fácil evidência, numa das observações que Francisco Rodrigues consagra a comentar a ausência de remuneração para um dos exilados que auxiliava no cuidado de saúde dos seus companheiros. O visado, como anota Rodrigues, «não tinha honorários», pois esses «recebia-os o negro, porque o trabalho [...] era, ao contrário do que diz a lenda, para o branco» (Rodrigues 1974: 39). O pressuposto irónico era que o exilado em questão não recebia qualquer retribuição pelo seu esforço, enquanto o negro (visto como parte de uma humanidade subalterna) estava a ser remunerado.

O conceito de inferioridade imputado aos africanos manifestava-se até na forma como, na colónia, certos exilados viviam as suas subjetividades políticas. Por exemplo, alguns chegaram a considerar um «insulto», uma «humilhação» e até mesmo uma «baixeza» o facto de estarem submetidos à vigilância de «soldados negros» (Rodrigues 1974: 21). Como expõe Francisco Rodrigues, sentiam-se «vexados que os verdugos de uma

ditadura branca os tivessem submetido à vigilância estúpida, boçal e grotesca de negros analfabetos, ignorantes e simplórios, não porque não sejam homens dignos de respeito, de amor e de estima ... mas porque não se compreende que homens civilizados da Europa estejam a ser acorrentados por pobres infelizes da África, a quem o capitalismo moribundo dá uma cêdeia para amachucarem a dignidade dos brancos que querem ser livres!...» (Rodrigues 1974: 200). Mas contestar as funções atribuídas aos vigias africanos não significava apenas criticar o sistema de poder nacional e imperial que praticava o colonialismo e fazia uso arbitrário da violência política; criticar tais atribuições significava não reconhecer aos africanos nenhuma idoneidade política e moral para exercerem poder e autoridade sobre aqueles brancos portugueses desterrados. A crença de que estes eram superiores, mesmo quando era enunciada só por uns, constituía também um outro mito: uma projeção essencialista e cristalizada da imagem dos exilados como representação personificada de uma ontologia mais ilustre, de uma humanidade superior, a única capaz de servir de modelo e norma de validade universal. Imaginavam-se como 'homens civilizados'.

E em contraste, os postulados eurocêntricos que lhes serviam de moldura influíam nos modos de representar esses *Outros* das colónias: esses «soldados vindos do sertão» que, para alguns, desenhavam «exotismos no horizonte estreito da aldeia» onde aqueles portugueses estavam a cumprir o desterro (Rodrigues 1974: 21-22). Esses africanos que os «oficiais brancos [...] tinham arrancado à selva, para os transformar em guardiões duma causa injusta» (Soares 1975: 24). A alusão ao 'sertão' ou à 'selva' como lugares de origem desses africanos (mas que em bom rigor nenhum deportado conhecia a procedência exata, a não ser a informação genérica de que tinham vindo de Angola), dizíamos, esta alusão ao 'sertão' não constituía um gesto escriturário destinado a lançar luz sobre a verdadeira proveniência geográfica daqueles indivíduos. De modo algum. A referência ao 'sertão' era um artifício de linguagem que pretendia associar a sensibilidade desses soldados africanos ao estado de natureza, à selva e, logo, à incivilidade; a fantasmagoria do sertão remete para esses lugares (do interior do continente) supostamente impregnados de pulsões irracionais e de sensibilidade primitiva. Deste ponto de vista, o epíteto em apreço não estava a fazer alusão a seres humanos como todos os outros, mas sim a uma humanidade vista como menor, a um *ser* à parte, de tipo particular.

A perspectiva binária que presidia esta visão do mundo não só hierarquizava ontologias, como também criava humanidades subalternas. As visões eurocêtricas tributárias da naturalização da dominação quase sempre interpretaram a diferença dos africanos como uma maldição, como pessoas cuja aparência era o testemunho da própria *diferença na sua crua manifestação* (Mbembe 2017: 88)⁽⁵⁾. Certos deportados, por exemplo, consideravam os negros primitivos e analfabetos «como o eram os homens da Idade da Pedra» (Rodrigues 1974: 54); era como se (numa perspectiva teleológica do mundo) aqueles estivessem ainda por cumprir o curso supostamente linear do tempo e da história. A fantasmagoria colonial de que eles eram «ainda meninos» (Rodrigues 1974: 99), crianças grandes, fossilizava o africano como uma espécie de «reflexo pobre do homem ideal» (Mbembe 2017: 39). De resto, alguns julgavam que os guardas negros não pensavam nem agiam como agentes autónomos, movidos por desejo de poder e outros interesses individuais específicos: que a «ignorância pavorosa» e a «obtusa mentalidade» que permeavam esses africanos contribuíram para fazer circular entre eles a representação negativa dos exilados como «verdadeiros bandidos» (Firmo 1978: 162; Rodrigues 1974: 13-14). Grosso modo, a crença na inferioridade do africano era um dos clichés dominantes dessa trama. Tanto era que, como Edmundo Pedro indicia, até os responsáveis pela governação quotidiana do desterro colonial acreditavam nesta fábula: o «atraso» dos soldados coloniais incumbidos de vigiar os exilados portugueses «garantia a sua absoluta impermeabilidade à [...] influência» política destes últimos (Pedro 2009: 383).

Basicamente, a esses africanos, os escritos dos exilados não atribuem grande agência aos seus atos (enquanto sujeitos ativos a atuar de modo informado no interior de um sistema repressivo, colonial e de exploração imperial); nem lhes reconheciam grande autonomia histórica, mesmo quando a autoridade que exerciam sobre os deportados colocava em evidência diferentes níveis de dominação e diversas geometrias de subordinação às estruturas e ramificações do poder colonial dominante. E perante a inclusão daqueles soldados africanos na estrutura do poder colonial e imperial, alguns desterrados compensavam as suas experiências de subalternidade com a crença racialista na ideia de que eram superiores em relação àqueles africanos encarregues de os vigiar e de exercer poder e

(5) Os itálicos são do original.

autoridade sobre eles (Firmo 1978: 162 e 172-173; Soares 1975: 24). Assim o prova, por exemplo, a transcrição deste registo: «Como estavam diferentes os guardas! Bem nos lembrávamos de quanto nos diziam, despeitados pela inferioridade sentida em relação a nós [os exilados], mas certos de terem a força pelo seu lado» (Sousa 1978: 264). Em termos análogos também escreveu Cândido de Oliveira: «Talvez o sofrimento do branco lhes dê noção da superioridade física da sua raça – e da inferioridade moral do branco!» (Oliveira s. / d.: 140-141). Ora, se por um lado tanto os deportados como os africanos estavam subjugados pelo mesmo regime político e, com efeito, pelo mesmo sistema de poder, por outro lado, as geometrias de subordinação e de dominação eram, naquele contexto de exílio colonial, totalmente variáveis e adaptadas à colocação específica onde, por exemplo, o próprio poder e a autoridade eram exercidos. Significa que se os africanos estavam submetidos pelo potentado colonial (Sousa 1978: 67-68) – o que os tornava por vezes «mais vítimas do que culpados» – (Rodrigues 1974: 130), neste caso, os exilados estavam duplamente subjugados, primeiro, pelo regime que mantinha a dominação colonial, segundo, pelos agentes subalternos locais (aqueles colonizados) que, colaborando na manutenção da estrutura imperial e da ordem colonial – eles «também vítimas inocentes do grande drama que nos prostra a [todos] nós» (Rodrigues 1974: 51) –, nada mais eram do que um prolongamento do próprio poder dominante.

Notas finais

Os escritos em que nos baseamos para averiguar os temas aqui retratados não formam um *corpus* documental homogéneo. São registos memorialísticos provenientes da pena de diferentes homens (com estatutos sociais também distintos) que transitaram pelo exílio colonial. Esses escritos, todavia, detêm um outro traço admirável. Os seus relatos narram, ora experiências individuais e inferências íntimas, ora situações coletivas. Quando percorridas, com uma fina exegese, um facto torna-se indiscutível: conseguimos colher, sem incorrer em comodidades, uma multiplicidade de assuntos. O teor testemunhal que enforma aquelas memórias oferece-nos uma perspetiva expositiva e ontológica de diversa ordem. Apesar da heterogeneidade que comportam, o traço comum dessas peças escriturárias reside na índole narrativa com que transcrevem a prova do exílio colonial, daqueles que

a viveram diretamente. O drama desta tipologia de exílio não residia apenas no desterro em si, mas também no que a colónia imputava à própria experiência concreta, desde a apreciação do espaço, passando pelo cotejo com a alteridade e o confronto com a diferença colonial. Facto é que, muitas vezes, os escritos formam uma representação totalizante a partir de uma visão nitidamente parcial, situada. E nisso, os nativos da colónia foram vistos como figurações totalizantes, representativas não de individualidades, mas de generalizações reificadas. Mas as geometrias de subordinação subvertiam por completo a ideia de superioridade do exilado português. Por outras palavras, significa dizer que era no interior do sistema de relação colonial e imperial ao qual aqueles africanos estavam submetidos é que eles exerciam autoridade sobre aqueles desterrados que, paradoxalmente, se viam como superiores àqueles negros que estavam autorizados a exercer poder e força sobre eles. Então aqui, a masculinidade vexada daqueles exilados (porque se sentiam dominados por homens que consideravam inferiores) estava a ser amenizada com recuso a estratégias discursivas compensatórias de índole manifestamente racista. Afinal, o uso da força legítima parecia operar efeitos de poder e de sujeição mais do que qualquer outra fantasmagoria de base racista; e as relações de autoridade e de domínio ganhavam roupagens situadas dentro de um sistema de dominação ainda mais amplo.

Fontes e Bibliografia

Fontes memorialistas

Aquino, Acácio Tomás de (1978). *O Segredo das Prisões Atlânticas*. Torres Vedras: Regra do Jogo Edições.

Castelhano, Mário (1975). *Quatro Anos de Deportação*. Lisboa: Seara Nova.

Firmino, Manuel (1978). *Nas Trevas da Longa Noite: Da Guerra de Espanha ao Campo do Tarrafal*. s.l. Publicações Europa-América.

Oliveira, Cândido de (s/d.). *Tarrafal, O Pântano da Morte*. Lisboa: Editorial “República”.

Oliveira, Gilberto (1987). *Memória Viva do Tarrafal*. Lisboa: Edições Avante!

Pedro, Edmundo (2009). *Memórias. Um Combate Pela Liberdade*. 2.^a edição. Lisboa: Âncora Editora.

- Pires, Correia (1975). *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*. Lisboa: Edições Déagá.
- Rodrigues, Manuel Francisco (1974). *Tarrafal: aldeia da morte lenta: o Diário da B5*. Porto: Brasília Editora.
- Soares, Pedro (1975). *Tarrafal, Campo da Morte Lenta*. Lisboa: Edições Avante!
- Sousa, Franco de coord. (1978). *Tarrafal Testemunhos*. Lisboa: Editorial Caminho.

Dicionários

- Dicionário Houaiss de Sinónimos e Antónimos*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. I Volume A – F. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001.

Estudos

- Alexandre, Valentim (1998). “A Viragem para África”; “Nação e Império”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.), *História da Expansão Portuguesa*. Volume IV. *Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 61-87 e 90-142.
- Barros, Víctor (2009). *Campos de Concentração em Cabo Verde: As Ilhas Como Espaços de Deportação e de Prisão no Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bebiano, Rui (2015). “Prefácio”, in Fernando Cardoso (coord.), *Exílios, Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961-1974)*. Lisboa: AEP61-74, 9-14.
- Bender, Gerald J. (1980). *Angola Sob o Domínio Português: Mito e Realidade*. Lisboa: Sá da Costa.
- Boxer, C. R. (1988). *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. (2.^a edição) Porto: Afrontamento.
- Cabeçadas, Helena (2013). *Bruxelas, Cidade de Exílios*. Lisboa: Chiado Editora.
- Cabral, Amílcar Lopes (1949). “Algumas considerações acerca das chuvas”, *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, 1, 5-7.

- Castelo, Cláudia (2007). *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cavaco, Hugo (1983). "O Degredo e o Privilégio em Castro Marfim (Alguns subsídios para a sua história)", *Separata da Revista Património e Cultura*, 2, 5-23.
- Coates, Timothy J. (1998). *Degredados e Órfãos: Colonização Dirigida Pela Coroa no Império Português, 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Coates, Timothy J. (2014). *Convict Labor in the Portuguese Empire, 1740-1932. Redefining the Empire with Forced Labor and New Imperialism*. Leiden/Boston: Brill.
- Cruz, Maria Augusta Lima (1985). "Degredados e Arrenegados Portugueses no Espaço Índico nos Primórdios do Séc. XVI", in *Dimensões da Alteridade nas culturas de Língua Portuguesa – o Outro*. Actas Vol. II. Lisboa: Departamento de Estudos Portugueses / FCSH-UNL, 77-96.
- Cunha, Anabela (2013). "Degredo para Angola: sentença de morte lenta", *Locus: Revista de História*, 02, 87-104.
- «-» (2008). "O degredo para Angola na segunda metade do século XIX", *Revista Angolana de Sociologia*, 2, 69-85.
- Cunha, Anabela Francisca do Nascimento (2004). *Degredo para Angola na segunda metade do séc. XIX. Os degredados e a colonização penal*, [Dissertação de Mestrado em História de África, policopiada], Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Dawson, Andrew and Johnson, Mark (2001). "Migration, Exile and Landscapes of the Imagination", in Barbara Bender and Margot Winer (ed.), *Contested Landscapes: Movement, Exile and Place*. Oxford/New York: Berg, 319-332.
- Delphy, Christine (2008). *Classer, Dominer: Qui Sont les "Autres"?*. Paris: La Fabrique Éditions.
- Dorlin, Elsa (2009). *La Matrice de la Race: Généalogie Sexuelle et Coloniale de la Nation Française*. Paris: La Découverte.
- Fanon, Frantz (2011). «Peau Noir, Masques Blancs», in *Œuvres*. Paris: Éditions La Découverte.
- Farinha, Luís (1998). *O Revirvalho: Revoltas Republicanas Contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Henrique, Sónia Pereira (2017). “Os registos de degredados da Direção Geral do Ultramar”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXX, 495-516.
- Henriques, Isabel Castro (2000). *São Tomé e Príncipe. A Invenção de uma Sociedade*. Lisboa: Vega.
- Lessa, Almerindo e Ruffié, Jacques (1957). *Seroantropologia das Ilhas de Cabo Verde: Mesa-Redonda Sobre o Homem Cabo-Verdiano*. Lisboa: JIU.
- Loff, Manuel (2008). *O Nosso Século é fascista! O Mundo Visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo de Letras.
- Madeira-Santos, Catarina (2018). “O império português face às instituições indígenas (Estado da Índia, Brasil e Angola, séculos XVI-XVIII)”, in Ângela Barreto Xavier, Federico Palomo, Roberta Stumpf (orgs.), *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (Sécs. XVI-XVIII). Dinâmicas Imperiais e Circulação de Modelos Administrativos*. Lisboa: ICS, 271-302.
- Maldonado-Torres, Nelson (2007). “On the Coloniality of Being. Contributions to the Development of a Concept”, *Cultural Studies*, 2-3, 240-270.
- Mbembe, Achile (2017). *Crítica da Razão Negra*. 2.^a ed. Lisboa: Antígona.
- Medina, João (2004). “Degredo e Colonização Portuguesa: Um Ciclo Vicioso do Colonialismo Português em África”, *Direito e Justiça. Revista da Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa*, Volume Especial, 15-34.
- Melo, Vasco Marinho de Almeida Homem de (1940). “O Degrêdo”, *Separata do Boletim dos Institutos de Criminologia*.
- Mignolo, Walter (2002). “The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference”, *The South Atlantic Quarterly*, 101:1, 57-96.
- Nouss, Alexis (2015). *La Condition de L’Exilé: Penser les Migrations Contemporaines*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de L’Homme.
- Pantoja, Selma (1999). “A diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898)”, *Análise Social*, 151-152, 555-572.
- Paulo, Heloísa (2019). *Migrações e Exílios no Mundo Contemporâneo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pélissier, René (2006). *As Campanhas Coloniais de Portugal 1844-1941*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Pieron, Geraldo (2000). “A Inquisição e os degredados para o Brasil-colônia”, *Varia História*, n.º 22, Jan., 42-55.

- Pimentel, Irene (2009). *A História da Pide*. 6.^a edição. Lisboa: Temas e Debates.
- Quijano, Anibal (2000). "Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America", *Nepantla: Views from South*, I, 533-580.
- Reis, Célia (1990). *A Revolta da Madeira e Açores (1931)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ribeiro, Maria da Conceição (1995). *A Polícia Política no Estado Novo 1926-1945*. Lisboa: Estampa.
- Romão, Miguel Lopes (2015). *Prisão e Ciência Penitenciária em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Santos, Beleza dos (1932). "O Degrêdo e a sua Execução em Angola", *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Ano XII (1930-1931). Coimbra: Coimbra Editora, 161-201.
- Toma, Maristela (2006). "A pena de degredo e a construção do império colonial português", *Métis: História & Cultura*, Vol. 5, n.º 10, jul./dez., 61-76.
- Torgal, Luís Reis (2009). *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*. 2.^a edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Vergès, Françoise (2005). "Le Nègre n'est pas. Pas plus que le Blanc", *Actuel Marx*, n.º 38, 45-63.
- Xavier, Ângela Barreto, Palomo, Federico, Stumpf, Roberta orgs. (2018). *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (Sécs. XVI-XVIII). Dinâmicas Imperiais e Circulação de Modelos Administrativos*. Lisboa: ICS, 17-47.

(Página deixada propositadamente em branco)

**A DESERÇÃO À GUERRA COLONIAL:
HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA⁽¹⁾**
**THE DESERTION TO THE COLONIAL WAR:
HISTORY, MEMORY, AND POLITICS**

MIGUEL CARDINA
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais
miguelcardina@ces.uc.pt
<https://orcid.org/0000-0001-5428-457X>

Texto recebido em / Text submitted on: 08/05/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 16/01/2020

Resumo:

O artigo analisa a deserção e os gestos de desobediência à guerra colonial feitos no âmbito das Forças Armadas Portuguesas entre 1961 e 1974. Pretende-se efetuar um mapeamento sobre a produção historiográfica, testemunhal e audiovisual feita até ao momento sobre o tema, mostrando de que forma ela foi modelando a memória da deserção e a sua integração mais vasta no quadro da memorialização

(1) Este artigo foi produzido no quadro dos projetos CROME – Crossed Memories, Politics of Silence. The Colonial-Liberation War in Postcolonial Times, financiado pelo European Research Council, no âmbito do programa-quadro comunitário de investigação e inovação Horizonte 2020 da União Europeia (StG-ERC-715593); ECHOES – Historicising Memories of the Colonial War, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (IF/00757/2013) e Os desertores: recusar a guerra, combater o colonialismo, financiado pela Foundation for Sustainability and Innovation e sediado no Centro de Estudos Sociais e no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

da guerra. Examina-se, de seguida, o discurso testemunhal produzido antes e depois do 25 de abril sobre o tema, pondo em evidência os seus contextos de produção, a sua função e as suas particularidades. Neste quadro, argumenta-se que a memória da deserção fornece um padrão mnemónico alternativo, com base na denúncia da violência e da injustiça da guerra.

Palavras-chave:

Deserção; memória; guerra colonial; Estado Novo; testemunho.

Abstract:

The article analyzes the desertion and more generally the disobedience to the colonial war made within Portuguese Armed Forces between 1961 and 1974. The aim here is to map the historiographical, testimonial and audiovisual production made on the theme, showing how it has shaped the memory of desertion and its wider integration within the framework of colonial war memorialization in this last forty years. We will finally examine the testimonial discourse produced before and after April 25 on the subject, highlighting their context of production, their function and their particularities. In this context, it is argued that the memory of desertion provides an alternative mnemonic pattern, based on the denunciation of violence and the injustice of war.

Keywords:

Desertion; memory; colonial war; Estado Novo; testimony.

A extensão, natureza e impacto do fenómeno da deserção no quadro da guerra colonial (1961-1974) permanece ainda pouco explorado. Um estudo que efetuei juntamente com Susana Martins aponta para a existência de cerca de 9.000 desertores (com lacunas pontuais em certos anos e setores militares), devendo a isso associar-se um número de refratários na ordem dos 10 a 20 mil jovens e de faltosos à inspeção que ronda os 200 mil jovens – ou seja, perto de 20% dos rapazes chamados à inspeção na então metrópole, de acordo com dados do próprio Exército (Cardina e Martins 2019; Resenha 1988: 258). Existindo ainda lacunas historiográficas, será já de evidenciar o número relativamente significativo de desertores e refratários – acima, por exemplo, do 1% que terá acontecido durante a guerra da Argélia (Quemeneur 2011) – que poderá ter várias explicações: a maior debilidade das estruturas militares e do Estado para vigiar a juventude mobilizada para a guerra;

a existência de canais e de redes familiares e comunitárias instaladas na emigração europeia; a crescente ilegitimidade de uma guerra prolongada e distante (Cardina 2018; Cardina e Martins 2019).

Ao mesmo tempo, importa salientar que a categoria de desertor foi sendo revestida de apropriações discursivas vinculadas a distintos usos jurídicos, políticos ou memorialísticos. A leitura legal em vigor durante a guerra distinguiu refratários (aqueles que faltavam à inspeção militar) de desertores (aqueles que abandonavam as Forças Armadas já na situação de militares). Todavia, não é incomum, nomeadamente no discurso memorial, a mescla entre as duas categorias jurídicas, lendo-as, de forma agregada, a partir da vontade política de recusar a guerra e das consequências pessoais que daí advieram. Por outro lado, sublinhe-se que estamos a falar de trajetos de desafetação sempre singulares e com diferenças de conjunto. Não é o mesmo desertar de Portugal ou de uma das três frentes de guerra. E, aqui, não é o mesmo ser um desertor vindo da metrópole ou um desertor negro, incorporado no quadro do crescente processo de «africanização» da guerra. Como não é obviamente irrelevante, no gesto tomado, o contexto, a patente, o quadro motivacional ou a disponibilidade financeira.

Neste artigo será examinada a deserção e os gestos de desobediência à guerra colonial feitos no âmbito das Forças Armadas Portuguesas entre 1961 e 1974. Pretende-se aqui, num primeiro momento, efetuar um mapeamento sobre a produção historiográfica, testemunhal e audiovisual produzida até ao momento sobre o tema no quadro mais vasto da memorialização da guerra. Examina-se, de seguida, o discurso testemunhal sobre o tema produzido antes e depois do 25 de abril, pondo em evidência os seus contextos de produção, a sua função e as suas particularidades. Argumenta-se, por fim, que a memória da deserção fornece um padrão mnemónico alternativo, com base na denúncia da violência e da injustiça da guerra.

Guerra à guerra: um estado da arte

A guerra colonial foi um denso e marcante acontecimento histórico, determinando o golpe que viria a derrubar a ditadura do Estado Novo. De forma aparentemente paradoxal, ela tem vindo a alimentar um pulsar memorial feito mais do interditos e silenciamentos do que de debates

evocativos que cruzem as dimensões testemunhais com a reflexão sobre a natureza do conflito, os seus impactos e os seus legados. Por diferentes razões, em Portugal a guerra foi sendo envolvida em «políticas do silêncio» que foram sendo alvo de específica modelação ao longo das últimas quatro décadas (Cardina 2019). Sobretudo a partir da década de 1990, um conjunto de ações estatais (como o reconhecimento do Stress Pós-Traumático e a criação de uma rede de apoio) e de memorializações públicas e de grupo (como a inauguração do «Monumento aos Combatentes do Ultramar» e o aumento dos convívios de ex-militares) veio paulatinamente trazer maior visibilidade ao tema, que se tem vindo a acentuar nos últimos anos na historiografia, nas artes, na produção testemunhal em suporte escrito ou digital ou na recente profusão – ainda pouco visível e analisada – de monumentos e memoriais um pouco por todo o país.

Todavia, essas evocações tenderam, de forma dominante, a centrar-se na figura do combatente – pendularmente representada ora como «herói» ora como «vítima» – e a rasurar as dimensões violentas do conflito e a sua integração no tempo longo colonial, como tem vindo a ser sublinhado (Power 2011; Peralta 2014; Martins 2015; Loff 2015; Antunes 2015; Cardina e Martins 2018). Mais recentemente – num período em que a série *A Guerra* (2007-2012), de Joaquim Furtado, concitara uma significativa audiência televisiva – assiste-se a uma diversificação de olhares sobre a guerra e de análise de outras figuras a ela associadas, para além dos combatentes provenientes da então metrópole. Sem pretensões de exaustividade, é o caso da reflexão em torno da pós-memória e dos filhos de ex-combatentes (Ribeiro e Ribeiro 2013; Vecchi 2013; Khan 2016), da africanização do conflito e dos soldados negros na tropa portuguesa (Rodrigues 2012; Gomes 2013; Oliveira 2017), do papel das mulheres e do impacto da guerra nas suas vidas (Ribeiro e Ribeiro 2004; Ribeiro 2007; Pessoa 2011; Branco 2015), dos deficientes das forças armadas (Martins 2016) ou dos filhos deixados pelos combatentes em África (Gomes 2018).

Neste quadro, a história e a memória dos processos de recusa à guerra tem suscitado igualmente alguma atenção académica e mediática. Referências ao tema da deserção surgiram mencionadas em livros e artigos relativos ao debate nas oposições sobre a sua justeza ou ilegitimidade (Bebiano 2002 e 2006; Madeira 2004; Cardoso 2009; Cardina 2010 e 2011; Pereira 2013; Pimentel 2014a; Pereira 2015; Strippoli 2016; Cordeiro 2017) ou com enfoque mais explícito nas dinâmicas migratórias, nas redes internacionais de apoio e na experiência de exílio (por ex.,

Pereira 2013 e 2014; Martins 2018). No terreno da memorialística, e para além das vivências trazidas a lume a partir das redes sociais, registe-se igualmente um conjunto de livros sobre o exílio que afloram a temática da desobediência e recusa da guerra (por ex., Costa 2005; Freire 2007; Sabino et al. 2009; Barreto et al. 2011; Baptista 2014; Raposo 2019).

No domínio dos testemunhos publicados, refiram-se ainda as memórias de líderes dos movimentos de libertação que, por terem sido desertores ou refratários, detalharam por escrito a sua passagem pelas Forças Armadas Portuguesas e as circunstâncias da fuga (por ex., Martins 2001; Carreira 2005; Veloso 2007; Graça 2012). De salientar são também as referências à «fuga dos 100» – ou seja, à saída do país, durante o Verão de 1961, de várias dezenas de jovens africanos colocados na eminência de irem combater os movimentos de libertação que apoiavam ou com os quais tinham já relações. Esse emblemático acontecimento tem sido referido em documentários sobre a época – como o angolano *Independência*, produzido por Paulo Lara e Jorge Cohen e realizado por Mário Bastos – e deu o mote a um documentário de Diana Andringa: *Operação Angola – Fugir para Lutar* (ATD 2015; Andringa 2015).

Na verdade, poucas haviam sido as memórias centradas, de modo explícito, na temática da deserção. Um caso relativamente singular é testemunho de Mário Moutinho de Pádua, médico e militante do PCP, que desertara do norte de Angola e que viria depois, a partir de Conacri, a colaborar ativamente com o PAIGC. Em 1963 saíra no Brasil o livro *Guerra em Angola. Diário de um Médico de Campanha* e, quase quarenta anos depois, Mário Pádua volta ao tema para escrever *No Percurso de Guerras Coloniais, 1961-1969* (Pádua 1963; 2011).

Outros dois livros merecem referência. O primeiro – *Desertor ou Patriota*, de David Costa (2004) – é o testemunho pessoal de um desertor que não o pretendeu ser. Antigo soldado na Guiné em 1967, o narrador conta a sua rocambolesca história, iniciada depois de se ter perdido no mato e fingir a sua deserção ao encontrar-se com a guerrilha do PAIGC. O gesto levaria a que fosse conduzido pela guerrilha até ao Senegal, acabando depois por escapar e conseguir regressar a Bissau na sequência de várias peripécias. Esperando poder esclarecer a sua situação, será preso, alvo de várias sevícias e julgado por deserção. Condenado a seis anos, três meses e um dia, acabará por cumprir dois anos de cadeia na Guiné, regressando a Portugal em 1971. Ainda hoje, como menciona, é considerado desertor, mas sabe-se «inocente dessa acusação» (Costa

2004: 157). Trata-se, pois, de uma história sofrida que, décadas depois, o antigo soldado pretende ainda esconjurar: entre o rótulo de “desertor” e o de “patriota” existe uma distância incomensurável e a evidência de um equívoco com o qual se encontra ainda existencialmente desavindo.

De diferente teor é *O Pé na Paisagem*, de Filipe Leandro Martins (1981). Tirando alguma produção poética, é dos raros romances sobre a experiência da deserção, da passagem a salto pela fronteira luso-espanhola e do exílio. Conta a história da deserção do narrador e de um colega, com amplas referências à vida quotidiana na tropa, ao discurso ideológico da época e às interrogações entre ir para a guerra ou desertar e encaminhar-se para o exílio. Apesar do registo em prosa ficcional, recolhe inspiração biográfica no percurso do autor. Falecido em 2014, Filipe Leandro Martins desertara de Santa Margarida em outubro de 1968, aproveitando as férias que antecederam o embarque, e viria a instalar-se na Bélgica onde, como militante do PCP, participa até 1974 na dinamização de estruturas destinadas ao acolhimento de desertores e refratários.

Apesar de já ter sido justamente mencionada como uma questão polémica (Pimentel 2014b) e um tópico marginal na memória pública portuguesa (Bebiano 2016), o certo é que, como atrás ficara sugerido, um novo interesse se tem operado nos últimos anos. A este respeito, exigem menção especial os dois volumes de testemunhos de desertores, refratários e anticolonialistas – *Exílios* (2016) e *Exílios 2* (2017) – organizados no quadro da *Associação de Exilados Políticos Portugueses* (AEP 61-74). Com efeito, a criação da AEP61-74, em novembro de 2015, acentua uma fase de maior visibilidade das memórias do exílio e da deserção, com a edição dos referidos livros, alimentando um conjunto variado de debates e apresentações em Portugal e no estrangeiro, bem como reportagens nos meios de comunicação social e a realização de encontros académicos e discussões públicas sobre o tema, de que é exemplo o colóquio *O (as) salto da memória: história, narrativas e silenciamentos da deserção e do exílio*⁽²⁾. A associação tem em curso um

(2) O evento decorreu em Lisboa, a 27 de outubro de 2016, numa organização conjunta do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, da Associação de Exilados Políticos Portugueses, do Centro em Rede de Investigação em Antropologia e do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Participaram Irene Pimentel, Sónia Vespeira de Almeida, Sónia Ferreira, Victor Pereira, Rui Bebiano, Miguel Cardina, Susana Martins, Fernando Cardoso e Cristina Santinho. Nessa ocasião, o Centro de Documentação 25 de Abril lançou

projeto multifacetado de memorialização do exílio e da recusa da guerra⁽³⁾ e tem participado em iniciativas e jornadas públicas mais gerais, como é o caso da sua integração como bloco autónomo nas manifestações do 25 de Abril, em Lisboa.

No campo audiovisual, o realizador luso-francês José Vieira realizara já, em 2005, duas curtas-metragens centradas no tema da deserção: *Canto do Desertor* e *Uma ida só*. Em 2012 foi a vez de Rui Simões lançar o documentário *Guerra ou Paz*. O realizador produz aqui um retrato do fenómeno da deserção – ele mesmo fora refratário – mas também uma inequívoca utilização estratégica da memória. Aos relatos dos antigos desertores e refratários sobrepõe a carta aberta da jornalista Myriam Zaluar a Pedro Passos Coelho, então Primeiro-Ministro português durante a intervenção da troika e a aplicação de medidas de austeridade, criticando duramente o que havia sido um convite aos jovens portugueses para “saírem da sua zona de conforto” e emigrarem. A saída forçada de jovens do país devido à guerra era aqui lida em paralelo com a emigração forçada de jovens para fazer face ao desemprego, transformando a deserção numa memória operativa para o combate político do presente.

Ainda no terreno audiovisual, em 2017, Luís Godinho realizou – com argumento de Luís Godinho e do artista plástico António Couvinha – um curto documentário de 15 mn. intitulado *O Salto*, centrado nas vivências de um conjunto de jovens crescidos em Évora e que, a partir do final da década de 1960, decidem escapar para França e para a Holanda como forma de evitar a ida para África. Assinala-se também, em 2018, a saída do documentário *O Trilho do Poço Velho*, no contexto de uma série de atividades que a AEP61-74 levava a cabo a propósito dos *Trilhos do Salto*, trabalhando a memória das passagens clandestinas na fronteira luso-espanhola.

Por seu turno, Ana Aranha realizou recentemente, para a Antena 1, o programa *Memórias do Exílio*, com depoimentos de estudantes, artistas,

uma exposição virtual sobre o tema. Num outro sentido, refira-se também a tertúlia «Um livro, uma revista, uma canção contra a Guerra Colonial». Sobre esta última atividade, cf. Melo 2015.

(3) Trata-se do projeto *Ecos – Arquivar o Exílio, Contrariar o Silêncio. Memórias, Objectos e Narrativas de Tempos Incertos*, numa parceria com o Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Association Mémoire Vive / Memória Viva, Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) – tutela URMIS, Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Copenhaga e Casa da Esquina – Associação Cultural.

militantes e desertores, e posteriormente publicado em livro (Aranha e Ademar 2018). Em 2017, Ricardo Correia escreveu e encenou a peça de teatro documental *O meu país é o que o mar não quer*, publicada entretanto em livro, colocando em palco experiências de exílio e deserção (Correia 2019). Por fim, importa ainda referir a atividade da associação *Mémoire Vive* – que procura realçar memórias alternativas e subalternas da presença portuguesa em França – e que dinamizou em Paris, em abril e maio de 2019, uma exposição e um conjunto de debates dedicado à recusa da guerra colonial.

Denunciar a guerra e o colonialismo

Esta recente profusão de trabalhos e de atividades não significa que o tema da deserção tenha deixado de ser o que Enzo Traverso designa como uma «memória fraca» (2012: 71-87), ainda observada, em múltiplas circunstâncias, como um gesto inadequado, e a sua recordação como uma espécie de desonroso desafio à memória da guerra e dos seus combatentes. A este aspeto se regressará adiante. Por agora importa anotar como, na verdade, a evocação do tema fora contemporânea da própria guerra, procurando interferir na discussão sobre a legitimidade do combate colonial levado a cabo em África, funcionando igualmente como um elemento de socialização política e de dissenso ideológico no seio das oposições.

O PCP desenvolveu, logo em 1961, um discurso denunciador da guerra, com o *Avante!* a incitar os soldados a recusar o embarque e a enjaitarem o papel de força opressiva do povo angolano. Em 1965 e 1966 eram comuns os apelos às deserções coletivas, a par de um discurso que colocava o acento tónico no impacto da guerra enquanto sorvedouro de vidas e recursos nacionais. Mas só em julho de 1967 uma resolução do Comité Central clarificava a posição oficial do partido: os militantes comunistas «não devem desertar, senão quando tenham de acompanhar uma deserção colectiva ou corram iminente perigo de ser presos em resultado da sua acção revolucionária»⁽⁴⁾.

(4) «Abaixo a Guerra Colonial!», *Avante!*, n.º 300, maio de 1961; «Crescem as Deserções e Protestos contra a Guerra Colonial», *Avante!*, n.º 362, dezembro de 1965; «Contra as Guerras

Em Portugal, durante a década de 1960, a contestação ao conflito mantinha-se circunscrita a alguns círculos de reflexão e ativismo. Este ativismo anticolonial começou a fazer caminho especialmente entre a juventude estudantil mais politizada, fosse pela sua maior permeabilidade à influência de estruturas como a Casa dos Estudantes do Império, fosse porque sobre ela pairava indelevelmente o fantasma da mobilização. Expressão disso foi a manifestação contra a guerra do Vietnam em frente à Embaixada dos EUA em Lisboa, ocorrida em fevereiro de 1968, organizada maioritariamente por setores da emergente extrema esquerda, ainda que a guerra colonial só tardiamente tenha entrado no catálogo explícito de reivindicações.

O reconhecimento do direito de todos os povos à autodeterminação e à independência, a denúncia da guerra e a afirmação da estreita ligação entre a luta antifascista e anticolonialista tinham sido bandeiras da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), que reunia diferentes correntes de oposição e que se instalaria em 1963 na recém-independente Argélia (Martins, 2018). Desde 1963 que chegavam à capital argelina, desertores das Forças Armadas portuguesas, ou que eram entregues pelos movimentos de libertação à FPLN. Significativo foi também o ativismo dos chamados “católicos progressistas” na difusão de informação alternativa – em publicações como *Direito à Informação*, *Cadernos GEDOC* ou *Boletim Anti-Colonial* – no auxílio na passagem da fronteira luso-espanhola e em momentos como a organização das vigílias pela paz na igreja de S. Domingos, em 1969, e na capela do Rato, em 1973.

O tema da deserção viria também a constituir-se como um divisor de águas no terreno das oposições, opondo sobretudo o PCP – que advogava que os seus militantes, a não ser que corressem risco claro, deveriam ir para África e aí politizarem os seus camaradas de armas – e uma emergente galáxia de grupos situados à sua esquerda. Tal circunstância tinha expressão, não apenas na propaganda das organizações, mas num conjunto de produtos culturais feitos à época. O *Teatro Operário* – um coletivo de emigrantes com proximidade a *O Comunista* e depois à OCMLP e que procurava em França transmitir mensagens políticas fortes através do teatro – levou à cena a peça *O Soldado*, apresentada pela primeira vez em 1972. Nela se retratava a vida de um soldado que,

Coloniais as Deserções Continuarão», *Avante!*, n.º 370, setembro de 1966; «Resolução sobre Deserções», *Avante!*, n.º 382, setembro de 1967.

depois de ter sido capturado em Angola pelos movimentos de libertação, fora encaminhado para França, onde obtivera ajuda dos Comitês de Desertores e encontrara um seu antigo colega de recruta que desertara «com armas» – a consigna do grupo – vindo os dois a concluir que a guerra era iníqua e que importava combatê-la diretamente (Costa 1980).

Referências à deserção apareceram também em letras de cantores de intervenção. Nas suas atuações no exílio europeu, José Mário Branco cantara o conhecido tema *O Desertor*, de Boris Vian⁽⁵⁾. Anteriormente, em 1964, Luís Cília gravara *O Canto do Desertor*, surgida primeiro no álbum *Portugal-Angola: Chants de Lutte* (1964) e depois no LP *Meu país* (1973). Também Tino Flores – cantor na altura radicado em França com ligações a *O Comunista* e posteriormente à OCMLP – gravará temas com apelos explícitos a recusar a guerra, como é o caso do tema *Deserção*, de 1972⁽⁶⁾. Num outro sentido, o próprio *Cancioneiro do Niassa* – temas conhecidos com letras adaptadas e críticas, que dessa forma circularam entre os soldados portugueses em combate – continha o *Fado do Desertor*, no qual se relatava o estranhamento com a guerra, o autoritarismo militar e a fuga do quartel para constituir família com uma mulher negra⁽⁷⁾, aludindo-se deste modo, em registo romantizado, a um dos tópicos recorrentes da relação colonial (veja-se, por exemplo, Young 1995; Gomes 2018).

Como acima se indica, a deserção era igualmente usada como arma de denúncia política da guerra. Isso é evidente observando

(5) A informação e a versão em português de José Mário Branco encontra-se em: <http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/mariobranco-monsieurLePresident.html>

(6) «Fui à caixa do correio / e fiquei atrapalhado / havia um papel da tropa / a dizer que fui chamado / a cumprir o meu dever / para com a pátria amada / são frases que já trouxeram / muita gente enganada (...) / claro que eu não alinho / nas combinas do patrão / pensei logo em desertar / mas no fim da instrução» (Tino Flores, *Deserção*, 1972).

(7) João Maria Pinto gravou em 1999 essas «canções proibidas», com Carlos do Carmo a interpretar o *Fado do Desertor*. «Estava eu na minha terra / Disseram-me vais para a guerra / Toma lá uma espingarda / E um bilhete p'ro navio / E uma medalha num fio / E uma velha, velha farda / Após dias de caminho / Estava já muito magrinho / Esfomeado como um rato / Olhei bem só vi palmeiras / Macacos e bananeiras / Entendi, estava no mato / O furriel e o sargento / Chamavam-me fedorento / Porque me queria lavar / E o alferes e o capitão / Diziam que era calão / Se me viam descansar / Estava tão farto da guerra / E ao lembrar a minha terra / Fui um dia passear / Numa palhota sozinha / Estava uma preta girinha / Que ao ver-me pôs-se a chorar / E fiquei com tanta pena / Dessa mocinha morena Bis / Que fugimos para o mato / Somos um casal feliz / E já temos um petiz / Que por sinal é mulato».

os depoimentos de desertores produzidos após a saída das fileiras militares. A análise que se segue toma como base um conjunto de 14 depoimentos, oriundos da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), estabelecida em Argel, e transcrições de escutas feitas pela PIDE/DGS⁽⁸⁾. São testemunhos escritos por militares de baixa e média patente e com origens sociais muito diversas. Um deles assume um estilo literário: trata-se de Manuel Alegre, o único que não fora desertor, mas um anticolonialista preso em Angola enquanto desenvolvia atividades conspirativas e enviado para Portugal, de onde se escaparia para a Argélia. Outros dois testemunhos – o do médico Mário Pádua e o do major aviador José Ervedosa – são na verdade excertos de testemunhos maiores. Os restantes são depoimentos difundidos, quer por órgãos ou rádios da oposição, como a *Rádio Voz da Liberdade* (ligada à FPLN) ou *Rádio Portugal Livre* (ligada ao PCP), ou dos movimentos de libertação, como a *Rádio Libertação* (do PAIGC). Nove deles são de desertores que estavam a combater na Guiné e cinco em Angola. São declarações feitas com algum tempo de distância relativamente à fuga do campo de batalha. Tomando-os como um todo, a leitura dos testemunhos permite identificar neles cinco funções primordiais.

Em primeiro lugar, servem para auxiliar a luta antifascista e anticolonial. Num quadro de forte condicionamento da informação, a difusão destes depoimentos fazia parte do esforço de tornar visível a guerra. Daí que o PAIGC tenha organizado várias conferências de imprensa nas quais os desertores testemunhavam a sua experiência. Efetivamente, em junho de 1966, a própria Comissão de Descolonização da ONU deslocou-se a Argel para ouvir os seus depoimentos. A experiência dos desertores constituía assim uma peça importante na desmoralização das tropas portuguesas, mas também na luta internacional pela hegemonia discursiva relativamente às razões e à justeza da guerra.

Em segundo lugar, estes testemunhos permitiam divulgar as razões da deserção. No essencial, o gesto era justificado pela tomada de consciência da legitimidade da luta armada dos movimentos de libertação. A isso se

(8) Trata-se, mais detalhadamente, das publicações «Depoimento de militares portugueses contra a guerra colonial», FPLN, s.d. e «III Encontro de Estudantes Portugueses no Estrangeiro. Depoimento de Desertores», FPLN, 1968, ambas consultadas no Centro de Documentação 25 de abril, em Coimbra. A documentação oriunda dos Arquivos da PIDE/DGS foi gentilmente disponibilizada por Fernando Cardeira.

soma o entendimento da guerra, não como um desígnio nacional, mas como um esforço humano fundado no interesse das classes dominantes, em linha com o discurso das organizações que acolhiam estes desertores. Este elemento surge através da menção a experiências-limite incitadoras da vontade de desertar. É o caso de José Fernando Amorim que, após a morte de seis camaradas, faz notar que «o meu ódio começou, ao ver que não era justo derramar-se tanto sangue numa guerra injusta»; ou de José Ervedosa, major aviador que participara num ataque com napalm, e que esclarece:

Num dia de fevereiro de 1962 a carne doeu-me finalmente. São dois corpos a arder, dois corpos inocentes para além de toda a dúvida: uma mulher e uma criança. Quem traz o avião de volta é o co-piloto. Uma vez aterrado, vou para casa e ali passo, fechado, uma semana (Depoimento s.d.: 7 e 16).

Em terceiro lugar, os depoimentos operam uma reconfiguração das fraturas através das quais se estabelece o discurso dominante sobre a guerra. Pegando em alguns pares dicotómicos, isso torna-se evidente. Procuram mostrar a deserção, não como um gesto de cobardia, mas como um gesto de coragem («Desertei. Não por cobardia, porque cobardes são aqueles que vendem Portugal aos estrangeiros para sustentar uma guerra que não é justa», diz José Rosa Martins). Procuram mostrar a deserção, não como um gesto antipatriótico, mas como um gesto patriótico («Irmãos soldados do Exército colonialista português (...) Lutem por Portugal, lutem contra o fascismo português», José Fernando Amorim). Nessa linha, caracterizam ainda o outro lado do combate, não como inimigo, mas como amigo. «Receberam-me como um irmão», diz Fernando Machado de Sousa; «O PAIGC tratou-me como um irmão», afirma António Augusto da Silva Ramos. Por seu turno, Manuel Fernando Almeida Matos anota:

Os militantes do PAIGC receberam-me sempre como um amigo. Dormiram no chão para que eu pudesse dormir numa cama. Deram-me a comer o que tinham de melhor. Vestiram-me, deram-me cigarros e tudo o mais que eu tinha necessidade.

Se, como refere Núñez Seixas, a análise da dimensão subjetiva dos conflitos implica ter em conta categorias como a de «cultura de guerra»

– ou seja, o «conjunto de representações acerca do próprio grupo e do outro contra o qual se combate» (2016: 17) – o que aqui temos é a produção de uma retórica que confronta essa “cultura” através de uma politização e redefinição do par amigo – inimigo. É nessa linha que – em quarto lugar – estes testemunhos buscam romper com a lógica de lealdade que sedimenta o corpo militar como um todo. Em nenhum deles há um discurso genérico contra os militares, mas sim o desenho de uma clivagem entre os oficiais de topo, determinados ora pela malvadez, ora pela cobardia e, no seu reverso, a tropa a quem competia enfrentar no terreno a guerra, vistos no geral como «infelizes» que lutam num contexto política e ambientalmente adverso.

Por fim, e porventura o traço mais relevante, estes testemunhos servem para denunciar a violência da guerra e do colonialismo. Neste particular, surgem diferenças entre os testemunhos de militares vindos da Guiné e de Angola, que não é alheia ao tipo de colonização e à distinta presença branca nos dois territórios. Quatro dos cinco militares que estiveram em Angola (Mário Pádua, Alberto Pinto, Manuel Alegre e José Ervedosa) testemunharam a fase inicial do conflito, marcada por episódios de forte violência e pela persistência do racismo no quotidiano. José Ervedosa conta um episódio:

Quatro dias depois de chegar. Estou à paisana e sento-me num café da baixa [de Luanda], a beber uma cerveja. E, dado momento, oiço uma gritaria enorme na rua, do meio da qual se destaca a palavra «terrorista». Pessoas correm, vindas de toda a parte. Tudo brancos. «Vão dar cabo daquele tipo», penso e ergo-me de súbito, chocado pela desproporção numérica. Corro para o homem que uma confusão de braços agarra e quero intervir. Momentos depois, sentado numa cadeira do café, acordo do desmaio: tinham-me batido na cabeça. «O preto?», «Você teve muita sorte», dizem-me, «iam-lhe fazer o mesmo a si». «O quê?», «Deram cabo dele; fizeram-no em postas».

Essa violência tem expressão nas próprias fileiras militares, em casos como este:

«O capitão Mendonça não deixa à polícia o trabalho exclusivo dos interrogatórios. (...) Põe na cintura um cordão de orelhas humanas ainda frescas e destacou um soldado para lhe manter essa cintura sempre em estado de ser usada» (José Ervedosa).

Manuel Fernando de Almeida Matos, que desertou da Guiné, aponta «revelações» em conferência de imprensa em Argel, dada por Amílcar Cabral, na qual tomaram parte cinco desertores portugueses. O desertor relata que a 6 de julho de 1968 fez parte de uma operação na zona de Bula. O oficial e o sargento inspiram os soldados a matarem os homens. Como eles não o faziam, eles próprios iniciaram a matança, obrigando depois os soldados a continuá-la. As mulheres e as crianças foram colocadas em casas às quais se pegou fogo. As raparigas foram violadas e depois mortas. Matos conta também a história de uma tortura a um militante do PAIGC – deixado amarrado a uma árvore durante cinco dias – que consistira em cortar-lhe, regularmente, uma parte do corpo: uma orelha, depois outra, depois um dedo, acabando por ser metralhado.

Boa parte dos testemunhos contém passagens que acentuam o gesto de sair das fileiras militares como um modo de «preservar a humanidade», tal como já fora evidenciado num estudo sobre a deserção no âmbito da II Guerra Mundial (Glass 2013: xvii). Ao mesmo tempo, estes testemunhos visavam também objetivos políticos claros: denunciar a guerra, mostrar que a deserção era possível, explicitar a sua justeza, desmoralizar as tropas e associar a guerra ao fascismo e não ao povo português. A difusão dos testemunhos destes desertores servia como arma de combate político por parte das oposições e dos movimentos de libertação e como forma de publicitar a violência experienciada da guerra e do colonialismo. Nessa medida, eles se configuram como uma subterrânea contra-narrativa relativamente àquela que era a informação disponível e a imagem da guerra, não só durante a ditadura, mas também aquela que irá ter expressão dominante ao longo das últimas quatro décadas.

Uma memória subalterna

Algumas razões ajudarão a explicar a dificuldade com que, ainda hoje, se aborda o tema da recusa da guerra. Em primeiro lugar, a presença de militares 25 de Abril levou a que se consolidasse uma visão assente na distinção entre uma ditadura que levava a cabo uma guerra pela manutenção das colónias e os militares que a conduziam no terreno de combate. A rutura com a ditadura restaurou a imagem da instituição militar, levando a que a sua associação ao fascismo e à guerra fosse curto-circuitada. Deste modo, e apesar do papel dos militares no derrube da

ditadura e na criação de condições para o fim da guerra, os anos seguintes não viram surgir condições efetivas para abordar duas dimensões críticas do acontecimento: a violência da guerra e os seus modos de expressão, ainda hoje conhecida de forma parcelar, e enquadrada mais nas lógicas de ação-reação militar e menos no veio fundo da dominação colonial; e o lugar da desobediência à estrutura militar como gesto que importa questionar enquanto, simultaneamente, causa e efeito da quebra de legitimidade social da guerra.

Por outro lado, ainda é determinante a permanência da ideia de «dever patriótico» que cumpriria aos jovens homens honrar, mesmo que em circunstâncias de risco físico e psicológico extremo. Razões culturais associadas ao patriotismo, à honra, ao orgulho e à masculinidade agiam então nesse sentido, e mantêm alguma vigência ainda hoje, no momento de analisar os gestos de dissídio à guerra. Em terceiro lugar, e apesar de ser um tema de debate aceso no seio das oposições, a deserção não viria a ser reivindicada por nenhum grande partido de esquerda no pós-25 de Abril nem se constituíram estruturas associativas que, direta ou indiretamente, reivindicassem essa memória. Isso ajuda a explicar também o facto de a identidade de desertor ser pouco mobilizada; na verdade, só muito recentemente têm aparecido referências ao orgulho pelo trajeto de deserção. Por fim, a própria carência de produção historiográfica até aos tempos recentes acabou também por contribuir para esta invisibilidade.

A partir de 2008, o tema da deserção viria a surgir mais regularmente no espaço público. Num primeiro momento, num conjunto de artigos de opinião no jornal *Público* e na blogosfera. Posteriormente, em 2011, aquando da ação judicial movida por Manuel Alegre, durante a sua candidatura presidencial, por ter sido «acusado» de ser desertor⁽⁹⁾. E finalmente, a partir de 2012, a propósito do filme *Guerra e Paz*, de Rui Simões. Em todos estes casos sobressai a presença da velha discussão, no seio das oposições, em torno do gesto mais consequente: desenvolver trabalho político no seio das tropas ou recusar combater uma guerra entendida como injusta. Interessante de notar é a presença novamente nestes testemunhos dos dois outros grandes binómios: o

(9) Caso que foi posteriormente encerrado com o Tribunal Constitucional a confirmar a condenação do militar Brandão Ferreira pelas declarações que fez, obrigando-o a pagar 25 mil euros de indemnização.

primeiro, o binómio patriotismo / antipatriotismo; o segundo, o binómio coragem / covardia. Quer aí, quer nos testemunhos acima evocados, quer em entrevistas feitas recentemente⁽¹⁰⁾, deteta-se um processo de ressignificação do polo do binómio entendido como positivo: desertar é um gesto visto como *patriótico* e *corajoso* por quem recusou a guerra.

Exemplo disso é um texto de José Queirós, antigo militante da área maoista, que defende a deserção como uma escolha ética e repudia «algum silêncio que nestas quatro décadas se abateu sobre a importância histórica da deserção maciça nos últimos anos da guerra». Para o autor, a deserção seria uma «demonstração de coerência e de coragem de quem se opunha, no plano individual, a uma guerra indefensável». Seria, portanto, um ato nos antípodas da covardia, na medida em que implicava correr riscos pessoais, cortar com projetos de vida e horizontes de expectativas, obrigava ao afastamento da família e da comunidade e obrigava a encetar um exílio sem retorno marcado⁽¹¹⁾.

Como referido acima, já em 2008, historiadores e antigos militantes políticos discutiram o tema da deserção. Num artigo dado à estampa no jornal *Público*, José Pacheco Pereira, também ele antigo militante maoista, evoca a opção de desertar como «uma certeza» que se imporia caso fosse confrontado com a necessidade de ir para a guerra. Acrescenta então que este caminho não resultaria do «medo da guerra, porque de um modo geral havia mais coragem em recusá-la do que em fazê-la». Esta caracterização mereceu o reparo de Vítor Dias, antigo dirigente do PCP, questionando a eventual superioridade moral do ato de desertar em detrimento da opção de combater a guerra no solo onde ela se processava. A observação levou Pacheco Pereira a explicar posteriormente que não pretendia «fazer qualquer medição de coragem»⁽¹²⁾. Para o articulista,

(10) Por exemplo no quadro no projeto de história oral Os Desertores: recusar a guerra, combater o colonialismo, levado a cabo pelo Centro de Documentação 25 de Abril e pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

(11) José Queirós, «A deserção como escolha ética», <http://jugar.blogs.sapo.pt/a-desercao-como-escolha-etica-por-jose-3732803>, publicado a 10 de Abril de 2014, consultado a 08 de Maio de 2019. O post fora antecedido por um outro no mesmo blogue, de análise historiográfica, da autoria de Irene Pimentel.

(12) «O que eu queria dizer é que, no momento da decisão, de ir ou não, a última escolha implicava de imediato mais consequências, a começar pelo facto de se estar a cometer um acto ilegal que interrompia de imediato a possibilidade de se continuar uma vida normal. A decisão de ir era mais passiva.» José Pacheco Pereira, «Patriotismos», *Abrupto*, <http://abrupto.blogspot.pt/2008/04/patriotismos-faces-do-batalho-114-em.html>,

quem combatera e quem recusara a guerra estariam animados por um mesmo sentimento: «cada um patriota a seu modo».

A natureza ética e os impactos políticos da deserção tendem a ser vistos de forma integrada pelos desertores que têm registado o seu testemunho. É o caso de Fernando Cardeira, antigo aluno da Academia Militar, participante numa deserção coletiva já documentada (Varela 2008; Cardeira 2016; Cardina 2018) e que, em 1970, terá como destino final a Suécia:

Desertar, deixar tudo, a família, os amigos, era uma decisão difícil, muito difícil. Nem sei bem se as pessoas hoje, as pessoas mais novas, têm a noção disso. Vivemos num mundo completamente diferente. Eu em quatro anos falei duas ou três vezes com a minha mãe, que vivia numa aldeia onde só havia um telefone. (...) Uma coisa era ir passar oito dias a Paris (...) Mas partir, para voltar quando? Sem qualquer expectativa de regresso... (...) Era tudo. Era perder o contacto, era interromper uma carreira. Era uma decisão difícil de tomar. (...) No fundo, o que é que eu fiz? Foi recusar a guerra, mas recusá-la antes dos outros pelo menos quatro anos antes... [referindo-se aos militares do MFA]⁽¹³⁾.

Fernando Cardeira será um dos animadores da AEP 61-74, que editou os atrás referidos volumes com testemunhos de exilados e desertores. A associação nasceu de um conjunto de pessoas que partilharam sobretudo militância anterior num grupo de extrema-esquerda – *O Comunista* e *O Grito do Povo*, posteriormente fundidos em 1973 na OCMLP – que defendia a «deserção com armas no final da recruta» e onde, portanto, a questão da deserção veio por isso a assumir particular relevância. Em *Exílios*, praticamente todos os 14 homens e 5 mulheres que aí escrevem foram da OCMLP. No segundo volume, há já abertura a outros trajetos militantes, mas essencialmente no campo da extrema-esquerda.

Dos 47 testemunhos recolhidos nos dois livros, nenhum é de um desertor que tenha saído a partir do cenário de guerra. Vários são anticolonialistas e refratários e alguns são desertores que saem ainda em Portugal, antes do embarque para o cenário da guerra, e se dirigem para a Europa. O modelo narrativo dominante consiste aqui em contar

publicado a 21 de Abril de 2008, consultado a 20 de Maio de 2015. Entraram também no debate Rui Bebiano, Joana Lopes e Fernando Penim Redondo.

(13) Fernando Cardeira, Entrevista ao autor, Lisboa, 24/07/2015.

as vicissitudes da passagem de fronteira, as decisões e indecisões que os levam a tomar o gesto de saída e a vida política no exílio. O tom destes dois livros acentua a agência – é recorrente o uso de expressões como «tomei a decisão de partir». Há orgulho neste passado de exílio, um orgulho que resulta de contar a história pela primeira vez, mas também do seu papel histórico. «Todos fizemos história no 25 de Abril de 1974», afirma Carlos Neves, um dos autores (Aavv 2017, 69).

Um outro depoimento, de Jorge Valadas, é particularmente interessante pelo modo como baralha os binómios referidos: coragem/cobardia e patriotismo/antipatriotismo.

Recusar a guerra não era traição a nada nem a ninguém, era uma rejeição do regime colonial. Também a palavra «cobardia» tem muito que se lhe diga. A «coragem» mais não é que o medo sentido por quem é colocado em situações que não escolheu. Como o meu amigo sabe e provavelmente viveu, muitos dos que aceitavam partir para a guerra partiam com o medo de uma situação que lhes era imposta e era a submissão a esse medo a que os chefes davam o nome de coragem. Em suma, é uma palavra do inimigo que não deve ser utilizada. Os que recusavam esse medo tinham de assumir uma situação de afastamento, de exílio, com as dificuldades materiais, culturais e espirituais a ela inerentes e que comportavam outros medos, ou outras coragens se preferem...» (Aavv 2017).

A análise destes dois *clusters* testemunhais permite evidenciar como o testemunho é determinado pela experiência concreta da guerra (desertar do campo de batalha ou sair para o exílio a partir de Portugal são experiências diferentes), mas também pelos contextos de produção e pelos usos políticos que esses testemunhos servem. Em todos eles surge a busca de um quadro justificativo da experiência de desafetação à guerra que é marcada por uma disputa acerca da natureza moral do gesto – corajoso ou cobarde, patriótico ou antipatriótico – produzindo uma deslocação dos marcadores simbólicos que, como acentuam Grinchenko e Narvselius no seu estudo sobre as «fórmulas de traição», redefinem as fronteiras entre um «nós» e o campo do «inimigo» e reconfiguram os sentidos de pertença coletiva (2018: 14-15).

Desafiando persistentes interditos, registre-se ainda como os testemunhos dos desertores que saem de África assumem um precoce carácter de denúncia da violência colonial. Não obstante a sua diferença

– testemunhos de desertores saídos do cenário de guerra ou saídos de Portugal, antes do embarque –, estas narrativas contribuem para desafiar uma memória dominante sobre a guerra e sobre a experiência colonial que tende a erodir a dimensão da violência. Com efeito, em Portugal, a difícil assunção de uma guerra politicamente derrotada e o fecho traumático do ciclo imperial tenderam a produzir uma memória sobre o conflito na qual, ainda que acentuando frequentemente a dimensão «trágica» ou «inútil» do acontecimento, sobressai uma leitura da participação na guerra como um gesto de dever e da figura do ex-combatente como alguém que fora vítima, ora dos «ventos da História», ora de uma guerra que fora obrigado a combater. Neste quadro, a memória da deserção acaba por fornecer um padrão mnemónico alternativo, com base na denúncia da violência e injustiça da guerra e reivindicando formas distintas de considerar a articulação entre posicionamentos políticos e valores morais.

Bibliografia

- Aavv (2016). *Exílios. Testemunhos de Exilados e Desertores Portugueses na Europa (1961-1974)*. Carcavelos: Associação de Exilados Políticos Portugueses.
- « - » (2017). *Exílios 2. Testemunhos de Exilados e Desertores Portugueses (1961-1974)*. Carcavelos: Associação de Exilados Políticos Portugueses.
- Antunes, Maria José Lobo (2015). *Regressos quase perfeitos. Memórias da guerra em Angola*. Lisboa: Tinta-da-China.
- ATD – Associação Tchiweka de Documentação (2015). *1961. Memória de um ano decisivo*. Luanda: ATD.
- Aranha, Ana e Ademar, Carlos (2018). *Memórias do Exílio*. Lisboa: Parsifal.
- Baptista, Pedro (2014). *Da Foz Velha a'O Grito do Povo. A oposição maoísta à ditadura. Memórias (1948-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Barreto, António; Benavente, Ana; Figueiredo, Eurico; Ferreira, J. M. e Alexandre, Valentim (2011). *Pátria utópica: o Grupo de Genebra revisitado*. Lisboa: Bizâncio.
- Bebiano, Rui (2002). “A esquerda e a oposição à guerra colonial”, in Rui de Azevedo Teixeira (ed.), *A Guerra do Ultramar. Realidade e Ficção*. Livro de Actas do II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial. Lisboa: Editorial Notícias.

- « – » (2006). “Contestação do Regime e Tentação da Luta Armada sob o Marcelismo”, *Revista Portuguesa de História*, 37, 65-104.
- « – » (2016). “Experiência e memória da deserção e do exílio (como um prefácio)”, in Aavv, *Testemunhos de Exilados e Desertores Portugueses na Europa (1961-1974)*. Carcavelos: Associação de Exilados Políticos Portugueses.
- Branco, Sofia (2015). *As mulheres e a guerra colonial: mães, filhas, mulheres e namoradas: a retaguarda dos homens na frente de batalha*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Campos, Ângela (2017). *An Oral History of the Portuguese Colonial War*. Basingstoke; New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Cardeira, Fernando (2016). “A importância política da deserção”, in Aavv, *Exílios*. Carcavelos: Associação de Exilados Políticos Portugueses, 104-115.
- Cardina, Miguel (2010). “Guerra à guerra. Violência e anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88, 207-231.
- « – » (2011). *Margem de Certa Maneira. O Maoismo em Portugal: 1964-1974*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Cardina, Miguel e Martins, Bruno Sena, eds., (2018). *As Voltas do Passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Cardina, Miguel (2018). “Deserção de Antigos Alunos Oficiais da Academia Militar”, in Miguel Cardina e Bruno Sena Martins (org.), *As Voltas do Passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*. Lisboa: Tinta-da-China, 189-195.
- « – » (2019). “Políticas do Silêncio, Resistências da Memória: As Guerras Coloniais em tempos Pós-coloniais”, in Aavv, *O Desejo de Viver em Comum*, vol. 2. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa e Tinta-da-china, 119-132.
- Cardina, Miguel e Martins, Susana (2019). “Evading the war: deserters and draft evaders from the Portuguese army during the colonial war”. *E-journal of Portuguese History*, 17(2).
- Cardoso, António Monteiro (2009). “Desertar ou ficar. Os comunistas e a incorporação no exército colonial”, (Comunicação apresentada ao II Colóquio *Os Comunistas em Portugal 1921-2009*), Lisboa, 25 e 26 de Setembro.
- Cordeiro, José Manuel Lopes (2017). “A polémica sobre a deserção durante a guerra colonial”, in Ana Sofia Ferreira, João Madeira e Pau

- Casanelas (coord.), *Violência Política no Século XX. Um balanço*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 209-222.
- Carreira, Iko (2005). *Memórias*. Luanda: Editorial Nzila.
- Correia, Ricardo (2019). *O meu país é o que o mar não quer e outras peças*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Costa, David (2004). *Desertor ou Patriota*. Gaia: Ausência.
- Costa, Hélder (1980). *Teatro Operário: 18 de Janeiro de 1934 / O Soldado*. Coimbra: Centelha.
- « – » (2005). *O Saudoso Tempo do Fascismo*. S.l.: Parvoíces.
- Depoimento de militares portugueses contra a guerra colonial (s.d.)*, FPLN.
- Freire, João (2007). *Pessoa comum no seu tempo. Memórias de um médio-burguês de Lisboa na segunda metade do século XX*. Porto: Edições Afrontamento.
- Glass, Charles (2013). *The Deserters. A hidden history of World War II*. USA: Penguin Books.
- Gomes, Carlos de Matos (2013). “A africanização na guerra colonial e as suas sequelas. Tropas locais – os vilões nos ventos da História”, in Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins, *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais. Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 123-141.
- Gomes, Catarina (2018). *Furriel não é nome de pai*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Graça, Carlos (2012). *Memórias Políticas de um Nacionalista Sui Generis*. São Tomé: UNEAS.
- Grinchenko, Gelinada e Narvselius, Eleonora, org. (2018). *Traitors, Collaborators and Deserters in Contemporary European Politics of Memory. Formulas of Betrayal*. Switzerland: Palgrave MacMillan.
- Khan, Sheila (2016). “A pós-memória como coragem cívica. Palavra de ordem: resistir, resistir, resistir”, *Comunicação e Sociedade*, 29, 353-364.
- Loff, Manuel (2015). “Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”, in Manuel Loff; Filipe Piedade e Luciana Soutelo (eds.), *Ditaduras e Revolução: Democracia e Políticas da Memória*. Coimbra: Almedina, 23-144.
- Madeira, João (2004). “As Oposições de Esquerda e a Extrema-Esquerda”, in Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira (eds.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 91-135.
- Martins, Filipe Leandro (1981). *O Pé na Paisagem*. Lisboa: Caminho.

- Martins, Hélder (2001). *Porquê SAKRANI? – Memórias dum médico duma guerrilha esquecida*. Maputo: Editorial Terceiro Milénio.
- Martins, Bruno Sena (2015). “Violência colonial e testemunho: para uma memória pós-abissal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 105-126.
- « – » (2016). “Corpos-memórias da Guerra Colonial: os Deficientes das Forças Armadas e o ‘restolhar de asas no telhado’”, in António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro (eds.), *Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Martins, Susana (2018). *Exilados portugueses em Argel. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado*. Porto: Edições Afrontamento.
- Melo, Daniel (2015). “Circulação, apropriação e actualidade das ideias contra a Guerra Colonial. Notas críticas de problematização”, *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 34, 249-290.
- Oliveira, Pedro Aires (2017). “Saved by the Civil War: African ‘Loyalists’ in the Portuguese Armed Forces and Angola’s Transition to Independence”, *The International History Review*, 39, 1, 126-142.
- Pádua, Mário Moutinho de (1963). *Guerra em Angola. Diário de um médico em Campanha*. São Paulo: Brasiliense.
- « – » (2011). *No Percurso de Guerras Coloniais, 1961-1969*. Lisboa: Edições Avante!
- Peralta, Elsa (2014). “O Monumento aos Combatentes do Ultramar: A Performance do Império no espaço sagrado da nação”, in Paula Godinho (ed.), *Antropologia e Performance*. Castro Verde: 100Luz, 213-236.
- Pereira, José Pacheco (2013). *As Armas de Papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates.
- Pereira, Victor (2013). “La Cimade et les Portugais en France de 1957 à 1974: une aide sous le signe des guerres coloniales”, in Marianne Amar, Marie-Claude Blanc-Chaléard, Françoise Dreyfus-Armand, Dzonivar Kevonian (eds.), *La Cimade et l'accueil des réfugiés. Identités, répertoires d'actions et politique de l'asile, 1939-1994*. Nanterre: Presses Universitaires de Paris-Ouest, 141-155.
- « – » (2014). “Les réseaux de l'émigration clandestine portugaise vers la France entre 1957 et 1974”, *Journal of Modern European History*, 12, 1, 107-125.
- « – » (2015). “La société portugaise face aux guerres coloniales (1961-1974)”, *Cahiers d'histoire immédiate*, 48, 35-58.
- Pessoa, Marta (2011). *Quem vai à guerra*. Documentário.

- Pimentel, Irene Flunser (2014a). *História da Oposição à Ditadura. 1926-1974*. Porto: Figueirinhas.
- «-» (2014b). “Desertar ou ir à guerra? Há mais de 40 anos, muitos jovens portugueses confrontaram-se com esta difícil alternativa”. Disponível em: <http://irenepimentel.blogspot.com/2014/04/desertar-ou-ir-guerra-ha-mais-de-40.html> [consult. 5 de janeiro de 2018].
- Power, Marcus (2011). “Geo-politics and the representation of Portugal’s African colonial wars: examining the limits of ‘Vietnam syndrome’”. *Political Geography*, 20, 461-491.
- Quemeneur, Tramor (2011). “Refuser l’autorité? Étude des désobéissances de soldats français pendant la guerre d’Algérie (1954-1962)”, *Outre-mers*, 98, 57-66.
- Raposo, Eduardo M. (2019), *Cláudio Torres. Uma vida com história*. Porto: Edições Afrontamento.
- Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974), vol. I. Enquadramento geral* (1998). Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Ribeiro, António Sousa e Ribeiro, Margarida Calafate (2004). *As mulheres e a guerra colonial*. Número especial da Revista Crítica de Ciências Sociais, 68 [com artigos de Margarida Calafate Ribeiro, Manuela Cruzeiro, Helena Neves, Maria Manuel Lisboa, Roberto Vecchi, Ana de Medeiros, Laura Cavalcante Padilha]
- Ribeiro, Margarida Calafate (2007). *África no feminino: as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, Margarida Calafate e Ribeiro, António Sousa (2013). “Os Netos que Salazar não teve: Guerra Colonial e memória de segunda geração”, *Abril: Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, 5, 11, 25-36.
- Rodrigues, Fátima da Cruz (2012). *Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas. A Guerra Colonial como Território de (Re) conciliação*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra / Centro de Estudos Sociais. Tese de doutoramento.
- Sabino, Amadeu Lopes; Sousa, Jorge de Oliveira e; Morais, José e Paiva, Manuel (2009). *À Espera de Godinho. Quando o futuro existia*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Seixas, Xosé M. Núñez (2016). *Camarada Invierno. Experiencia y memoria de la Division Azul (1941-1945)*. Barcelona: Editorial Planeta.
- Strippoli, Giulia (2016). “Colonial War, Anti-colonialism and desertions during the Estado Novo. Portugal and abroad”, in Martí Marín

- Corbera; Xavier Domènech Sampere; Ricard Martínez i Muntada (eds.), *III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches to conflict*. Barcelona: CEFID-UAB, 430-444.
- Traverso, Enzo (2012). *O Passado, Modos de Usar*. Lisboa: Edições UNIPOP.
- Vecchi, Roberto (2013). "Legados das memórias da Guerra Colonial: algumas reflexões conceituais sobre a transmissão intergeracional do trauma", *Abril: Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, 5, 11, 15-23.
- Varela, Raquel (2008). "Oficiais Milicianos Optam pela Deserção", in António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar. 1970. Marcha Fúnebre*, 68-69.
- Veloso, Jacinto (2007). *Memórias em voo rasante*. Papa-Letras.
- Young, Robert (1995). *Colonial Desire. Hybridity in Theory, Culture, and Race*. Oxon: Routledge.

**DIMENSÕES POLÍTICAS E LINGUÍSTICAS DO EXÍLIO EM
ESCRITORES CENTRO-EUROPEUS DO SÉCULO XX**
POLITICAL AND LINGUISTIC DIMENSIONS OF EXILE IN
CENTRAL EUROPEAN WRITERS OF THE 20TH CENTURY

EDUARDO MOURA OLIVEIRA
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
eduardomoura@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3778-7199>

Texto recebido em / Text submitted on: 01/07/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 27/01/2020

Resumo:

Este trabalho explora as formas de vivenciar subjetivamente o exílio nas suas dimensões políticas e linguísticas. Por definição, o distanciamento espacial sofrido pelo exilado produz o súbito rompimento dos laços afetivos com a terra natal, além de uma forçada imersão numa cultura que não a sua. Partindo do pressuposto que considera os conflitos entre a vivência subjetiva e a cultura, cabe explorar os sentidos do exílio como categoria sociológica que expõe a condição do indivíduo através dos dramas do distanciamento e da inadequação. Em seguida, o trabalho percorre aspectos da tensão entre o desejo de retorno ao lugar de origem e o caráter irreversível do tempo a partir de escritores centro-europeus do século XX. Finalmente, verifico o rendimento teórico do percurso conceitual demarcado, observando possibilidades de diálogos com diferentes campos das ciências sociais.

Palavras-chave:

Exílio; cultura; identidade; sentimentos.

Abstract:

This work explores ways of subjectively experiencing exile in its political and linguistic dimensions. By definition, the spatial distancing suffered by the exile produces the sudden breakdown of affective ties with the homeland, in addition to a forced immersion in a culture other than his own. Starting from the assumption that it considers the conflicts between the subjective experience and the culture, it is necessary to explore senses of the exile as a sociological category that exposes the condition of the individual through the dramas of detachment and the inadequacy. Then the work goes through aspects of the tension between the desire to return to the place of origin and the irreversible character of time from Central European writers of the 20th century. Finally, I verify the theoretical yield of the demarcated conceptual course, observing possibilities of dialogues with different fields of social sciences.

Keywords:

Exile; culture; identity; feelings.

O exílio nas sociedades modernas: entre o estranhamento e o não pertencimento

Exílio contém a noção de inadequação entre aquele que se deslocou da terra ou cultura com a qual estabeleceu laços em direção ao outro desconhecido, incluindo aí as noções de outro clima, outras práticas, outra comunidade linguística e outro sistema político. «Fratura entre o eu e o verdadeiro lar»⁽¹⁾, de acordo com Edward Said (2003: 46), compreende o penoso processo de integração da pessoa deslocada numa cultura que não a sua. Como se a imersão no estrangeiro provocasse o apagamento dos vínculos com a terra de origem, o exilado é comumente identificado como aquele que vive a precária condição da solidão no meio de uma população. A sensação de não pertencimento constitui-se pela ausência do lugar de origem, acrescida do desamparo sentido por aquele que se lança no desconhecido. No século XX, o exílio foi intimamente associado com a ideia de nação, instância capaz de deixar indelévels marcas no processo de construção das identidades.

(1) A completa definição de Edward Said posiciona o exílio como «uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada» (Said 2003: 46).

Nas suas reflexões sobre o exílio, Said posiciona a condição do desterro no contexto político e cultural do século XX. «A verdadeira cultura moderna é em larga medida, obra de exilados, emigrantes, refugiados» (2003: 47). Ainda que existam estudos sobre o exílio em contextos anteriores⁽²⁾, fica clara uma diferença de escala em relação às guerras, aos imperialismos e às ambições totalitárias. A partir do século XX, especificamente a partir de 1914, inicia-se a era dos refugiados, dos deslocados e da imigração em massa (Said 2003: 47). Ao mesmo tempo, a associação entre o exílio e os nacionalismos é inevitável e paradoxal, segundo Said. Os nacionalismos, ao definirem um povo vinculado a uma herança cultural e pertencente a um território, poderiam ser compreendidos como uma forma de rechaçar o exílio e de combater os seus efeitos. Essa oposição entre nacionalismo e exílio, segundo Said, é a mesma que constitui um ao outro. Pois essa retórica do pertencimento vinculada a um *ethos* coletivo, uma vez consolidada, assume as suas posições no plano de verdades irrestritas, o que resulta em exclusões de tudo aquilo com o qual o sujeito não se identifica. Diz: «logo adiante da fronteira entre “nós” e os “outros” está o perigoso território do não-pertencer, (...) onde, na era moderna, imensos agregados de humanidade permanecem como refugiados e pessoas deslocadas» (Said 2003: 50). Ressalta, assim, a atmosfera de instabilidade e de irreversibilidade no cerne da experiência do exilado: «o *páthos* do exílio está na perda de contato com a solidez e a satisfação da terra: voltar para o lar está fora de questão» (Idem: 52). Tomando a ideia de Edward Said, segundo a qual o exílio é um fenómeno, antes de tudo, posicionado historicamente no século XX e situado politicamente no contexto dos nacionalismos, importa questionar a relação entre a exacerbação dos sentimentos nacionais e as consequentes políticas de exceção que institucionalizaram o não pertencimento na Europa.

Hannah Arendt vai problematizar a condição de pessoas destituídas de um estatuto legal que as ampare, em *Origens do Totalitarismo* (2012). Após a primeira guerra ocorre a migração de compactos grupos humanos que não eram bem recebidos em parte alguma, dado o contexto de destruição, crise e escassez da Europa pós-primeira guerra. O desafio europeu de reorganizar institucionalmente o continente deu-se pela criação de estados

(2) Said cita o estudo de E. H. Carr, sobre os intelectuais russos do século XIX (Said 2003: 47).

nacionais, um arranjo que resultou em grandes contingentes populacionais que, uma vez deslocados da sua origem pela guerra, permaneceram sem lar. No período entreguerras, temos um quadro político profundamente marcado pela figura do apátrida. «Ficou visível o sofrimento de um número cada vez maior de pessoas às quais, subitamente, já não se aplicavam as regras do mundo», diz a autora (Arendt 2012: 300-301). Arendt escreve:

Como resultado da liquidação dos dois Estados multinacionais europeus antes da guerra – Rússia e Áustria-Hungria – surgiram dois grupos de vítimas (apátridas e minorias). Ambos estavam em pior situação que as classes médias desapossadas ou desempregados (...): eles haviam perdido aqueles direitos que até então eram tidos e até definidos como inalienáveis, ou seja, os direitos do homem. Os apátridas e minorias não dispunham de governos que os representassem e os protegessem e assim eram forçados a viver sob leis de exceção (...) (Arendt 2012: 301-302).

Para a autora, o tratamento especial dado às minorias desvinculadas de uma nação formaliza a diferença; não obstante, cria meios para a discriminação⁽³⁾. Os tratados de minorias procuravam preservar direitos diante dos grupos maioritários. A justificação das políticas de exceção baseia-se na lógica de reconhecer a diferença para produzir a igualdade. Porém, o resultado naquele momento desdobra-se em práticas discriminatórias.

Com o surgimento das minorias na Europa oriental e com a incursão dos povos sem Estado na Europa central e ocidental, um elemento de desintegração completamente novo foi introduzido na Europa do entreguerras. A desnacionalização tornou-se uma poderosa arma política totalitária e a incapacidade constitucional dos estados-nação europeus de proteger os direitos humanos dos que haviam perdido os seus direitos nacionais permitiu aos governos opressores impor a sua própria escala de valores até mesmo sobre os países oponentes. Assim, aqueles a quem a perseguição havia chamado de indesejáveis tornavam-se de facto os indesejáveis da Europa (Arendt 2012: 302).

O tratado das minorias era a garantia institucional da existência de milhões de pessoas que, uma vez fora da cerca da proteção legal, necessitavam de uma garantia adicional dos direitos fundamentais, ainda

(3) Nesse ponto, Hannah Arendt vai criticar o posicionamento da comunidade judaica, que defendia as leis de exceção.

que produzidos de fora. Com a concessão do direito à autodeterminação nacional, a relação entre esses povos tornou-se próxima do colonialismo. Como resultado, um processo de desnacionalizações foi o passo fundamental para a destituição de direitos desses sujeitos, condenando-os ao que ela chama de «nudez abstrata». A tese, cuja versão mais atualizada pode ser encontrada nas linhas de Giorgio Agamben (2010), pode assim ser sintetizada: os que não possuem uma nacionalidade tornam-se desamparados por um Estado-nação que lhes possa garantir direitos fundamentais. Tal arranjo resultou num crescimento vertiginoso no número de exilados na Europa. O debate teórico a respeito do exílio concentrou-se no aspecto histórico, particularmente a questão dos nacionalismos como forma de fundamentação da dimensão política que envolve os processos de desterro. No entanto, os nacionalismos não correspondem ao único aspecto referente ao exílio, uma experiência que envolve as vivências subjetivas e questões linguísticas.

O arquétipo do estranhamento na literatura do século XX

O que nos define como humanos é a aguda consciência da passagem do tempo, inclusive do caráter passageiro da vida. Constituímo-nos como seres essencialmente temporais, seja nas atividades individuais, seja na relação com os outros. Do ponto de vista de uma antropologia filosófica que relaciona o indivíduo e o tempo, a consideração de Ana-Teresa Tymieniecka ajuda a compreender a dinâmica de transformação inerente ao humano. A vida consiste no processo infinito de destruição e reconstrução das realizações humanas, pela ação da natureza ou pela própria iniciativa. Para Tymieniecka, «cada nova cultura prospera no cemitério de uma anterior cujos sonhos de conquista e glória foram extintos»⁽⁴⁾ (2007: 8, tradução minha). Segundo a autora, a permanência da cultura ocorre através de vestígios na memória e da sua interpretação pela cultura sucessora. Por sua vez, é a consciência dessa mutabilidade a instância que define a própria consciência da existência, na medida em que enreda as funções da vida externa às circunstâncias externas.

(4) Tradução minha. No original: «each new culture thrives on the cemetery of a previous one whose dreams of achievement and glory are extinguished» (Tymieniecka 2007: viii).

Refere-se ao modo como o indivíduo age ou sente, e sua relação com as condições políticas e culturais.

Na história da humanidade, essa consciência promoveu a hipostatização do inevitável “vir a ser e passar”, como coloca Aristóteles, em um poder ontológico que governa tudo, que ataca com raios, quebra o mastro e desloca os ventos que moldam os destinos humanos: tempo. A vida em si, no entanto, veio para dissipar esta visão secular (Tymieniecka 2007: viii).

Susan Rublin Suleiman, professora de literatura comparada em Harvard, possui nacionalidade húngara e, quando criança emigrou com os seus pais para os Estados Unidos, no ano de 1939. No compêndio *The exile and return of writers from east-central Europe*, de 2009, amplia a compreensão do problema ao falar do «exílio interno»: uma condição que deriva da sensação de estranhamento mesmo dentro do ambiente familiar ou de origem (Suleiman 2009: 368). Menciona nomes das letras modernistas como Baudelaire e Camus como exemplo de prosas que partem da figura de um indivíduo cuja subjetividade estranha o tempo-espaço no qual está imerso. Essa categoria resulta em tipos de subjetividade que vivenciam positivamente ou negativamente tal sensação de estranhamento. Suleiman aponta, ainda, aquelas situações dramáticas nas quais o indivíduo vivencia de forma neutra ou indiferente a experiência de desterro. A discussão parte das reflexões de Lukács a respeito do romance como a narrativa que provoca uma cisão entre certa noção de totalidade e determinada experiência subjetiva do mundo⁽⁵⁾.

De acordo com Suleiman (2009), ao sentir negativamente o estranhamento, o exilado interno considera a sua vida como um fardo existencial (*existential burden*); quando se apresenta positivamente aos sentidos, o exílio interno assume a forma de escolha libertadora (*liberating choice*). Menciona dois exemplos: Tonio Kröger, de Thomas Mann, deseja ser como as pessoas loiras de olhos azuis, tão aparentemente sem problemas. Consciente da sua condição de incontornável estranho, o seu exílio interno torna-se penoso de suportar. Por outro lado, Meursault,

(5) «A forma do romance, como nenhuma outra, é a expressão do desabrigo transcendental» (Lukács 2009: 37-38). Lukács identifica em *Don Quixote*, de Cervantes, a marca pioneira desse novo tipo de problemática, do herói demoníaco que se torna louco ao ver-se impedido de transitar pelos caminhos de uma pátria transcendental e «a mais autêntica e heroica evidência subjetiva não corresponde à realidade» (idem: 107).

de Camus, vivencia a neutralidade ao não questionar a sua condição de estranho; no entanto, ao final da história, ele acolhe positivamente seu estranhamento (Suleiman 2009: 368-369).

Da inadequação à fratura entre o indivíduo e seu tempo

Para o poeta russo Joseph Brodsky, Nobel de literatura em 1987, o lugar comum do século XX foi o desenraizamento e a inadequação (Brodsky 2016: 17). Condenado a trabalhos forçados na Sibéria nos anos 1970, sob a acusação de parasitismo social, Brodsky identifica como traço comum entre os exilados o súbito afastamento do sujeito para longe das decisões políticas e a consequente anulação da participação nas decisões de interesse público. Um deslocamento do centro à margem, tal como as penas impostas aos perturbadores da ordem, em Atenas e Roma.

Na era moderna, segundo Brodsky, se existe um gênero que poderia definir a condição do exilado, esse seria a tragicomédia. Pois o exilado moderno desfruta dos ganhos da democracia muito mais intensamente que aqueles nascidos em ambiente democrático; por outro lado, a sensação imediata é a da nulidade. O poeta aponta as barreiras culturais e linguísticas que se impõem no ambiente para o qual o exilado se destina; no caso dos escritores, o drama é acentuado pela incapacidade de desempenhar algum papel significativo naquela sociedade (Brodsky 2016: 19). Brodsky considera que a insignificância é algo inaceitável para um escritor, daí a sua agonia em face do desejo não realizado de reconhecimento em ambientes que primam pelo exercício da liberdade. O tragicômico caracteriza-se pelo convívio de dois sentimentos opostos, a apreciação das liberdades individuais e a condição de estar entre a multidão na condição de anônimo. John Neubauer vai na mesma direção em *The exile and return of writers from East-Central Europe*, ao marcar a peculiaridade do drama que afeta o escritor exilado.

Empresários, médicos, advogados, engenheiros e a maioria das pessoas acadêmicas podem continuar a exercer as suas profissões no exílio, pois elas dependem menos da linguagem. Pintores e músicos também podem dar-se bem com um domínio rudimentar da língua anfitriã. Escritores, no entanto, não são engenheiros (“da alma”, como Stalin pensava), mas artistas verbais que muitas vezes têm que tomar

decisões traumáticas e existenciais no exílio, em relação ao seu *métier*. Se continuarem a escrever na sua língua materna, os seus leitores ficarão geralmente restritos ao exílio e à comunidade de migrantes da sua língua, pois os seus trabalhos não podem alcançar nem os leitores nativos que deixaram nem os leitores do país de acolhimento (Neubauer 2009: 12, tradução minha).

Neubauer observa uma característica comum no levante de intelectuais que deixaram a Europa Central: «Aqueles que foram literalmente forçados a fugir da sua terra natal sofreram mais com a dor e a nostalgia do que os emigrados e expatriados que partiram normalmente por sua própria vontade» (Neubauer 2009: 16, tradução minha).

Segundo Brodsky, o escritor exilado é levado a pensar no futuro em termos de retorno triunfal. O regresso ao ponto de origem, que guarda o sentido de reparação da expatriação forçada ou inevitável e estabelece um sentido de reconciliação do homem com o seu lugar. «A explicação reside no mecanismo retrospectivo, que é acionado involuntariamente ao menor sinal de estranhamento no ambiente» (Brodsky 2016: 28). O passado é o lugar do vivido, chão sobre o qual o indivíduo apoiou os seus pés e se manteve vivo. Mesmo quando o passado se faz sombrio e inseguro, traz, ainda assim, a dimensão do familiar.

Para Brodsky, a recuperação desse lugar familiar não consiste especificamente em recorrer ao passado, mas em adiar a chegada do porvir pela fixação do presente. O que está em jogo nessa relação entre o humano e o fluxo de transformações é a tentativa de retardar a passagem do tempo, fixar o «belo instante» e postergar o subsequente, como Fausto. O personagem, nas linhas de Goethe, não deseja o retorno ao momento em que foi jovem, mas teme que o amanhã desconhecido altere o estado das coisas que ele contempla e aprecia. O tempo pressiona Fausto, lança-o no desconhecido. Em Goethe, o tempo assume o poder implacável de fazer deixar de ser o que se é. Aqui se define o corte entre ao menos dois anseios da condição do exilado: voltar o tempo e parar o tempo.

Nota-se, portanto, um sentido de temporalidade bifurcado. No plano das vivências do passado no presente, existem duas formas de relação do sujeito com o tempo. O primeiro traduz-se no movimento nostálgico que consiste no desejo irrealizável de reviver ou retornar ao passado. O segundo é reconhecido pela recusa da mudança trazida pelos novos tempos, o futuro. O primeiro tem como objeto a ser atacado a realidade de

um presente, que impulsiona o indivíduo a reviver o passado; o segundo tem como ponto crítico as incertezas do futuro capaz de modificar as conquistas, afetos e estados de relativo equilíbrio. Ambos se reportam aos seus objetos em termos de inadequação, a mudança que traz (no presente), ou trará (no futuro), algum grau de insegurança em função da sua natureza pouco conhecida.

Esse desejo de retorno ao passado ou de paralisação do presente remonta à questão da contraposição entre o indivíduo e o fluxo dos acontecimentos, uma característica da experiência do exílio. Desatado do seu tempo e do seu espaço, essa compreensão ampliada do exílio torna-se a marca do século XX. No âmbito dessas formas de lidar com o tempo, subjaz um fator: a intensificação da dinâmica de transformações políticas e culturais própria da modernidade, que movimenta ininterruptamente o sujeito em direção a um desconhecido eventualmente ameaçador, as discontinuidades da modernidade, nas palavras de Giddens (1991: 14).

Nessa chave, seja pelo esforço de voltar, seja pelo desejo de parar o tempo, o que o exílio contém em si é a própria recusa ao movimento que distancia o lar, as identidades, as referências, as sensibilidades. Não por acaso, o período referente ao século XX foi sintetizado pelo historiador Eric Hobsbawm (2013) em termos de extremidades. Sugere um movimento abrupto e intenso de deslocamento entre pontos distantes entre si. Se pensarmos tais movimentos políticos e culturais em escala de vidas, o saldo resulta em vidas exiladas. A «era dos extremos» de Hobsbawm corresponde à transformação não assimilada, vivenciada em termos de negação ao que o mundo tinha se tornado. «Para os que cresceram antes de 1914, o contraste foi tão impressionante que muitos se recusaram a ver qualquer continuidade com o passado» (Hobsbawm 2013: 30). Essa sensação foi particularmente mais intensa nos países da Europa Central, onde absolutamente todos os povos daquela região tiveram seus modos de vida varridos pelas decisões políticas a curto prazo.

Fluxo temporal cuja intensidade é capaz de expatriar o indivíduo do que era e do que o constituía, como na leitura de Benjamin sobre o *Angelus Novus* de Klee: «ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos» (1996: 226). Segundo Benjamin, a tempestade do tempo tem a força de prender as asas do anjo e atirá-lo no futuro. A impotência do anjo voltado para o passado em contraste com a «tempestade do progresso»: essa é a imagem da expatiação, o movimento temporal que se apresenta como uma sentença, ao lançar o anjo no futuro desconhecido.

O indivíduo lançado ao “progresso”, que resiste à uniformização provocada por mecanismos sociais e tecnológicos, auto preserva a sua personalidade na medida em que desvaloriza o mundo objetivo ao seu redor. Essa desvalorização arrasta a própria personalidade para uma sensação de isolamento, de distância em relação ao outro⁽⁶⁾. Tende a tornar-se calculista, insensível, tal como adiantou o ensaio de 1903 de Georg Simmel (1967), quando problematizou a vida mental nas grandes cidades.

A acomodação da vida mental em sociedades complexas depende de certa recusa em reagir aos múltiplos e intensos estímulos produzidos pela metrópole. Reserva e indiferença são as palavras de ordem nas grandes cidades, o predomínio do cálculo e a preservação do distanciamento⁽⁷⁾. Considero aqui apropriado à finalidade que se destina pensar o deslocamento do indivíduo e sua conseqüente sensação de solidão como marca da condição do exílio. Autopreservação de si na metrópole enquanto exílio imposto a si pelo indivíduo que investe no próprio intelecto em detrimento das suas emoções. Exílio enquanto produto do distanciamento, a indiferença das grandes cidades, mesmo no meio de uma aglomeração de pessoas. Como a contradição descrita por Friedrich Engels, já em 1845, ao observar Londres:

Esses milhares de indivíduos, de todos os lugares e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão todos eles seres humanos com as mesmas qualidades e capacidades e com o mesmo desejo de serem felizes? E não deverão todos eles, enfim, procurar a felicidade pelos mesmos caminhos e com os mesmos meios? Entretanto, essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada uma só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes

(6) Vemos que a autopreservação de certos tipos de personalidades é obtida à custa de desvalorizar todo o mundo objetivo, acabando inevitavelmente por arrastar a personalidade para um sentimento de indiferença (Simmel, Georg. (1992) “The Metropolis and mental life”, in Simmel, Georg. *On Individuality and social forms*, 330, tradução minha).

(7) “A reserva, a indiferença e as condições intelectuais da vida em grandes unidades sociais nunca são mais acentuadamente apreciadas no seu significado para a independência do indivíduo do que nas densas multidões da metrópole, porque a proximidade corporal e a falta de espaço tornam a distância intelectual realmente perceptível pela primeira vez. É obviamente a face dessa liberdade que, sob certas circunstâncias, nunca se sente tão solitária e tão deserta como nessa multidão de pessoas (Simmel, Georg. (1992) “The Metropolis and mental life”, in Simmel, Georg. *On Individuality and social forms*, 334, tradução minha).

da multidão que caminham em direções opostas não impeçam seu movimento mútuo — e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar. (...) Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda a parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão impudente e claro como na confusão da grande cidade (Engels 2010: 68).

Fenómeno comumente associado a situações extremas como a de perseguição a povos ou regimes totalitários, o exílio pode ser compreendido de forma mais abrangente, como a desorientação provocada pela rutura com os laços de identidade espacial e temporal, capazes de fazer aflorar no indivíduo o desejo de retorno ao que foi. A experiência de um passado associado ao familiar, memória golpeada pela fratura do exílio, expressa-se através de um movimento nostálgico de revitalização. Aponta para um descompasso entre o tempo que avança e, no entanto, deixa marcas permanentes no presente. A compreensão do modo pelo qual as pessoas revitalizam o seu passado permite situar o conjunto de significados atribuídos à noção de nostalgia. Segundo Fred Davis (1979: 107), as reações nostálgicas traduzem um esforço de continuidade da identidade no mundo em constantes transformações, ponto cuja articulação considera o tempo como instância ameaçadora das identidades. A nostalgia seria uma espécie de resistência subjetiva diante de um cenário marcado pelo fluxo de um tempo, que, ao movimentar-se, traz descontinuidades, medos e incertezas.

Confluências entre o exílio existencial e o exílio linguístico

O escritor romeno Elie Wiesel, sobrevivente dos campos de concentração em Auchwitz e Buchenwald, é autor de dezenas de livros sobre a experiência do exílio. No romance *O tempo dos desenraizados*, conta a história de Gamliel Friedman, um *ghost-writer* residente na Nova Iorque dos anos 1990 que lida com as suas memórias de infância no meio do holocausto. Na trama, a solidão do protagonista é atenuada somente pelo encontro com os amigos de origem comum e pelo «livro secreto».

Em comum, o compartilhamento de experiências, seja nas conversas com os amigos, seja através do testemunho expresso na forma literária.

Na obra de Wiesel é possível observar que a preservação dos elos com as referências passadas funciona como o esforço de sobrevivência de uma identidade comum em vias de se perder. A ficção, combinada com elementos da experiência pessoal do autor quando exilado, chama a atenção para a importância de testemunhar a condição do desenraizado, em memória daqueles que não sobreviveram. O personagem Gamliel precisa suportar a permanente sensação de culpa pelo suicídio da mulher e o facto das suas filhas nutrirem um ódio pelo pai ao ponto de repelir qualquer tentativa de contato. «Quando se lembra delas num lampejo, seu coração aperta, aperta até doer. Onde estarão?» (Wiesel 2004: 20).

Da lembrança que reacende a dor pessoal, Gamliel pensa no sangue derramado em nome de pátrias que se diziam civilizadas, na escravidão do homem em nome da promessa da liberdade prometida com o advento das máquinas. «A celebração da memória corre o risco de levar exatamente ao contrário. De tanto falar, acabamos por nada mais dizer», conclui (Idem: 21). Em *O tempo dos desenraizados*, o retorno ao passado tem o sentido trágico da amargura em relação ao que foi a vida de Gamliel, uma trajetória de perda daquilo que mais prezava – a mulher, as filhas e o lugar de origem. No entanto, ainda que distante dos seus amores e vínculos com a terra, o exilado mobiliza a sua memória, através da qual o personagem atualiza o passado no presente. Na relação entre a experiência do exílio e a necessidade de resgatar o que foi a própria vida, ainda que seja esta a pior das vivências, reside a ideia de trazer à tona um passado potencializado pela possibilidade de ressignificação, de reelaboração emotiva, a cura através da narrativa, defendida por Walter Benjamin (2000: 269)⁽⁸⁾.

Wiesel potencializa a condição do exílio como o lugar do desconforto. O seu personagem, Gamliel, tem endereço fixo, uma identidade, uma profissão, hábitos regulares, conhecimentos e até

(8) No fragmento *Conto e cura*, Benjamin cria a imagem da mãe que conta uma história para o filho doente, sentada ao lado da cama, e questiona se ali não existe «o clima propício e a condição favorável de muitas curas». Em relação aos sofrimentos da alma e a narração, completa: «se imaginarmos que a dor é uma barragem que se opõe à corrente da narrativa, então vemos claramente que ela é rompida onde sua inclinação se torna acentuada o bastante para largar tudo o que encontra em seu caminho ao mar do ditoso esquecimento» (Benjamin 2000: 268).

mesmo caprichos habituais; no entanto, guarda um refugiado dentro de si, o veio de um raciocínio pronto a perturbar as ideias acabadas. Para Wiesel, não existe a situação de ex-exilado. «Escapa de um exílio para entrar em outro, sem conseguir sentir-se em casa em lugar algum, sem jamais se esquecer de onde vem, sem deixar de viver no provisório» (2004: 18-19).

Na poética do escritor, o exílio aparece como constituinte histórico dos negócios humanos: «Adão e Eva, os primeiros desenraizados, expulsos do primeiro lar (...) na Grécia Antiga, os chamados *apolis*, considerados perigosos, mantidos à parte» (Wiesel 2004: 21). Nesse sentido, considero aqui a argumentação apontada por Brodsky e Wiesel, que tomam o exílio como inadequação entre a pessoa desterrada e o seu lugar ocupado no presente. Essa relação conflituosa recai num esforço de recuperação do tempo familiar, do tempo como referência acolhedora e mantenedora dos elos emocionais com as pessoas e o espaço perdidos. Importa destacar que a experiência de exílio de Wiesel é fundamentalmente distinta do exílio vivido por Brodsky, em função de especificidades contextuais e das próprias vivências. Enquanto a trajetória de Wiesel pertence ao contexto do regime nazista, Brodsky enfrentou o totalitarismo soviético. No entanto, para além das particularidades, é possível identificar aspectos capazes de aproximar tais experiências da sensação de inadequação em relação ao presente.

Tal como Wiesel, Brodsky indica o caráter irreversível da perda das raízes. Em relação à sua necessidade de narrar, compara a condição do exilado como aquele ser lançado ao espaço dentro de uma cápsula sem previsão de retorno. Essa cápsula é a metáfora da sua própria língua, encapsulada, recolhida à dimensão individual. Sobre a língua, dirá: «de espada, ela se transforma em escudo, em sua cápsula» (Brodsky 2016: 35). O invólucro que isola é o mesmo que acolhe – a cápsula da língua. Pois uma língua, para estar viva, precisa daquela força de propulsão centrífuga, isto é, a capacidade de se alastrar pelo território e abarcar o maior número de pessoas ao seu redor. Enquanto cápsula, ou escudo, fica confinada à unidade falante, ameaçada pela vida que habita. Trata-se aqui do que Brodsky denomina exílio como fato linguístico, característico dos escritores (idem: 34).

Exílio como experiência de morte

O escritor húngaro Imre Kertész (2002) reconhece um aspecto marcante nas ditaduras do século XX, no que se refere à relação da língua com o exílio. Lembra-se de ter confrontado o que chamou de «mentira generalizada»: a língua total, aquela que fornece a orientação fundamental às sociedades modernas. «Atua na mente do indivíduo e o expulsa de dentro de sua vida interior», momento em que a pessoa se habitua ao papel imposto a ela, restando-lhe nada mais que a luta pela sobrevivência (Kertész 2002: 197). Trata-se da língua do campo de conhecimento, que continua funcionando indiferente ao que está a acontecer com os excluídos, estranhos na paisagem das formas linguísticas estabelecidas.

A crítica de Kertész está direcionada ao convívio entre a barbárie e a «indiferença voluntariosa da sociedade» (2002: 200). Refere-se à indescritível vivência das atrocidades em Auschwitz e à impossibilidade de continuar a viver, depois de ter sobrevivido aos campos. Isso porque os sobreviventes não poderiam mais formular as suas experiências na língua anterior a Auschwitz, esses homens de «individualidade aniquilada», do mesmo modo que «não poderiam prosseguir a vida, como recomendava a sociedade» (2002: 200). Menciona sobreviventes, como Paul Célán, Primo Levi e Jean Améry, permanentemente acometidos pela ferida do holocausto e que acabaram por cometer suicídio depois daquela marca.

Diz respeito ao problema da impossibilidade linguística de narrar o que foi. Na visão do escritor húngaro, toda língua corresponde a um povo, um «Eu dominante» capaz de representar o mundo através de registros linguísticos. Todo o falante encontra abrigo numa grande coletividade, como se as palavras tivessem o poder de embalar, acalantar. Dito isso, cabe questionar qual seria o «Eu dominante», a língua correspondente ao sujeito acometido pela violência atroz dos campos de concentração. Em que língua essa experiência deveria ser abrigada? – pergunta que sugere a ideia de uma linguagem própria daquela vivência⁽⁹⁾. Se sim, «essa língua

(9) Para Kertész, a experiência dos campos de concentração é irreversível, no que se refere ao uso da linguagem. Como sobrevivente de Auschwitz, escritor identificado com uma literatura de testemunho e do exílio, diz: «os poucos que dedicaram a existência ao testemunho do holocausto sabiam bem que a continuidade de suas vidas havia se rompido (...) que não poderiam formular suas experiências na língua anterior a Auchwitz» (Kertész 2002: 200).

não teria de ser tão terrível e enlutada que, no final, exterminaria os que a falassem?» (KERTÉSZ 2002: 206).

Kertész sobreviveu e deu seu testemunho sobre os campos de concentração. Ao refletir sobre a própria trajetória, o escritor conta que continuou a viver em função da permanência da sua condição de submetido a uma língua total, a um poder total, no quadro do stalinismo. Enquanto que em boa parte do mundo filósofos, intelectuais e pensadores recitavam e acreditavam na liberdade do pós-guerra, Kertész pertencia ao contexto de uma Hungria como estado-fantoches dos soviéticos.

Fui salvo do suicídio pela sociedade, que, depois da vivência dos campos e concentração, comprovou no quadro do stalinismo que sobre liberdade (...) não se podia nem falar; isso me garantiu a continuidade da vida de escravo e excluiu a possibilidade de qualquer engano. Essa é a razão pela qual não me atingiu a decepção, a maré que começou a bater nos pés dos homens que viviam em sociedades mais livres, os quais dela fugiam como uma enchente, e, embora apertassem o passo, aos poucos chegou ao seu pescoço (Kertész 2002: 201).

O escritor conta que sofreu uma espécie de censura total; a negação de seu trabalho permitia trabalhar isoladamente com certa liberdade. O paradoxo do sistema comunista é o de dar liberdade total de escrita, uma vez que não há a menor possibilidade de publicação, tal como os que escreviam diários secretos em Auschwitz. O que Kertész está a formular é a existência de um exílio linguístico sem a partida ou expatriação do exilado. Uma liberdade emerge da opressão, dentro de um arranjo onde a chegada do texto ao leitor é tão improvável quanto a própria sobrevivência, diz. O exílio linguístico remonta a experiência de desterro no registro das relações linguísticas, relações que podem caracterizar-se em formas de dominação. Ao contrário de uma concepção romântico historicista a qual defende o escritor como o único capaz de expressar a visão de uma nação, ou do espírito de seu povo, o exílio linguístico concentra-se na figura do escritor deslocado. Como boa parte dos escritores do século XX, ao sofrer a pressão de outras línguas, o bilinguismo praticamente tornou-se uma regra na Europa. Segundo o crítico literário Geroge Steiner (1990), o bilinguismo, ou mesmo o multilinguismo, é capaz de produzir uma percepção bifurcada, fornecendo outros modos de olhar para a mesma questão. «Alterações

de sensibilidade» cujo resultado proporciona ao sujeito outros olhares. No que se refere à literatura, Steiner traz Heine para pensar a fundação de um tipo peculiar de escrita: o binarismo. Heine, um judeu com formação cristã, viajante, fluente igualmente no francês e no alemão, entre o romantismo e a sátira. Na mesma linha, Oscar Wilde. As oscilações entre o uso exibicionista do inglês e do anglo-irlandês entre os franceses, em protesto contra os valores ingleses, faz do uso da língua o manifesto de uma estética libertadora, oposta aos padrões vitorianos. Poder-se-ia considerar, ainda, Samuel Beckett, Jorge Luiz Borges e Vladimir Nabokov como nomes desarraigados de uma matriz lingual, cuja natureza multilíngue caracteriza o que Steiner denomina «extraterritorial» (1990). Escritores deslocados de uma língua, sempre a percorrer as fronteiras dos lugares e do próprio tempo. O ponto que se quer marcar aqui é o de uma relação entre o exílio e a linguagem, especificamente os dilemas que envolvem a experiência de exílio linguístico, tomando como referência as reflexões de Kertész.

Essa ideia foi lançada por Kertész em conferência no ano 2000, em Berlim, intitulada «a língua exilada» (2002). Contrasta a sua trajetória com a dos escritores que se suicidaram, pontuando a permanência da sua condição de escravo que lhe preservava um lugar para narrar o que viveu. Nesse ponto, exílio e morte estão relacionados no sentido de não-existência; ocorre que a morte seria a radicalidade do exílio, dado o seu caráter irreversível.

E no exílio? Segundo Kertész (2002: 200) e Wiesel (2004: 18-19), a condição do exilado não é menos irreversível do que a condição daquele que morre. Primo Levi vai na mesma direção em *É isto um homem?* ao escrever sobre a aniquilação da identidade das pessoas que perdem. Grandes perdas resultam na sensação de esvaziamento até a perda de si mesmo⁽¹⁰⁾ (Levi 1988: 33). Como já mencionado, a visão da psicanálise a respeito da melancolia provocada pela perda reitera essa lógica. Já Said acrescenta que o exílio é uma espécie de morte

(10) Citação completa: «Imagine-se agora um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente, tudo que possuía; ele será um vazio, reduzido a puro sofrimento e carência (...) pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre a sua vida e a sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses, considerando puros critérios de conveniência» (Levi 1988: 33).

sem a sua última misericórdia, pois «arranca milhares de pessoas do sustento, da tradição, da família» e as faz viver assim (Said 2003: 47). Vale acrescentar que, como situou Brodsky, uma vez linguisticamente encapsulado, o exilado mobiliza a própria língua como forma de se proteger da nulidade total, o que somente aguça o seu distanciamento. Nesse ponto, edifica-se a equação do exílio enquanto caminho para a morte, desaparecimento frequentemente gradual de algo que *está deixando* de existir. Note-se que aqui o emprego do gerúndio já indica uma ação que se prolonga no tempo, o ocorrido que insiste em durar e permanecer vívido no presente.

Por ora, o que esses escritores exilados pontuam é o sentido de permanente declínio da existência, característico da condição do exilado, nas palavras de Edward Said, «uma condição de perda terminal» (2003: 46). Consoante a essa questão, Kertész arremata: «vi o rosto desse século terrível, encarei esse rosto de Górgona, e pude seguir vivendo. Mas tinha plena certeza de que não me livraria da visão» (2002: 208). Com o objetivo de marcar o caráter nuançado presente naqueles que vivem ou viveram essa experiência, importa refletir sobre alguns modos subjetivos de exílio.

Exílio como centro de especulação da vida

Num artigo, Marcio Seligmann-Silva (2010) considera «as vantagens de não se ter uma pátria» a partir da trajetória de dois intelectuais judeus exilados no Brasil durante os anos 1930, com a ascensão do nazismo. O primeiro é Anatol Rosenfeld, nascido em Berlim e que viveu 36 anos no Brasil, até a sua morte. Editou a coletânea de contos de escritores judeus exilados, *Entre dois mundos*. Na introdução do livro de 1967, fornece uma chave de entrada para além da questão judaica; existe uma cultura do exílio e da diáspora característica do indivíduo moderno.

O sentimento de alienação e de distanciamento produz uma subjetividade marginal cujo traço é um «complexo de exílio». Heine, no século XIX, e Kafka, no século XX, são as figuras que melhor encarnam a forma da estranheza, da condição do exílio (Roselfeld 1967: 9). Para Rosenfeld, a expressão do isolamento do rejeitado que fez parte de um grupo dominante é caracterizada por aguda ambivalência, como em

Heine⁽¹¹⁾ e em Kafka⁽¹²⁾. Dupla lealdade da alma daquele que tem sede de amizade, diz Rosenfeld sobre Heine. «Surge assim um ser dúplice de atitudes ambíguas, por vezes sem identidade mental e moral. A mente do marginal é a encruzilhada de dois mundos em choque, decorrendo daí o desassossego» (Rosenfeld 1967: 14).

Para Seligmann-Silva, a introdução crítica de Rosenfeld a respeito do «viver entre dois mundos» fornece a base de onde se pode pensar uma filosofia do exílio. Tomando o caso de Heine como referência, a sua acentuada ambivalência indica o precário estado de identificação, dada a força causada pelo choque cultural com o qual o estranho se depara. Como resultado estilístico, construções marcadas por um pensamento dialético, oscilante, além de uma busca incansável da costura de ideias antagônicas. «O paradoxal o atrai, pelo choque das ideias desencontradas», arremata Rosenfeld (1967: 17).

A coletânea *Entre dois mundos* reúne contos caracterizados pelo distanciamento e estranhamento; todavia, alguns tratam também das possibilidades de convívio enriquecedor em mundos estranhos. A condição de testemunhar o abalo das bases sobre as quais a própria cultura se fundamenta produz um intrigante efeito enriquecedor⁽¹³⁾. Para Rosenfeld, a radicalização dos dramas que aparece nas obras de Heine e Kafka ressalta o essencial ou revela o cerne a partir de uma situação tida como normal.

Portanto, em Kafka e, particularmente, em Heine, temos formas arquetípicas da vida entre dois mundos que se desdobra, segundo Rosenfeld, na abertura de uma nova dimensão estética: «a dimensão da ambiguidade até a raiz» (1967: 18). Tais bases permitem pensar a partir

(11) Sobre Heine: «O gentio é logo admirado, logo desprezado. A monarquia é-lhe antipática e ao mesmo tempo propaga-lhe os méritos. O proletariado é a classe do futuro, mas seu cheiro não lhe agrada. A Alemanha é o país dos sonhos do exilado, mas em prosa e versos irrompe um tremendo ódio contra a Alemanha. Ele ama os franceses e ao mesmo tempo os ridiculariza. E no mesmo que se refere ao judaísmo, é-lhe logo refúgio e consolo, logo uma prisão maldita e odiosa que lhe repugna” (Rosenfeld 1967: 15).

(12) Rosenfeld destaca o caráter ambivalente de Kafka: «estranho como judeu entre cristãos, como protestante entre católicos (na França), como convertido entre judeus, como liberal sui generis entre os liberais corretos, como socialista sui generis entre os socialistas atuantes» (Rosenfeld 1967: 15).

(13) Rosenfeld via a potência contida na condição do exilado: «a regra é amena, tudo parece estar em ordem. Vive-se bem entre dois mundos; (...) tal situação é fonte de enriquecimento» (Rosenfeld 1967: 27).

de uma chave que extrapola a situação do exilado, ou a questão judaica, e permite pensar numa ética do convívio entre as diferenças.

Debruçado sobre esse problema, Seligmann-Silva vai propor a compreensão de uma filosofia do exílio, baseado nos casos de Rosenfeld e Vilém Flusser, que faz um elogio da situação ambulante, constituindo um olhar positivo do exílio (2010: 27). Crítico dos nacionalismos, Flusser defendia a circulação e o abandono da língua materna como forma de relativizar o nosso senso de realidade. Para Flusser, que nega o sentido de pertença e dissocia a sua identidade de moldes nacionais, a ruptura dos laços com a *heimat* pode levar à construção de uma «nova ordem ética» (Seligmann-Silva 2010: 31). Trata-se de uma concepção positiva de um judeu que deixou a sua cidade natal, Praga, em 1939 e morou no Brasil durante 34 anos, até migrar para Robion, comuna francesa.

Os casos de Rosenfeld e Flusser aparecem, em diferentes graus e oscilações, como arquetípicos da experiência do exílio, do desterro. Entre a assimilação e o isolamento, uma série de pessoas viveram a situação do estranho que vive entre mundos. Nas palavras de Rosenfeld, Heine, a «primeira encarnação» do complexo de exílio, e Kafka, a expressão extremada dessa condição, formam a base sobre a qual uma geração de escritores europeus do período entre guerras produziu as suas obras (Rosenfeld, 1967, p.5-10). Na introdução de *Entre dois mundos*, Rosenfeld fala de uma «geração de ponte», que se movimenta na precária zona entre o passado e o presente, entre a origem e o destino, entre a integração e o deslocamento. Ao refletir sobre o caráter ambivalente dos sentimentos do exilado, Seligmann-Silva aciona ainda Walter Benjamin, que «oscilava entre a melancolia e a euforia diante das catástrofes de sua época» (Seligmann-Silva 2010: 37). Diante desse quadro, podemos observar a existência de um raciocínio paradoxal, ambíguo, inconclusivo, um traço cuja expressão se encontra nas relações entre as vivências subjetivas e a cultura, ora em termos de inadequação, ora em termos de afirmação da condição ambulante.

Conclusão

Do ponto de vista das ciências sociais, o exílio guarda um caráter polissêmico na medida em que aparece como marca dos processos de distanciamento e desenraizamento ao longo do século XX. O exílio

expõe a condição do indivíduo moderno nos seus conflitos íntimos com a cultura objetiva através do deslocamento espacial, indissociável do distanciamento temporal, o qual produz «a fratura» do «eu» com o «lar» (Said 2003). Inscreve-se no debate sobre as identidades à luz dos nacionalismos, os quais, no contexto de um século de conflitos, produziu o deslocamento físico de grandes grupos populacionais, na Europa (Arendt 2012). A partir de um registro temporal, considero o pressuposto do caráter irreversível do fluxo dos acontecimentos para assinalar a consciência de uma mutabilidade destruidora das coisas tal como elas são (Tymienieca 2007), o que releva uma relação com o passado. No exílio, as construções de sentido inscrevem-se numa relação com o lugar de origem (Brodsky 2016; Wiesel 2004; Canetti 1982; Márai 2006), o que toca sensivelmente na linguagem (Neubauer 2009; Kertész 2004) e particularmente numa certa tendência ao sentimento de nostalgia (Neubauer 2009; Berliner 2016). Simmel (2004) marcou esse traço de ambivalência presente na condição do estrangeiro, enquanto Roselfeld fala de uma geração de exilados que viviam entre dois mundos, entre passado e presente, entre a origem e o destino. O traço de indeterminação que compõe uma vida no provisório pode afirmar e reconhecer a situação do exilado como frutífera (Flusser), no entanto, é preponderante a marca de uma fratura temporal, capaz de situar o passado como o tempo familiar, para o qual o indivíduo exilado cultivava laços afetivos.

Na linha de Suleiman (2009), podemos considerar a sensação de estranhamento e vivência dramática suscitada pelo distanciamento espacial, o que, no plano de uma subjetividade, assume a forma de um desejo de retorno no tempo. Dessa forma, é possível afirmar que o exílio borra as fronteiras temporais entre o passado e o presente. Está ligado a sentimentos de nostalgia, na medida em que o exilado luta pela permanência dos referenciais ligados à sua identidade. Corresponde a uma luta individual pela própria existência, enquanto cultura, um registro que estabelece um laço inegociável com a língua-mãe, a língua natal. Daí a necessidade de escrever, de expressar como luta pela própria existência, na contracorrente do fluxo do tempo.

Ao explorar algumas dimensões do exílio no contexto das sociedades modernas, cabe destacar o rendimento teórico que se evidencia a partir dos dramas relatados pelos escritores aqui trazidos. A posição precária do exilado, de uma vida entre o familiar e o estranho, entre a identidade e a diferença, entre o passado e o presente, remonta a discussão indivíduo e

sociedade sob a forma de uma das questões políticas mais fundamentais em cenário nacional e global, considerando o caso dos refugiados. Não obstante, fornece elementos para pensar versões do isolamento espacial e temporal, do ponto de vista das vivências subjetivas.

Bibliografia

- Agamben, Giorgio (2010). *Homo sacer: poder soberano e vida nua*. Belo Horizonte: UFMG.
- Angé, Olivia e Berliner, David (2016). *Anthropology and nostalgia*. Oxford: Berghan Books.
- Arendt, Hannah (2012). *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das letras.
- Benjamin, Walter (1996). *Obras escolhidas I: magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.
- Burke, Peter. *Exile and expatriates in the history of knowledge, 1500-2000*. Massachusetts: Brandeis.
- Crapanzano, Vincent (2004). *Imaginative Horizons: an essay in literary-philosophical anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Davis, Fred (1979). *Yearning for yesterday: a sociology of nostalgia*. New York: Free Press.
- Engels, Friedrich (2010). *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Giddens, Anthony (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.
- Kertész, Imre (2004). *A língua exilada*. São Paulo: Cia das letras.
- Levi, Primo (1988). *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco.
- Neubauer, John (2009). "Exile: Home of the Twentieth Century", in John Neubauer & Borbála Zsuzsanna Török (orgs.), *The Exile and Return of Writers from East-Central Europe*. New York-Berlim, Deutsche Nationalbibliothek.
- Rosenfeld, Anatol (int e org.) (1967). *Entre dois mundos*. São Paulo: Perspectiva.
- Said, Edward (2003). *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Cia das letras.
- Seligmann-Silva, Márcio (2003). *História, memória e literatura*. Campinas: Editora Unicamp.

- « – » (2010). “Para uma filosofia do exílio: A.Rosenfeld e V.Flusser sobre as vantagens de não se ter uma pátria”, *Revista Eletrônica do NIEJ/UFRJ*, Ano I, nº 3. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/projetos/escritas/php/cadastros/downloadArq.php?acao=baixaImg&idPubli=239>
- Simmel, Georg (1992). *On Individuality and Social Forms*. Chicago: Chicago University Press.
- « – » (1997). *Simmel on culture*. Edited by David Frisby and Mike Featherstone. London: Sage Publications.
- « – » (1967). “A Metrópole e a Vida Mental”, in Otávio Guilherme Velho (org.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- « – » (2004). “O estrangeiro”, in *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio D’água, 133-143.
- Suleiman, Susan Rubin (2009). “Writing and Internal Exile in Eastern Europe”, in John Neubauer & Borbála Zsuzsanna Török (orgs.), *The Exile and Return of Writers from East-Central Europe*. New York-Berlin, Deutsche Nationalbibliothek.
- Steiner, George (1990). *Extraterritorial: a literatura e a revolução na linguagem*. São Paulo: Cia das Letras.
- Tymieniecka, Anna-Teresa (2007). *Temporality in life as seen through literatura – Contributions to phenomenology of life*. Springer: Dordrecht.
- Wiesel, Elie (2004). *O tempo dos desenraizados*. Rio de Janeiro: Record.

**ARQUIVAR O EXÍLIO, CONTRARIAR O SILÊNCIO:
MEMÓRIAS, OBJETOS E NARRATIVAS DE TEMPOS INCERTOS**
**ARCHIVING THE EXILE, OPPOSING THE SILENCE: MEMORIES,
OBJECTS AND NARRATIVES OF UNCERTAIN TIMES**

SÓNIA VESPEIRA DE ALMEIDA
Universidade Nova de Lisboa, CRIA NOVA FCSH
sonia.almeida@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0001-8446-0036>

SÓNIA FERREIRA
Universidade Nova de Lisboa, CRIA NOVA FCSH
sonia.ferreira@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-7215-3212>

Texto recebido em / Text submitted on: 02/07/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 22/01/2020

Resumo:

Este artigo discute as práticas de arquivamento – produção e preservação de arquivos – em contextos de exílio no quadro do projecto # *Ecos. Exílios, contrariar o silêncio: memórias, objectos e narrativas de tempos incertos*.

Tomando como corpo empírico um conjunto de entrevistas realizadas a membros da Associação de Exilados Políticos Portugueses (AEP61-74) que estiveram exilados em França, na Dinamarca, na Suécia e na Holanda durante o regime do Estado Novo, particularmente no período da Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974), pretende-se explorar o arquivo como um artefacto cultural, espelho de um tipo específico de mobilidade.

Palavras-chave:

Exílio; arquivos; memória; Portugal; Europa.

Abstract:

This article discusses archival practices — production and preservation of archives — in exile contexts in the framework of the project # *Echoes. Exile, countering silence: memories, objects and narratives of uncertain times*.

Taking as an empirical *corpus* a set of interviews with members of the Association of Portuguese Political Exiles (AEP61-74) who were exiled in France, Denmark, Sweden and the Netherlands during the Estado Novo regime, particularly during the Portuguese Colonial War (1961-1974), we intend to explore the archive as a cultural artefact, a mirror of a specific type of mobility.

Keywords:

Exile; archives; memory; Portugal; Europe.

Ce sont les souvenirs de ces journées intenses
Où partout nos espoirs s'affichaient sur les murs
Qui depuis quarante ans inspirent nos résistances
Dominique Grange – “N’effacez-pas nos traces”

Este texto insere-se numa reflexão alargada sobre a constituição de arquivos sobre o contexto de exílio no período democrático em Portugal e integra o projeto⁽¹⁾ # *Ecos. Exílios, contrariar o silêncio: memórias, objectos e narrativas de tempos incertos*. A investigação realizada debruça-se tanto no processo de constituição de arquivos já existentes como nos espólios que têm sido constituídos e as doações que têm sido realizadas após a fundação, em 2015, da Associação de Exilados Políticos

(1) Para além do CRIA, integraram inicialmente este projeto as seguintes entidades: AEP61-74; Associação Memória Viva/Mémoire Vive. Com início em 2016, tem obtido financiamentos parcelares que permitiram a organização de colóquios, a participação em conferências e a realização de entrevistas. A pesquisa tem sido financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (UIDB/04038/2020). Em 2019, foi aprovado para financiamento pela Comissão Europeia no âmbito do programa Europe for citizens | Sub-programme: Strand1: European Remembrance. Referência: 609056-CITIZ-1-2019-1-PT-CITIZ-REMEM. Entidades participantes: CRIA; Universidade Nova de Lisboa; AEP61-74; Casa da Esquina; Memória Viva/Mémoire Vive; URMIS (Univ. Paris); Universidade de Copenhaga.

Portugueses (AEP61-74⁽²⁾). Trabalhando com os seus membros tem-se procurado observar e analisar práticas, quer privadas quer coletivas, de arquivamento, ou seja, “o gesto de arquivar” (Travancas, Rouchou e Heymann 2013) contribuindo para problematizar o papel dos arquivos particulares no contexto da discussão mais alargada sobre as políticas públicas da memória em Portugal (Loff 2015). Estas práticas de arquivo permitem pensar como o exílio e a deserção foram temáticas arredadas das narrativas hegemónicas sobre a ditadura portuguesa.

Até ao momento a análise empírica tem-se centrado na realização de entrevistas a membros da AEP61-74 que estiveram exilados em França, na Dinamarca, na Suécia e na Holanda⁽³⁾ e que em 2015 integraram o núcleo de membros fundadores da Associação para, nas suas palavras, dar visibilidade à história e memória do exílio. A Associação tem desenvolvido atividade na edição de narrativas biográficas sobre o exílio, tendo organizado e publicado em 2016 e 2018 coletivamente dois livros (“Exílios. Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961/1974)”, vol. 1 e 2) em torno dos quais decorreram até ao presente cerca de 50 sessões de apresentação, debate e discussão com a presença dos autores e convidados especialistas na área. A AEP61-74 estabeleceu ainda parcerias com associações congéneres na Europa assim como com autoridades municipais e universidades em Portugal e em diversos outros países europeus. Algumas destas parcerias visam a recolha, tratamento e visibilização de material biográfico e de objetos, nomeadamente para a constituição de acervos e a patrimonialização de percursos e locais relacionados com as rotas do exílio.

Em termos gerais, estas atividades têm procurado dar visibilidade à temática do exílio, com enfoque na sua componente política e nos processos de deserção à Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974), reclamando uma memória simultaneamente nacional e europeia já que a experiência portuguesa «partilha com muitos outros ex-impérios coloniais europeus uma descolonização por cumprir» (Cardina e Sena Martins 2018: 13) em que o reconhecimento e a reflexão sobre o império e as suas heranças continua associado a memórias frágeis ou silenciadas (Traverso 2012 [2005]). Como assinala Manuel Loff (2014), até ao início da década de 90 assistiu-se a uma clara desvalorização política e social

(2) Ver <http://aep61-74.org>

(3) O universo de análise é constituído no presente por um conjunto de 7 entrevistados.

daqueles que se opuseram e resistiram à ditadura. Esta desvalorização poderá ser perspetivada, em termos mais latos, no contexto da «reorganização da memória imperial da nação» (Peralta 2017: 10) e do re-posicionamento de Portugal no espaço europeu. É neste contexto pós-colonial que, desde 2015 (pelo menos de forma organizada) os membros da AEP61-74 inscrevem as suas vozes.

A reflexão antropológica sobre estes processos de inscrição da experiência do exílio no espaço público implica contudo uma circunscrição do conceito: a que nos referimos quando falamos de exílio?

Exílio, antropológicamente falando...

Uma definição de exílio tem de ser contextual e historicamente situada. Se de forma abrangente podemos definir o exílio no âmbito de um tipo específico de mobilidade, a migração forçada, embora esta alocação não seja unânime (Hackl 2017), o termo possui uma definição múltipla e híbrida que pode ir da configuração institucional ou legal à identitária.

Para compreender a amplitude do conceito no âmbito das Ciências Sociais seria necessário lê-lo num exercício de etnogénesis próximo do proposto por Liisa Malkki para o conceito de refugiado no texto «Refugees and Exile: From “Refugee Studies” to the National Order of Things» (1995). No entanto, o que ocorre com maior frequência é um centramento dos autores nas questões que remetem ou para as motivações e condições de partida ou para as atividades e posicionamentos mantidos no país de acolhimento (Dufoix 2005). Nalguns casos ainda, o olhar direciona-se para o domínio da antropologia da violência ou da antropologia médica (Lumsden 1999), analisando o “trauma” enquanto consequência deste tipo de mobilidade. Na sua globalidade, podemos por isso afirmar, no seguimento de Hackl (2017), que a antropologia social tem apenas raramente discutido conceptualmente o exílio – a «chronic neglect of exile’s analytical value» (2017: 65) –, apesar deste ser um conceito seminal inscrito na cultura clássica das sociedades ocidentais.

Simultaneamente, na esteira de Mieke Bal (2009 [2002]), exílio é um conceito viajante, na medida em que viaja por diversas disciplinas. A título de exemplo, no âmbito da literatura e dos estudos culturais, para além da proposta já clássica de Edward Said em “Reflections on Exile” (2001), dispomos de reflexões contemporâneas como a de Nuselovici

(2013) que defende que a experiência de exílio tem potencialidades heurísticas únicas. Assinalando contudo que esta é negligenciada no quadro das análises sobre as novas experiências migratórias que conferem particular ênfase a conceitos como migrante, refugiado ou clandestino. Por outro lado, realça como a diversidade e a natureza múltipla do exílio escapam às grelhas analíticas centradas quase exclusivamente nas análises de tipo sócio-económico que se debruçam essencialmente sobre a noção de migrante. Na sua conceção, polémica mas interessante enquanto desencadeadora de debates, «um migrante é antes de mais um exilado».

Ainda no domínio da nomenclatura e para o caso do exílio português, tomemos como exemplo as distinções que o historiador Victor Pereira (2000) enuncia para as diferentes «designações dos exilados portugueses em França entre 1958 e 1974» que se dividem entre «as tipologias dos investigadores», «as designações dos exilados políticos portugueses feitas pelo Estado francês» e a «auto-representação». Estas questões assumem frequentemente relevância para a obtenção de dados quantitativos sobre estes processos de mobilidade, dos quais não estão ausentes debates polémicos sobre como fazer a sua contabilização e qual a sua circunscrição, ou seja, o que é um exilado e para quem? Douglas Silva na sua análise sobre o exílio português no Brasil remete ainda para a importância de uma análise contextual ao referir «a produção social de categorias auto-atribuídas ou atribuídas por terceiros, constitutivas de um vocabulário nativo» (2007: 243) que remontando ao panorama histórico-social europeu são ressemantizadas no contexto brasileiro. Assim, não só o conceito é plástico e híbrido na sua configuração semântica como é historicamente denso na articulação entre políticas migratórias e narrativas humanitárias, ou seja, nas relações entre Estados e regimes ideológicos. Se do ponto de vista do “imaginário”⁽⁴⁾ ser exilado em França, na Holanda ou na Suécia tem expressivos pontos de convergência, a situação institucional difere fortemente e a relação com o ato de arquivar também, como se sublinhará adiante.

(4) Galitzine-Loumpet refere como: «um dos interesses de estudar os objectos do exílio é o facto destes tanto constituírem vestígios materiais que revelam uma condição, a do exílio, como simultaneamente são pistas que na intersecção do material e do imaterial revelam os múltiplos níveis dos imaginários» (2013: 4) (tradução nossa).

Por fim, é importante assinalar que independentemente das preocupações conceptuais em torno do termo e do grau de sofisticação da sua análise, uma evidência se apresenta, a de serem as narrativas, geralmente de caráter biográfico ou auto-biográfico, a assumir centralidade no estudo do exílio. O lugar da cultura material e do arquivo têm sido menos visíveis, tanto nas reflexões dos protagonistas como na análise académica. Este texto pretende assim lançar esse debate no contexto português, não tendo pretensões de esgotar descritivamente o campo empírico mas de o olhar analiticamente.

Como pensar a materialidade e o arquivo do “exílio”? Faz-se uma proposta de trajeto acompanhando o material etnográfico.

Arquivar a própria vida. Arquivar para o futuro

Primeiramente importa interpelar a génese do arquivo do exílio e as práticas de auto-arquivamento (Artières 2013). Se muitas vezes nos interessamos pelos conteúdos de um arquivo, nem sempre interrogamos os seus modos de construção. Por exemplo, o gesto de guardar uma fotografia, de a compor numa *assemblage* de outros registos ou de a integrar num álbum ou numa pasta de arquivo.

Como se arrumam, arquivam vidas incertas, clandestinas? Como os arquivos do exílio desafiam os arquivos oficiais? O que insinuam para além da visível materialidade dos documentos e registos? Qual a relação das pessoas com este tipo de materiais? Como acompanhar a ramificação das relações sociais, das quais estes documentos fazem parte? O que representam? O que fazem as pessoas com estes objetos e materiais diversos? Este conjunto generoso – e assumidamente ambicioso – de questões não oferece uma resposta fácil. Procurar-se-ão, contudo, aflorar algumas pistas para reflexão.

Artières (1998) assinala o facto de passarmos o tempo a arquivar as nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Através destas práticas minúsculas do quotidiano construímos uma imagem para nós mesmos e para os outros. Fazemos pactos com a realidade «omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens» (1998: 11). Olhando para uma fotografia do seu arquivo, um dos nossos interlocutores sublinha: «*Isto era eu quando era revolucionário*». O arquivo como depositário de identidades passadas e como prática

curatorial do *eu*, interpela o seu autor a posicionar-se e a circunscrever-se em relação ao registo biográfico. Vestígios e traços materiais de um *eu* que já não é mas que o presente reclama. O resgatar memórias com 40 anos, o trazer para o debate atual o que *eu* era para pensar o que *eu* sou e para pensar o mundo.

Deste modo, a tensão entre o revivalismo do passado e a atualidade habita os discursos dos nossos entrevistados, remetendo-nos para a icónica expressão de Lowenthal (1985) de que o passado é um artefacto do presente. As experiências vão-se sobrepondo – convocando diferentes temporalidades – e as novas expectativas ou desencantos marcam retrospectivamente o olhar e o discurso (Koselleck 2004: 262). A maior parte das narrativas que encontramos aludem à importância de não esquecer os exílios do passado para pensar os exílios contemporâneos e dão corpo a uma batalha pela memória que adquire várias configurações. O arquivo vai inserir-se justamente nesta vontade de inscrever uma narrativa passada que serve uma narrativa presente, narrativa essa que pode ser ideologicamente investida e coletiva. Como enfatiza Weld, «documents both *represent* power and *are* power – not in some deracinated, postmodern sense but all too concretely in their creation, keeping, and use by political actors» (Weld 2014: 87).

Refere igualmente Artières como «arquivar a própria vida é pôr-se ao espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência» (Artières 1998: 11). Ou seja, o arquivo como auto-biografia, o arquivo a partir de baixo. Igualmente McKemmish (2013) acentua a ação que designa por «provas de mim», ou seja, narrativas do *self*, a partir da proposta de Giddens (1991). No entanto, no caso em análise, se por um lado assistimos a práticas de arquivamento individuais, elas podem ser lidas como ações que partem de um «movimento colectivo» mais alargado que luta pela inscrição e pela visibilidade no domínio público, no espaço sacralizado da memória e institucional da história. Ou seja, se se pode por um lado particularizar um ou outro espólio associado a uma vontade individual de guardar documentos e outros objetos que se considera importantes para pensar e estudar um determinado período da história, estamos neste caso perante um movimento mais amplo onde está claramente patente uma “vontade de arquivo” que se insere numa prática consciente de dar sentido e visibilidade a um tempo e espaço significativo. Se alguns dos

entrevistados tinham já feito doações e depósito do seu arquivo pessoal⁽⁵⁾, a fundação da Associação cria uma narrativa coletiva e pública para esses arquivos, dá-lhes enquadramento institucional mesmo que não os tutele. Ao incentivar publicamente a doação a instituições públicas de materiais privados relacionados com biografias de exílio, promove uma política informal de criação de acervos. O seu impacto está, contudo, ainda longe de se poder determinar.

Por outro lado, é preciso interrogar o estatuto destes documentos. Utiliza-se a designação documentos pois os espólios são constituídos na sua maior parte por documentos escritos ou visuais – panfletos políticos, bilhetes de identidade falsos, passaportes, fotografias, cartas, jornais, livros. A existência de outro tipo de materiais (objetos de uso quotidiano, peças de vestuário) só foi possível aferir através das entrevistas, pois estes não integram o que é canonizado como “arquivo”. Constituem um “espólio privado”, íntimo, subjetivo, desvalorizado que permite ler o lado menos visível desta experiência: a construção de um lar, as relações de género, os afetos, as sociabilidades.

Esta questão remete para a importância de perspetivar o arquivo como um «artefacto cultural» (Travancas, Rouchou, Heymann 2013), o que implica considerarmos como eixo de análise o estatuto que determinado documento ou objeto ocupa quando associado a uma conceção de valor, memória e passado. Cada um é resultante de uma rede de intencionalidades: de quem o produziu, de quem o guardou, de quem o organizou e de quem o torna visível, o difunde, o apropria. Interpelá-lo implica ir mais além do conteúdo *per se*, interessando em particular os sentidos e rede de relações que evocam e constroem, bem como a sua influência no campo da ação social (Gell 1998). Importa questionar os documentos, a sua biografia e trajetória à luz da proposta de Maruska Svasek (2012) que destaca que a análise dos objetos implica dois processos: trânsito e transição. O trânsito refere-se à localização e ao movimento dos objetos no tempo e através de fronteiras sociais e geográficas, enfatizando como os afetos e aspetos emocionais configuram este processo. A transição diz respeito à forma como o significado, valor, *status* e a relação entre pessoas e objetos muda através desse caminho. Estes processos são sempre moldados pelas relações

(5) Dos entrevistados, dois depositaram o seu acervo no *Centro de Documentação 25 de Abril* (<http://www.cd25a.uc.pt>, Coimbra) e um terceiro em *La Contemporaine* (<http://www.lacontemporaine.fr>, Paris). Os restantes guardam o espólio nas suas habitações.

entre agentes diferenciados que produzem, recolhem, oferecem, usam, expõem estes artefactos numa determinada conjuntura histórica. A teia de sentidos que uma fotografia, por exemplo, pode assumir remete indubitavelmente para a discussão tanto das subjetividades como da «vida social das coisas» (Appadurai 1986). Esta questão é fundamental para compreendermos também as lacunas, aquilo que não está lá, bem como o que é valorizado e se pretende preservar, o que poderemos chamar de “vontade prévia”. Interrogados especificamente sobre as suas motivações, alguns interlocutores acentuaram: «(...) achava que era extremamente importante tudo o que se estava a passar para se poder perder. E então guardei, foi por isso que vim carregado com muitas coisas dentro das malas quando voltei. Tudo o que tinha trouxe (...)» (JS).

Se para alguns esta necessidade se apresenta no momento, para outros ela surge *a posteriori*, no regresso, assumindo nos primeiros anos um carácter auto-reflexivo sem rumo ainda certo.

«Isso para mim é claro, que é tu perceberes que tens na tua posse uma quantidade de coisas que mais ninguém tem, entre aspas, é uma coisa única e aquilo é o trabalho de muita gente. Começas a ter a noção que para fazer um panfleto é preciso três ou quatro pessoas, para fazer um jornal são precisas muito mais e começas a ter muitas coisas dessas e começas a pensar que aquilo pode ter alguma importância porque não há outra coisa, é único, são exemplares únicos. São coisas que tu produziste portanto também está o teu ego um bocado envolvido nesta questão do guardar. Mas tu começas a ter essa noção de que se calhar vale a pena guardar porque isto pode ser útil porque é único e portanto é um espólio, ainda sem uma consciência muito clara do que é que se pode fazer com isto, que hoje penso que já há mas tu não tens uma ideia com isto posso fazer este projecto ou aquele e aquele, isso não existe» (FC).

A constituição de um arquivo representa assim um momento significativo que tem de ser analisado com cuidado (Hall 2001), pois o seu nascimento revela o início do trajeto auto-reflexivo mencionado. Olhar o passado a partir do gesto de arquivar produz um tipo específico de representação do passado (Halbwachs [1925] 1994; [1950] 1997) e simultaneamente constrói futuros e expectativas. Este confronto com o tempo – o tempo da experiência, o tempo da memória que solta o tempo da prática arquivística enquanto prática patrimonial – foi determinante no momento da entrevista. Procurou-se, desta forma, interpelar essa vontade, essa necessidade, esse imperativo. Que pode, em alguns casos, ser atribuído a uma característica

intrínseca do indivíduo: «A preocupação de registo sempre existiu em mim. É muito pessoal se não, não tinha tantos documentos que eu guardei. Desde a fatura, alguém guarda essas coisas» (FCA). Mas quando começa? – «(...) eu tenho aqueles comunicados da Associação de Estudantes em 69, começou aí. Esse é o meu arquivo mais antigo (...)» (JS). A preocupação de registo pode assim ser lida como estrutural e relacionar-se com a forma de apreender o mundo. Podendo contudo assumir igualmente uma configuração mais instrumental ao permitir pragmaticamente agir sobre este, nomeadamente no campo do político⁽⁶⁾: «A motivação para os guardar para além de interesse pessoal porque fui sempre um apaixonado por documentos, não sou rato de biblioteca mas gosto de guardar era também termos documentação que nos servisse de apoio às nossas acções, fundamentalmente era isso» (RM).

No tempo presente, os acervos pessoais assumem por isso também o valor testemunhal da atividade oposicionista realizada no estrangeiro. Eles atestam a luta, o sacrifício, o empenho. E se a sua dimensão material está presente logo no percurso de ida para o exílio (passaporte falso, dinheiro, fotografias, etc) ela é particularmente expressiva no regresso (acervo político, livros, objetos de uso quotidiano). Simultaneamente, a dimensão tangível materializa e incorpora uma experiência nem sempre possível ou fácil de articular verbalmente.

Assim esta dimensão concreta do exílio, que constitui desde o início o ponto fulcral da investigação, ocupou necessariamente um lugar de destaque na recolha dos depoimentos e nas entrevistas realizadas conversou-se, sempre que possível, com os materiais presentes. A sua manipulação desencadeou evocações e despoletou narrativas, algumas desconexas outras organizadas. Sendo os materiais mais valorizados os que na sua maioria têm sobre si construído um relato mais ordenado que procura assinalar precisamente o seu lugar distintivo na hierarquia do arquivo. Simultaneamente este lugar não é estático e diferentes conjunturas podem produzir diferentes posicionamentos e atribuições de valor.

Os arquivos do exílio incorporam assim um conjunto heterogéneo de sentidos, de subjetividades para quem esteve, para quem viveu, para quem reconhece um rosto, para quem investiga. Talvez por isso os acervos fotográficos ou fílmicos sejam muito valorizados, na medida em que não só proclamam significações através da sua

(6) Os entrevistados desenvolveram trabalho político militante nos países onde residiam, situando-se ideologicamente no campo da esquerda radical (Cardina 2011).

indiscutível materialidade, da sua presença visível e palpável, bem como simultaneamente revelam um excedente de significação na medida em que participam das vivências e experiências de um contexto histórico e de um grupo específico (Bourdieu 2003 [1965]).

Importa contudo sublinhar que os quotidianos vividos em contexto de ditadura marcavam já uma relação específica com o “gesto arquivístico” e com o ato de guardar. Podemos afirmar que é possível identificar nestes contextos uma tensão permanente entre o guardado e o destruído. Artières assinala como o desviante é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico (Artières 1998: 11). Mas no contexto do exílio político e da situação que o despoleta, por exemplo, não era na maior parte dos casos possível arquivar, os materiais eram frequentemente destruídos por motivos de segurança, o papel era perigoso, aliás os relatos sobre o perigo dos “papéis” perpassam toda a história das oposições a regimes ditatoriais: queimar, esconder, destruir. O papel portador de informação era simultaneamente precioso e perigoso. Daí o poder do arquivo mental, treinava-se o decorar informação (nomes, moradas), sobrevivia-se com um arquivo imaterial. E frequentemente ouvimos histórias de momentos extremos em que se dá mesmo o consumo do arquivo pelo corpo quando se ingeriam papéis. Se a vida social dos materiais é interessante, aqui ela está intrinsecamente ligada às vidas incertas e precárias dos seus produtores. Revela um dos entrevistados:

«Ao princípio quando eu cheguei e eu falo por mim, arrastas esta experiência de não ter nada em casa para não ser apanhado, levás isso contigo. Mas ao fim de um certo tempo percebes que França é diferente, ninguém te vai entrar em casa às seis da manhã e levantar-te da cama e tal e portanto alivia também essa pressão e vais colecionando mais calmamente coisas que sabes que não te vão comprometer, a repressão não é dessa natureza e isso fica mais leve; permite que tenhas em casa coisas que possas consultar e possas reler» (FC).

De facto importa sublinhar a alteração da relação estabelecida com os materiais produzidos, no entanto a dimensão clandestina pode não desaparecer completamente. Isso é particularmente visível no contexto do exílio português em França, onde se desconfiava permanentemente das forças policiais por se considerar que estas se relacionavam institucionalmente com o regime português, nomeadamente com a polícia política (Pereira 2012): *«A parte clandestina estava dividida por várias casas, pela minha casa, pelo do M e pela do L, fundamentalmente. Dispersávamos, dispersávamos, dispersávamos.»*

(RM); «Material do jornal “O Comunista” era guardado mas ninguém sabia por quem nem onde por questões de compartimentação» (FC). Existem, contudo, exceções e um dos interlocutores narra como registou fotograficamente a sua passagem clandestina da fronteira:

«Eu tenho um rolo completo da passagem da fronteira. E começa logo às 4 da manhã na primeira paragem de automóvel. Há uma fotografia que é logo quando houve luz do dia. Portanto eu sou quem faz a maior parte das fotografias [do salto], mas há uma que é muito conhecida em que nós estamos a fazer um manguito em cima do marco da fronteira. Essa não fui eu que a tirei. Eu estou lá. Estamos lá seis e são só cinco que foram para a Suécia [...] Temos uma reportagem fotográfica da nossa deserção, o que é pouco vulgar. [...] Não houve infracção à disciplina nenhuma porque eu não estava em nenhuma organização porque senão, não tinha feito a fotografia. Não se queria registos. [...]» (FCA).

A relação com o registo é assim sempre ambivalente. Regista-se por um imperativo pessoal, regista-se porque é necessário para o trabalho militante mas o registo pode ser perigoso, incriminatório e constitui frequentemente uma pesada responsabilidade. No tempo subsequente ao exílio o registo assume outros contornos, ele é testemunho, ele permite que não se apaguem os “traços”.

Um arquivo para o futuro e a inscrição na história: notas finais

O arquivo tem sido perspetivado como uma instituição que canoniza, congela e classifica o conhecimento de que os Estados necessitam (Dirks 2001:107), ou seja, como instrumentos de hegemonia (Zeitlyn 2012). Jacques Derrida em *Archive Fever [Mal d'Archive]* (1996), ao explorar a raiz grega da palavra, que deriva de “commandement” (autoridade) e “commencent” (origem), alude às relações de poder que o caracterizam uma vez que o arquivo é um lugar de autoridade, espelha uma tentativa de preservação de algo que deve ser recordado, excluindo o que é necessário esquecer. Derrida e Foucault (1969) sublinham contudo que os arquivos podem ser lidos de forma “subversiva”, abrindo novas possibilidades de reflexão. Perguntamos então como aplicar esta questão aos arquivos do exílio? Como ler e trabalhar os arquivos já existentes?

Os arquivos que aqui analisamos aproximam-se da definição de Almeida e Cachado (2019), quando discutem a pertinência da designação

«arquivos dos antropólogos», ao invés de arquivos etnográficos, colocando justamente a ênfase nos modos de construção do arquivo e na forma como revelam trajetórias pessoais e profissionais. No âmbito das entrevistas realizadas foi possível observar como o conceito de arquivo, do ponto de vista *emic*, vai sendo moldado de forma processual e de acordo com as diferentes conjunturas históricas. A sua constituição, preservação, doação e visibilização é, não só contextual, como frequentemente conflitual e politicamente investida. Como sintetiza Weld «documents, archives, and historical knowledge are more than just the building blocks of politics – they are themselves site of contemporary political struggle» (Weld 2014: 3).

O acervo conta uma história, é resultado de uma seleção, revela uma trajetória. A sua existência não pode ser pensada de forma isolada, ele integra uma atitude mais ampla de compreensão e apreensão do mundo, de uma biografia, de um projeto político. O seu depósito e as atividades que visam a sua visibilização constituem um desejo de inscrição apoiado numa materialidade menos questionável que a da memória. Por outro lado, estes arquivos enquanto espólios pessoais contêm materiais que, quando presentes também em arquivos oficiais como os do Estado Novo (1926-1974)⁽⁷⁾, estão arquivados enquanto material político subversivo. Têm sido assim sujeitos a uma polifonia interpretativa que remete para uma discussão mais ampla sobre o lugar dos arquivos na história e a história de cada arquivo. Onde, como e em que circunstância se podem os materiais relacionar? O Projeto Trust and Technology, sobre a comunidade aborígene Koorie na Austrália defende que para além da documentação guardada pelo governo, a Igreja e outras instâncias de poder e hegemonia deveria ser possível aos sujeitos que são objeto desses arquivos públicos e institucionais acrescentarem as suas próprias “histórias”, ou como refere McKemmish (2013: 37), dar-lhes a possibilidade de “corrigir” o registo, introduzindo a sua versão ou versões, participando como co-criadores, num sistema arquivístico compartilhado e colaborativo, num “multiverso arquivístico” (Idem: 39). Neste o controle é partilhado, os conteúdos negociados e a multiplicidade e heterogeneidade têm lugar para que hegemónico e contra-hegemónico se articulem, diálogos se estabeleçam e silêncios se façam ouvir. Como refere Loff, as pessoas tanto relembram para preservar como para provocar a mudança (Loff 2014) e nesse sentido os arquivos

(7) Nomeadamente o Arquivo da PIDE/DGS e do Gabinete do Ministro do Interior (Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

não são coleções históricas inertes, estes ativam relações dialógicas que o presente coloca ao passado. E o presente coloca sempre questões diferentes de acordo com os agentes que o experienciam (Hall 2001) tal como o gesto de guardar no contexto do exílio configura uma meditação sobre o tempo (Enwezor 2008). De uma configuração moldada pela experiência passada do exílio, clandestina, os documentos vão sendo domiciliados, domesticados, categorizados, ordenados de acordo com o novo tempo da preservação, da doação e por isso não encerram temporalidades, soltam-nas.

Bibliografia

- AA.VV. (2016) (2018). *Exílios. Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961/1974)*, vol 1 e 2. Lisboa: AEP61-74.
- Almeida, Sónia Vespeira; Cachado, Rita (2019). "Archiving Anthropology in Portugal", *Anthropology Today*, 35 (1), 22-25
- Appadurai, Arjun (1986). *The Social Life of Things – Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Artières, Philippe (1998). "Arquivar a própria vida", *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 9-34. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 25 Jun. 2019.
- « – » (2013). "Arquivar-se: a propósito de certas práticas de auto-arquivamento", in Isabel Travancas, Joëlle Rouchou, Luciana Heymann (org), *Arquivos pessoais. Reflexões multidisciplinares*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 45-66.
- Bal, Mieke (2009) [2002]. *Conceptos Viajeros en las Humanidades. Una guía de Viaje*. Murcia: CENDEAC.
- Bourdieu, Pierre (2003) [1965]. *Un arte medio*. Barcelona: Editorial Gili.
- Cardina, Miguel (2011). *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal, 1964-1974*. Lisboa: Tinta da China.
- Cardina, Miguel; Sena Martins, Bruno (2018). "Introdução", in Miguel Cardina e Bruno Sena Martins (org), *As Voltas do Passado. A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*. Lisboa: Tinta-da-China, 11-20.
- Derrida, Jacques (1996). *Archive Fever, A Freudian Impression*. London, Chicago: University of Chicago Press.
- Dufoix, Stéphane (2005). "La communauté politique des exilés, une nation hors l'État", *Hommes & Migrations*, 1253, 6-14.

- Enwezor, Okwui (2008). *Archive Fever: uses of Document in Contemporary Art*. Gottingen, Steidl, New York: International Center of Photography.
- Foucault, Michel (1969) *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- Gell, Alfred (1998). *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon Press.
- Giddens, Anthony (1991). *Modernity and Self-identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press.
- Hackl, Andreas (2017). "Key figure of mobility: the exile", *Social Anthropology*, 25 -1, 55-68.
- Halbwachs, Maurice [1925] (1994). *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: Albin Michel.
- « - » [1950] (1997). *La Mémoire Collective*. Paris: Albin Michel.
- Hall, Stuart (2001). "Constituting an archive", *Third Text*, 54, 89-92.
- Koselleck, Reinhart (2004). *Futures Past. On the Semantics of Historical Time*. New York: Columbia University Press.
- Loff, Manuel (2014). "Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian Portugal", *Culture & History Digital Journal*, vol. 3, nº 2. <http://cultureandhistory.revistas.csic.es/index.php/cultureandhistory/article/view/56/213>
- « - » (2015). "Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)", in Manuel Loff, Filipe Piedade, Luciano Castro Soutelo (org), *Ditaduras e Revolução*. Coimbra: Almedina, 23-143
- Lowenthal, David (1985). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press
- Lumsden, David. P. (1999). "Broken Lives? Reflections on the Anthropology of Exile & Repair", *Refuge*, vol. 18, nº 4, 30-39.
- Malkki, Liisa (1995). "Refugees and Exile: From "Refugee Studies" to the National Order of Things", *Annual Review of Anthropology*, 24, 495-523.
- McKemmish, Sue (2013). "Provas de mim ... novas considerações", in Isabel Travancas, Joëlle Rouchou, Luciana Heymann (org.), *Arquivos Pessoais. Reflexões Multidisciplinares e Experiências de Pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 17-43.
- Nuselovici, Alexis (2013). "Étudier l'exil", FMSH-PP, nº 9, FMSH. Disponível em : <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00861243/document>. Acesso em: 25 Jun. 2019.
- Peralta, Elsa (2017). *Lisboa e a Memória do Império*. Lisboa: Outro Modo/ Monde Diplomatique.

- Pereira, Victor (2012). *La dictature de Salazar face à l'émigration: l'État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.
- Said, Edward (2001). *Reflections on Exile: and other literary and cultural essays*. London: Granta.
- Silva, Douglas Mansur da (2007). *Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil. Formação e Transferência Cultural, Século XX*, Tese de doutoramento, Museu Nacional, UFRJ/MN.
- Svasek, Maruska, ed. (2012). *Moving subjects. Moving objects. Transnationalism, Cultural Production and Emotions*. New York, Oxford: Berghan Books.
- Travancas, Isabel, Rouchou, Joëlle, Heymann, Luciana, org. (2013). *Arquivos pessoais. Reflexões multidisciplinares*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Traverso, E., 2012 [2005]. *O passado, modos de usar. História, memória e política*. Lisboa: Edições Unipop.
- Weld, Kirsten (2014). *Paper Cadavers. The Archives of Dictatorship in Guatemala*. Durham/London: Duke University Press.
- Zeitlyn, David (2012). "Anthropology in and of the Archives: Possible Futures and Contingent Pasts, Archives as Anthropological Surrogates", *Annual Review of Anthropology*, 41, 461-480.

Fontes

Entrevistas gravadas

- Fernando Cardeira (FCA) e Conceição Cardeira (CC), Lisboa.
Fernando Cardoso (FC), Lisboa.
Joaquim Saraiva (JS) e Teresa Couto (TC), Monte da Caparica.
Rui Mota (RM), Lisboa.
Vasco Martins (VM), Paris.

Arquivos particulares

- Fernando Cardeira
Fernando Cardoso
Joaquim Saraiva
Rui Mota
Vasco Martins

O EXÍLIO PORTUGUÊS NO MARROCOS INDEPENDENTE:
DINÂMICAS E PROTAGONISTAS⁽¹⁾
THE PORTUGUESE EXILE IN MOROCCO AFTER THE
INDEPENDENCE: DYNAMICS AND PROTAGONISTS

SUSANA MARTINS
Centro de Estudos Sociais
su.msartins@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2870-833X>

Texto recebido em / Text submitted on: 24/07/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 21/01/2020

Resumo:

O artigo apresenta uma panorâmica do exílio português em Marrocos após a independência deste país, articulando-a com as dinâmicas da oposição portuguesa no interior e noutros círculos da diáspora oposicionista e com o desenvolvimento da situação política do próprio território. Centrando a análise na evolução da composição do núcleo e das iniciativas por si promovidas, bem como das suas conexões com a emigração económica lusa aí radicada, observa também as relações estabelecidas com outras comunidades militantes a atuar em Marrocos. Pretende ainda examinar a forma como a missão diplomática

(1) Este artigo foi produzido no âmbito dos projetos *De Rabat a Argel: caminhos cruzados entre a luta antifascista e a luta anticolonial (1961-1974)*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (BPD/117494/2016) e *Exílios contra a Ditadura*, financiado pela Foundation for Sustainability and Innovation e sediado no Centro de Estudos Sociais e no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

portuguesa intentou controlar tais atividades. Enfim, propõe uma avaliação global da ação do núcleo democrata português nesse período.

Palavras-Chave:

Exílio; Marrocos; Estado Novo; Oposição.

Abstract:

The article presents an overview of the Portuguese exile in Morocco after the independence of the country, articulating it with the dynamics of the Portuguese opposition, not only those operating inside national borders but also with other circles of exile and with the development of the political situation of the territory itself. Focusing the analysis on the evolution of the composition of its core and the initiatives promoted by it, as well as its connections with the Portuguese economic emigration there, one can also observe the relations established with other militant communities operating in Morocco. It also aims to examine how the Portuguese diplomatic mission attempted to control such activities. Finally, we venture to make a global assessment of the action of the Portuguese Democrat core in this period.

Keywords:

Exil; Morocco; Estado Novo; Opposition.

No início da década de trinta formou-se em Marrocos um pequeno núcleo democrata português constituído por exilados recém-chegados e elementos da emigração económica lusa aí radicados. Com naturais oscilações na sua composição e no seu dinamismo, mercê das flutuações da luta oposicionista e da política portuguesa, marroquina e mundial, mas que se manteve até ao final do Estado Novo.

O conhecimento sobre a sua atuação continua, todavia, muito parcelar. Se a dissertação de Cristina Clímaco (1998) e o livro de Paulo Jorge Pires e Maria João Raminhos Duarte (2003) avançam pistas para o intervalo que medeia entre 1931 e 1945, nada se sabe do período entre o pós II Guerra Mundial e os finais de cinquenta, altura em que Luís Farinha (1995) refere as movimentação do exilado Fernando Queiroga no território. Os primeiros anos de sessenta voltam a ser alvo da atenção dos historiadores, seja pela utilização de Marrocos como ponto de apoio na preparação de ações contra a ditadura

(Raby 2004), seja pelo papel desempenhado na aproximação à luta anticolonial e na constituição de uma base de trabalho oposicionista na Argélia (Martins 2016 e 2018). Também a biografia de Humberto Delgado (Rosa 2005) faz alusões às passagens do general pelo país e aos contactos aí estabelecidos entre 1961 e fevereiro de 1965, data do seu assassinato. Complementarmente, um pequeno conjunto de memórias ajuda a esclarecer alguns aspetos da realidade do núcleo marroquino (Cardoso 2003; Cerqueira 1976; Jesus 2006). Sem que qualquer um dos estudos acompanhe a sua evolução no tempo longo ou atente à forma como, por exemplo, vai interagindo com as autoridades do território, a colónia portuguesa e outros círculos de exilados.

O presente artigo propõe-se contribuir para diminuir esta lacuna. Na impossibilidade de abordar todo o período de existência do núcleo, focar-se-á nos anos entre 1956, altura em que Marrocos se tornou independente e se inaugurou uma nova etapa política no jovem país, e 1974, quando foi derrubado o Estado Novo. Observar-se-á a evolução da composição do núcleo e das iniciativas por si promovidas, bem como as suas conexões com a emigração económica lusa e outras comunidades militantes aí fixadas e a forma como a missão diplomática portuguesa tentou controlar estas atividades. Análise que se procurará articular com as dinâmicas da oposição portuguesa no interior e noutros meios da diáspora e com o desenvolvimento da situação no próprio território marroquino. Para isso recorrer-se-á à produção historiográfica disponível, a fontes escritas oficiais, mormente diplomáticas e policiais, a acervos particulares de antigos exilados e a testemunhos orais e escritos de antigos protagonistas. Intentar-se-á, por fim, uma avaliação global da ação do núcleo democrata português no período considerado.

Mudança de ciclo, novas expetativas

Em 1956 a maior parte do território marroquino, até aí repartido entre várias potências coloniais, tornou-se independente. Encerrava-se mais de século e meio de domínio colonial (Vermeren 2016).

O novo ciclo político alimentou a esperança de que Marrocos pudesse constituir-se como decisiva plataforma anticolonial e antifascista. A sua posição geoestratégica – fronteiro à Argélia em guerra contra a França colonizadora, vizinho das ditaduras ibéricas, interface privilegiado com

a África em luta pela sua total descolonização e com acesso facilitado a França e a outros países europeus –, aliada à própria experiência do movimento nacionalista marroquino explicavam-no sobremaneira. Depressa aí ocorreu um heterogêneo corpo de militantes engajado na luta anticolonial e na resistência contra os regimes de Franco e Salazar (Simon 2011).

Portugal vivia também um momento de viragem. A campanha para as eleições legislativas de 1957 e, sobretudo, a candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República, no ano seguinte, reativaram a mobilização oposicionista, depois da forçada retração nos primeiros anos da década. Concretizada a previsível fraude eleitoral, concentraram-se esforços no enquadramento político desse entusiasmo popular, tanto no plano legal como clandestino. A criação do Movimento Nacional Independente, da Junta Nacional de Libertação ou das Juntas de Acção Patriótica patenteiam tais esforços, ao mesmo tempo em que se assistia a uma conspiração larvar envolvendo meios militares e civis (Martins 2018).

Esta agitação social e política e a violenta repressão movida pelo regime, por um lado, e o deflagrar da guerra colonial em 1961, por outro, avolumaram, progressiva e crescentemente, o caudal dos que se refugiavam no exílio. Entre estes estavam figuras gradas da oposição, como Henrique Galvão, Humberto Delgado ou Álvaro Cunhal. Mas também muitos anónimos, despertados para a política pela candidatura delgadista ou por esta reanimados, muitos arredados dos modelos oposicionistas tradicionais e convictos da imprescindibilidade de radicalizar o combate. Redimensionava-se assim, qualitativa e quantitativamente, a diáspora política portuguesa, dispersa pela Europa ocidental e de leste, pelo norte de África e pela América latina e do norte. Cada um dos núcleos com as suas especificidades, todos com um ponto em comum: o desejo de reassumir um maior protagonismo na luta. Mudanças bem espelhadas na comunidade democrata portuguesa fixada ou de passagem por Marrocos, como se verá.

Em 1958, o responsável pela Legação de Portugal em Marrocos estimava cifrar-se entre cinco e oito mil os membros da colónia lusa, aglomerados sobretudo nas regiões de Casablanca, Rabat, Tânger e Meknès⁽²⁾. Este era o destino preferencial da emigração económica proveniente do Algarve desde os inícios dos tempos modernos, cuja relevância económico-social

(2) Arquivo Histórico Diplomático (AHD), 2.º Piso, A 7, M 566 e PEA, M 302.

foi crescendo ao longo da época contemporânea e se manteve até meados da década de cinquenta do século XX (Dias e Anica 2017).

A comunidade granjeava a simpatia das autoridades e misturava-se com a população autóctone nos bairros mais populares, com esta partilhando uma vida modesta. Outros, em menor número, tinham investido em negócios próprios ou estavam empregados em serviços públicos ou privados cujos proventos lhes garantia certo conforto económico⁽³⁾.

Tinham-se formado várias coletividades recreativas e de beneficência. As mais antigas e de maior dimensão eram o Club Lusitano de Rabat e a Casa dos Portugueses de Marrocos. Em Casablanca, existiam também o Club Recreativo Português de Roches-Noires e a Associação Portuguesa de Beneficência, além de estar assegurado o ensino da língua e da história pátria pela Escola Portuguesa⁽⁴⁾. «Todas unidas» e mantendo «as melhores relações com este Consulado», sublinhava o cônsul português em Casablanca em 1954⁽⁵⁾.

Este foi o cenário encontrado por Fernando Queiroga à sua chegada ao país nos finais de 1959. Principal impulsionador da Frente Cívica Revolucionária, organismo oposicionista criado no Brasil, em seu nome tinha-se desdobrado em contactos com vista à angariação de apoio logístico e financeiro para a revolta que derrubaria Salazar⁽⁶⁾. Mantendo contactos com os círculos democratas do Brasil, da Venezuela e de França, os seus principais aliados eram na verdade os antifranquistas espanhóis, com quem constituíra o Movimento da Frente de Libertação e com quem intentava preparar um ataque concertado às ditaduras ibéricas, ideia que então frutificava (Raby 1995). As facilidades de acesso a Portugal e Espanha e de ligação às redes internacionalistas a atuar em Marrocos motivaram a transferência da base do seu comité coordenador para Tânger. Seguiram-se meses de intensa atividade, centrada no treino de operacionais e no trabalho de propaganda, sem que pareça haver interesse na aproximação à colónia portuguesa, nem mesmo aos seus elementos mais politizados (Farinha 1995).

(3) AHD, Repartição dos Negócios Políticos, A 58, M 161.

(4) AHD, PAA, M 1144.

(5) AHD, 2.º Piso, A 59, M 282 e PEA, M 302.

(6) Preso na sequência do seu envolvimento na Revolta da Mealhada, em 1946, Queiroga saíra de Portugal pouco depois da sua libertação, estabelecendo-se no Brasil em 1950.

Estas movimentações eram acompanhadas pela polícia política portuguesa. Se inicialmente o Movimento beneficiava da tolerância das autoridades marroquinas, as fortes pressões logo conseguiram determinar um volte-face, com a expulsão de Queiroga, em abril de 1960, e a garantia formal de que não seriam consentidas «quaisquer actividades subversivas e conspiratórias contra [o] Governo Português» no país⁽⁷⁾. Garantia insistentemente relembra doravante.

Em julho de 1961 um grupo de sete jovens portugueses chegou a Tânger, depois de arriscada aventura marítima desde o Porto, que a urgência de fugir a uma iminente mobilização para a guerra colonial e à perseguição policial de que uma parte deles era alvo havia ditado. A condição de estudantes de alguns deles levou-os a procurar o amparo da União Nacional dos Estudantes Marroquinos, que efetivamente os ajudou a ultrapassar os embaraços burocráticos pela falta de documentos válidos e os acolheu na sua sede em Rabat. Para, logo, a repressão sobre o movimento estudantil, com o encerramento das suas instalações e a prisão dos seus mais ativos membros, os voltar a colocar em dificuldades. Nesse ínterim, um dos casais – Fernando Vasconcelos e Maria Helena Vidal – recebeu apoio financeiro da família e alugou uma casa, os restantes – o casal Cláudio Torres e Manuela Barros Ferreira, Hermínio Magalhães, José Duarte Afonso e Valdemar Pinho – alojaram-se em abrigo provisório conseguido por intermediação dos estudantes marroquinos e lançaram mão ao que podiam para conseguir o indispensável à sua sobrevivência⁽⁸⁾.

Ao corrente dos traços gerais da façanha dos jovens através da imprensa, Amílcar Cabral procurou este último grupo numa das suas regulares passagens por Marrocos. «Houve uma empatia imediata», relembra Cláudio Torres, ponto de partida para «um contacto fundamental» com os movimentos de libertação representados em Rabat através do secretariado permanente da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)⁽⁹⁾. Foi com os responsáveis por esta organização e com outras figuras de proa

(7) AHD, Telegramas expedidos Embaixada Rabat, 1961.

(8) Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres, Tondela e Mértola, julho e setembro de 2015. Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A).

(9) Da CONCP faziam parte, entre outros, o Movimento Popular para a Libertação de Angola, o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde, a União Democrática Nacional de Moçambique, o Partido do Povo de Goa e o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe. Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres...

dos movimentos nela integrados que o quinteto português começou a colaborar. Para os nacionalistas, era a concretização da resolução dedicada à oposição portuguesa saída da assembleia fundadora da CONCP, onde se sublinhava o desejo de com esta manter um diálogo construtivo e cooperar eficazmente, «na base do reconhecimento solene do direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência nacional» (Lara 2006: 72). Nesse sentido, era fundamental encontrar um interlocutor válido do movimento democrático português.

Alerta vermelho

Exilados no Brasil, Henrique Galvão e Humberto Delgado tinham desenhado um plano revolucionário contra o regime. Procurando um acesso facilitado a Portugal e na expectativa de uma relativa liberdade de movimentos, Marrocos pareceu-lhes o local ideal para o materializarem. No verão de 1961, para aqui seguiu um conjunto de partidários seus, uns com objetivo de se introduzirem clandestinamente no país e prepararem uma revolta no interior, outros de reunir no norte de África as condições necessárias a uma ação complementar no exterior, que seria a tomada de um avião. Com efeito, o corte de relações entre os dois dirigentes, ainda no Brasil, tinha ditado a rompimento formal do projetado, embora os operacionais continuassem secretamente a trabalhar em articulação. Galvão e Delgado rumaram ao Magreb pouco depois (Raby 2004).

Esta estadia em território marroquino apresentava-se à CONCP como uma oportunidade única para encetar o diálogo, o grupo de Cláudio Torres o veículo que promoveria a aproximação. As tentativas de contacto com Galvão revelaram-se infrutíferas, pelo que os nacionalistas investiram na aproximação a Delgado (Jesus 2006). A mobilização popular em torno da sua candidatura presidencial fora impressionante e ecoara além-fronteiras, posicionando-o como “líder da oposição portuguesa”. Interessava agora infletir a orientação colonialista do general para que o pudessem ter como aliado. O general relutou, mas cedeu perante a insistência do grupo de Cláudio Torres e esses contactos foram efetivamente determinantes para alterar a sua visão (Rosa 2008).

Entre as forças do regime crescia a inquietação, alimentada pela torrente de informações e contrainformações oriunda da polícia

política portuguesa e dos seus informadores a atuar no território, das suas congéneres estrangeiras, das missões diplomáticas portuguesas em Marrocos e noutros países, ou dos serviços das representações diplomáticas estrangeiras. Sinalizava-se o «perigo iminente da tomada comunista da Península Ibérica» a partir de solo marroquino, a provável instalação de um governo da oposição no exílio e, em geral, toda e qualquer atividade «indesejável» aqui desenvolvida⁽¹⁰⁾. E, com a chegada de Galvão e Delgado, decretou-se o estado de alerta máximo. Rumores sucessivos referiam-se ao desembarque de material de guerra e voluntários nas costas portuguesa e espanhola, a um novo atentado contra Salazar como momento inaugural da revolta em preparação, à existência de um centro de recrutamento para ações «subversivas» em Casablanca e, até... a «atentado contra aviões [da] TAP»⁽¹¹⁾.

Internamente, reforçou-se de imediato a segurança, por exemplo com o patrulhamento do litoral algarvio⁽¹²⁾. Ao mesmo tempo, intensificava-se a campanha diplomática junto dos responsáveis marroquinos. Estes alegavam surpresa pela chegada dos líderes, apenas consentida por serem portadores de passaportes brasileiros, e afiançavam que não lhes seria autorizada a permanência ou «qualquer actividade política», nem o «menor contacto, mesmo officioso, com qualquer autoridade». Além de que sobre eles exerceriam estrita vigilância, para que pudessem conhecer a «rede [dos] seus adeptos portugueses e espanhóis», a bem da «amizade para com Portugal»⁽¹³⁾.

E eis que a 10 de novembro as razões do alarme se confirmaram. Os operacionais ligados a Henrique Galvão tomaram o avião comercial da TAP que fazia a carreira Casablanca – Lisboa, desviando-o da sua rota e fazendo-o sobrevoar diversas localidades sobre as quais lançaram propaganda oposicionista, após o que regressaram a Marrocos. Um «acto de pirataria», considerava o embaixador de Portugal em carta dirigida a Ahmed Balafrej, ministro de Estado e representante pessoal do rei, cuja gravidade impunha a «entrega [às] autoridades judiciais portuguesas

(10) AHD, PEA Confidenciais, M 21; Aerogramas expedidos Rabat, 1961; PAA, M 1144; Telegramas expedidos Embaixada Rabat, 1961.

(11) AHD, Coleção Especial de Telegramas, Ano 1961, Pt 145 e ANTT, AOS/CO/PC-81, Pt 1 - 2ª sd (72).

(12) Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), AOS/CO/PC-81, Pt 1 - 2ª sd (91).

(13) AHD, Coleção Especial de Telegramas, Ano 1961, Pt 145.

[dos] criminosos [de] direito comum culpados [da] agressão»⁽¹⁴⁾. Simultaneamente, a pedido do grupo de Cláudio Torres, Amílcar Cabral intercedia a favor dos ativistas no sentido de evitar a repatriação, o que efetivamente aconteceu, embora não tivesse podido contrariar a ordem de expulsão⁽¹⁵⁾. A expulsão abrangia também Humberto Delgado, mas o general conseguiu suspender o processo, sem todavia evitar o reforço da vigilância sobre si e os seus partidários⁽¹⁶⁾.

Porém, pouco mais de um mês depois, ratificaram-se novamente as apreensões de Lisboa, quando Delgado partiu de Marrocos para entrar clandestinamente em Portugal, com vista a encabeçar a revolta de Beja. Mais um argumento para que se mantivesse a suspensão da carreira aérea entre os dois países, decidida pelo regime após os eventos de novembro, bem como para cobrar a promessa de uma rigorosa vigilância sobre os exilados portugueses pelos marroquinos. A esse fim, solicitavam estes mais informações sobre os «indesejáveis», sendo entregue uma «relação de alguns dos indivíduos que se encontram em Marrocos e que se dedicam a actividades subversivas contra Portugal», com uma nota biográfica de cada um, elaborada pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). Da lista constavam 14 nomes, seis de portugueses, os restantes de naturais das colónias lusas. E, sobre estes, os marroquinos recusavam-se a exercer o controlo desejado. Assunto africano e arredado da política de boa vizinhança com Portugal, assim se justificava o patrocínio oficial à sua ação no território⁽¹⁷⁾.

Entre os arrolados estavam os elementos do núcleo de Cláudio Torres que ainda permaneciam em Marrocos – todos detalhadamente identificados, com referência às suas anteriores ligações ao Partido Comunista Português (PCP), do qual todos tinham sido simpatizantes ou militantes – e António Santos Dores, apresentado como «desertor do Exército». Membro do Ateneu Cooperativo e do corpo redatorial da *Seara Nova*, Dores cumpria serviço militar como alferes-médico quando soubera estar para breve a sua mobilização para Angola. Alegando razões profissionais, pedira licença especial para se ausentar a Londres, saindo do país. Rabat foi afinal o seu destino, onde chegou em agosto de 1961

(14) Idem.

(15) Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres...

(16) AHD, Coleção Especial de Telegramas, Ano 1961, Pt 145.

(17) AHD, PEA, M 39, PAA, M 1144, Telegramas recebidos Rabat, 1962 e Telegramas expedidos Embaixada Rabat, 1961.

e, perante a falta de médicos e de outros profissionais de saúde no país, rapidamente conseguiu colocação⁽¹⁸⁾. Terá sido a conotação com os meios oposicionistas e o próprio ato de recusa da guerra colonial a colocá-lo sob a mira da PIDE.

Será aqui o *eldorado* do exílio português?

Entretanto, Cláudio Torres e os seus companheiros tinham conseguido emprego e equilibraram a sua situação pessoal, o que lhes dava condições para retomar um trabalho político mais sistemático. O Comité de Apoio aos Desertores e Refractários Portugueses surgiu neste contexto. Numa altura em que tendia a aumentar o fluxo daqueles que recusavam participar na guerra colonial, tornava-se premente a existência de uma estrutura que os acolhesse e intermediasse os contactos com os poderes marroquinos. Evitando que fosse a outra parte beligerante, representada pela CONCP, a fazê-lo, argumentara Amílcar Cabral a Cláudio Torres quando o incitara a criar o organismo⁽¹⁹⁾.

Sendo certo que Marrocos nunca se constituiu como uma rota de fuga preferencial, são várias as evidências que apontam a chegada regular de clandestinos em navios que aqui aportavam, através das redes de emigração ilegal que se mantinham em funcionamento no sotavento algarvio ou entregues pela CONCP⁽²⁰⁾. Geralmente despolitizados, o objetivo da maioria era rumar a outros destinos, sobretudo a França, para o que contavam com a intermediação da Cruz Vermelha. Mas o intento dependia da posse de documentos válidos. Os expedientes para o conseguir iam da falsificação de passaportes de membros da colónia portuguesa, que os cediam para esse fim, à emissão de livres-trânsito pelo governo marroquino. Foi a necessidade de obter mais documentos o móbil do assalto à chancelaria da Embaixada de Portugal em Rabat na noite de 28 para 29 de maio de 1962, protagonizado por Cláudio Torres e Valdemar Pinho. Saldou-se a ação no roubo de cerca de trinta passaportes e da placa metálica identificativa da representação, e na

(18) ANTI, PIDE, SC GT 547 NT 1417 e SC CI(2) 143 NT 6966.

(19) Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres...

(20) Idem; Entrevista da autora com Joaquim Caiano Santos, Figueira da Foz, 23 de abril de 2019, CD25Ae ANTI, PIDE, SC CI(2) 1273 NT 7077.

pichagem da fachada do prédio com a inscrição «A bas Salazar assassin», a letras garrafais⁽²¹⁾.

Por outro lado, os jovens abeiraram-se do Club Lusitano de Rabat, como referimos uma das associações mais emblemáticas da colónia portuguesa. Situado num belo casarão na então rue de Bordeaux, era o local onde tinham lugar as festas de aniversário, batizado e casamento dos membros da comunidade, onde se organizavam bailes e torneios de jogos de tabuleiro, onde se comemoravam feitos desportivos de equipas patricias, enfim, onde se convivia. Era, pois, o espaço ideal para desenvolver um trabalho político complementar⁽²²⁾.

Enquanto isso, acorriam ao território outros conterrâneos. Como foi o caso de Eugénio Vargas, desenhador topógrafo que respondeu a anúncio publicado na imprensa portuguesa solicitando profissionais da sua área. Em meados de 1962 juntou-se-lhe a família, assim como Joaquim Caiano Santos, seu antigo colega do Instituto Geográfico Cadastral⁽²³⁾. Ambos sem «qualquer motivação política», embora «fossem do contra», apenas buscavam as oportunidades profissionais que aí lhes eram oferecidas⁽²⁴⁾. A facilidade de colocação atraiu também um conjunto de médicos e profissionais de saúde, sobre quem pendia a ameaça de mobilização para a guerra colonial, em que recusavam liminarmente participar. Quintino de Barros, Victor Blanc, Maria Zita Blanc, Luís Garcia e Silva, Elisa Areias, Paulo Mendo e Mário Leão Ramos foram alguns dos que se instalaram entre setembro de 1962 e os primeiros meses do ano seguinte⁽²⁵⁾. Parte deles com histórico anterior na luta oposicionista, inclusive com passagens pelas cadeias políticas, aqui assumiram níveis de militância muito díspares.

Em julho de 1962 tinha aportado em Tânger outro grupo de nacionais em fuga à repressão: Fernando Piteira Santos, Adolfo Ayala e Germano Ferreira da Costa. O motivo da evasão dos dois primeiros fora o profundo envolvimento na preparação da fracassada revolta de Beja ocorrida meses antes, mas o currículo de militância oposicionista e de prisões de qualquer

(21) Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres... e AHD, PAA, M 1144.

(22) Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres...; Entrevista da autora com Joaquim Caiano Santos...; ANTT, PIDE, SC CI(2) 3309 NT 7259.

(23) AHD, EEA, M 146.

(24) Entrevista da autora com Joaquim Caiano Santos...

(25) Testemunho escrito de Elisa Areias e Luís Garcia e Silva, agosto de 2012; ANTT, PIDE, SC E/GT 3813 NT 1496, SC CI (2) 627 e SC E/GT 3924 NT 1498.

um deles era extenso. Ferreira da Costa era um dos responsáveis pelo sector estudantil comunista de Coimbra, sobre o qual se abatera uma vaga repressiva. Procurados pela polícia e coagidos à clandestinidade, a permanência no país era insustentável. O desfecho acabou por ser a saída ilegal a partir de Vila Real de Santo António, de onde haviam sido conduzidos ao Magreb em traineira tripulada por Gabriel Pedro⁽²⁶⁾.

Ferreira da Costa seguiu pouco depois para Lausanne, enquanto os companheiros de expedição procuravam reatar ligações anteriores e retomar o trabalho político. Conhecer as possibilidades locais foi uma das preocupações. Puseram-se em contacto com Santos Dores e com Cláudio Torres, foram apresentados a Armando Tibúrcio – ou Manolo, como era apelidado –, algarvio há muito domiciliado no território e presidente do Club Lusitano, iniciaram a tentativa de estruturação de um núcleo democrata, criando a Associação dos Portugueses Livres de Marrocos (PLM).

António Santos Dores tinha equacionado hipótese semelhante assim que se instalara no território, mas receara avançar por não confiar no engajamento de alguns dos elementos presentes, esclarecia o médico ao seu antigo camarada da *Seara Nova*, Manuel Sertório, exilado no Brasil⁽²⁷⁾. Interpelara-o este, querendo averiguar das condições para aí estabelecer «um bureau político de anti-salazaristas, com o General à frente, que funcionasse como Secretaria Exterior da Oposição Portuguesa»⁽²⁸⁾. Considerava-o sítio seguro e com uma posição geoestratégica inigualável, porventura por indicações recebidas de Humberto Delgado (Sertório 1990). Dores confirmou-lhe as expetativas, embora sublinhasse depender de «diligências oficiais junto de altas entidades» a instalação de «pequeno e discreto bureau», que teria de «viver um pouco à sombra da influência e conhecimentos que a CONCP goza aqui em Marrocos»⁽²⁹⁾.

Este era um projeto que germinava nos círculos do exílio português há um bom par de anos: lançar uma frente unitária, capaz de assegurar um diálogo sistemático e célere entre o interior e o exterior, de coordenar a ação dos núcleos democratas na diáspora e de inscrever o «problema português» na agenda política internacional (Martins 2018). Os apoios

(26) Entrevista da autora com Fernando-António Almeida, Lisboa, 13 e 20 de dezembro de 2018 e 3 de janeiro de 2019, CD25A; ANTI, PIDE, SC E/GT 3026 NT 1484.

(27) CD25A, Fundo Manuel Sertório (MS), Carta 743.

(28) CD25A, MS, Carta 744.

(29) CD25A, MS, Carta 743.

vinham a alargar-se no país e no exterior, Piteira Santos era agora um dos seus entusiastas. Defensor de uma perspectiva frentista já em Portugal, foi a estadia em Rabat a mostrar-lhe a importância do trabalho diplomático e a urgência de inscrever a luta anticolonialista na agenda política antissalazarista, como condições para a visibilidade e o patrocínio à causa oposicionista portuguesa (Martins 2016). Além do mais, o redimensionamento numérico e qualitativo do exílio português, já notório nesta altura, tornava-o não só possível como desejável, sendo a forma de dar continuidade ao engajamento político consequente desses recém-chegados, muitos deles figuras cimeiras da resistência.

Esta viragem na estratégia oposicionista ia fazendo caminho nos seus diferentes sectores e em particular nos meios do exílio. Mas a forma que ela viria a assumir dividia opiniões. Com a maioria a recusar liminarmente a possibilidade de que resultasse na criação de um Governo Provisório no Exílio, proposta acalentada por Humberto Delgado e alguns dos seus correligionários. “Caricatura”, assim a classificavam Piteira e Ayala a Delgado quando com este reataram contacto em outubro de 1962⁽³⁰⁾. Procuravam sim convencer o general do benefício de estabelecer organismo unitário coordenador da atividade política da emigração, que tivesse sob a sua alçada um centro de apoio logístico a instalar na zona litoral de Marrocos e da Argélia.

Viviam-se tempos decisivos no norte de África. O conflito franco-argelino entrava na sua fase final. As atenções concentravam-se agora nas disputas pelo poder entre as diferentes facções da Frente de Libertação Nacional, de cujo desenlace dependia, não só o futuro imediato do jovem país, como o de África e do mundo. A liderança de Ben Bella acabou por se impor e com ela uma visão que elegia uma via socialista arredada do modelo soviético, inspirada no nacionalismo árabe de Nasser e próxima do Movimento dos Não-Alinhados, e que declarava ao mundo a sua solidariedade com todas as lutas anticoloniais e antifascistas ainda por vencer (Stora 2004). Em território marroquino, os círculos internacionalistas rejubilavam e estudavam a forma de influenciar a construção da nova Argélia e de aí fixarem as suas bases de trabalho.

Conjeturas e movimentações conhecidas direta ou indiretamente pelos exilados portugueses em Marrocos. Dores apontava-as com entusiasmo a Sertório, Piteira fazia o mesmo aos seus contactos. A CONCP assumiu uma

(30) CD25A, Fundo Piteira Santos (PS), Carta 14.

vez mais um papel determinante neste quesito, estabelecendo a ligação entre o núcleo democrata português e essas redes, que contribuíram decisivamente para a introdução dos antissalazaristas na Argélia (Martins 2018). Mas também os exilados espanhóis contribuíram para esta aproximação, a convite de quem Cláudio Torres proferiu umas palavras de solidariedade às tropas argelinas concentradas na região de Oujda e que iriam entrar na Argélia para o combate final⁽³¹⁾.

Ao contrário, em Marrocos, apertava o espaço de manobra. Com a entrada em cena de Hassan II, a política interna e externa do país deslizava para o conservadorismo. A afirmação da autoridade do rei sobre a dos partidos foi um dos aspetos dessa alteração, com a atribuição de crescentes responsabilidades a pessoas da confiança do monarca e o conseqüente afastamento de partidos até então com grande peso político, como o Istiqlal. E, ainda em 1961, deram-se os primeiros episódios de repressão sobre o movimento sindical e estudantil. No plano internacional, mantinha-se formalmente uma política de não alinhamento, mas evidenciava-se o desejo de maior aproximação ao Ocidente, nomeadamente melhorando as relações com as antigas potências coloniais – França e Espanha –, enquanto pareciam esfriar as relações com o bloco comunista.

Tendo de lidar com as constantes tentativas de infiltração de agentes da polícia política e sem expectativas de ter permissão para o funcionamento público de uma base de trabalho oposicionista, avaliava-se seriamente a hipótese argelina, no encaço do caudal militante que aí desaguiaria (Byrne 2016).

Entre a esperança e a discórdia

Em novembro de 1962, Piteira Santos encaminhou-se para Paris. Ultimavam-se os preparativos para a realização da aguardada Conferência das Forças Antifascistas Portuguesas, que decorreria em Roma nos derradeiros dias desse ano e da qual resultou a criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN). Movimento unitário, assente nas Juntas de Acção Patriótica que se tinham vindo a constituir no país desde 1959 e encabeçado pelo seu órgão diretivo – a Junta Central de Acção Patriótica –, que instalaria um secretariado no exterior.

(31) Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres...

Enquanto isso, em Marrocos, o pequeno núcleo democrata desmobilizava. A ação de Piteira fora nociva, assumindo o “papel de interlocutor único” do grupo e espalhando um clima de desconfiança⁽³²⁾. Santos Dores e Eugénio Vargas foram mesmo alvo da acusação de serem agentes infiltrados. Dores afastava-se assim da atividade política e, ao seu redor, cerraram fileiras os colegas de profissão que havia “chamado” e nele confiavam, «convencidos como estamos da ineficácia de tal trabalho (descrentes da sua utilidade no exterior tal como é feito e da idoneidade política de muitos dos que a ele se estão dedicando)»⁽³³⁾. Cláudio Torres estranhava também os métodos de Piteira, estava de partida, todavia, correspondendo à solicitação do PCP para que seguisse para Praga.

Por seu turno, Adolfo Ayala dedicava-se com afinco ao alargamento da influência dos PLM em Rabat, apoiado num pequeno grupo de compatriotas há muito radicado no território e que fazia a ponte para a emigração económica. Conseguiu montar um “lar” para os refugiados na rue Marie Feuillet, iniciou a publicação de um boletim copiografado pela CONCP e com esta continuou a colaborar noutras questões, deu sequência aos contactos com oposicionistas dispersos por outras cidades de Marrocos, acompanhava as novidades da comunidade através do Club Lusitano. Já o núcleo dos médicos, a par das facilidades oferecidas pelos dirigentes argelinos aos cooperantes técnicos e cientes de que esta cooperação poderia ser decisiva para garantir apoio à oposição portuguesa, ponderavam a transferência para esse país. Mas a incerteza quanto à evolução da situação e, sobretudo, as reservas em dar tal trunfo a Piteira geravam hesitação.

No final de junho de 1963 chegava um reforço: José Moura Pimenta. Antigo alferes miliciano, fora mobilizado para a Guiné em maio de 1963 e desertara ainda nesse mês. Entregue pelas autoridades da República da Guiné ao PAIGC, Amílcar Cabral negociara com Ayala a ida do oficial para Rabat, que fazia depender da divulgação pública do caso. À chegada à capital marroquina, aguardavam-no os dirigentes da CONCP, que o acomodaram num hotel e o informaram da breve realização de conferência de imprensa. Procurado por Ayala nesse mesmo dia, este desaconselhou-o de a fazer, por considerar que a publicidade lhe poderia ser prejudicial e alojou-o no “lar” dos PLM, organismo no qual passou a participar. Com

(32) CD25A, MS, Carta 745.

(33) CD25A, Fundo José Hipólito dos Santos (JHS).

passado de militância no PCP e nas Juntas Patrióticas da Juventude, Moura Pimenta era uma importante aquisição para o núcleo⁽³⁴⁾.

Igualmente relevante foi a instalação do casal António e Fernanda Lopes Cardoso, em setembro do mesmo ano. Redator da *Seara Nova*, implicado na revolta de Beja enquanto membro da Junta Central de Acção Patriótica responsável pelos contactos com os meios militares e preso durante uns meses, Lopes Cardoso decidira partir para o exílio por temer uma nova detenção. Em Paris desde setembro de 1962, de imediato se envolvia nas movimentações oposicionistas em curso. Presente na Conferência de Roma, integrava desde então a Comissão Delegada da FPLN, designação atribuída ao secretariado do exterior da organização (Cardoso 2003).

Estavam criadas as condições para empreender um novo esforço na estruturação do exílio português em Marrocos, tornando-o um forte ponto de apoio ao centro político que se constituía na vizinha Argélia em torno da Comissão Delegada da FPLN.

A primeira impressão de Lopes Cardoso foi muito positiva: «um grupo bastante válido», «fundamentalmente virado para a acção» a curto trecho, cuja atividade se desenvolvia «no sentido de se deslocarem para o interior»⁽³⁵⁾. Encontrar Dores, seu antigo companheiro *seareiro*, foi também outra boa surpresa, conheceu os seus colegas médicos, apercebeu-se de que a comunidade tinha bons contactos nas altas esferas marroquinas, o que poderia assegurar certas facilidades políticas⁽³⁶⁾.

A figura de Humberto Delgado era o grande referencial da comunidade, «como condição dinamizadora da luta», certamente pela boa impressão deixada pelo general em 1961 e na sua brevíssima passagem em maio de 1963⁽³⁷⁾. Vários dos mais comprometidos politicamente mantinham correspondência com o líder e conheciam a sua vontade de se instalar no Magreb. Assim, logo que foram sondados por Argel sobre a disposição de financiar a sua vinda, prontificaram-se sem reservas e diligenciaram para apurar a possibilidade de obtenção de vistos.

Apesar das dificuldades impostas pela semiclandestinidade a que estavam obrigados, as expectativas do núcleo eram positivas. Embora

(34) ANTT, PIDE, SC E/GT 112 NT 1435 e SC CI(2) 1273 NT 7077.

(35) CD25A, Fundo Lopes Cardoso (LC).

(36) CD25A, MS, Carta 752.

(37) CD25A, MS, FPLN Corresp 3 e JHS.

tivessem forçosamente de se preocupar com a penetração policial. O recrutamento de portugueses para trabalhos técnicos continuava, como prosseguia a chegada de elementos em fuga à voragem da repressão. Sobre os desconhecidos, em especial aqueles que se aproximavam da atividade política, procuravam saber informações. Assim sucedeu com Maximino Serra e Mavílio Mendes, com Ismael Simões Pessoa e Valentim Garcia de Almeida, ou com Henrique Cerqueira⁽³⁸⁾.

Munido de passaporte falso e sem visto de entrada em Marrocos, Henrique Cerqueira entrou em Tânger vindo de Gibraltar, sendo autorizado a permanecer 72 horas no território. Contactou com a Embaixada do Brasil e foi encaminhado para a CONCP, que, por sua vez, o remeteu aos PLM. A uns e a outros o seu relato levantou suspeitas. Dizia pertencer a organismos que teriam uma forte implantação no interior, desconhecidos de todos. Referia-se a uma longuíssima estadia em Angola, onde fora preso logo depois do início da luta de libertação e depois transferido para a metrópole, sem que alguém em Rabat pudesse afixar tais circunstâncias. Confundia-se na explicação dos objetivos da saída clandestina do país e da ida a Marrocos. Trazia credenciais dirigidas a Piteira Santos e a Humberto Delgado, cuja credibilidade não podia igualmente ser avaliada por nenhum dos elementos em presença. Com a informação de Argel de que não haveria razões de desconfiança, preparavam-se para tentar o prolongamento do visto junto das autoridades, quando o próprio decidiu voltar a Gibraltar para diligenciar nesse sentido. Daqui escreveu e mais dúvidas surgiram, nem que fosse pelo facto de dar como contacto o telefone da polícia, alegando não querer que o consulado luso soubesse da sua presença. Chegava enfim para se instalar em Rabat nos últimos dias de novembro. Aproximou-se de imediato dos PLM, falando de um movimento revolucionário prestes a eclodir e pedindo a adesão da Associação, mas passados meses nada se concretizava. As reservas permaneciam⁽³⁹⁾.

Nesse ínterim, mantinha-se o torpor da Comissão Delegada da FPLN. Sem evidências de um renovado impulso na ação contra o regime e sem a liderança de Humberto Delgado, dois aspetos fulcrais para o núcleo “marroquino”. As notícias trazidas por Lopes Cardoso tinham serenado

(38) CD25A, LC.

(39) CD25A, LC e PS, Cartas 156 e 157; Casa Comum, Documentos Amílcar Cabral, 07058.016.008.

um pouco as inquietações, mas logo se reacenderam as desconfianças entre a ala mais próxima de Dores e Piteira, agora radicado em Argel e membro da Comissão Delegada desde a sua criação: seria a capital argelina o melhor local para fixar o general? Dores elencou argumentos a favor de Marrocos e enviou-os a Delgado, porém, este tinha já saído do Brasil com destino à Europa, para participar na II Conferência da FPLN, em Praga. Trazia a intenção de se instalar na Argélia, que acabou adiada pelos graves problemas de saúde que enfrentava. Meses de espera em que o clima mais se adensou.

Os PLM aprestavam-se para o grande momento da chegada do general. Visando maior dinamismo e eficácia, foi eleita uma comissão plenária com poderes representativos e executivos. Compunham-na dois elementos domiciliados recentemente a quem se reconheciam qualidades políticas assinaláveis – Helena Cabral, portuguesa casada com Amílcar Cabral, com acesso privilegiado à CONCP, e Victor Blanc, médico que intermediaria as ligações ao conjunto de médicos –, dois representantes da colônia portuguesa há muito radicada no território e com passado político firmado – Armando Tibúrcio e Augusto Mendonça – e dois recém-chegados, a quem alguns reconheciam igualmente predicados políticos – Mavílio Mendes e Henrique Cerqueira. Inicia-se então a redefinição dos estatutos orgânicos da Associação⁽⁴⁰⁾.

A documentação emanada da II Conferência da FPLN em Praga foi rececionada nos finais de janeiro de 1964 e difundida amplamente pela colônia a edição preparada em Rabat. Crescia o entusiasmo, confirmados que eram os principais lemas do núcleo. Apesar da angústia pelo estado de saúde de Delgado. Mas logo a convulsão se abateu sobre Rabat.

Um dos problemas era a manutenção do “Lar”. Equacionava-se cotizar os membros do PLM para fazer face às despesas. Mas isso significaria deixar de ter meios materiais para outro tipo de atividades, porventura mais importantes no contexto que se vivia, entendiam alguns. A Associação ampliava-se, chegando a cerca de quarenta elementos, mas parecia incapaz de um verdadeiro dinamismo. Nesse sentido, tinha sido entregue um abaixo-assinado subscrito por 20 e tantas pessoas em assembleia geral dos PLM, onde se pedia o afastamento do secretário do organismo – Mavílio Mendes – e a designação de Henrique Cerqueira

(40) CD25A, LC.

como secretário-geral. A proposta foi aceite entusiasticamente por uns, contestada com veemência por outros, que se demitiram.

Em Casablanca e Meknès a ascensão meteórica de Henrique Cerqueira era encarada com grandes reservas, à semelhança do que acontecia com os elementos da Comissão Delegada, postos a par dos acontecimentos. Unidos numa preocupação comum: preservar o que fora conquistado e garantir em Marrocos uma verdadeira plataforma de suporte à ação da FPLN. Em Rabat, os envolvidos tinham consciência disso.

Procurados por Helena Cabral e Victor Blanc, que tinham continuado na comissão plenária dos PLM, os demissionários mostraram recetividade para debater uma solução que tivesse por base uma direção colegial e reintegrasse todos o que se haviam afastado. Aceites estes princípios, avaliaram os apoios a um novo projeto: a Junta de Acção Patriótica dos Portugueses de Marrocos (JAPPM). Pretendia esta inserir-se na dinâmica do movimento antifascista português, para a qual todos os núcleos de emigrados deveriam contribuir na medida dos seus condicionalismos particulares, sujeitando-se a uma coordenação conjunta e garantindo a segurança dos seus membros e da sua atividade pela capacidade de resistirem às tentativas de infiltração policial, esclarecia-se na carta enviada para a Junta Revolucionária Portuguesa (JRP), o novo órgão diretivo da FPLN depois da Conferência de Praga⁽⁴¹⁾. Isto mesmo propuseram às organizações existentes – PLM e União Democrática Portuguesa – e a membros representativos das colónias lusas dispersas pelo território, assegurando que manteriam a sua autonomia mas estariam articuladas numa estrutura comum. Tudo quanto há já largos meses, ainda a Comissão Delegada da FPLN, tinha sugerido à diáspora oposicionista.

A JAPPM considerava-se assim integrada na FPLN, assumindo a direção e coordenação da ação oposicionista em Marrocos numa perspetiva unitária e, como tal, a responsabilidade de intermediar os contactos entre o núcleo e a JRP. Seria formada por um secretariado executivo a funcionar em Rabat, com representação das colónias portuguesas mais numerosas no território, cujas identidades deveriam ser do conhecimento exclusivo do organismo dirigente da FPLN. Na presidência da Junta ficava António Santos Dores, desde o mês anterior delegado de Humberto Delgado em Marrocos. Secundado por

(41) CD25A, LC.

Victor Blanc, Tibúrcio, Mendonça e Lopes Cardoso, em Rabat, Henrique Brito, em Meknès, José Maria Ferreira, em Casablanca, e Augusto Direitinho, em Tânger.

A Junta observava pois outro elemento fundamental: a inclusão de antigos exilados portugueses no novo movimento. José Ferreira, ou Silva da Madeira como era conhecido na oposição, era um desses casos. Mandatado pelo núcleo português exilado em França para prosseguir os preparativos da revolta que enfim derrubaria Salazar, Ferreira chegara a Marrocos em 1939. Acabara por se instalar em Casablanca, a partir de onde impulsionara várias tentativas de congregar os oposicionistas no território. Como a União Democrática Portuguesa, formada em 1944, organização que conseguira assinalável eficácia e implantação, esvaziada pelas contingências impostas pelas autoridades francesas⁽⁴²⁾. A passagem de Humberto Delgado pelo território em 1961 tê-lo-á impelido novamente à ação, contactara depois com Ayala e Piteira e, já em 1963, com Moura Pimenta, a quem terá entregue uma pistola tendo em vista a possibilidade de se iniciar a preparação militar de alguns membros da comunidade⁽⁴³⁾.

Mas a unidade mostrava-se difícil. Os PLM anuíram por maioria integrar a JAPPM, sem que se desse sequência à resolução. A responsabilidade caberia a Henrique Cerqueira, que continuava à frente da Associação. O seu discurso tinha acolhimento na comunidade: sondava elementos para treino militar e «cursos de explosivos» com intuito de entrarem em Portugal e fazerem ações de sabotagem, dizia ter meios materiais e humanos no país, desdobrava-se numa roda-viva de diligências em prol de movimento que estaria em preparação⁽⁴⁴⁾. Contrastava isto com a flagrante paralisia do secretariado da FPLN, sobre o qual era voz corrente que tinha «medo do povo, foge à luta armada, não enceta medidas urgentes de actos violentos que permitirão a revolução»⁽⁴⁵⁾. O general acabava de aterrar na capital argelina para assumir a presidência da JRP, aguardavam-se os desenvolvimentos consequentes.

(42) CD25A, LC; ANTT, PIDE, SC PC 466/60 NT 5324.

(43) ANTT, PIDE, SC CI(2) 1273 NT 7077.

(44) Entrevista da autora com Joaquim Caiano Santos...

(45) Arquivo da Fundação Mário Soares (AMS), Documentos Ramos da Costa (DRC), 4277.006.010-012.

E tudo Argel levou

A «crise alarmante» instalada em Argel passado pouco mais de um mês da chegada de Humberto Delgado deixou «aturdida» a colónia portuguesa no país vizinho, «oscilando entre a determinação do General e a linguagem aguerrida e diferente dos novos que o rodeiam e a solidez maior que sentem nos organismos que formam a Frente»⁽⁴⁶⁾. Descrentes das reais possibilidades da FPLN, alguns dos elementos «mais dispostos a acções concretas», preparavam a sua transferência para o Canadá e a Bélgica⁽⁴⁷⁾.

Reunida a III Conferência da FPLN em Argel e formalizado o divórcio com Delgado, os esclarecimentos sobre as circunstâncias em que decorrera e o que fora aprovado tardavam em chegar. Aumentando a desorientação e o descontentamento: «as pessoas aqui começam a sentir-se um pouco como peões que apenas são solicitadas para darem o seu voto nos momentos de crise. Começa a apoderar-se delas um desinteresse que é a porta aberta a todos os aldrabões que vêm prometer a revolução para “logo à tarde”»⁽⁴⁸⁾. Lopes Cardoso aludia obviamente a Cerqueira, que, votado a um progressivo isolamento, readquiria nestas condições novo fôlego para atrair prosélitos. A visita de delegação da JRP a Rabat acalmou exaltações, logo reacendidas com deslocação de Delgado ao território em dezembro de 1964.

Vinha o general com intenção de lançar a sua Frente Portuguesa de Libertação Nacional, que pretendia contraponto à Frente Patriótica. Sem conseguir encontrar-se com algum dos dirigentes da JAPPM em Rabat, o general aproximou-se de Cerqueira e acabou por o investir como seu representante, depois de ter perdido a confiança em Dores. Em Casablanca, procurou Ferreira, que sabia poder ser aí pivô da sua nova organização. Causava alarido, dando entrevista ao *Maroc Information* onde falava dos seus planos revolucionários, afirmava ter milhares de homens preparados para ela e ter garantias quanto à facilidade em obter armas.

Assim que voltou a constar estar a instalação de Humberto Delgado no Magreb para breve, o regime voltou ao estado de alerta e reanimaram-se os sistemas de informação. Francisco Direitinho, mandatário de Tânger na JAPPM, foi um dos visados. Há longo tempo rastreado como oposicionista,

(46) AMS, DRC, 4277.005.108-111.

(47) AMS, DRC, 4277.006.008-009.

(48) CD25A, LC.

o que lhe valera até a expulsão da zona internacional de Tânger por mais de uma década, era agora apontado pelos serviços de informação espanhóis como «pessoa central das actividades contra Portugal», encarregue de esquema de correio entre o país e os círculos de exilados e beneficiário de avultada pensão concedida por Delgado⁽⁴⁹⁾. Em setembro, novas comunicações preveniam quanto a possíveis distúrbios na Embaixada em Rabat, tendo agora Maximino Serra como provável instigador⁽⁵⁰⁾.

A ofensiva diplomática sobre as autoridades locais não se fez esperar. E, em reação às movimentações propagandísticas de Delgado, impunha-se um «controle mais apertado dos portugueses, de uma forma geral e principalmente no que respeita aos que vinham de Alger»⁽⁵¹⁾. Uma vez mais repercutindo-se sobre Marrocos as questões e os jogos de força da comunidade fronteira. O núcleo repartia-se em duas fações: os pró-Cerqueira e os pró-Dores. Por outras palavras, os alinhados com o general e os defensores da FPLN, com quem o médico enfileirava depois de participar na III Conferência.

Em janeiro, Delgado regressava ao território em busca de apoios: encontra Cerqueira, janta em Rabat na casa de Helena Cabral, novo jantar com José Maria Ferreira em Casablanca, contactos com os exilados espanhóis, envia mensagem a responsável argelino informando estar pronto a «enviar 12 homens para curso de sabotadores», voltava a falar à imprensa⁽⁵²⁾. Retornava depois a Argel, para novamente passar por Marrocos a caminho da derradeira viagem rumo a Badajoz e à morte.

A 23 de fevereiro de 1965, Henrique Cerqueira alertava para o desaparecimento do general e dizia julgá-lo preso às mãos da PIDE. O alarme entre as hostes oposicionistas locais instalava-se. O comportamento de Cerqueira em todo o caso era equívoco ou até mesmo escuso, desconfianças que as informações recolhidas junto da polícia marroquina ratificavam, indicando-o como «pessoa sem interesse para a oposição portuguesa»⁽⁵³⁾. Mas este continuava a desdobrar-se em contactos e comunicações à imprensa invocando a qualidade de seu delegado político (Cerqueira 1976).

(49) ANTT, SC CI(2) 2367 NT 7167.

(50) AHD, PEA, M 13.

(51) CD25A, JHS.

(52) CD25A.

(53) CD25A, LC.

O núcleo perdia definitivamente o líder reconhecido por todos, além de perder o seu móbil fundamental: a ação. Como patenteavam as palavras de Pedro Ramos de Almeida, um dos dirigentes de Argel em visita a Rabat: «disse que não haveria mesmo revolução em Portugal, que tirassem daí as ideias, que seriam necessários anos de trabalho persistente e árduo, etc, etc.»⁽⁵⁴⁾.

Sem esperanças num volte-face, descrentes das possibilidades de trabalho político em Marrocos ou fatigados da crispação mais ou menos latente, a desmobilização era geral. A JAPPM mergulhava no marasmo. Os PLM parecem dissipar-se. A sangria dos mais engajados que aqui tinham ocorrido atraídos pela posição geoestratégia do território, evidencia-o bem: Lopes Cardoso transferia-se para Paris nos finais de janeiro; David Tavares da Silva, tido como representante comunista em Rabat, seguia-lhe os passos em julho; Dores mudava-se para os Estados Unidos da América em agosto de 1966; Blanc deslocava-se para o Canadá em março de 1967. Aqueles que tinham em Marrocos a sua vida naturalmente permaneciam, mas distanciavam-se da atividade oposicionista.

Conclusões

Depois da independência de Marrocos, sobretudo entre 1959 e 1963, uma nova leva de exilados portugueses chegou a este país. A colónia assistiu também à chegada de novos elementos sem historial de militância oposicionista ou motivação política. Os primeiros atraídos pelas potencialidades que aí reconheciam ou, tão somente, por ser este o refúgio possível à repressão salazarista. Os segundos no encalço de novas oportunidades profissionais.

Esta renovação da comunidade portuguesa no território impulsionou um maior protagonismo do núcleo democrata, que o contexto vivido pela oposição e, em particular, pelo exílio e no próprio Magreb catapultaram. Foram anos de intensa atividade, em que se acreditou na real possibilidade de lançar uma ação ofensiva contra a ditadura a partir do norte de África e se ponderou eleger Marrocos como “comando operacional e político” da frente externa. O fracasso de Beja, o esfrangalhar do projeto unitário em cisões e intrigas, as fragilidades

(54) AMS, DRC, 4277.007.095-097.

do exílio e das oposições perante as provocações do regime e a sua armadura, trouxeram a ressaca e a desmobilização.

Não obstante, a experiência destes anos em solo marroquino deixava uma marca duradoira: a inscrição da questão colonial na agenda oposicionista. Assumindo uma posição anticolonialista clara e desse modo conquistando apoios para a causa.

Bibliografia

- Byrne, Jeffrey James (2016). *Mecca of Revolution. Algeria, Decolonization & The Third World Order*. New York: Oxford University Press.
- Cardoso, Fernanda Lopes (2003). *Lopes Cardoso. Intervenções Parlamentares. Testemunho sobre a coerência de um percurso*. Lisboa: Assembleia da República.
- Cerqueira, Henrique (1976). *Acuso!*. Lisboa: Intervenção.
- Clímaco, Cristina (1998). *L' exil politique portugais en France et en Espagne: 1927-1940*. Paris: Universidade de Paris 7 (Denis Diderot).
- Dias, Maria do Livramento e Anica, Aurízia (2017). "Emigração clandestina durante o Estado Novo. O fluxo migratório ilegal do sotavento do Algarve para Marrocos", *Omnia*, 7, 95-109.
- Farinha, Luís (1995). "Fernando Queiroga: um revolucionário no exílio", *Penélope*, 16, 87-105.
- Jesus, José Duarte de (2006). *Casablanca. O início do isolamento português. Memórias diplomáticas: Marrocos 1961-1963*. Lisboa: Gradiva.
- Lara, Lúcio (2006). *Um amplo movimento...*. Luanda: Ed. Autor. Vol. II.
- Martins, Susana (2016). "Algérie et Maroc: deux lieux centraux de l'exil portugais entre 1961 et 1965", *Riveneuve Continents & Exil et migrations ibériques au XXe siècle*, 22 / Nova Série 8, 85-101.
- Martins, Susana (2018). *Exilados Portugueses em Argel*. Porto: Afrontamento.
- Pires, Paulo Jorge e Duarte, Maria João Raminhos (2003). *O Testamento Político de João Rosa Beatriz*. Lisboa/S. Brás de Alportel: Edições Colibri/Câmara Municipal de S. Brás de Alportel.
- Raby, David (1995). "O DRIL (1959-61). Experiência única de oposição ao Estado Novo", *Penélope*, 16, 63-86.
- « - » (2004). "Transatlantic Intrigues: Humberto Delgado, Henrique Galvão and the Portuguese Exiles in Brazil and Morocco, 1961-62", *Portuguese Journal of Social Science*, volume 3, 3, 143-156.

- Rosa, Frederico Delgado (2008). *Humberto Delgado. Biografia do General sem Medo*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Sertório, Manuel (1990). *Humberto Delgado – 70 Cartas Inéditas*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Simon, Catherine (2011). *Algérie, les années pieds-rouge*. Paris: La Découverte.
- Stora, Benjamin (2004). *Histoire de l'Algérie depuis l'indépendance*. Paris: La Découverte.
- Vermeren, Pierre (2016). *Histoire du Maroc depuis l'indépendance*. Paris: La Découverte.

(Página deixada propositadamente em branco)

LES PORTUGAIS EN FRANCE PENDANT MAI-JUIN 1968 **PORTUGUESE IN FRANCE DURING MAY-JUNE 1968**

VICTOR PEREIRA
Université de Pau et des Pays de l'Adour
pereiravictor@hotmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-2356-1578>

Texto recebido em / Text submitted on: 20/07/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 28/01/2020

Résumé :

En mai-juin 1968, lorsque se déroule la plus imposante et longue grève générale que connaît la France, près de 300 000 Portugais vivent dans l'hexagone. Ces événements déstabilisent cette population dont la grande majorité est arrivée depuis moins de quatre ans. Cet article prétend analyser les différentes réactions de la population portugaise en France qui ne peut être appréhendée comme un monolithe. Il s'agit également de saisir l'action menée par les exilés politiques portugais en France, action qui s'articule à la fois dans une conception internationaliste de la politique mais qui se dirige également spécifiquement contre la dictature portugaise.

Mots-clés :

Mai 68 ; Exil ; Immigration ; Mouvements étudiants ; Mobilisations sociales.

Abstract :

In May-June 1968, when the largest and longest general strike in France took place, nearly 300,000 Portuguese people lived in France. These events

destabilize this population, the vast majority of whom have been arriving for less than four years. This article aims to analyse the different reactions of the Portuguese population in France, which cannot be considered as a monolith. It is also a question of grasping the action carried out by Portuguese political exiles in France, an action that is both articulated in an internationalist conception of politics but which is also specifically directed against the Portuguese dictatorship.

Keywords :

May 68 ; Exile ; Immigration, Student Movements ; Social Mobilization.

Le 16 juin 1968, un jeune réfractaire portugais écrit à l'une de ses amies vivant au Portugal. Ayant pris part à des manifestations, aux débats dans le grand amphithéâtre de la Sorbonne et à l'occupation de la Maison des étudiants portugais à la Cité internationale universitaire de Paris qui ne s'est achevée que le 12 juin, il s'exclame «vivo os dias mais maravilhosos da minha vida !» Nourri d'une conception marxiste de l'histoire, ce réfractaire, alors âgé de 23 ans, partage l'idée que mai-juin 1968 n'est qu'un début: «a revolução não triunfou pelo momento, não chegou a sair da primeira fase dentro da concepção marxista, mas grande coisa ficou feita, a experiência foi maravilhosa». Cependant, il avoue sa difficulté à raconter les événements qui se produisent en France depuis le 3 mai: «se pretender dar-te uma imagem do que aconteceu em França eu só conseguirei caricaturar um acontecimento extraordinário que merece o interesse de 35 escritores em livros que sairão até ao fim do mês de julho ! »⁽¹⁾ La séquence événementielle de mai-juin 1968 apparaît d'emblée aux contemporains comme inouïe (Gobille 2008: 101), comme historique. C'est un mystère à déchiffrer, un événement auquel il faut donner sens, soit pour permettre sa reproduction soit, au contraire, pour éviter sa résurgence et clore ce qui doit être une parenthèse vite fermée. En octobre 1968, 124 ouvrages consacrés à mai-juin 1968 se trouvent déjà dans les catalogues de la Bibliothèque nationale de France (Zancarini-Fournel 2008: 19). Et c'est sans compter sur les articles de journaux et de revues qui se multiplient dès mai 1968. En conséquence de l'intérêt des éditeurs

(1) Lettre de João Vaz adressée à Leonor Maltez Ribeiro, le 16 juin 1968, Archives de la PIDE/DGS, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (désormais IAN/TT), SC CI (2) 4590, NT 7361.

et d'un «processus de commémoration-célébration rampante» (Zancarini-Fournel 2008: 52), les livres dédiés à mai-juin 1968 se multiplient, privilégiant les mémoires d'anciens leaders étudiants, intellectuels ou politiques ou les analyses du sens de Mai 68, de son rôle dans l'Histoire et de ses héritages (Ross 2005). Des multiples interprétations ont été avancées, souvent contradictoires, et une lecture culturelle a rapidement dominé, avec «une interprétation globalisante en surplomb essentiellement culturelle, une vulgate hédoniste / libérale» (Zancarini-Fournel 2008: 80). Néanmoins, depuis les années 2000, de nombreux historiens – mais aussi sociologues et politistes – essaient d'historiciser mai-juin 1968, dépassant ainsi les différentes strates de discours qui forment une «mémoire-écran» (Gobille 2008: 5) et qui empêchent d'appréhender cette séquence événementielle dans sa complexité et sa pluralité. Mobilisant des sources diverses (archives étatiques, archives d'organisations politiques et syndicales, archives privées, entretiens oraux, sources audiovisuelles, presse, etc.), les chercheurs tentent de saisir ce qui s'est réellement produit en mai-juin 1968, délaissant son «rôle historique» ou sa postérité. Cet effort passe par de nombreuses études locales et sectorielles (Dreyfus-Armand, Frank, Lévy, Zancarini-Fournel, 2000; Artières, Zancarini-Fournel 2008; Damamme, Gobille, Matonti, Pudal 2008). Il s'agit pour certains de rappeler une évidence que les lectures culturalistes ou centrées sur l'action des étudiants et des intellectuels ont en partie occultée : les événements de mai-juin 1968 ont été la plus longue et plus importante grève de l'histoire du vingtième siècle français. Au-delà des mots d'ordre hédonistes et libertaires, les journées de mai-juin 1968 ont été le théâtre de conflits, de violences et d'une forte répression menée par les autorités (Artières, Giry 2018). Ce renouvellement historiographique ne se focalise plus sur Paris *intra-muros* et essaie de saisir comment les acteurs – et plus particulièrement les «anonymes» (Dormoy-Rajramanan, Gobille, Neveu 2018) – ont vécu ces événements et comment ils les ont interprétés à vif. Dans cette perspective, les contributions de Pierre Bourdieu (1984) et de Michel Dobry (1986) qui donnent des outils pour penser les «crises» ont été décisives. Mai-juin 1968 est en effet une période de crise pendant laquelle les routines et les repères habituels sont balayés. Les différents acteurs sont perdus et ils ne peuvent plus anticiper facilement les comportements et les réactions des autres acteurs. Ainsi, nul ne peut savoir ce qu'il va se produire, ce qui favorise l'émergence de différents scénarios, et parfois

les pires, pour appréhender le cours des choses. Penser en terme de crise – crise de sens notamment – permet d'éviter de tomber dans le piège de la téléologie, c'est-à-dire, à l'aune de l'issue connue des événements, de négliger comment les différents acteurs ont vécu et interprété le tourbillon des événements. Il faut prendre au sérieux des manières de voir qui peuvent nous sembler désormais ridicules – car fausses ou exagérées vues *a posteriori* – mais qui guidaient le comportement des individus.

Nourri de ces approches et puisant dans de nombreux fonds d'archives, tant au Portugal qu'en France, notre article prétend contribuer à l'un des chantiers que l'historiographie de mai-juin 1968 à aborder ces dernières années: la participation – et la non-participation – des étrangers, qu'ils soient étudiants, travailleurs immigrés et/ou exilés, catégories loin d'être étanches, aux événements (Gastaut 1994; Gordon 2003, 2012; Pitti 2006; Vigna 2008). Lorsque des millions de grévistes paralysent le pays, entre 250 000 et 300 000 Portugais résident dans l'hexagone. La plus grande partie d'entre eux est arrivée très récemment: 235 000 Portugais sont entrés en France entre 1964 et 1967. Il s'agit donc d'une population qui maîtrise souvent mal la langue française et qui vit concentrée dans des bidonvilles, des baraquements de chantiers ou des foyers de travailleurs. Lorsque les Portugais sont évoqués pendant mai-juin 1968, c'est principalement la peur qu'ils ressentent et leur «fuite» qui est décrite, en s'appuyant notamment sur un article publié par *Le Monde* dès le 15 juin 1968⁽²⁾. En évitant de réifier la population portugaise vivant en France en 1968 et en s'attachant à sa pluralité – tant dans les origines sociales que géographiques mais aussi dans l'insertion professionnelle en France et dans les différents projets migratoires qui orientent les comportements –, nous voulons comprendre les ressorts de la participation mais aussi de la non-participation aux événements de mai-juin 68. Si dans les évocations faites lors des commémorations, c'est le plus souvent l'image d'une coupure nette entre une minorité d'activiste et une majorité peureuse qui prédomine – le plus souvent à partir du témoignage de quelques personnalités régulièrement interrogées –, nous nous attacherons à saisir ces «rencontres improbables» (Vigna, Zancarani-Fournel 2009) que les historiens ont récemment mis à jour. Nous finirons par une description d'un des événements dont le réfractaire cité au début de cette introduction

(2) «Des milliers de travailleurs étrangers ont fui les 'bidonvilles' pour rentrer dans leur pays», *Le Monde*, 15 juin 1968.

a été l'un des acteurs: l'occupation de la Maison des étudiants portugais de la cité internationale universitaire de Paris qui fut rebaptisée, du 22 mai au 12 juin, maison des travailleurs et des étudiants portugais.

Un rendez-vous manqué?

Une fuite massive ?

Dès mai-juin 1968, l'idée d'une débandade massive des Portugais s'installe. Ces Portugais semblent ainsi en complet décalage face aux événements. Alors que des jeunes de toute l'Europe, dont certains Portugais du reste (Matos 2008: 151), accourent en France pour prendre part à ces journées déjà considérées comme historiques (Jobs 2009; Bantigny 2018: 137), ces travailleurs immigrés fuient. Dans un article du 15 juin 1968, amplement cité par la suite, *Le Monde* avance le chiffre de 10 000 Portugais ayant «regagné leur pays, se proposant de revenir peut-être quand les temps seraient redevenus plus calmes»⁽³⁾. Dès le 27 mai, enquêtant sur le comportement des habitants du bidonville de Champigny-sur-Marne qui rassemble alors 2000 personnes (Volovitch-Tavares 1995), la préfecture de police de Paris signale que «deux cents d'entre eux, inquiets de la tournure des événements, ont regagné leur pays en autocar, dès le début de la semaine dernière»⁽⁴⁾. Ces départs précipités ne touchent pas que la région parisienne. Dans le Puy-de-Dôme, qui compte alors près de 12 000 Portugais, «de nombreux ouvriers portugais, pour la plupart célibataires, sont retournés au Portugal en voitures particulières, craignant d'une part d'être contraints durant un temps prolongé au chômage et, d'autre part, d'être touchés en cas de reprise du travail par des mesures de licenciement. C'est ainsi que selon des évaluations faites par des Portugais eux-mêmes trois cent travailleurs portugais auraient quitté la région clermontoise»⁽⁵⁾. Selon le

(3) *Idem.*

(4) Note de la Préfecture de Police de Paris, 27 mai 1968, Archives nationales (désormais AN) 19850087, art 136.

(5) Note de Charles Faivre, Service de liaison et de promotion des migrants de la préfecture du Puy-de-Dôme, adressée au cabinet du préfet de la région d'Auvergne, 6 juin 1968, Archives départementales du Puy-de-Dôme, 1851 W 22.

sociologue António Teixeira de Sousa, qui a compté, un jour, 38 bus à 7 heures du matin, boulevard Bourdon à Paris, ce sont principalement les «individus d'origine rurale, de plus de 35 ans et avec la famille encore au Portugal» qui ont pris part à cette «espèce de débandade» (Sousa 1973 : 516). Enfin, le *Correio Português*, un journal publié en France et proche des autorités portugaises, décrit en juin 1968, les longues files d'attente devant le consulat général du Portugal à Paris. Des centaines de Portugais requièrent un passeport dans la perspective d'un retour au pays. Après avoir interrogé des Portugais patientant pour avoir leurs papiers, le journaliste se félicite que «a ideia de regresso à pátria estava patente em cada um, e em todos, nos gestos e nas palavras. Pátria como lugar de segurança»⁽⁶⁾.

Ces différents témoignages, provenant de sources distinctes, attestent qu'une des réactions de la population portugaise en France a bien été de rentrer au pays, ou, du moins de l'envisager en demandant un passeport. Ces retours au pays ne semblent pas avoir été dirigés par les autorités portugaises: ni les archives diplomatiques, ni celles de la *Junta da Emigração* – organisme portugais qui gère l'émigration (Pereira 2012) – ou de la police politique ne contiennent la moindre référence à une quelconque organisation de ces voyages. Cette «débandade» comme la nomme Teixeira de Sousa résulte principalement de l'initiative des compagnies d'autobus qui, depuis quelques années, reliaient les campagnes portugaises au territoire français. Tout porte à croire que ces entrepreneurs ont profité de cet effet d'aubaine, participant parfois à la propagation de rumeurs. Dans son rapport annuel consacré à l'année 1968, le Service Social d'Aide aux Émigrants observe que lors de la «crise de mai», «au sein de l'immigration portugaise, c'est parfois la panique. Des camionneurs, des chauffeurs de taxi, des agences de voyage répandent de fausses nouvelles»⁽⁷⁾. Le milieu que constituent les bidonvilles et les foyers, où les Portugais vivent dans un monde clos, isolé du reste de la société française, favorise la propagation de ces rumeurs et de ces peurs. Maitrisant mal le français, de nombreux portugais écoutent alors la radio portugaise qui présente la situation française comme chaotique, ce qui renforce leurs craintes.

(6) “O emigrante e a greve”, *Correio Português*, juin 1968, p.1.

(7) Rapport d'activité du Service Sociale d'Aide aux Émigrants, 1968, AN 20050590/015.

A notre connaissance, aucun décompte de ces retours n'a été établi. *Le Monde* évoque 10 000 personnes concernées. João Vaz, déserteur qui a amplement pris part aux manifestations de mai-juin 1968, avance dans une lettre du 18 juin 1968, le chiffre de «cerca de 50 000 trabalhadores que se foram voluntariamente»⁽⁸⁾. La fourchette est très large mais il semble difficile que les départs aient dépassé les 15% de la population portugaise en France. Il est ainsi significatif que l'image qui domine à propos du comportement de la population portugaise en France pendant mai-juin 1968 soit celle du retour au pays alors que la majorité d'entre eux sont restés en France. Cette posture de retrait des événements n'est en plus pas l'apanage des Portugais. Des travailleurs espagnols sont également rentrés dans leur pays (Vigna 2008: 86). De même, des ouvriers français ayant quitté récemment la campagne préfèrent rester chez eux et travailler la terre plutôt que de participer aux occupations. Comme le montre la tumultueuse reprise du travail aux usines Peugeot de Sochaux, ce retrait des ouvriers français ne signifie pas un manque de solidarité vis-à-vis des occupations et des revendications mais est plutôt «symptomatique d'un certain fatalisme des classes populaires et inhérente aux logiques de délégation» (Hatzfeld 1992: 63). Plusieurs travailleurs portugais, estimant que leur présence en France, intimement liée au travail, ne faisait plus sens, car ils étaient dans l'impossibilité de travailler (de nombreux chantiers ont été arrêtés faute de matériel ou d'essence), sont ainsi rentrés chez eux, profitant de vacances anticipées, pouvant retrouver leurs proches et leur activité dans l'agriculture.

Travailler coûte que coûte

Plus que la fuite au pays, l'attitude dominante des travailleurs portugais semble plutôt avoir été de travailler coûte que coûte et de conserver le cap de leur stratégie migratoire: gagner le maximum d'argent - en accumulant les heures supplémentaires et en réduisant les dépenses, notamment celles liées au logement - afin de se constituer un pécule et d'envoyer des économies au pays. Comme nous l'avons vu, la grande majorité des Portugais qui vivent en France en mai-juin 1968

(8) Lettre de João Vaz adressée à Maria Celeste Aires Teixeira, 18 juin 1968, Archives de la PIDE/DGS, IAN-TT, SC 2823 CI (1), NT 1252.

n'est arrivée que depuis 1964. Seule une minorité réside dans l'hexagone depuis plus de cinq ans. La majeure partie de ces travailleurs envisage sa présence en France comme temporaire et seulement liée au travail (et aux revenus qu'il permet). Ils sont partis dans le cadre d'une stratégie de maintien (Rosental 1990) et veulent améliorer leur situation et leur position dans le cadre de la communauté de départ (l'espace investi) et d'acquérir ailleurs (l'espace vécu) les moyens nécessaires à leur ascension sociale (ou à la conservation de leurs éventuelles propriétés). Dans ce cadre, pour beaucoup d'entre eux, les grèves et les occupations qui les empêchent de toucher leur salaire «lhes põem a vida a andar para trás»⁽⁹⁾ comme le note l'un des inspecteurs de la *Junta da Emigração* qui se trouvait en France en mai 1968. Les mémoires de mai-juin 1968 sont pour beaucoup de travailleurs liées à la volonté de travailler, en dépit du manque d'essence, de l'hostilité d'autres travailleurs ou des syndicats. Ainsi, un travailleur émigré, désormais à la retraite, se remémore avoir continué son activité en dépit des grèves et des occupations, employé dans une entreprise réparant les ascenseurs. Dans ses déplacements, lorsqu'il était interpellé par des étudiants ou des grévistes, il arguait qu'il continuait le travail pour permettre le fonctionnement des ascenseurs dans les hôpitaux⁽¹⁰⁾. Un autre Portugais, travaillant dans le Bâtiment et Travaux Publics (BTP) dans l'est de la France, se souvient que ses camarades portugais et lui avaient obtenu de leur patron de garder une voiture prête, pleine d'essence, pour les amener en Belgique si les choses tournaient mal. Au final, ils sont restés en France.

Le maintien au travail s'explique par d'autres facteurs. En premier lieu, une part conséquente des travailleurs portugais est employée dans le bâtiment et les travaux publics. Ils y sont alors principalement manoeuvres, maçons, terrassiers, etc. Pendant mai-juin 1968, ce secteur d'activité, si l'on suit les calculs de Gérard Adam (1970), connaît un taux de gréviste de 50%. Et parmi ces 50% on ne peut pas distinguer ceux qui ont fait grève de ceux qui ont cessé le travail car ils ne pouvaient pas se rendre au travail, faute d'essence ou de transports publics, ou de ceux dont l'entreprise a interrompu son activité faute de matériel nécessaire au chantier. Quoi qu'il en soit, ce taux est bien plus bas que celui qui

(9) Rapport de la *Junta da Emigração*, juin 1968, Archives António Oliveira Salazar, IAN-TT, AOS/CP-248.

(10) Entretien avec Diamantino Martins, 22 septembre 2017.

a caractérisé l'industrie automobile ou textile (95%) et en dessous de la moyenne des différents secteurs industriels (70%). Ce bas taux de gréviste tient à plusieurs freins à la mobilisation qui caractérisent ce secteur. D'une part, les employeurs emploient de nombreux immigrés (autour de 30% des effectifs) car ils sont réputés plus dociles. D'autre part, les syndicats sont peu implantés dans le BTP non seulement car il compte de nombreux étrangers - moins prompts à se syndiquer - mais aussi car de nombreuses entreprises sont de tailles *réduites*, en perpétuel mouvement en fonction des chantiers. Il y est plus difficile de forger des collectifs prêts à se syndiquer. Comme le remarque Michael Seidman, les grèves ont surtout touché les grandes entreprises tandis que les «small enterprises would constitute a large and significant island of stability in May» (Seidman 2004: 165). Enfin, c'est un secteur dans lequel les rapports d'interconnaissance et d'interdépendance - et donc de domination - sont forts entre les ouvriers d'un côté, le patron et/ou le chef de chantier d'autre part (Jounin 2008). De nombreux employeurs appuient leur gestion du personnel sur un sentiment de loyauté qui relie les différents acteurs de l'entreprise. En effet, pour ces immigrés venus récemment en France, le patron est souvent celui qui a permis l'émigration en établissant un contrat de travail nominatif. Mais le gouvernement portugais essayant de réduire l'émigration légale (Pereira 2012), c'est le plus souvent clandestinement que les immigrés portugais sont rentrés en France. Le patron est alors celui qui en donnant un emploi permet d'obtenir un salaire, salaire qui permet de se loger, d'envoyer de l'argent au pays mais aussi de rembourser les éventuelles dettes contractées pour payer le voyage clandestin (Pereira 2014). Cet emploi assure également l'obtention d'une autorisation provisoire de travail, sésame indispensable pour obtenir ensuite une première carte de séjour et une première carte de travail et pouvoir rester légalement sur le territoire français et s'y employer (Henneresse 1979: 163-164). Ce sentiment de loyauté peut aussi exister «vis-à-vis d'autres travailleurs de l'entreprise et notamment celui qui a été l'intermédiaire» *du contrat* de travail ou a suggéré l'embauche. De nombreux patrons du BTP préféreraient recruter des personnes connues de leurs employés: ces derniers pouvaient leur assurer de leurs qualités professionnelles mais, surtout, leur "bonne moralité". Pour la personne recrutée, faire grève n'était pas seulement protester contre le patron, c'était aussi mettre en difficulté celui qui vous avait recommandé. Certaines grandes entreprises du secteur se sont

également engagées dans une gestion paternaliste, parfois désignée de féodale, de leur main-d'oeuvre afin d'en assurer la productivité mais aussi la docilité. C'est le cas de l'entreprise dirigée par Francis Bouygues qui dès les années 1960 recrute d'importants contingents de travailleurs portugais et distingue les meilleurs travailleurs au sein d'une compagnie baptisée «minorange» (Campagnac, Nouzille 1988). L'entreprise Bouygues – qui empêche l'implantation de syndicats – se vante ainsi d'avoir connu très peu de grèves en mai-juin 1968. Cependant, faute d'approvisionnements, l'entreprise cesse ses activités à partir du 24 mai.

«Nous ne sommes pas chez nous»

L'évitement des grèves et des occupations – en continuant le travail, en restant confiné chez soi ou en rentrant au pays – tient aussi au sentiment de vulnérabilité fortement imprégné chez de nombreux Portugais vivant en France, qui ont conscience de pouvoir être les premières victimes d'un conflit qui les dépasse. Il est nécessaire de rappeler qu'à l'époque un constat d'essoufflement de la croissance et d'augmentation du chômage est sans cesse rappelé. Le secrétaire général de la CFDT affirme le 3 mai 1968 que «nous connaissons actuellement une crise économique» (Apud Bantigny 1968: 28). Ces signaux d'alarme n'échappent pas à de nombreux travailleurs portugais qui craignent de perdre leur emploi.

Avant même cet essoufflement économique, les Portugais interrogés en 1964 par des enquêteurs rémunérés par la préfecture de police de Paris en prévision de la résorption des bidonvilles mettaient en exergue leur sentiment de vulnérabilité et d'illégitimité. Un des enquêtés déclarait ainsi que «les Français ne se gêneront pas pour les [les Portugais] chasser à coup de pied, quand ils n'auront plus besoin d'eux» et un autre ajoutait: «nous ne sommes pas chez nous, nous sommes étrangers et bien que nous travaillions, le gouvernement français peut nous mettre à la porte du jour au lendemain»⁽¹¹⁾. Ces citations révèlent que bon nombre de Portugais ont assimilé que leur présence en France ne dépend que du bon vouloir des autorités françaises, de la situation du marché de l'emploi et qu'ils

(11) *L'immigration portugaise dans la République*, Rapport du service d'étude et de recherches de l'inspection générale et études de la préfecture de Seine, juillet 1964, AN 19880312, art.16.

sont tenus à une «hypercorrection qui sied à celui dont la présence, parce qu'il ne se trouve pas là où il devrait être, c'est-à-dire 'chez lui', n'est pas totalement légitime» (Mathieu 2006 : 21). La plupart a conscience qu'ils n'ont pas à se mêler aux affaires politiques françaises. Du reste, dans leur propre pays, ils sont exclus de la citoyenneté et s'intéresser à la politique ne peut être que source de problème (emprisonnements, tortures, perte d'emploi, etc.) (Pimentel 2007).

Cette profonde intériorisation de la non légitimité de leur présence sur le sol français et la constante éventualité d'une expulsion peut également tenir à la mémoire qui s'est développée au Portugal du courant migratoire qui s'est dirigé en France entre 1916 et 1931. Pendant cette période, près de 100 000 Portugais sont venus en France. Lors du recensement de 1931, 49 000 Portugais vivent en France. Or ils ne sont que 28 000 cinq ans plus tard. Face à la crise économique et à la hausse du chômage, les autorités françaises ont non seulement fermé les frontières à l'immigration comme elles ont contraint au départ des milliers d'étrangers, dont des milliers Portugais, en les expulsant ou en ne renouvelant pas leurs papiers. La mémoire de ces Portugais sommés de revenir, parfois dans des conditions précaires, est présente à l'esprit de ceux qui émigrent vers ce même pays trente ans plus tard, conscients de pouvoir être renvoyés au premier retournement de la conjoncture. Le documentaire réalisé par José Vieira sur les Portugais en France pendant mai-juin 1968⁽¹²⁾ contient un autre élément qu'il ne faut pas balayer d'un revers de main: la mémoire de la guerre civile espagnole. En effet, en 1936, plusieurs milliers de Portugais travaillent en Espagne (Oliveira 1987). Certains d'entre eux sont expulsés du territoire espagnol, d'autres sont contraints de prendre les armes pour l'un des deux camps et se retrouvent ainsi mêlés à une guerre civile qui n'est pourtant pas la leur. Des Portugais sont même fusillés par l'armée nationaliste, notamment en Galice et en Asturies (Pereira 2013). De nombreux émigrés proviennent de régions frontalières (ceux interrogés par José Vieira viennent de la Serra da Malcata, dans le nord-est du pays), régions où la mémoire de la guerre civile espagnole est encore vive trente ans plus tard. En 1968, plusieurs témoignages affirment que les Portugais fuient la France ou se terrant chez eux car ils «craignaient d'être pris dans une guerre civile» (Talbo

(12) José Vieira (2008). *Drôle de mai. Chronique des années de boue*. La Huit production (documentaire, 52 mn).

1968 : 17). L'usage du terme «guerre civile» pour évoquer mai-juin 1968 peut, aujourd'hui, 50 ans après les événements, nous sembler déplacé. Cependant, c'est le terme que les dirigeants de l'époque utilisaient, à l'image de Georges Pompidou le 25 mai (Zancarini-Fournel 2008b: 245). Il n'est donc pas étonnant qu'en période de crise, lorsque les événements sont indéchiffrables, les individus aient recours au passé afin de donner du sens à ce qu'il se produit et afin de prévoir ce qui peut se produire. Que des émigrés portugais aient puisé dans la mémoire des années 1930 – tant les expulsions massives provoquées par les autorités françaises que la guerre civile espagnole – n'est en aucun cas singulier. En mai-juin 1968, de nombreux parisiens, ayant en mémoire la Seconde Guerre mondiale et l'Occupation, ont constitué des stocks de vivres. Pour de nombreux syndicalistes et hommes politiques, les grèves et les occupations de mai 1936 sont une référence incontournable. Comme le souligne Ludivine Bantigny, le recours au passé a été omniprésent en mai-juin 1968: «devant l'absolu inconnu, le passé sert : il est avant tout un repère, parfois pour atténuer l'étincelle de l'événement, le ramener à du déjà-vu et rassurer les inquiets. Jamais peut-être on n'aura autant parlé d'histoire à la radio et dans la presse» (Bantigny 2018: 283). Ainsi, dans les bidonvilles, foyers ou chantiers, face à l'incertitude provoquée par les manifestations, les grèves et les occupations, les plus âgés ont pu rappeler aux plus jeunes les expériences passées, dont ils avaient entendu parler dans leur village natal ou qui avaient touché des proches.

Une dernière raison doit être avancée pour expliquer ce retrait face aux grèves et aux occupations: la peur de la police politique portugaise, la *Polícia Internacional e de Defesa do Estado* (PIDE). Dès le début des années 1960, de nombreux observateurs français et portugais signalent que les migrants portugais craignent d'être surveillés par la PIDE qui aurait envoyé des agents en France et qui y compterait de nombreux informateurs disséminés dans les usines et les bidonvilles. En visite en France quelques semaines après les grèves de mai-juin 1968, Henrique Martins de Carvalho, ancien ministre de la Santé et de l'Assistance, affirme, après avoir pénétré dans les bidonvilles de Champigny-sur-Marne et de Saint-Denis, affirmer que «la haine ou la peur de la PIDE est générale: il suffit qu'un individu portant une cravate et un costume un peu élégant apparaisse pour que tous [les migrants portugais en France] s'enferment dans un mutisme craintif ou hostile, pensant qu'il s'agit d'un 'policier secret', qui les dénoncera et leur créera des difficultés, à eux ou

aux leurs, au Portugal»⁽¹³⁾. Les militants anti-salazaristes ou les syndicats français renforcent cette peur en dénonçant la présence en France de milliers d'agents et d'informateurs de la PIDE. Dans son ouvrage sur la grève à l'usine Renault de Flins publié dès 1968, Jean-Philippe Talbo fait référence aux pressions qui ont été faites sur les travailleurs portugais et espagnols afin qu'ils reprennent le travail. Selon lui il est probable que «Salazar et Franco ont des flics à eux dans des milieux à forte concentration d'immigrés, dans certaines banlieues et grosses usines. Chez nous, on a des soupçons sur un gars» (Talbo 1968 : 30). On suspecte certaines entreprises de recruter des agents ou des informateurs et de les placer à des positions stratégiques: bureaux de recrutement, interprètes-traducteurs, administrations. Xavier Vigna souligne les suspicions de collusion entre certaines entreprises françaises et les autorités des pays de départ dont les intérêts convergent: «ces mains-d'œuvre (...) sont contrôlées à la fois par le patronat français et des officines proches des régimes en place : la police politique portugaise, la PIDE, a ainsi la réputation d'avoir des agents dans les usines Citroën» (Vigna 2008: 87) Quelque peu paradoxalement, les dénonciations formulées par les opposants anti-salazaristes renforcent la peur qui tend à dissuader de nombreux travailleurs à participer aux grèves et aux occupations, redoutant une arrestation lors d'un retour temporaire ou définitif au Portugal, l'objectif de la majorité des émigrés. Ils peuvent aussi eraire des représailles sur leurs familles restées au pays.

Des milliers de Portugais se sont tenus à l'écart des grèves et des occupations. Pour autant, ce retrait ne leur est pas propre: des millions de travailleurs français ont également refusé de prendre part au mouvement social. Cependant, pour les travailleurs portugais des facteurs spécifiques les conduisaient à ne pas prendre part aux mobilisations: la crainte des expulsions, l'intériorisation de leur position d'étranger qui ne doit pas s'immiscer dans les «affaires françaises», la volonté de toucher leurs salaires afin de régler leurs dettes et venir en aide à leur famille restée au pays, l'incompréhension d'un processus qui bousculait toute la société française. En dépit de ces différentes contraintes, une partie des Portugais

(13) Rapport d'Henrique Martins de Carvalho sur la couverture culturelle des émigrants et des lusodécendants, juillet 1968, Archives du Ministère de la Présidence du Conseil (sans cote).

en France a toutefois participé aux grèves et aux manifestations, dans ce qui peut apparaître comme des «mobilisations improbables».

Mobilisations et rencontres improbables

La révolution en bas de chez soi

En mai-juin 1968, la population portugaise en France n'est pas totalement homogène, constituée seulement par des hommes issus du monde rural, peu alphabétisés et convaincus de leur retour prochain au pays. Résident également en France des personnes issus de milieux ouvriers et/ou urbains qui ne pensent pas retourner au Portugal, du moins tant que la dictature salazariste perdure et que les guerres se prolongent dans les colonies africaines. Depuis 1958 et la campagne présidentielle du Général Humberto Delgado, l'opposition à la dictature a connu un renouveau, voire un processus de radicalisation que l'éclosion des guerres coloniales, à partir de 1961, renforce (Bebiano 2001; Pimentel 2013). Certains individus et mouvements politiques prônent la lutte armée et critiquent le PCP pour sa prétendue passivité (Pereira 2008; Cardina 2011; Martins 2018). La contestation au régime s'étend également aux universités qui connaissent plusieurs conflits à partir de 1962 (Garrido 1996; Estanque e Bebiano 2007; Cardina 2008; Accornero 2016). A partir du début des années 1960 arrivent ainsi en France des individus qui prétendent entamer des actions violentes contre la dictature, des jeunes hommes se soustrayant à leurs obligations militaires afin de ne pas combattre en Afrique, des étudiants exclus de l'Université à cause de leur engagement, des militants fuyant la répression. C'est donc une population qui possède un capital militant conséquent et une expérience de luttes. Elle a également conscience de ne pouvoir rentrer au Portugal – du moins légalement – prochainement. Pour autant, il serait erroné de penser que tous les individus ayant un capital militant se sont engagés dans les événements de mai-juin 1968. Ainsi, la plupart des fonctionnaires du PCP résidant alors en France se sont soigneusement tenus à l'écart, à l'image de son secrétaire-général, Álvaro Cunhal, qui vit alors en banlieue parisienne (Pereira 2013). Comme le remémore une ancienne fonctionnaire de ce parti, «em Paris, eu não estava autorizada

a participar em manifestações, nem a ir ver muito de perto o que acontecia diariamente» (Seabra 2007 : 83) pendant les événements de mai-juin 1968. En France, le PCP oblige ses fonctionnaires à vivre dans la clandestinité car il redoute d'être surveillé par les polices françaises et portugaises. Dès lors toute participation à une manifestation peut constituer un danger pour l'appareil clandestin. Ce n'est ainsi pas tant les préventions que les partis communistes français et portugais nourrissent pour un mouvement qui apparaît à beaucoup de leurs militants comme une «explosão de espontaneidade desordenada» (Bonifácio 2016: 59) qui expliquent le retrait des communistes portugais qui vivent dans la clandestinité en France. C'est plutôt la priorité du parti donnée à la lutte contre la dictature et à la sauvegarde de son appareil clandestin en France jugé indispensable pour coordonner l'action des militants au Portugal mais aussi à l'étranger.

Si des Portugais participent aux premières manifestations et aux premiers affrontements de Mai 68 c'est en partie car ils vivent aux premières loges: dans le Quartier latin. Ce quartier est en effet le premier point de chute de nombreux Portugais issus des milieux urbains et étudiantins qui arrivent à Paris. Il compte des hôtels peu coûteux où certains s'y logent plus ou moins longuement. L'un deux – l'hôtel Cujas – est renommé car il accueille pendant plusieurs années la militante antifasciste et féministe Maria Lamas âgée de 75 ans en 1968 (Fiadeiro 2003). Se rendre dans le Quartier latin, et notamment fréquenter ses cafés où se rencontrent des exilés en fonction de leurs affinités idéologiques – le Capoulade, le Luxembourg, l'Écritoire, etc. –, garantit la rencontre avec des compatriotes qui peuvent donner des informations concernant les processus de régularisation administrative, l'obtention d'un emploi ou d'un logement. Comme se le remémore Helena Pato, le Quartier latin constitue la «segunda pátria» (Pato 2011 : 44) de nombreux Portugais. La proximité de la Sorbonne attire évidemment des étudiants qui continuent leurs études en France, parfois après avoir été emprisonnés à la suite de leur implication dans le mouvement étudiant au Portugal. C'est le cas de João Aires Teixeira, né en 1942, qui prend part au mouvement étudiant de 1962, rejoignant la grève de la faim initiée en mai à la cantine universitaire de Lisbonne. Arrêté une première fois, il continue son engagement au sein du PCP. Il est de nouveau emprisonné en janvier 1965. Libéré en octobre 1966, il est incorporé à l'armée et déserte en avril 1968. Il s'installe en France et réside près de l'Odéon, rue

Monsieur le Prince. Vivant près du boulevard Saint-Germain, il assiste aux premiers heurts du 3 mai 1968. Dans une lettre rédigée le 8 mai, il décrit sa participation aux affrontements du 6 mai:

Ao longo do boulevard [Saint-Germain] formaram-se 3, 4 ou 5 barricadas com automóveis, autocarros virados e outros objectos volumosos. Durante a tarde andei “passeando” para ver o aspecto geral, o que ia dando maus resultados porque várias vezes tive de recorrer às boas pernas que ainda tenho para me safar de situações apertadas. Isto sempre a chorar porque não havia lugar que não estivesse cheio de gazes e fumos. Mais para a noite, às oito horas, resolvi ir também molhar o bico numa barricada em Saint-Germain onde a batalha estava bastante acesa. Durante quatro horas a polícia fez sucessivas investidas sobre a barricada, sem êxito absolutamente nenhum. Eram repelidos debaixo de chuva de mimosos paralelepípedos que faziam em cada arremetida uma dezena de baixas nas forças da ordem. É claro que sobre nós explodiam incessantemente as granadas de fumos e lacrimogéneas contra as quais nos defendíamos com lenços molhados. As que não rebentavam eram devolvidas à procedência com os cumprimentos da “malta”. [...] Perto da uma da manhã terminavam os últimos combates sempre de enorme violência. O balanço dos jornais do dia seguinte dava os seguintes resultados: 700 estudantes feridos no total, e 400 polícias internados em hospitais (não deram o número de polícias feridos leves) prejuízos materiais enormes, 2 autocarros, 80 carros, 1 carro de polícia e 1 de bombeiros “fora de combate”, etc. Do lado da malta portuguesa houve 3 prisões (já saíram) 1 ferido na cabeça “hospitalizado” em casa do Lanza [...] e 1 ferido grave no hospital que ainda não se sabe quem é. Foi o dia até hoje em que a violência atingiu o auge. Resultado: no dia seguinte, terça-feira [7 de Maio] em vez de 7000 manifestantes havia 30 000⁽¹⁴⁾.

D’autres sources témoignent de la participation de Portugais - principalement des étudiants ou d’anciens étudiants - aux manifestations voire, comme dans ce cas, aux heurts. Si certains de ces Portugais réduisent leur participation aux manifestations – où, comme l’écrit l’un d’eux, João Freire, ils sont un «grain de sable» (Freire 2007: 353) supplémentaire dans

(14) Lettre de João Aires Teixeira adressée à Fernando Aires Teixeira, 8 mai 1968, Archives de la PIDE/DGS, IAN-TT SC E/GT, NT 1463.

d'imposants cortèges –, d'autres s'insèrent dans les nombreux comités d'action qui se forment alors, dans des quartiers, des entreprises, des universités. Par exemple, Vasco Martins, réfractaire venu en France dès 1961, s'engage dans un comité d'action du 14^{ème} arrondissement parisien qui réunit des personnes, principalement françaises, de différentes sensibilités politiques. Parlant portugais, on lui demande d'aller à l'usine Citroën (ex-Panhard), dans le 13^{ème} arrondissement, où des ouvriers portugais participent à l'occupation. Il peut ainsi traduire les propos des militants français tout en ajoutant des considérations sur la lutte anti-salazariste. Il se rend également dans un foyer de Villejuif où se réfugient des travailleurs portugais. Il y perçoit la peur de ces travailleurs déboussolés par les grèves et les occupations⁽¹⁵⁾. Ce rôle d'intermédiaire et de traducteur est aussi joué par la vingtaine de Portugais qui forment la section portugaise du Comité d'action travailleurs-étudiants le 16 mai 1968 (Baynac 1978: 143). Parmi les membres de cette section portugaise se trouvent de jeunes étudiants – comme Fernando Pereira Marques –, des artistes – comme Vasco de Castro, installé à Paris depuis 1961 –, mais aussi des ouvriers comme l'ancien militant du PCP José Pires Casado, né en 1911. Occupant la salle 410 de l'annexe de Censier, cette section se donne pour objectif de faire participer les travailleurs portugais au mouvement, allant à leur rencontre dans les bidonvilles, les foyers, les chantiers et les entreprises. Le comité confectionne des tracts en portugais dont le premier est tiré le 19 mai. Il enjoint les travailleurs portugais à suivre «os camaradas franceses, apoiemos as suas posições, a luta deles é a nossa, ajudando-os, ajudamos-nos; façamos greve com eles» (Marques 2005: 102). Lors de leurs tournées à travers les entreprises, les bidonvilles et les foyers, certains membres de ce comité se remémorent avoir eu des difficultés à convaincre leurs compatriotes: «o diálogo foi difícil. Era visceral a desconfiança que traziam de Portugal em relação a tudo o que lhes soasse ser política» (Marques 2005: 104).

Un mouvement d'établissement contraint

Ce constat de coupure entre étudiants et ouvriers – qu'ils soient français ou étrangers – a souvent été mis en exergue en mai-juin 1968.

(15) Entretien avec Vasco Martins, 2 novembre 2015.

L'encadrement syndical, notamment de la CGT, qui voyait les étudiants comme totalement extérieurs au monde ouvrier, a essayé de maintenir l'espace des usines clos aux ingérences externes. Cependant, à partir d'études de cas, l'historiographie a nuancé l'absence de passerelles entre étudiants et ouvriers, notamment les plus jeunes (Collovald, Mauger, Poliak 2008; Vigna, Zancarini-Fournel 2009). Il manque encore de recherches, usine par usine, entreprise par entreprise, permettant de mesurer plus finement la participation des travailleurs portugais aux grèves et aux occupations. Toutefois, des travaux montrent que des salariés portugais ont participé aux occupations. C'est le cas du livre, publié dès 1973 par Danièle Kergoat, qui analyse la grève et l'occupation de l'usine Perrier, en région parisienne, en mai-juin 1968 (Kergoat 1973). Cette usine, où l'eau est embouteillée, emploie depuis quelques mois une majorité d'Ouvriers Spécialisés (OS) et manœuvres portugais. Le travail y est pénible et irrégulier car en hiver la production diminue. Cependant, en construisant des logements près de l'établissement et en permettant à ceux qui le veulent de rentrer au pays l'hiver, l'entreprise a pu stabiliser sa main-d'œuvre portugaise. Lorsque la grève et l'occupation de l'usine commencent le 20 mai 1968 – après un vote unanime à main levée – une moitié des travailleurs portugais se maintient à l'écart. Mais l'autre moitié participe à l'occupation et y joue un rôle prédominant. L'usine devant ravitailler des hôpitaux, les salariés grévistes acceptent de continuer le travail, sous l'entremise des responsables syndicaux CGT et CFDT qui y voient l'application d'idéaux autogestionnaires. Kergoat montre que parmi les travailleurs portugais, ce sont parmi les jeunes célibataires qui n'ont pas réalisé leur service militaire et qui n'envisagent pas de rentrer au Portugal que l'engagement est le plus fort. Ils désirent rester en France, y gagner une formation et obtenir de meilleurs emplois et salaires. Ainsi, certains d'entre eux participent à des manifestations et expliquent à leurs compatriotes plus âgés les mots d'ordres syndicaux, jouant un rôle précieux d'intermédiaire. Selon Kergoat, si «cette minorité [de jeunes travailleurs portugais] est motrice pour l'action, c'est qu'à toute revendication commune à l'ensemble des travailleurs immigrés de l'entreprise, elle donne un sens second : la revendication de dignité» (Kergoat 1973: 114). Néanmoins, la présence de ces jeunes réfractaires n'empêche pas une incompréhension entre syndicats et travailleurs portugais. Si les premiers veulent continuer de livrer

les hôpitaux, les travailleurs portugais désirent forcer la main à la direction et cesser totalement le travail. Pour ces derniers, il s'agit d'obtenir des résultats concrets en terme de salaires: ils n'adhèrent pas aux revendications autogestionnaires des syndicats qu'ils considèrent «politiques». Comme le dit l'un d'eux, attestant qu'on peut à la fois faire grève tout en ayant conscience des limites imposées aux étrangers: «ce que nous voulions, c'est une augmentation et pas autre chose ! La politique, c'est pas pour nous, nous sommes étrangers» (Kergoat 1973: 119).

La configuration de Perrier – une minorité de jeunes réfractaires/déserteurs prêts à lutter car ils envisagent leur présence en France comme durable et qui entraîne dans la grève leurs compatriotes en leur traduisant les mots d'ordre – a probablement dû se produire dans d'autres entreprises. Il manque d'autres études pour documenter cette hypothèse. Xavier Vigna cite le cas d'un manœuvre portugais âgé de 21 ans qui, selon une note de police, aurait été reconnu comme le «principal instigateur de l'interruption de travail» (Vigna 2008: 94) dans son entreprise strasbourgeoise comptant 234 ouvriers.

Dans les mois qui précèdent mai 1968 sont arrivés en France des milliers de jeunes hommes – insoumis, réfractaires ou déserteurs – dont les propriétés sociales les rendent plus disponibles pour participer aux mouvements sociaux. Parmi eux, certains proviennent de milieux sociaux plus favorisés, des classes moyennes ou supérieures urbaines portugaises, ont mené des études universitaires réservées aux classes sociales les plus privilégiées. Or en arrivant en France, ces individus subissent souvent un important déclassement social car, parfois en rupture avec leur famille qui n'accepte pas leur refus d'accomplir leur service militaire, ils doivent trouver un emploi pour vivre et essayer, parfois, de continuer ou de reprendre des études. Leurs diplômes, quand ils en possèdent, ne sont souvent pas reconnus. Dans les mois qui ont précédé mai-juin 68, certains étudiants portugais ont été contraints de «s'établir», c'est-à-dire, de travailler en usine, au contact d'ouvriers qu'ils côtoyaient rarement au Portugal. Un militant du Comité Marxiste Léniniste Portugais, mouvement issu de la première scission maoïste portugaise (Cardina 2011), arrivé en France en 1966 et qui participe à l'occupation de la Maison des étudiants portugais en mai-juin 1968, décrit ainsi son expérience de travail dans une usine française en 1967:

Nós os “estudantes” os burgueses “tout court” [...] somos os privilegiados que vivemos à sombra do embrutecimento da maioria do mundo. Neste momento dou-me bem conta do que é a vida dum operário, o que é trabalhar quase meio dia para viver durante uma vida inteira, sem ter outras perspectivas. O futuro é sempre igual, trabalhar, trabalhar de uma maneira bruta e embrutecedora, para proveito dos maiores filhos da puta que existem. Tenho-lhes uma raiva. A experiência que atravesso é-me proveitossíssima, Compreendi em pouco mais de um mês aquilo que anos de [estudo?] só me tinha ensinado de fora e estar satisfeito por isso. Quando me lembro do que sou e do que fui sinto vergonha; é de facto necessário e urgente que tudo mude⁽¹⁶⁾.

D’autres individus au parcours similaire ont pu jouer un rôle décisif dans leurs lieux de travail durant mai-juin 1968. Leur parcours atteste que des «rencontres improbables» ont eu lieu en France, parmi la population portugaise, entre individus aux propriétés sociales fort différentes

«Les éléments les plus conscients de la classe ouvrière» portugaise

Au-delà des jeunes réfractaires, déserteurs et étudiants portugais fuyant le Portugal au début des années 1960, un autre type d’acteurs a dû jouer un rôle qui, manque d’études, n’est pas encore clair: les sympathisants et les militants du PCP qui sont venus en France pour fuir la répression et qui se sont engagés au sein du PCF et de la CGT (Pereira 2017). A la différence des fonctionnaires du PCP vivant clandestinement en France, ils peuvent développer des actions publiques, au sein de leur lieu de travail et dans différentes structures liées au PCP – comme le comité pour la défense des libertés au Portugal ou le comité français pour l’amnistie au Portugal – ou au sein de la Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), mouvement regroupant plusieurs sensibilités de l’opposition portugaise (Martins 2018). Souvent plus âgés que les réfractaires et déserteurs qui arrivent en France dans les années 1960, certains d’entre eux ont connu la prison et ont une longue expérience militante. Parmi eux, certains travaillent alors dans la Régie Renault de

(16) Lettre de Nuno Pereira da Silva adressée à Lucinda Vinagreiro, sans date [1967], Archives de la PIDE/DGS, IAN-TT, SC CI (2) 8158, NT 7517.

Boulogne-Billancourt et rejoint la CGT, syndicat alors majoritaire (Viguié 2020). C'est le cas de Gabriel Pedro, ancien interné dans le camp du Tarrafal (Pedro 2011: 55), de João Cavaco Marques ou de José Nunes. Ce n'est pas un hasard si en juin 1968 un militant à ce que la CGT de Renault Billancourt déclare, dans les pages d'*Action*, que parmi les immigrés vivant en France, on compte «les éléments les plus conscients de la classe ouvrière [des] pays d'origine qui ont dû s'expatrier pour des raisons politiques : [...] Portugais qui depuis 42 ans sont obligés de fuir la dictature et que sont venus renforcer depuis 1961 les jeunes Portugais qui refusent de participer à la guerre coloniale menée par Salazar» (apud Vigna 2008: 89). C'est probablement à ces militants portugais chevronnés qui ont rejoint la «forteresse ouvrière» de Renault que l'auteur de ces lignes pense. Ces militants cégétistes portugais – comme Tomás Ferreira Rato, un ancien interné du Tarrafal également – tentent de politiser leurs compatriotes et appuient l'action du syndicat français en direction de ces travailleurs immigrés. Dès 1963, avec l'aide de ces militants portugais qui traduisent et rédigent des textes en portugais, la CGT publie le bulletin *O Trabalhador* qui invite les travailleurs portugais à rejoindre les combats de la classe ouvrière. Ces militants tentent également de sensibiliser les travailleurs de l'usine à la cause anti-salazariste. Les papiers du fonctionnaire du PCP ayant pour tâche de contrôler l'activité des militants du PCP en région parisienne à l'époque attestent que les communistes portugais travaillant à Renault Billancourt sont loin de suivre passivement les consignes données par la direction du parti. Plusieurs d'entre eux considèrent le PCP trop timoré et soutiennent un engagement plus ferme dans la lutte armée afin de faire tomber la dictature⁽¹⁷⁾. Évoquant la figure de João Manuel Ribeiro da Silva, Henri Benoits, adhérent à la CGT et délégué du personnel à Renault Billancourt, se remémore que ce militant du PCP «estimait que la lutte armée contre la dictature dans son pays n'était pas préparée de façon concrète et cette position rencontrait un certain écho parmi ses camarades de l'usine, attendant impatientement la chute du régime pour retourner au pays» (Benoits & Benoits 2014).

Comme l'a montré Laure Pitti, à Renault-Billancourt, «loin de l'image généralement donnée d'eux, les OS étrangers sont actifs dans la grève» (Pitti 2006: 158). Une photographie prise à Renault Billancourt, le 17 juin

(17) Voir les archives de Carlos Antunes déposées à la Fondation Mário Soares.

1968, lors du vote pour la reprise du travail, laisse voir une pancarte rédigée en portugais, clamant que la grève est une «arma de luta». Certains ouvriers étrangers de Renault-Billancourt ne se cantonnent cependant pas à ce que la CGT attend d'eux: la participation au mouvement et le refus de briser la grève sans pour autant avancer des revendications particulières à leur condition d'immigrés. Ces ouvriers se regroupent pour rédiger une plate-forme de revendications dénonçant les discriminations qui touchent les travailleurs immigrés, et notamment l'absence de promotion professionnelle qui les frappent. Les OS étrangers, et plus particulièrement maghrébins et africains, sont souvent condamnés à être OS à vie, confinés aux emplois les plus difficiles et les moins bien payés. Cependant, la CGT empêche la diffusion de cette plate-forme considérant que ce sont des «revendications spécifiques» qui ne méritent pas d'être présentées à tous les travailleurs de l'usine. Le syndicat maintient donc les étrangers dans une position subalterne, faisant primer les intérêts des travailleurs masculins et français, ceux qui peuvent voter et appuyer la stratégie électorale du PCF. D'ailleurs, les travailleurs immigrés sont les grands absents des négociations qui ont lieu à Grenelle. Il n'en reste pas moins que le rôle joué pendant l'occupation de Renault Billancourt par les militants portugais de la CGT reste peu connue. Ont-ils participé à la rédaction de cette plate-forme et défendu les revendications spécifiques exprimées par les travailleurs immigrés ? Ou alors ont-ils plutôt été le relais de la CGT qui voulait étouffer ces revendications, craignant de susciter l'opposition des ouvriers français et notamment des ouvriers qualifiés?

«Hoje, 22 de Maio de 1968, nós, trabalhadores e estudantes revolucionários, declaramos esta casa primeiro território livre de Portugal»

Un espace de luttes

L'engagement de la section portugaise du Comité d'action travailleurs-étudiants a dépassé le cadre de la Sorbonne et de son annexe de Censier. Comme nous l'avons vu, certains des membres de ce comité d'action se sont déplacés dans les chantiers, aux abords des usines et ont essayé de rentrer dans les bidonvilles et les foyers afin d'expliquer à leurs compatriotes le

mouvement en cours et les inviter à rejoindre la grève. A partir du 22 mai, l'action de la section portugaise prend une autre tournure: une partie de ses membres est à l'initiative de l'occupation de la Maison des étudiants portugais qui se trouve à la Cité internationale universitaire de Paris.

Cette résidence universitaire n'a été inaugurée qu'en novembre 1967. A cette date, elle compte 56 portugais et 66 étrangers, des étudiants mais aussi des chercheurs et des artistes qui bénéficient d'une bourse de la fondation Calouste Gulbenkian⁽¹⁸⁾. Cependant, parmi les étudiants opposés au régime, la résidence n'a pas bonne réputation. Le 1^{er} mai 1968, l'un d'eux la présente à ses parents comme «um coito de pides da pior espécie, dos quais só se salvam o director e a secretária». De plus, comme dans de nombreuses résidences universitaires à l'époque, le règlement y est strict, basé sur une séparation des hommes et des femmes célibataires. Selon cet étudiant, il y règne «um regime concentracionário insuportável, que em menos de dois meses de existência era já conhecida na universidade de Paris, sob o nome de 'a caserna dos estudantes'»⁽¹⁹⁾.

L'occupation du 22 mai 1968 doit être inscrite dans un cadre chronologique plus large et s'insère dans les mobilisations qui existaient au sein de la Cité internationale universitaire de Paris depuis plusieurs mois. En effet, avant le mois de mai 68, la contestation couve au sein de Cité internationale. Comme à Antony ou à Nanterre, la question de la non-mixité des résidences et des autorisations que les jeunes femmes doivent demander pour accueillir des hommes est soulevée. Certains étudiants dénoncent également l'autoritarisme des directeurs et exigent de participer à la gestion des résidences (Gillabert 2018, Tronchet 2020). Ces revendications s'articulent avec la dénonciation de l'impérialisme américain au Vietnam et des dictatures en Europe ou en Amérique latine. Ainsi, le 24 avril 1968, plusieurs dizaines d'étudiants pénètrent à la maison du Portugal et y réclament «l'unification des règlements de la cité sur le régime libéral de circulation, de réunion et d'association institué dans quelques pavillons»⁽²⁰⁾. Selon l'ambassade portugaise en France, informée par Joaquim Veríssimo Serrão, le directeur du centre culturel

(18) «De Paris regressou ontem o Doutor Azeredo Perdigão», *Diário de Notícias*, 25 novembre 1967.

(19) Lettre de José Manuel Zaluar Nunes adressée à José Basílio, 1^{er} mai 1968, Archives de la PIDE/DGS, IAN-TT, SC CI (2) 12377, NT 7650.

(20) «Des étudiants forcent les portes du pavillon américain», *Le Monde*, 26 avril 1968.

portugais à Paris, certains de ces étudiants ont en profité pour «lançar gritos contra o regime político português e a fundação Gulbenkian»⁽²¹⁾. Ensuite, ils se sont dirigés vers le pavillon des États-Unis qu'ils ont envahi, après avoir brisé les vitres de l'édifice.

Dès le début de l'année 1968, le président du «comité de résidents» de la Maison des étudiants portugais, João Manuel Fiadeiro Santos Marques, un ancien fonctionnaire du PCP qui, à partir de 1967, se rapproche des militants maoïstes du Comité Marxiste Léniniste Portugais, tente de «dar ao comité um certo cunho político»⁽²²⁾. Selon la police française, il crée le 16 mars 1968 un comité d'action avec d'autres résidents, comité d'action qui exige «'le droit de visite', à savoir la possibilité pour les étudiants célibataires de recevoir des jeunes filles dans leur chambre»⁽²³⁾. Après les événements du 24 avril 1968, Verissimo Serrão précise d'ailleurs que Santos Marques compte parmi les «cabecilhas dos distúrbios»⁽²⁴⁾. Santos Marques rejoint plusieurs comités qui se forment au sein de la Cité universitaire : le Comité de liaison anti-impérialiste (CLAI) et le Comité de Liaison Inter-Pavillons (CLIP), créé le 28 avril, journée également marquée par un discours de Daniel Cohn-Bendit à la Cité universitaire (Gillabert 2018: 39). Lorsque les événements de mai éclatent, de nombreux étudiants de la Cité universitaire en général et à la Maison des étudiants portugais en particulier sont donc déjà mobilisés.

L'occupation comme lutte antifasciste

En mai-juin 1968, 9 résidences de la Cité universitaire sont occupées, trois par leurs propres résidents (États-Unis, Fondation d'Outre-Mer, Maroc) et six par des personnes venues de l'extérieur (Grèce, Italie, Argentine, Espagne, Brésil et Portugal), aidées parfois par quelques

(21) Note de João Marçal de Almeida, chargé d'affaire de l'ambassade du Portugal à Paris, adressée au Ministre des Affaires étrangères portugais, 25 avril 1968, Archives du ministère des Affaires étrangères portugais (désormais AMAE), PEA 521.

(22) Interrogatoire de João Manuel Fiadeiro Santos Marques, 8 février 1969, Archives de la PIDE/DGS, IAN-TT, SC GT 733, NT 1428, pasta 1.

(23) Note de la préfecture de police de Paris sur la «participation des Portugais ouvriers et étudiants aux événements de mai-juin 1968», sans date, AN 0019850087, art 136.

(24) Note de João Marçal de Almeida, chargé d'affaire de l'ambassade du Portugal à Paris, adressée au Ministre des Affaires étrangères portugais, 25 avril 1968, AMAE, PEA 521.

résidents⁽²⁵⁾. Les mots d'ordre sont pour la plupart similaires: la disparition des règlements intérieurs jugés liberticides, la liberté d'expression, la cogestion des résidences. Mais ils dépassent le cadre de cet espace spécifique: solidarité avec les étudiants et les ouvriers qui occupent universités et usines, solidarité avec les luttes du tiers-monde et des opposants aux dictatures sud-européennes et latino-américaines. Les slogans utilisés sont souvent semblables: le collège d'Espagne, occupé dès le 18 mai, est baptisé «Maison des étudiants et travailleurs espagnols» tandis que la maison des étudiants portugais devient la «Maison des étudiants et travailleurs portugais» (ou, selon les versions des tracts, la Maison des travailleurs et étudiants portugais)⁽²⁶⁾; les 120 étudiants grecs qui occupent, à partir du 22 mai, la fondation hellénique proclament que ce sont «les premiers mètres carrés de territoire grec libéré» (Kornetis 2018: 50) alors que les occupants de la maison portugaise déclarent que le bâtiment est le «primeiro território livre de Portugal».

Le comité d'occupation tire rapidement un tract:

Camaradas

Os trabalhadores ocupam as fábricas e os locais de trabalho.

Os estudantes ocupam as universidades, os liceus, as residências estudantis.

Integrado nesta luta o comité de ligação trabalhadores-estudantes da Sorbonne, ocupou no dia 22 de Maio a Casa dos estudantes portugueses na cidade universitária. Esta casa, até aqui uma residência de privilegiados passa a ser uma casa aberta a todos os trabalhadores e estudantes, e chama-se a partir do momento :

Casa dos trabalhadores e estudantes portugueses

Para os fins de convívio, informação e discussão livre de todos os problemas.

(...)

Aberto dia e noite⁽²⁷⁾.

(25) Exposé au Conseil d'administration de la Cité internationale universitaire de Paris du 19 juin 1968, AN 20090013/512.

(26) Comme l'indique Fernando Pereira Marques, cette dernière version est plus cohérente avec les canons ouvriéristes de l'époque. Cependant cette logique est souvent oubliée dans les tracts (Marques 2005).

(27) Tract [sans date], Archives de la PIDE/DGS, IAN-TT, SC CI (2) 10254, NT 7591.

Ces occupations sont à la fois orientées vers le pays de départ et la lutte contre les dictatures mais aussi fortement imprégnées d'internationalisme. Les occupants des différentes résidences s'entraident, notamment pour déloger les récalcitrants ou pour occuper de nouvelles résidences. C'est ainsi que 22 mai, les occupants portugais font appel à des étudiants venus d'autres résidences occupées afin de s'assurer le contrôle de la maison du Portugal. De même, des Portugais participent à l'occupation de la maison du Brésil – voisine de celle du Portugal – le 30 mai (Müller 2018). Les résidences occupées sont ouvertes aux étudiants et travailleurs de toute nationalité.

L'occupation de la maison des étudiants portugaise ne compte que sur une minorité d'appui parmi les résidents. En dépit de son activisme les mois précédents, Santos Marques «tentou retardar» l'occupation mais finit par se solidariser avec les membres du comité d'occupation venant de la Sorbonne. L'un des résidents est l'une des figures de proue du catholicisme progressiste au Portugal: le Père José Felicidade Alves (Araújo 2011). Cependant, pendant une partie de l'occupation il doit se rendre à Lisbonne car le Cardinal Cerejeira, avec lequel il entretient une correspondance polémique, vient de l'écarter de sa paroisse à Lisbonne (Martins 2008: 68). La plupart des résidents – et notamment ceux qui viennent du Portugal, grâce à des bourses de la fondation Gulbenkian – craignent de participer à l'occupation, soit par conviction soit dans la perspective de leur futur retour dans leur pays. Ils redoutent également de perdre leur bourse – ce qui arrive du reste à ceux qui participent aux événements, comme António Lopes Cardoso (Gervais-Marx 2006: 107), car Joaquim Veríssimo Serrão s'efforce d'«apurar a responsabilidade de cada um dos nossos bolseiros na condenável ocupação»⁽²⁸⁾ – et d'être arrêtés à leur retour au Portugal. Comme nous l'avons vu, la résidence a la réputation d'être surveillée par des informateurs de la police et l'une des premières tâches des occupants est de démasquer d'éventuels indicateurs. Des résidents et des fonctionnaires de la résidence sont ainsi expulsés, suspectés de se livrer à de l'espionnage.

La plupart des occupants ont une longue expérience militante. En effet, plusieurs d'entre eux ont été des acteurs des mouvements étudiants

(28) Lettre du directeur du Centre culturel de Paris, Joaquim Veríssimo Serrão, adressée au président de la Fondation Calouste Gulbenkian, José Azeredo Perdigão, 27 avril 1967, AMAE, Arquivo Paris, maço 540.

qui ont eu lieu au Portugal à partir de 1962. C'est le cas de Manuel Areias qui a participé à la grève de la faim à la cantine universitaire de Lisbonne en mai 1962, de João Quintela, expulsé de l'université de Coimbra en 1962, de Teresa Bento Gomes exclue 25 jours de son école car elle a pris part aux incidents qui se sont produits à la cantine de l'université de Lisbonne en avril 1965 ou de Santos Marques qui a eu différentes fonctions dans le secteur étudiant du PCP jusqu'en 1967. En France, plusieurs de ces anciens étudiants se sont insérés dans des mouvements et associations qui rejettent à la fois la dictature salazariste mais aussi le PCP. Dans ces associations, ils tentent de politiser les travailleurs immigrés par le biais de conférences, de concerts, de pièces de théâtre (Pereira 2000). C'est le cas de la Ligue portugaise de l'enseignement et de la culture populaire, fondée en 1965, qui rassemble des étudiants et des intellectuels ayant souvent rompu avec le PCP et rejoint la mouvance maoïste alors en formation. La plupart des occupants sont liés à des mouvements maoïstes, qui commencent à se multiplier après la crise causée par l'arrestation, en 1965, de Francisco Martins Rodrigues, fondateur du Comité Marxiste Léniniste Portugais (Cardina 2011), mais aussi à des groupes qui prônent la lutte armée et prennent exemple sur Cuba, comme la LUAR (Santos 2011; Marques 2016). Un mouvement semble absent: le PCP et l'organisation estudiantine qu'il domine jusqu'alors, l'Union des Etudiants Portugais en France. Les noms donnés aux salles de la maison portugaise révèlent d'ailleurs les influences des occupants: salle Marx et Engels, salle Che Guevara mais aussi salle Bento Gonçalves, ancien secrétaire général du PCP (Pereira 1999; Madeira 2013), figure récupérée par des militants maoïstes qui prétendent réformer le PCP et critiquent ainsi implicitement Álvaro Cunhal qui aurait trahi le parti et le mouvement ouvrier. Les graffitis retrouvés sur les murs à la fin de l'occupation attestent également de la diversité idéologique des occupants mais aussi du passage d'individus français, espagnols ou brésiliens. Les slogans, symboles de la libération de la parole pendant-mai juin 68, sont à la fois ceux que l'on retrouve dans d'autres lieux de la contestation – comme à la Sorbonne ou à l'Odéon – mais renvoient aussi aux luttes menées contre les dictatures sud-européennes et latino-américaines. L'emphase est mise sur le recours à la violence pour mettre à bas le capitalisme, rejoignant ainsi les aspirations des mouvements maoïstes et gauchistes qui se sont formés en exil. En creux, ces slogans critiquent le prétendu attentisme du PCP.

Une effervescence culturelle

Pendant les 21 jours d'occupation, plusieurs assemblées générales ponctuent la vie de la maison de étudiants et des travailleurs portugais. Une ébauche de statuts prônant la cogestion de la résidence est proposée et plusieurs comités encadrent l'activité des occupants: un comité d'agitation politique et culturelle, un comité de gestion, hygiène et ravitaillements, un comité d'action étudiants-travailleurs, un comité de sécurité et un comité de coordination. Dans la continuité de l'action du comité de liaison portugais qui s'était formé à Censier, l'objectif des occupants est de soutenir les luttes étudiantes et ouvrières, de jouer un rôle d'intermédiaire entre étudiants et ouvriers portugais. Vasco de Castro se remémore la création de «brigadas de esclarecimento aos bidonvilles e nos terminais das camionetas para Portugal» avec notamment «nossos cantores Zé Mário Branco, Sérgio Godinho e um ex-padre português que cantava canções dos sindicalistas norte-americanos Peter Seeger e Guthrie» (Castro 2013: 263-264). La maison se veut également un lieu ouvert et plusieurs initiatives culturelles sont proposées, dans la continuité des activités menées depuis plusieurs mois par la Ligue portugaise de l'enseignement et de la culture populaire ou le Club des jeunes portugais. Des concerts sont donnés dont celui de Luís Cília, exilé en France depuis 1964 (Aranha, Ademar 2018: 125-142). L'un des occupants, Fernando Pereira Marques, se souvient des séances de cinéma, organisées par Carlos Saboga, et notamment du film de Frédéric Rossif, *Mourir à Madrid*. Le théâtre, dans lequel sont engagés des exilés depuis plusieurs mois (Helder Costa, Manuel Areias, João Vaz), est également présent. La première représentation en France de la pièce *Le chant du fantoche lusitanien*, de Peter Weiss, aurait été donnée pendant l'occupation, devant «un amphithéâtre plein» (Castro 2013: 268). A l'image de ce qui se produisait à la Sorbonne et à l'Odéon, de nombreux débats sont organisés. Ainsi, le 28 mai, le thème proposé est «as perspectivas da revolução em Portugal. Democracia burguesa ou democracia popular? Levantamento nacional ou guerra do povo?» (Marques : 125). Là encore, on perçoit une critique implicite de la stratégie élaborée par le PCP, depuis l'évasion d'Álvaro Cunhal de prison en 1960 (Pereira 2015) et un plaidoyer pour l'usage de la violence pour mettre à bas la dictature salazariste.

Il est difficile de savoir si les occupants ont pu atteindre l'un de leurs objectifs: attirer des travailleurs immigrés. Fernando Pereira Marques

dresse un constat négatif: «os trabalhadores não accorreram em massa» (Marques : 125). Cependant, des travailleurs comme José Batista de Matos, qui participe à mai-juin 68 avec enthousiasme et est l'un des meneurs de la grève sur son chantier, se souvient avoir assisté aux nombreux débats qui avaient lieu au quartier latin et être passé par la Maison des étudiants et travailleurs portugais⁽²⁹⁾.

Le 12 juin, le comité annonce qu'il se retire de la Maison des étudiants portugais. Son communiqué prétend qu'il a atteint ses buts qui étaient notamment de «s'attaquer et affronter ouvertement, par ce coup de main, les régimes fascistes ou militaristes qui règnent dans les pays d'origine de ces pavillons», «démolir les réseaux d'espionnage politique et les noyaux fascistes et expulser les agents provocateurs et policiers qui s'étaient installés dans cette cité avec la complicité des administrations». Dès lors, le comité considère que maintenir les occupations ne constitueraient qu'un «acte d'attentisme politique, d'auto-défense oratoire pleinement prévu et encadré dans la stratégie globale de la contre-révolution gaulliste». La lutte doit continuer ailleurs: les «militants seront plus utiles sur d'autres fronts et doivent passer à des formes supérieures d'organisation et de lutte»⁽³⁰⁾. En quittant la Maison des étudiants portugais, des occupants emmènent avec eux plusieurs instruments permettant de confectionner des tracts ou des bulletins (machines à écrire, feuilles, duplicateurs), à l'image de ce que certains mouvements antifascistes font alors au Portugal, notamment dans les universités (Pereira 2013). Un communiqué, signé par un «un groupe de révolutionnaires portugais» affirme que ces ces objets ont été pris «pour servir le peuple du Portugal et la révolution populaire»⁽³¹⁾.

Le temps de la répression

Devenu ministre de l'Intérieur le 31 mai 1968, Raymond Marcellin cible particulièrement les étrangers qui sont présentés comme les

(29) Entretien avec José Batista de Matos, le 29 mars 2000.

(30) Tract intitulé «Aux Camarades qui restent», 12 juin 1968, Archives de la PIDE/DGS, IAN-TT, SC CI (2) 10254, NT 7591.

(31) Communiqué signé par un groupe de révolutionnaires portugais, 12 juin 1968, AN, 20090013/1902.

principaux responsables des événements. L'hypothèse d'un complot fomenté à l'étranger est propagée, ce qui alimente parfois des réactions xénophobes (Bantigny 2018: 213). Considérant que des étrangers se sont révélés coupables d'une ingérence inadmissible dans «nos affaires» (Marcellin 1969 : 55), ont troublé l'ordre public et n'ont pas respecté la stricte neutralité politique, se montrant ainsi indigne de l'hospitalité que la France leur a offerte, Marcellin et les préfets font procéder à des dizaines d'expulsion. Les chiffres varient selon les auteurs (Gordon 2003). Xavier Vigna avance que 183 étrangers sont expulsés entre le 24 mai et le 20 juin 1968, dont 20 portugais. Cependant, au fil des enquêtes policières, les expulsions s'étendent durant l'été 1968. Une liste de Portugais frappés par un arrêté d'expulsion est transmise aux autorités portugaises le 19 juin. Elle contient 14 noms, dont 7, a minima, habitent dans la région lyonnaise. Aucun de ces Portugais n'est présenté comme étudiant (bien qu'ils puissent également l'être ou l'avoir été): il y a un employé de bureau, un typographe, un garçon d'hôtel, un garçon de cuisine mais la majorité sont des ouvriers (quatre maçons, deux soudeurs, un manœuvre, un ouvrier spécialisé). Deux sont nés à Lisbonne et un à Cascais, les autres proviennent des régions rurales. Ils ont entre 18 et 28 ans. Parmi ces expulsés, au moins 7 d'entre eux ont été arrêtés la soirée du 24 mai à Lyon, soirée qui a connu d'importants affrontements entre manifestants et forces de l'ordre et est marquée par la mort du commissaire Lacroix. Dans les heures qui suivent, la police arrête massivement des étrangers dans les rues lyonnaises, certains dénonçant même de «rafles» (Mathieu 2018: 32). Ces Portugais sont libérés au bout de quelques heures mais emprisonnés de nouveau fin juin. Le 1er juillet 1968, cinq d'entre eux sont placés dans un avion en direction de Lisbonne. Quatre d'entre eux ayant quitté le Portugal irrégulièrement, ils sont arrêtés à l'aéroport de Lisbonne par la police politique et envoyés à la prison de Caxias au milieu de la nuit. Interrogés, ils nient tous avoir participé aux manifestations et aux troubles et arguent avoir été arrêtés alors qu'ils se trouvaient dans les rues du centre de Lyon, de retour du cinéma ou du travail. Ces déclarations sont fort probablement véridiques car comme le souligne Daniel Gordon «dans les archives il n'existe aucune trace d'un cas où un expulsé aurait été accusé d'un acte spécifique de violence» (Gordon 2003: 47). Ils sont libérés trois jours plus tard, la police politique étant totalement incapable de vérifier leurs dires. Ils doivent néanmoins se présenter au poste de gendarmerie de leur lieu de résidence le 5 de chaque mois et sont

poursuivis pour émigration clandestine. Cependant, la police politique ne peut rien retenir contre eux concernant leur supposée participation aux troubles à l'ordre public en France.

Même si ces Portugais vivaient à Lyon et non pas à Paris, leur cas révèle que la police politique portugaise avait très peu de sources d'informations lui permettant de savoir ce qui se passait en France en mai-juin 1968. Sa principale source d'information sur l'occupation de la maison des étudiants portugais est une lettre qu'un étudiant de théologie envoie à un curé de Braga le 10 juillet 1968 et dans laquelle il décrit, effaré, les événements de mai, l'occupation de la Sorbonne et celle de la Maison des étudiants portugais. Dans ce courrier, intercepté par la police politique et jugé assez important pour être transmis au ministre de l'Intérieur et à Salazar, l'étudiant donne le nom de nombreux occupants, ce qui permet à la PIDE d'établir des mandats d'arrestation. Ainsi, dans les mois qui suivent, des individus mentionnés dans cette lettre sont arrêtés et interrogés lorsqu'ils reviennent au Portugal. La plupart des personnes non citées dans cette lettre ne sont jamais inquiétées par la police politique qui semble totalement ignorer leur action pendant les événements. Par exemple, dans ses mémoires relatives à mai-juin 1968, Fernando Pereira Marques souligne que les agents de la PIDE qui l'interrogent après son arrestation en août 1968, alors qu'il prend part à une opération armée menée par la LUAR (Marques 2016), semblent totalement ignorer sa présence à la maison des étudiants portugais entre le 22 mai et le 12 juin 1968.

D'autres Portugais sont frappés par des expulsions ou des assignations à résidence. Jaime Mascarenhas Lima par exemple doit vivre à Orléans pendant plusieurs mois. Carlos Saboga, José Barrias et Manuel Areias, tous les trois occupants de la Maison des étudiants portugais, craignent d'être expulsés et partent en Italie, accueillis par Giangiacomo Feltrinelli, lui-même expulsé du territoire français après sa participation aux journées de mai-juin 1968 (Bantigny 2018: 145). La CFDT intervient dans le cas de José Salgueiro que les autorités françaises suspectent d'avoir pris part «aux événements de la Maison du Portugal»⁽³²⁾ et, en conséquence, prétendent l'expulser. L'avocat qui aide José Salgueiro note que les autorités françaises veulent «constituer une main-d'œuvre étrangère

(32) Note du service juridique de la CFDT, 14 octobre 1968, Archives de la CFDT, 7H713.

paisible et se refusant à la grève»⁽³³⁾, ce qui révèle que les préventions de nombreux travailleurs portugais qui percevaient leur participation à la grève comme illégitime étaient loin d'être totalement infondées.

Conclusion

Au moment du bilan, il apparaît clairement qu'on ne peut pas réduire la réaction des Portugais en France face aux événements de mai-juin 1968 à une débandade généralisée. Si certains optèrent pour un prudent *exit*, il n'y eut pas une absence totale de *voice* (Hirschman 1991). S'il est évident que beaucoup de Portugais rentrèrent dans leur pays, de peur d'une guerre civile, de dénonciations d'informateurs de la police politique ou dans l'incapacité de travailler, la plupart restèrent en France, espérant mener à bien leur stratégie migratoire et accroître leur épargne. L'insertion de nombre d'entre eux dans le Bâtiment et les Travaux Publics a favorisé cette mise à l'écart du mouvement gréviste. Il s'avère néanmoins nécessaire de mieux saisir le comportement de ceux qui travaillaient dans les secteurs les plus touchés par les grèves, notamment les différents secteurs de l'industrie. L'exemple de l'usine Perrier démontre que des travailleurs portugais ont participé aux grèves et aux occupations, en solidarité avec les autres travailleurs et conscients des avantages qu'ils pouvaient tirer. Cet exemple éclaire également le rôle joué par les migrants plus jeunes qui quittaient alors leur pays pour éviter les guerres coloniales et/ou la répression des mouvements étudiants. N'envisageant pas de rentrer dans leur pays rapidement, ils étaient souvent désireux de prendre part aux revendications exprimées par les salariés, d'obtenir des formations, de voir leurs droits mieux protégés. L'occupation de la Maison des étudiants portugais révèle, elle, la formation d'un espace politique de l'exil portugais en France au cours des années 1960. Cette *exopolitie*, pour reprendre l'expression de Stéphane Dufoix (2002), se matérialise par une multiplication des mouvements d'opposition, par des actions politiques et culturelle menées auprès des travailleurs immigrés (Pereira 2000). Mai-Juin 1968 joue le rôle d'accélérateur d'une effervescence politique et culturelle

(33) Note de Pierre-Édouard Weil adressée à René Salanne, 19 juillet 1968, Archives de la CFDT, 7H713.

initiée dès 1964-1965 et qui se prolonge jusqu'en 1974-1975, épousant ainsi les bornes chronologiques de ce que les historiens appellent désormais «les années 68».

Références bibliographiques:

- Accornero, Guya (2016). *The Revolution before the Revolution. Late authoritarianism and student protest in Portugal*. New York/Oxford: Berghan.
- Adam, Gérard (1970). "Étude statistique des grèves de mai-juin 1968", *Revue française de science politique*, 20/1, 105-119.
- Aranha, Ana, Ademar, Carlos eds. (2018). *Memórias do exílio*. Lisboa: Parsifal.
- Araújo, António de (2011). *A oposição católica no marcelismo: o caso da Capela do Rato*. Thèse de doctorat en histoire, Universidade Católica Portuguesa.
- Artières, Philippe, Zancarini-Fournel, Michelle eds. (2008). *1968. Une histoire collective*. Paris: La Découverte.
- Artières, Philippe, Giry, Emmanuelle eds. (2018). *68. Les archives du pouvoir. Chroniques inédites d'un État face à la crise*. Paris: L'iconoclaste / Archives nationales.
- Bantigny, Ludivine (2018). *1968. De grands soirs en petits matins*. Paris: Seuil.
- Baynac, Jacques (1978). *Mai retrouvé. Contribution à l'histoire du mouvement révolutionnaire du 3 mai au 16 juin 1968*. Paris: Robert Laffont.
- Bebiano, Rui (2001). "As esquerdas e a oposição à guerra colonial", in Rui de Azevedo Teixeira (ed.), *A Guerra do Ultramar. Realidade e Ficção*. Lisboa: Editorial Notícias, 293-313.
- Benoits, Clara, Benoits, Henri (2014). *L'Algérie au cœur. Révolutionnaires et anticolonialistes à Renault-Billancourt*. Paris: Syllepses.
- Bonifácio, Maria de Fátima (2016). *António Barreto. Política e pensamento*. Lisboa: Dom Quixote.
- Bourdieu, Pierre (1984). *Homo Academicus*. Paris: Minuit.
- Campagnac, Elizabeth, Nouzille, Vincent (1988). *Citizen Bouygues ou l'histoire secrète d'un grand patron*. Paris: Belfond.
- Cardina, Miguel (2008). "On Student Movements in the Decay of Estado Novo", *Portuguese Journal of Social Sciences*, 3, 7, 151-164.
- « - » (2011). *Margem de certa maneira. O maoismo em Portugal. 1964-1974*. Lisboa: Tinta-da-China.

- Castro, Vasco de (2013). *Discordante e indocumentado. Conversas com Mário Beja Santos*. Non publié.
- Collovald, Annie, Mauger, Gérard, Poliak, Claude (2008). "Dossier: Mai-juin 68: la rencontre ouvriers/étudiants", *Savoir/Agir*, 6, 9-10.
- Damamme, Dominique, Gobille, Boris, Matonti, Frédérique, Pudal, Bernard eds. (2008). *Mai-juin 68*. Ivry-sur-Seine: Éditions de l'Atelier.
- Dobry, Michel (1986). *Sociologie des crises politiques. La dynamique des mobilisations multisectorielles*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Dormoy-Rajramanan, Christelle, Gobille, Boris, Neveu, Érik eds. (2018). *Mai 68 par celles et ceux qui l'ont vécu*. Ivry-sur-Seine: Les éditions de l'Atelier.
- Dreyfus-Armand, Geneviève, Frank, Robert, Lévy, Marie-Françoise, Zancarini-Fournel, Michelle eds. (2000). *Les Années 68. Le temps de la contestation*. Paris/Bruxelles: IHTP/Complexe.
- Dufoix, Stéphane (2002). *Politiques d'exil*. Paris: Presses universitaires de France.
- Estanque, Elísio, Bebiano, Rui (2007). *Do activismo à indiferença. Movimentos estudantis em Coimbra*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Fiadeiro, Maria Antónia (2003). *Maria Lamas. Biografia*. Lisboa: Quetzal editores.
- Freire, João (2007). *Pessoa comum no seu tempo. Memórias de um médio-burguês de Lisboa na segunda metade do século XX*. Porto: Afrontamento.
- Garrido, Álvaro (1996). *Movimento estudantil e crise do Estado Novo. Coimbra 1962*. Coimbra: Minerva.
- Gastaut, Yvan (1994). "Le rôle des immigrés pendant les journées de mai-juin 1968", *Migrations Société*, 32, 9-29.
- Gillibert, Matthieu (2018). "'Cité en lutte!' Transferts culturels et réappropriations des révoltes à la cité internationale", *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, 127-128, 36-45.
- Gervais-Marx, Danièle (2006). *Les œillets du souvenir. Saisons portugaises*. Biarritz: Atlantica.
- Gobille, Boris (2008). *Mai 68*. Paris: La Découverte.
- Gordon, Daniel (2003). "'Il est recommandé aux étrangers de ne pas participer'. Les étrangers expulsés en mai-juin 1968", *Migrations Société*, 87-88, 45-65.
- Gordon, Daniel (2012). *Immigrants and Intellectuals. May' 68 and the Rise of Anti-Racism in France*. Pontypool: Merlin Press.
- Hatzfeld, Nicolas (1992). "Peugeot-Sochaux : de l'entreprise dans la crise à la crise dans l'entreprise", in René Mouriaux, Annie Percheron,

- Antoine Prost, Danièle Tartakowski (eds.), 1968. *Exploration du Mai français, Vol.1, Terrains*. Paris: L'Harmattan, 51-72.
- Hirschman, Albert (1991). *Défection et prise de parole*. Paris: Fayard.
- Henneresse, Marie-Claude (1979). *Le patronat et la politique française d'immigration, 1945-1975*, Thèse de doctorat de troisième cycle d'Études politiques, Institut d'Études Politiques de Paris.
- Jobs, Richard Ivan (2009) "Youth movements : Travel, Protest, and Europe in 1968", *The American Historical Review*, 114: 376-404.
- Jounin, Nicolas (2008). *Chantier interdit au public. Enquête parmi les travailleurs du bâtiment*. Paris: La Découverte.
- Kergoat, Danièle (1973). *Bulle d'or ou l'histoire d'une mobilisation ouvrière*. Paris: Seuil.
- Kornetis, Kostis (2018). "Comment les années 1968 ont traversé la Fondation Hellénique", *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, 127-128, 46-54.
- Madeira, João (2013). *História do Partido Comunista português. Das origens ao 25 de abril (1921-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Mathieu, Lilian (2006). *La double peine. Histoire d'une lutte inachevée*. Paris: La Dispute.
- « - » (2018). "Le mai lyonnais", in Collectif de la grande Côte, *Lyon en luttés dans les années 68. Lieux et trajectoires de la contestation*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 19-48.
- Matos, Luís Salgado de (2008). "Quem somos? Maio de 68: A revolta da ordem contra as instituições", *Povos e culturas*, 12, 151-211.
- Marques, Fernando Pereira (2005). *A praia sob a calçada. Maio de 68 e a 'geração de 60'*. Lisboa: Ancora editora.
- « - » (2016). *Uma nova concepção de luta. Materiais para a história da LUAR e da resistência armada em Portugal*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Martins, António Coimbra (2008). "Década 60 e maio 68. Paralelismos e interações", *Povos e culturas*, 12, 61-150.
- Martins, Susana (2018). *Exilados portugueses em Argel. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado (1960-1965)*. Porto: Afrontamento.
- Müller, Angélica (2018). " 'Subversion et désordre': Les années 68 de la Maison du Brésil vues par les militaires brésiliens", *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, 127-128, 55-60.
- Oliveira, César de (1987). *Salazar e a guerra civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal.

- Pedro, Edmundo (2011). *Memórias. Um combate pela liberdade*, vol II. Lisboa: Ancora editora.
- Pato, Helena (2011). *Já uma estrela se levanta*. Lisboa: Editorial Tágide.
- Pereira, Dionísio (2013). *Emigrantes, exilados e perseguidos. A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940)*. Santiago de Compostela: Através editora.
- Pereira, José Pacheco (1999). *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*, vol.1, "Daniel", o jovem revolucionário. Lisboa: Temas e debates.
- «-» (2008). "O um dividiu-se em dois". *Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Lisboa: Alêtheia.
- «-» (2013). *As armas de papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Lisboa: Temas e Debates.
- «-» (2015). *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*. vol.4. *O secretário-geral*. Lisboa: Temas e debates.
- Pereira, Victor (2000). *Les exilés politiques portugais en France*. Mémoire de maîtrise, Université de Rouen.
- «-» (2012). *La dictature de Salazar à l'émigration. L'État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*. Paris: Presses de Sciences Po.
- «-» (2013). "Álvaro Cunhal em Paris : internacionalismo, exílio e emigração", in José Neves (ed.), *Alvaro Cunhal. Política, História e Estética*. Lisboa: Tinta da China, 67-78.
- «-» (2014). "Les réseaux de l'émigration clandestine portugaise vers la France entre 1957 et 1974", *Journal of Modern European History*, 12/1, 107-125.
- «-» (2017). "O exílio dos comunistas portugueses em França (1950-1974)", in Ramón Villares, Xosé M. Núñez Seixas (eds.), *Os exílios ibéricos : unha ollada comparada no 70 anos da fundación do Consello de Galiza*. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega: 251-266.
- Pimentel, Irene Flunser (2007). *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates.
- «-» (2013). *História da oposição à ditadura, 1926-1974*. Porto: Figueirinhas.
- Pitti, Laure (2006). "Une matrice algérienne? Trajectoires et recompositions militantes en terrain ouvrier, de la cause de l'indépendance aux grèves d'OS des années 1968-1975", *Politix*, 76, 143-166.
- Rosental Paul-André (1990). "Maintien/rupture: un nouveau couple pour l'analyse des migrations", *Annales ESC*, 6, 1403-1431.

- Ross, Kristin (2005). *Mai 68 et ses vies ultérieures*. Paris/Bruxelles: IHTP / Complexe.
- Santos, José Hipólito (2011). *Felizmente houve a Luar. Para a história da luta armada contra a ditadura*. Lisboa: Ancora editora.
- Seabra, Zita (2007). *Foi assim*. Lisboa: Alêtheia editores.
- Seidman, Michael (2004). *The imaginary Revolution. Parisian students and workers in 1968*. New York/Oxford: Berghahn books.
- Sousa, António Teixeira de (1973). "Trabalhadores portugueses e sindicatos franceses na região de Paris: contribuição para o estudo das suas relações", *Análise social*, 39, 508-551.
- Spire, Alexis (2005). *Étrangers à la carte, L'administration de l'immigration en France (1945-1975)*. Paris: Grasset.
- Talbo, Jean-Philippe (1968). *La grève à Flins*. Paris: Maspéro.
- Tronchet, Guillaume (2020). "Contestations résidentes, mobilisations étudiantes et luttes politiques à la Cité internationale universitaire de Paris, de 1945 aux années 1968", in Dzovinar Kévonian, Guillaume Tronchet eds., *Le campus monde. La Cité internationale universitaire de Paris, des années 1950 à nos jours*. Rennes: Presses universitaires de Rennes.
- Vigna, Xavier (2008). "Une émancipation des invisibles? Les ouvriers immigrés dans les grèves de mai-juin 68", in Ahmed Boubeker, Abdelalli Hajjat eds., *Histoire politique des immigrations (post)coloniales, France, 1920-2008*. Paris: Amsterdam.
- Vigna, Xavier, Zancarini-Fournel, Michelle (2009). "Les rencontres improbables dans 'les années 68', *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, 101, 163-177.
- Viguié, Alain (2020). *Le PCF à Renault Billancourt. Force et crise d'un symbole ouvrier (1944-1992)*. Nancy: Arbre bleu.
- Volovitch-Tavares, Marie-Christine (1995). *Portugais à Champigny, le temps des baraques*. Paris: Autrement.
- « - » (2006). "Les travailleurs immigrés portugais des Trente Glorieuses", *Hommes et migrations*, 1263, 70-83.
- Zancarini-Fournel, Michelle (2008). *Le Moment 68. Une histoire contestée*. Paris, Seuil.
- « - » (2008b). "L'épicentre", in Philippe Artières, Michelle Zancarini-Fournel, eds. *1968. Une histoire collective*. Paris: La Découverte, 209-331.

(Página deixada propositadamente em branco)

VARIA

(Página deixada propositadamente em branco)

**NATÁLIA CORREIA E A PIDE:
VIGILÂNCIA E CONTROLO**
NATÁLIA CORREIA AND THE PIDE:
SURVEILLANCE AND CONTROL

VÍTOR NETO
Universidade de Coimbra, CEIS20, FLUC
vítormpneto@sapo.pt
<https://orcid.org/0000-0002-1713-9901>

Texto recebido em / Text submitted on: 09/04/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 15/01/2020

Resumo:

Para além da sua criação literária, Natália Correia notabilizou-se pelas suas atividades políticas e culturais durante o Estado Novo. Nos finais da década de 40, iniciou uma intervenção cívica no país vindo a participar nas organizações de oposição ao regime vigente através da subscrição de manifestos e de outros documentos políticos ao lado de outros intelectuais antifascistas. Desde cedo, que participou no Movimento de Unidade Democrática (MUD) e foi, enquanto elemento desta organização, que apoiou as candidaturas à presidência da República de Norton de Matos (1949) e de Arlindo Vicente e Humberto Delgado (1958). Já nos finais da década de 60 participou na campanha da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática). Apesar de ter sido sempre vigida pela PIDE, Natália Correia seria uma grande personalidade, liberta de convenções sociais, firme e polémica.

Palavras-chave:

PIDE; oposição política; vigilância; censura; poema dramático.

Abstract:

In addition to her literary works, Natália Correia was known for her political and cultural activities during the Estado Novo. In the late 1940s, she began to participate in organisations opposed to the regime by contributing manifestos and other political documents alongside other antifascist intellectuals. As a member of the Movimento de Unidade Democrática (MUD), she supported the presidential candidacy of Norton de Matos (1949) and then those of Arlindo Vicente and Humberto Delgado (1958). Towards the end of the 1960s she took part in the CEUD (Comissão eleitoral de Unidade Democrática)'s campaign. Despite constant PIDE surveillance, Natália Correia was a great personality, free of social conventions, controversial, yet firm political stance.

Keywords:

PIDE; political opposition; surveillance; censorship; dramatic poem.

Introdução

Como se sabe, Natália Correia foi uma escritora destacada na vida política e cultural portuguesa desde os finais da década de 40 do século XX até à data da sua morte em 1993. Poetisa, ou simplesmente poeta, como gostava de ser chamada, romancista, ensaísta, dramaturga, deixou uma obra vasta não subordinada a escolas literárias, mas recebendo a influência da cultura barroca e do surrealismo. Colaborou, quando possível, em várias publicações nacionais e estrangeiras e traduziu várias obras para português. Numa carta enviada por Liberto Cruz⁽¹⁾, de França (Rennes), apreendida pela PIDE, pode ler-se que o seu autor não deixava de sublinhar a sua “costela” surrealista como um dos traços da sua

(1) Escritor português nascido em Sintra, em 1935 e licenciado em Filologia Românica, em 1959, pela Faculdade de Letras de Lisboa. Entre 1967 e 1968 lecionou Literatura Portuguesa na Universidade da Alta Bretanha, em Rennes. Entre 1971 e 1973, dirigiu, na Universidade de Vincennes, Paris, um curso de Literatura Angolana. Poeta, romancista, ensaísta, traduziu alguns autores da literatura mundial (Samuel Beckett, Blaise Cendrars, Jean Husson, Robert Pinget, Le Clésio, Duras e Sade).

escrita. O poema dramático *Comunicação* (1959), proibido e apreendido pela polícia política, o romance *A Madona* (1968), a *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica* (1965) por ela selecionada, prefaciada e anotada, são apenas três dos livros que podemos referir como exemplos da sua estética e da sua independência moral e intelectual. Desde muito nova começou a escrever e a publicar (*Grandes Aventuras de um Pequeno Herói*, 1945; *Rio de Nuvens*, 1947, poesia; *Mátria*, 1967, poesia, e muitos outros livros que teriam sequência na sua obra de maturidade).

Natália Correia, nascida nos Açores (Ilha de S. Miguel), depois de o seu pai ter emigrado para o Brasil, veio para Lisboa com sua mãe e sua irmã Carmen, com apenas 11 anos. Na capital, fez os estudos liceais no Liceu D. Filipa de Lencastre, iniciando-se desde cedo na literatura e rapidamente na poesia. Logo que passou pelo jornalismo do Rádio Clube Português, começou a adquirir uma consciência política crítica e, a partir dos finais da década de 40, iniciou uma intervenção cívica na vida do país. Assim, os movimentos de oposição que se desenvolveram contaram com a sua presença assídua e, pode dizer-se, que não havia iniciativa política dos adversários do regime estabelecido que não contasse com a colaboração da escritora através, quer da participação nas organizações de oposição que iam surgindo, quer do apoio a documentos políticos através da sua subscrição ao lado dos restantes intelectuais da oposição.

Assim, começou por participar no MUD (Movimento de Unidade Democrática, 1945), no apoio às candidaturas para a presidência da República do general Norton de Matos (1949), de Arlindo Vicente e de Humberto Delgado (1958) e à CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, 1969). Durante as décadas de 50 e de 60 a sua casa servia de local de reunião das tertúlias culturais e políticas de Lisboa, vigiadas pela PIDE (Torgal 2009; Pimentel 2007 e 2018) onde compareciam as mais significativas figuras das artes, das letras e da política oposicionista portuguesas e internacionais. A partir de 1971, esses encontros passaram a realizar-se no bar *Botequim* fundado por ela com Isabel Meireles, Júlia Marenha e Helena Roseta (Dacosta 2014). Foi amiga de António Sérgio, David Mourão-Ferreira, José Augusto França, Luiz Pacheco, Almada Negreiros, Mário Cesariny, Ary dos Santos, Fernando Dacosta e de muitos outros. Podemos afirmar que, nos momentos em que a luta pela democracia e pela abolição da Censura se colocou, a poetisa revelou uma grande personalidade, liberta de convenções sociais, firme e polémica. No entanto, a autora, embora não tivesse sido presa, foi sempre uma

mulher vigiada pela PIDE que procurou, desde cedo, saber tudo a respeito da sua vida privada e das suas ideias, inclusivamente através da violação da correspondência que lhe era dirigida e que ela não chegava a ler.

O presente artigo é devedor dos estudos de Luís Reis Torgal sobre Luís de Sttau Monteiro, a Censura e a Polícia Política do Estado Novo publicado recentemente (Torgal 2018), de Renato Nunes sobre Miguel Torga e a PIDE (Nunes 2007) e de Paulo Silva acerca de Fernando Namora e a PIDE (Silva 2009). Na verdade, foi Luís Reis Torgal que iniciou, nos seus seminários de História, as abordagens científicas ao papel dos escritores nas suas relações com a polícia política do Estado Novo. O nosso texto sobre Natália Correia e a PIDE vem, pois, na sequência destes estudos anteriores.

Atividade política inicial

Em Lisboa, Natália Correia iniciou a atividade política com sua mãe, Maria José de Oliveira, professora do ensino primário e proprietária do Colégio Lusitano que funcionava na Rua Morais Soares 56 – 1º. A irmã de Natália era apresentada como diretora sendo, na realidade, a sua mãe quem administrava o estabelecimento de ensino (Relatório da PIDE 28-2-1944: 262). Natália Correia, depois de passar pelo Rádio Clube Português como locutora e de ter publicado os seus primeiros livros, começou a escrever no semanário *Sol*, ao mesmo tempo que dirigia o escritório da firma “Amadores de Livros Lda.”, em Lisboa, pertencente a uma sociedade internacional, a “COTEC”, com sede no Luxemburgo. Em Portugal, a empresa dedicava-se à compra de livros antigos, assinava todos os jornais e revistas editadas no país e distribuía a imprensa estrangeira de várias nações incluindo a “russa”. Para a PIDE estas atividades eram suspeitas e, por isso, os estrangeiros que dirigiam a empresa associados a portugueses foram ouvidos pela organização policial. No Relatório da polícia política sobre este caso afirmava-se maliciosamente: «A Natália é uma rapariga de 24 anos, divorciada, inteligente, vivida, com excepcional desembaraço, elegantemente vestida e atraente, que reúne todas as qualidades para conseguir aquilo que quer» (Relatório da PIDE s. d.: 241-244).

Para o cumprimento das suas atividades profissionais, e depois de falar na Embaixada de Espanha com diplomatas, a autora viajou até Sevilha

e Madrid para se encontrar com representantes da imprensa espanhola com a finalidade de estabelecer contactos similares da sua empresa com os jornais e revistas do país vizinho, conforme declarou à PIDE, quando chamada com sua mãe para prestar declarações. Tal facto ocorreu, em 1948, na mesma altura em que Secundino Fernandes dos Santos terá informado a polícia política que a professora Maria José Oliveira e sua filha Natália, quando viajavam no comboio rápido Porto – Lisboa, teriam feito «propaganda ostensiva ao Estado Novo». A sua mãe, que também era escritora, usando o pseudónimo de Ana Maria, afirmou ter escrito livros «que tencionava publicar logo que a atual Situação caísse» (Carta confidencial da PIDE 16-6-1948: 237). A polícia política veio a interrogar o acusador Secundino Fernandes dos Santos que confirmou o ataque verbal ao Estado Novo de Maria José Oliveira e de Natália Correia, mas afirmou que isso se passara no comboio Lisboa-Estoril. Aquele afirmou à polícia que obtivera essa informação pelo chefe do Posto da PIDE em Vila Verde de Raia (Auto de declarações da PIDE 19-6-1948: 234). Esta fez averiguações sobre a acusação às arguidas, que a rejeitaram, negando terem viajado de comboio entre o Porto e Lisboa. A mãe de Natália Correia afirmou que ela apenas se tinha deslocado a Sevilha e a Madrid e, num fim-de-semana, a Santarém. Interrogada se pertencia a alguma organização feminina Maria José Oliveira respondeu que fizera parte do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, a convite de Maria Lamas (Auto de declarações da PIDE 18-5-1948: 228).

Podemos dizer que a atividade política antifascista de Natália Correia começou na sequência destas relações iniciais com a PIDE. A jovem escritora ficava então a saber que não havia liberdade de expressão em Portugal e terá aprendido com sua mãe a coragem para denunciar o Estado Novo e as suas políticas. Nos finais da década de 40, a autora do poema dramático *Comunicação* continuava as atividades no MUD e entraria na campanha para a eleição para a presidência da República do general Norton de Matos. Antes disso, porém, encontramos Natália Correia ligada à *Sociedade Cooperativa Fraternidade Operária* presidida por Ramada Curto e tendo como vogal António Sérgio, presidente da Comissão Executiva do Conselho Central das Cooperativas de Lisboa e Arredores, com sede na Rua Voz do Operário. Sérgio era, segundo a documentação da PIDE, o dirigente nº 1 do movimento cooperativista do país. Depois de pertencer à Comissão de Festas da *Sociedade*, a jornalista do *Sol* e gerente da COTEC passou também a ser vogal da direção. Teria sido nesse contexto que a

poeta terá conhecido e feito amizade com António Sérgio, pois reunia com ele e com Ramada Curto todas as 4^a feiras no Ateneu Cooperativo. Para além disso, ia ouvindo as conferências de Sérgio e, influenciada por elas, começou a intervir sobre o cooperativismo. Da *Fraternidade* faziam parte médicos, engenheiros, escritores independentes, do PS e do PCP (Informação da PIDE 26-5-1948: 216-218).

O interesse de Natália Correia pelo cooperativismo aconteceu, nessa altura, como se comprova com a sua participação numa sessão da Cooperativa *A Padaria do Povo* onde apresentou um trabalho sobre cooperativismo em Portugal e noutros países (*República* 22-10-1948). Para a PIDE, a *Fraternidade* era uma organização “camuflada” que tinha como finalidade a realização de uma política de unidade entre todos aqueles que não estavam de acordo com as políticas do Estado Novo. Esta era uma maneira de diluir as fações políticas visíveis nos panfletos lançados por elementos diversos e de os agrupar na *Fraternidade Operária*. Parecia estranho à polícia política que esta fosse formada por dirigentes intelectuais e por uma grande percentagem de indivíduos associados não operários.

Em Novembro de 1946 Natália Correia assinou, ao lado dos intelectuais progressistas (Alves Redol, Aquilino Ribeiro, Arlindo Vicente, Ferreira de Castro, Egídio Namorado, Fernando Lopes Graça, Eugénio de Andrade, João José Cochofel, Miguel Torga e muitos outros) um “Protesto” dirigido ao presidente da República contra «as opressões, as arbitrariedades e as violências que continuavam sendo praticadas» (Relatório Mensal da PIDE, n.º 1 mês de dezembro: 208) sobre cidadãos que exerciam os seus direitos, isto é «contra a dignidade e a cultura». O extenso documento não deixava de denunciar a demissão de professores de grande prestígio intelectual e profissional como Mário de Azevedo Gomes, Bento de Jesus Caraça, Rui Luís Gomes, Marques Teixeira e Mário Silva, alguns dos quais tinham sido encarcerados. Os intelectuais que subscreviam o documento terminavam com a reclamação de Justiça e Liberdade. A jovem Natália assinava o texto como jornalista.

O apoio à candidatura de Norton de Matos

Como jornalista, Natália Correia viajou com a irmã Carmen até Ponte de Lima com a intenção de entrevistar, para o jornal *República*, Norton de Matos, tendo aproveitado a ocasião para ir a Vigo. Vigiada

pela PIDE, foi seguida no norte de Portugal e na Galiza por um dos seus agentes que elaborou, em dezembro de 1948, um Relatório onde se dava conta, ao diretor da PIDE, de todos os passos dos indivíduos suspeitos na fronteira de Valença. Em janeiro de 1949, realiza-se a campanha eleitoral de Norton de Matos com vista à sua eleição para presidente da República, como candidato da oposição, apoiado pelo Movimento de Unidade Democrática (MUD) nascido em 8 outubro de 1945 no Centro Republicano Almirante Reis, em Lisboa. A primeira Comissão Central do MUD era formada, entre outros, por Bento de Jesus Caraça, Manuel Mendes, Câmara Reis, Nuno Rodrigues dos Santos e Afonso Costa (filho). Estes dirigentes tomavam a iniciativa política e a eles se subordinava toda a oposição. Muito depressa o MUD se transformou num movimento de âmbito nacional. Surgiram, então, os comícios aos quais acorriam milhares de pessoas por todo o país. De norte a sul, foram criadas comissões regionais e profissionais de apoio e revelaram-se nos jornais mais abertos à oposição – *República*, *Diário de Lisboa*, *Primeiro de Janeiro* e no Rádio Clube Português – escritores, professores, economistas, advogados, militares da oposição ou de grupos monárquicos e católicos dissidentes do regime com uma posição crítica em relação ao Estado Novo. Circularam, em 1945, listas de apoio ao MUD e o advogado Lima Alves anunciou, para surpresa das hostes do regime que, só em Lisboa, havia mais de 50.000 subscritores (Rosas 1994). Nascido numa conjuntura de crise social, o movimento expandiu-se rapidamente num momento de grande entusiasmo das oposições. Poucos dias depois da reunião do Centro Almirante Reis – onde nascera o movimento – já vários jornais anunciavam que se ultrapassara o número apresentado atrás, por Lima Alves, em Lisboa e o de 15.000 assinaturas no Porto. A elite da opinião pública estava com a oposição (Lemos 2018) e a intenção inicial do MUD era demonstrar ao Governo a adesão popular às suas ideias.

O MUD continuou depois disso as suas atividades políticas e, em 1949, Natália Correia, que a ele estava ligada, participou, como já se disse, na campanha eleitoral para a eleição de Norton de Matos como candidato a presidente da República. Nas suas atividades políticas seria oradora em sessões realizadas no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, em Lisboa, na sessão democrática no Centro Escolar Republicano Dr. Alberto Costa, também na capital, onde criticou a trilogia salazarista Deus, Pátria e Família, nas sessões públicas realizadas nos inícios de fevereiro no clube de futebol “Os Águias” de Alpiarça, no distrito de Santarém e na sessão

realizada na mesma altura no Teatro Rosa Damasceno na capital deste distrito. Estas informações encontram-se no jornal *República* recortado pela PIDE (Relatório remetido à PIDE 17-2-1949: 208).

Toda a oposição apoiara o general Norton de Matos. A candidatura não chegou, porém, ao fim, vencendo, no seu interior a linha do PCP, que, contra a opinião do próprio Norton de Matos e dos não comunistas, defendeu a desistência à boca das urnas.

Os apoios às candidaturas de Arlindo Vicente e de Humberto Delgado

Nos finais da década de 50, os intelectuais da oposição continuaram a movimentar-se com vista à sua organização para a participação no processo político, numa altura em que o Salazarismo surgia muito desgastado. O fenómeno ter-se-á acentuado com as eleições presidenciais de 1958, o princípio do fim do regime, segundo Fernando Rosas. O *Diário de Lisboa*, de 17 de março de 1957, anunciava que se realizara uma reunião de intelectuais na Casa do Alentejo que teria juntado cerca de 60 escritores portugueses de todas as tendências literárias e políticas com vista a serem apreciados assuntos relacionados com a atividade dos escritores. Nesse almoço de confraternização da elite culta do país usaram da palavra António Sérgio, que defendeu o apoio material aos jovens escritores, sugerindo também a criação de uma revista literária que funcionasse como tribuna de crítica. Estavam presentes, entre outros, Armindo Rodrigues, Fernando Namora, Natália Correia, Orlando Vitorino, Roberto Nobre, Câmara Reis e António José Saraiva (*Diário de Lisboa* 17-3-1957).

A oposição democrática aproveitava todas as datas históricas com sentido progressista para iniciativas políticas sob a designação de confraternizações. Foi assim que, invocando a “revolução” de 18 de maio de 1826, se reuniram cerca de 400 pessoas num jantar de confraternização democrática, em Aveiro. Aí esteve presente, por exemplo, Tomás da Fonseca e muitos outros oradores eram conhecidos. Natália Correia não esteve em Aveiro mas enviou uma mensagem, assim como António Sérgio, Azevedo Gomes, Rui Luís Gomes, Vasco da Gama Fernandes e muitos outros (*República* 17-5-1957). No dia 20 de julho, realizou-se um jantar com a presença de Natália Correia para tratar das eleições para deputados de 1957 (Informação da PIDE 21-7-1957: 172).

Em 21 de julho do mesmo ano realizou-se novo jantar comemorativo do 124.º aniversário da entrada das tropas liberais em Lisboa. Segundo o jornal *República*, estiveram presentes mais de 300 pessoas, de quase todo o país. Natália Correia foi uma das oradoras da sessão que terminou com vivas à República e à Democracia. Uma vez que as forças de oposição se encontravam muito divididas, o republicano Alberto Madureira publicou uma longa carta na qual preconizava a criação de um novo Partido Republicano Português em volta de Cunha Leal, Vieira de Almeida e Rolão Preto. Natália Correia era apontada como vogal desse partido que não chegaria a ver a luz do dia (Informação da PIDE 7-8-1957: 171). Nessa conjuntura, a oposição democrática procurou aproveitar as eleições para a Assembleia Nacional, em 1957, para tomar várias iniciativas com vista a concorrer a esse ato. Em Lisboa, a oposição de esquerda, incluindo a nova direção da revista *Seara Nova*, o PCP e várias personalidades independentes, como Arlindo Vicente, reuniram-se em torno de uma “Comissão Eleitoral Independente” com a finalidade de organizar as legislativas. O seu desígnio, porém, consistia na preparação do terreno para as presidenciais de 1958, como sublinhava Câmara Reis num dos documentos de protesto.

O manifesto programático da Comissão Eleitoral de Lisboa, apresentado em 1 de dezembro de 1957, defendia a criação de uma “frente eleitoral” que garantisse a unidade da oposição em torno do intervencionismo consequente, isto é, da consumação do ato eleitoral até às urnas. A Comissão Cívica incluía muitas figuras de esquerda que não eram do PCP, como o grupo da *Seara Nova* e o próprio Arlindo Vicente, mas que no que se refere à organização era tributário da dinâmica desenvolvida por esta organização política (Santos 2006). Com o objetivo de criar uma dinâmica de convergência entre as forças de esquerda foram publicados vários documentos destinados a agregar as forças de oposição numa organização unitária. Alguns destes textos eram assinados por demoliberais, comunistas e criptocomunistas, segundo a classificação da PIDE. Num desses documentos, Natália Correia era qualificada pela polícia política como criptocomunista. No entanto, cremos que a sua atividade política se perspetiva numa linha unitária e, só aos olhos da PIDE, a autora poderia parecer uma militante de um partido marxista-leninista, teoria que nunca se vislumbra nos seus textos políticos manuscritos uma vez que, na literatura, isso era ainda menos plausível em virtude do seu carácter essencialmente estético.

Numa “Informação” existente no Arquivo da PIDE sobre Natália Correia, de 14 de dezembro de 1962, afirmava-se que desde há muito que esta se encontrava referenciada como adversária do regime. E dizia-se que, de entre as suas atividades, o seu nome figurava na maioria das exposições dirigidas ao Governo por indivíduos que se diziam intelectuais, mas que, na sua quase totalidade, eram conhecidos pelas suas tendências comunistas, os quais pediam a abolição da Censura e a extinção da PIDE. Informava-se ainda que, durante as campanhas eleitorais, Natália Correia teria apoiado sempre os candidatos da oposição tendo desenvolvido a sua maior atividade aquando da candidatura de Arlindo Vicente à presidência da República, evidenciando-se como elemento da “Comissão Cívica Eleitoral de Lisboa”, a qual teria sido criada sob a inspiração e a orientação comunistas (Informação da PIDE 14-12-1962: 16). Acreditamos que Natália Correia era mais uma “companheira de estrada” do PCP, mas não sendo verdadeiramente comunista. Julgamos que ela era uma figura independente, embora com relações com comunistas, socialistas e outros democratas.

Apesar das divisões existentes na oposição democrática realizou-se, em outubro de 1956, o I Congresso Republicano de Aveiro (Informação da PIDE 7-10-1957: 167) autorizado pelo governador civil do distrito e impulsionado por Mário Sacramento, intelectual ligado ao Partido Comunista Português (Madeira 2013). Este areópago decorreu sob o signo da unidade e as listas da oposição improvisadas e candidatas às eleições para deputados de novembro de 1957 viram retirado o apoio do Diretório Democrato-Social, à última hora. Para a sua direção, a parceria com os comunistas era incómoda e funcionava como um obstáculo à sua política de aproximação e entendimento com a dissidência do regime, visando o pós-salazarismo. Este ensaio de unidade durou, assim, pouco tempo e, nas eleições presidenciais de 1958, os liberais evitarão o aparecimento de um candidato único de oposição (Rosas 1994).

As atividades desenvolvidas com vista ao crescimento e alargamento do movimento unitário, para as eleições de 1957, faziam-se em Lisboa sobretudo na *Seara Nova*, no Centro Republicano Elias Garcia e na residência de Natália Correia (Informação da PIDE 11-11-1957). Foi nesse contexto que saiu a lume, em outubro de 1957, um «Manifesto dos Intelectuais Portugueses sobre o problema da Censura». Segundo a PIDE, este documento teria sido elaborado por Natália Correia e Urbano Tavares Rodrigues, revelando a escritora a António Sérgio, nessa altura,

o seu contentamento pelo sucesso na recolha de assinaturas (Informação da PIDE 21-10-1957: 155). De entre elas encontravam-se as de Jaime Cortesão, Joaquim B. de Carvalho e esposa Margarida Brandão.

Na sequência das eleições para deputados de 1957 alguns setores da oposição lutaram pela unidade política e publicaram um documento intitulado «Por uma frente de toda a oposição num bloco eleitoral intervencionista». Assim defendia-se, em primeiro lugar, nesse documento, a intervenção na preparação e execução nos atos pré-eleitorais e eleitorais, incluindo a solicitação do sufrágio dos eleitores, obtendo-se, assim, a melhoria gradual das condições de luta da oposição; em segundo, pugnava-se pela realização de conversações entre os vários grupos da oposição com o objetivo da constituição de uma única Frente Eleitoral Opositorista; em terceiro, a organização democrática da oposição em todos os círculos eleitorais do Continente e das Colónias, na base de Comissões Cívicas Eleitorais compostas por adversários do regime das diversas correntes doutrinárias; em quarto, a indicação, a curto prazo, pelas Comissões Cívicas, dos distritos de um ou mais candidatos à eleição presidencial; em quinto, a formação de uma Comissão organizadora de um Congresso Nacional Opositorista, a realizar o mais breve possível; e, em sexto, a intensificação do movimento pela criação de condições de seriedade e legitimidade do ato eleitoral. Para isso, exigia-se uma ampla amnistia política e a abolição da Censura (Documento da oposição s. d.: 112).

Natália Correia pertencia à Comissão Cívica Eleitoral de Lisboa juntamente com Arlindo Vicente, Manuel João da Palma Carlos, Câmara Reis e outros. Foi esta Comissão que tentou aplicar, no resto do país, os objetivos expostos no documento anterior. Segundo informação dada à PIDE por um agente, na *Seara Nova*, pensava-se em Cunha Leal como candidato presidencial. Iam às reuniões Natália Correia, Arlindo Vicente, Manuel João da Palma Carlos, Rogério Paulo, Nikias Skapinakis, etc. (Informação da PIDE 2-2-1957: 109). Acreditamos que era o PCP a levar a cabo esta política unitária com vista a encontrar um candidato único à presidência da República, facto em que o Diretório Democrata-Social não estaria interessado.

Inicialmente o PCP estava disposto a apoiar Cunha Leal como candidato a presidente da República, mas este escusou-se e a organização viria a apresentar Arlindo Vicente. Este era uma figura discreta mas bem conhecida nos meios da oposição, por participar em quase todas

as iniciativas unitárias que iam surgindo, nomeadamente em ágapes de confraternização de intelectuais onde era certa a presença de Natália Correia. No Diretório Democrata-Social, onde reinava o anticomunismo, defendia-se a apresentação da figura prestigiada de Jaime Cortesão. No entanto, acabaria por ser lançado, como candidato “independente”, por sugestão inicial de Henrique Galvão participada a António Sérgio, (Rosa 2015) Humberto Delgado. Este tinha o apoio de notáveis opositoristas como Azevedo Gomes, de personalidades monárquicas como Vieira de Almeida, Almeida Braga, ou de intelectuais como Francisco Sousa Tavares e mesmo de católicos como Lino Neto ou Alçada Baptista e até do ex-camisa azul Rolão Preto. Na área socialista, Delgado tinha o apoio de Manuel Mendes e de Piteira Santos. O sucesso deste candidato, que provocou uma verdadeira explosão nacional levaria Arlindo Vicente, apoiado pelo PCP e por outros setores de esquerda, a desistir a favor de Humberto Delgado (“Pacto de Cacilhas”, Rosas 1994).

Num desses jantares de confraternização, Natália Correia afirmou colocar-se ao serviço da causa do General. Convém dizer, neste ensejo, que Salazar retirou o apoio a Craveiro Lopes e veio a apresentar, como candidato do regime, o Almirante Américo Tomás. Como se sabe, a campanha eleitoral de Humberto Delgado foi um sucesso extraordinário. O seu estilo corajoso e a sua vontade política de demitir Salazar galvanizaram grande parte da sociedade e as suas viagens pelo país e os seus comícios eram êxitos que ultrapassavam as mais otimistas expectativas dos seus estrategos eleitorais. Perante um adversário político quase remetido ao silêncio, Humberto Delgado gerou um enorme entusiasmo entre as massas populares e preparava-se para ganhar as eleições se não houvesse, como na verdade houve, uma fraude eleitoral. As eleições realizaram-se a 8 de junho, mas a candidatura de Delgado viu-se impossibilitada de fiscalizar as urnas e vários dos seus apoiantes foram presos. Os números eleitorais oficiais deram 76% dos votos para Américo Tomás e apenas 23% para Humberto Delgado (Pimentel 2007).

Logo em 25 de junho de 1958, um conjunto de intelectuais – António José Saraiva, Artur Portela, Delfim Santos, João de Freitas Branco, José Augusto França, José Cardoso Pires, José Régio, Miguel Torga, Paulo Quintela, Natália Correia, João Gaspar Simões, Jorge de Sena e outros – propunham-se levar a cabo o «1º Congresso Nacional de Atividades Culturais» a fim de debaterem os problemas da ética profissional que os interessavam (1º Congresso Nacional de Atividades Culturais 25-6-1958:

96). Porém, apesar do voluntarismo da proposta, este Congresso acabaria por nunca se realizar. No dia 31 de janeiro de 1959, realizou-se um almoço de confraternização no restaurante «Clementina», em Lisboa, com a presença de Arlindo Vicente, Câmara Reis, Sertório Marques da Silva, Lília da Fonseca, Natália Correia e de muitos outros para continuarem a luta através do Movimento Nacional Independente e constituírem uma Comissão Permanente à partida enfraquecida devido à ausência de determinados elementos que não compareciam às reuniões (Informação da PIDE 11-2-1959). Os opositores ao regime encontravam-se então muito divididos sobre os caminhos a seguir e sobre o que fazer com o MNI uma vez que Humberto Delgado estava privado de liberdade. Era o refluxo da “vitória” eleitoral de Tomás.

Natália Correia era a primeira subscritora de uma carta de convocação de nomes para a realização de um banquete de homenagem ao escritor Aquilino Ribeiro, vítima da perseguição política em virtude de ter escrito o livro *Quando os Lobos Uivam*. Assinavam também essa carta os escritores Alexandre Cabral, Fernando Abranches Ferrão, Fernando Namora, Fernando Piteira Santos, José Cardoso Pires, Luís Francisco Rebelo, Mário Soares, Raúl Rego, Urbano Tavares Rodrigues, etc. Nesse ensejo, os intelectuais aprovaram um texto dirigido a Aquilino Ribeiro, no qual denunciavam a perseguição de que este era vítima traduzida no confisco de exemplares da primeira edição da obra, na proibição de nova tiragem não expurgada de parte do texto e na instauração de um processo judicial, a pretexto de ofensas à magistratura «desse modo negando o direito à invenção, à sátira e, assim em suma, à realização literária». Tal significava o cerceamento da atividade artística do “primeiro” dos escritores portugueses contemporâneos, ou seja, a repressão intolerável à liberdade de expressão do pensamento. Assim, os autores deste texto vinham revelar a sua solidariedade moral com Aquilino Ribeiro, testemunhando a admiração fervorosa que por ele sentiam. Em «Nota» própria, a PIDE afirmava que Natália Correia fora uma das signatárias da exposição dirigida ao Ministro da Presidência, em abril de 1959, na qual se pedia o arquivamento do processo-crime que lhe fora instaurado por afirmações contidas no romance consideradas «injuriosas ou ofensivas» contra a Magistratura Portuguesa (Natália de Oliveira Correia, jornalista s. d.: 80).

Foi nessa conjuntura que o jornal *Portugal Democrático*, publicado no Brasil, lançou a lume um texto de Erico Veríssimo contra Salazar. Nesse artigo de opinião, o escritor do país irmão afirmava detestar «qualquer

regime que roube ao povo a sua liberdade e a sua dignidade» (*Portugal Democrático* 24-5-1959). Em Portugal, a PIDE continuava a vigiar Natália Correia e as suas atividades e, com esse objetivo, introduziu um seu agente no Hotel Império cujo proprietário era o seu marido, Alfredo Machado, tentando perceber se havia qualquer movimento suspeito (Relatório da PIDE 14-7-1959).

A atividade política nos anos 60

Já nos inícios dos anos 60, vemos o *Diário da Manhã* tentar ridicularizar as respostas de Natália Correia a um Inquérito efetuado pelo *Diário de Lisboa*. Provocadora, ela tentara revelar as suas preferências literárias assim como aquilo que abominava. O jornal da UN deturpou as respostas, embora a escritora afirmasse certamente que detestava a «tirania rotulada de paternalismo» (*Diário da Manhã* 14-5-1960). Nesta época, os democratas continuaram a enviar documentos de protesto para o Presidente da República largamente apoiados pela intelectualidade – quase todos os textos da oposição eram subscritos por Natália Correia que tinha uma postura política idêntica à da década de 50 – descontente contra o imobilismo salazarista, mas o poder mantinha-se fechado a qualquer mudança que fosse no sentido da democratização do sistema político vigente. Em 1967, voltavam as exigências da oposição democrática no sentido de a Assembleia Nacional elaborar uma lei de imprensa conforme o que estava previsto na Constituição. Um número muito elevado de intelectuais subscreveu os documentos enviados ao presidente da Assembleia Nacional de entre os quais se encontrava naturalmente Natália Correia (Representação enviada por democratas ao presidente da Assembleia Nacional 6-11-1967: 39-43).

Nas eleições para deputados de 1969, a escritora fez parte da “Comissão Eleitoral de Unidade Democrática” (CEUD), que pretendia propor as candidaturas a deputados à Assembleia Nacional pelo círculo de Lisboa. A PIDE resumia um documento eleitoral da CEUD subscrito por intelectuais e intitulado «Dos escritores ao país». Em síntese, era um texto reivindicativo em 10 pontos que apontava para a liberdade e a democratização política e social e para a consequente libertação dos presos políticos (Eleições para Deputados 1969: 14.). Na mesma conjuntura, Natália Correia subscreveu um “manifesto”

dirigido ao país pela “Comissão Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão” (CNDLE) sobre o chamado Exame Prévio que mantinha, no fundamental, a Censura, dado o grande número de limitações a uma hipotética liberdade de imprensa. O documento era também assinado por intelectuais como Afonso Praça, Alberto Ferreira, Alberto Vilaça, Armando Castro, Arnaldo Saraiva, Fernando Dacosta, Fernando Lopes Graça, Ferreira de Castro, Francisco Salgado Zenha, Joel Serrão, José Augusto França, Luís de Sttau Monteiro, Manuel Louzã Henriques, Miguel Baptista Pereira, Óscar Lopes, Paulo Quintela, Victor de Sá e muitos outros.

Nos anos 1971 e 1972, a PIDE apreendeu 6 envelopes contendo 11 exemplares do jornal *Avante* dirigidos ao endereço provavelmente fictício de Natália Correia, Travessa Léguas da Póvoa, 14, 3º Dto., Lisboa (Envelopes sobre o jornal *Avante*: 11). Não sabemos se os comunistas, que lhe enviavam o jornal, conheciam a sua morada na rua Rodrigues Sampaio, mas acreditamos que sim. Desta forma talvez procurassem desorientar a polícia política que, indiferente à verdadeira residência da escritora, se apropriava da correspondência que lhe era dirigida. Não sabemos desvendar o mistério da sua dupla morada, mas presumimos que a escritora usava este endereço para despistar a PIDE.

Atividade literária: proibição e apreensão do livro *Comunicação*

Em 1959, Natália Correia publicou o poema dramático-satírico intitulado *Comunicação* que, entre outros aspetos, contrariava a moral vigente e a sua hipocrisia. Segundo a escritora, o poema foi construído a partir da ideia da existência, no Sudoeste da Europa, de uma cidade soterrada – a Lusitânia –, que, de acordo com os arqueólogos, tinha sido descoberta e com ela um poema de um autor anónimo. Este narra-nos as causas da catástrofe, um incêndio que teria feito desaparecer a cidade, destruindo por completo o esplendor de uma civilização. Segundo o relato de Natália Correia, uma mulher a quem chamavam a Feiticeira Cotovia que afirmava encarnar o Espírito da Cidade, fora condenada às chamas por práticas mágicas de uma magia maior a que se dava o nome de poesia. Sentenciada, a Feiticeira misteriosa anunciou que a cidade arderia com ela e a profecia cumpriu-se: o seu corpo em chamas foi o rastilho de uma fogueira que consumia a Lusitânia, ano após ano, geração

após geração, numa combustão invisível de que o povo se apercebia e que os patriarcas queriam abafar, erguendo edificações monumentais. Porém, estas logo se convertiam em novas pedras tumulares. Natália Correia, que nos apresenta esta situação, afirmava imaginativamente que fora possível reconstituir este poema, muito mutilado, dando-lhe uma ordenação que não falseava o original (Correia 1959). A partir deste introito, Natália Correia construiu a sua metáfora com base num diálogo em poesia entre as seguintes personagens: o Pregoeiro, o Coro, o Inquisidor, a Solteirona, a Feiticeira Cotovia, os Sete Juízes, o Padre e o Patriota. O poema desenvolve-se num julgamento da Feiticeira num momento de «tédio provinciano» em que o país vivia. Para os Sete Juízes, a Cotovia com a sua poesia representava a «bruxaria».

O Pregoeiro lê o Auto da Feiticeira numa praça com milhares de pessoas:

«É o processo extraordinário
Da Feiticeira Cotovia
Que diz que as roseiras ao contrário
É que dão rosas e é que há poesia

Que diz que é preciso olhar um lírio
Como quem não o está a ver
E que esse olhar é que é o círio
Do que está no lírio a acontecer»

Usando uma linguagem despida de preconceitos Natália Correia desenvolveu o seu poema dramático em torno do ataque à poesia pelo Inquisidor que afirmava, em dada passagem, dirigindo-se à Feiticeira:

«Confessa que és uma harpia
Que tens comércio com Vénus
E que és leito da orgia
De poetas obscenos»

«Confessa que a tua raça
É a ereção do membro
Dum rapaz que dança a valsa
Com as bacantes de setembro»

Ora o poema é todo ele expresso numa linguagem erótica, numa demonstração de sensualidade e libertinagem como o que acabo de citar. Por exemplo a Solteirona, testemunha no julgamento dizia, dirigindo-se a Cotovia:

«Pôs-me num bordel
Com cem meretrizes
Meu corpo de mel
Fazia-as felizes»

«Passei por Sodoma
Na cama dum Bórgia
Nas ruas de Roma
Deitei-me com a corja»

A Feiticeira Cotovia dando sinais de grande agitação interrompeu o depoimento da Solteirona para dizer:

«Cantei uma ária para te dar um teto
Versos duma rosa para o seu namorado
Bodas naturais de flor e de inseto
Que pousa na flor e fica casado»

«Passou um amante no voo direto
Dum corpo para a sua constelação
Com pena de ti roubei-lhe o trajeto
E pus-te uma pomba invisível na mão»

Inquisidor:

“São seios como venenos
São pernas com meias pretas
São os postais obscenos
Que fechamos nas gavetas

São as vigílias eróticas
Com que o demo nos assalta
São solteironas eróticas
E o amante que lhes falta»

Os Sete Juízes:

«Sejamos benevolentes
Ouçamos mais testemunhas»

Padre:

«Com as cores dum arco-íris
E uma cadela vadia
Fez uma harpa para Osíris
Me embruxar a freguesia»

«Com um golpe de mau olhado
E dez litros de peçonha
Deixou um santo corado
Com tanta pouca vergonha»

A Feiticeira Cotovia:

«Forma o ar uma mulher
O vento leva-a ao colo
Se o vento sabe o que quer
Tanto faz Cristo como Apolo»

«Nasce uma rosa ao acaso
É rosa nem mais nem menos
Se o nosso olhar é o vaso
Tanto faz Maria ou Vénus»

O Patriota:

«Era um jogral de bicicleta
Muito poeta salvando a nado
A capital em linha reta
Do seu país enfeitado

Era o salão de manicómio
De Mário de Sá-Carneiro

E a feiticeira como um demónio
Dançava a Pátria com o Junqueiro»

«A ré volta a protestar a sua inocência, retificando o depoimento da testemunha»

A Feiticeira Cotovia

«Ser navegador... Ser navegador
Não é termos sido é sermos ainda
É irmos a Vénus ou seja onde for
Espetar os cornos onde o espaço finda

É haver Camões como uma revolta
E haver Gil Vicente como um desafio
A esse Encoberto que nunca mais volta
Porque é o pretexto do nosso vazio»

Os Sete Juízes

«Está encerrado o processo
Com o lacre da evidência
É o diabo confesso
E disso tem consciência»

«Quer no Código Penal
Quer nos nossos Livros Santos
Só a pena capital
Pode quebrar-lhe os encantos»

A Feiticeira Cotovia

«Se me acenderem no gume
O poema que me abrasa
Minha seara de lume
Dará espigas de brasa»

«Poemas de Cassiopeias

Lírios de fogo de vista
Elegíacas Pompeias
Que os deuses perdem de vista»

«As labaredas consomem o corpo da Feiticeira»

Coro:

«As labaredas quais proxenetas
Dos cidadãos mais importantes
Levam incêndios de meias pretas
A mercadores de diamantes

E um Desejado de lua nova
Noivo da Pátria vem finalmente
Buscar a noiva para a sua cova
E dá-lhe a morte como presente»

Esta leitura ainda que muito parcial do poema de Natália Correia serve apenas como exemplo da maneira como foi escrito. Com a pena capital da Feiticeira, decretada pelos Juízes, a poesia era também condenada à morte. A escritora fazia um ataque ao regime e aos seus costumes que impediam qualquer liberdade, incluindo a sexual. Quando o livro foi publicado *O Diário Ilustrado* fez sair a lume um pequeno texto intitulado «Comunicação» de Natália Correia no qual se afirmava que ela era um dos casos mais sérios da poesia portuguesa de então. Influenciada pelo surrealismo do qual recolhia imagens insólitas e pelos valores da tradição como a musicalidade de ritmos e rimas que ela soubera renovar. Aí se podia ler que o título do seu livro nos dava o sentido de toda a poesia autêntica, ou seja, o poder de comunicar, de incitar o leitor (ou o ouvinte) a colaborar com o poeta. O poema tinha, além disso, um carácter satírico (*Diário Ilustrado* 17-7-1959).

O poema satírico-dramático foi proibido, em 6 de outubro de 1959, pela PIDE. Vejamos os argumentos que estiveram na base dessa interdição do pequeno livro:

«A Autora quer referir-se, julgo, à condenação à morte da Poesia, no País. O introito, a forma derrotista como apresenta o Poema (felizmente

não na íntegra!), a sensualidade, a libertinagem e a falta de senso moral bem verificados, levam sem sombra de dúvida, a não autorizar a sua circulação» (Azevedo 1997).

Perante a apreensão dos exemplares do seu livro, Natália Correia escreveu uma carta ao diretor da PIDE protestando contra a falta de razões explicativas por parte da polícia política a si própria e à Editora sobre esse facto. A autora considerava que se ofendera «pela forma mais flagrante possível, a liberdade criadora do artista» (Carta de Natália Correia para o diretor da PIDE 23-10-1959) e manifestava ainda a intenção de recorrer para o Ministro do Interior, constituindo como seu mandatário o advogado Manuel Sertório.

O livro foi impresso na Gráfica Sintrense, Lda. e, segundo a PIDE, a tiragem situou-se nos 600 exemplares. A distribuição foi feita em Lisboa pela Editorial Inquérito. A polícia política apenas conseguiu apreender 117 exemplares, sendo que os restantes já teriam sido vendidos. Assim foram encontrados:

- 5 exemplares – Na Livraria Parceria António Maria Pereira
- 5 “ – Na Delegação do Diário de Notícias do Rossio
- 3 “ – Na Tabacaria Havanesa de Paris
- 7 “ – Na Livraria Clássica Editora
- 3 “ – Na Tabacaria Aquário
- 3 “ – Na Livraria Barata
- 2 “ – Na Livraria Escolar Editora
- 4 “ – Na Tipografia Gráfica Sintrense
- 1 “ – Na Livraria Ailland & Lellos, Lda.
- 3 “ – Na Livraria Portugal
- 7 “ – Na Livraria Sá da Costa
- 6 “ – Na Livraria Bertrand
- 4 “ – Na Livraria Ferin, Lda.
- 5 “ – Na Livraria Luso-Espanhola, Lda.
- 5 “ – Na Livraria Petrony
- 50 “ – Na Editorial Inquérito
- 2 “ – Na Livraria Cultura
- 2 “ – Na Livraria Bucholz

Em cada uma destas livrarias foi levantado um Auto de busca e apreensão como geralmente se fazia em casos semelhantes.

Outras atividades literárias

O jornal *República* noticiava, em 22 de outubro de 1965, que se teria realizado recentemente, em Roma, a Assembleia Geral da Comunidade Europeia de Escritores com a presença de autores de muitos países europeus que teriam elegido a nova comissão diretiva desta Comunidade. O lema do encontro era «As Vanguardas Europeias de ontem e de hoje» (*República* 22-10-1965). Entre os muitos escritores europeus presentes nesse fórum estava Jean Paul Sartre. Em representação de Portugal estiveram, em Roma, Sofia de Mello Breyner Andresen, José Augusto França, Urbano Tavares Rodrigues, Luís Francisco Rebello, Jorge Reis, Natália Correia, Fausto Lopo de Carvalho, Mário Sacramento, Francisco de Sousa Tavares e Manuel Cardoso Mendes Atanásio (Comunidade Europeia de Escritores 22-10-1965). Na sequência desse encontro, que desagradou obviamente ao regime, o Governo de Salazar proibiu todos os participantes de saírem, a partir daí, de Portugal (Informação da PIDE 8-4-1968).

Natália Correia gostava de sair de Lisboa e de colaborar em atividades culturais organizadas por coletividades locais, como conferências ou outras palestras. É assim que a vemos anunciada como conferencista na UNICEP, organização estudantil sediada no Porto, mas com ramificações noutras cidades. Essas conferências eram, para a PIDE, «atividades suspeitas» e, por isso, vigiadas pela polícia política. Segundo esta polícia, o núcleo de Santarém, cujos membros foram identificados, instalou-se em sedes das coletividades locais, o último dos quais fora o Círculo Cultural Scalabitano. Aí promovia, aquela organização, a realização de colóquios, diálogos, conferências, etc. Para a concretização dos objetivos da UNICEP previam-se intervenções de Isabel da Nóbrega sobre «A situação social da mulher», de José Cardoso Pires, «As ideologias e a situação social da mulher» e de Natália Correia, «A mulher e o Amor» (*Diário Popular* 6-12-1968). Este tema era um dos prediletos da autora, que escrevia sobre o Amor, ou sobre o feminismo que se encontra, por exemplo, no livro *Mátria*. Por seu lado, a PIDE violava a correspondência para Natália Correia enviada para a sua morada na Rua Rodrigues Sampaio, 52 – 5º, Lisboa 1.

Em 5 de dezembro de 1968, Natália Correia participou num colóquio “literário” na cidade do Porto, o qual provocou um escândalo, porque a escritora, no decurso da sua palestra, foi confrontada com a interrupção de um assistente que lhe chamou burguesa. Polémica, como sempre, Natália reagiu contra a provocação, tendo sido apoiada pela maioria

do público jovem que enchia a sala. Esse incidente teve repercussão na imprensa e motivou a apresentação de uma carta de esclarecimento por Natália Correia no *Diário Popular*, que voltaria ao assunto uma semana depois. Segundo este jornal, a maioria do público era formada por jovens hippies que escutaram com atenção a sua exposição.

A “Comissão Cultural da Queima das Fitas” de Coimbra organizou uma conferência no CADC com a escritora em 1969. Esta foi apresentada por Mário Augusto de Almeida Braga e o tema escolhido foi “Juventude e Cultura”. O que se passou está descrito num Relatório da PIDE. A conferencista falou do capitalismo, do uso das máquinas e da alienação humana na Europa e nos Estados Unidos. Tanto quanto é possível compreender, com a leitura deste documento, a escritora debruçou-se também sobre a crise de Maio de 68, em França, para dizer que havia uma desorganização universitária. Nesse quadro, não deixou de aludir ao acesso dos estudantes às residências de raparigas para mostrar as mudanças que se estavam a operar no relacionamento entre sexos. Afirmou ainda que os estudantes franceses tinham uma consciencialização revolucionária, como o provava a revolta desse mês que se teria ficado a dever à decisão das estruturas dos estudantes e operários. A referida revolta tinha culminado na vitória das forças progressistas, dada quase como certa pela oradora. Por fim, o estudante Francisco Sardo congratulou-se com a conferência e perguntou se o partido comunista italiano divergia do partido comunista polaco a respeito das relações do primeiro com os católicos. Na sua resposta Natália Correia teria dado a entender que a observação do aluno estaria certa. Quando acabou a sua conferência, esta abandonou o CADC no seu automóvel, seguida por Mário Almeida Braga, que conduziu a sua viatura tendo as matrículas sido registadas pela polícia política (Relatório da PIDE s. d.).

A obra de Natália Correia ultrapassava as fronteiras nacionais e os seus livros eram lidos por alguns exilados portugueses, em França. Por exemplo, o cantor e compositor Luís Cília, radicado neste país, escreveu-lhe uma carta, que ela não chegaria a ler, revelando-lhe toda a admiração pela sua poesia e pela sua coragem intelectual. O artista dizia-lhe que dera um recital, em 4 de maio de 1971, na Faculdade de Letras de Rennes, a convite do professor Liberto Cruz, que lhe facultara o seu endereço. Anunciava-lhe ainda que gostaria de fazer um disco dedicado ao «tipo de poesia» que a escritora divulgara. Neste sentido, Cília informava-a de que tinha musicado poemas retirados da *Antologia*

de *Poesia Erótica e Satírica*, pedindo-lhe para alterar outros, tornando a linguagem mais acessível, pois estes destinavam-se ao grande público. Por outro lado, dizia à escritora que se encontrava a preparar uma *Antologia* de poesia portuguesa contemporânea, a editar pela Maspero, e pedia-lhe que lhe enviasse poemas seus, ou se possível, livros. Também Liberto Cruz, intelectual português a residir na mesma cidade de Rennes, escrevia a Natália sem sucesso, pois as cartas eram apreendidas pela PIDE. Numa dessas missivas, pedia-lhe a opinião sobre a possibilidade de escrever um artigo sobre a *Mátria* no *Jornal de Notícias* do Porto, pois em Lisboa a sua publicação seria mais difícil. Para além disso, falava-lhe da influência surrealista na sua obra e perguntava-lhe qual era a situação do surrealismo em Portugal (Carta de Liberto Cruz para Natália Correia 26-6-1968).

Quando Natália Correia lançou *A Madona* (1968), João Palma-Ferreira publicou uma recensão crítica ao livro, no jornal *Diário Popular*, intitulada «Um romance difícil». Palma-Ferreira afirmava viver uma época essencialmente trágica, embora recusasse esta dimensão, pois, apesar de se viver «entre ruínas» – a seu ver –, já se vislumbrava a construção da cidade, nascendo daí a esperança dos homens em ultrapassar os obstáculos num mundo que se encontrava ainda em dificuldades, em 1928, como se comprovava lendo D. H. Lawrence e as primeiras linhas de *Chatterley*. Para o crítico literário, essas linhas poderiam funcionar como um prefácio ao “notável” romance de Natália Correia. Para Palma-Ferreira, as feridas de 1914-1918 ainda sangravam nos finais da década de 20. Daí a necessidade de se reinventar um novo humanismo que fosse o espelho de um novo paganismo. Ao contrário as feridas da Segunda Guerra Mundial já não sangravam em 1969. O que restava da tragédia desta guerra eram apenas as memórias que o mundo procurava esquecer rapidamente. Para Palma-Ferreira, *A Madona* era uma obra gravada na memória e esta teria sido um dos principais ingredientes utilizados pela autora na construção do seu canto poético (*Diário Popular* 12-6-1969).

Natália Correia reagiu no mesmo jornal ao artigo de Palma-Ferreira com um outro texto intitulado «Precisamos de pessoas incómodas». Para a escritora, o ensaísta tivera a coragem de assumir publicamente o seu desgosto pela «insalubridade que devora a escrita». Ela entendia que uma política defeituosa afetava a cultura e que o contrário também era verdade. De acordo com o seu raciocínio, os intelectuais concentravam a sua indignação na solução política, fazendo «concessões imperdoáveis

e negligentes» às anormalidades que perturbavam o funcionamento da cultura. Desenvolvia-se, assim, uma certa unilateralidade no meio intelectual português, que não deixava de sucumbir perante a «encapotada censura e conjuras de silêncio» (*Diário Popular* 3-7-1969). Para Natália, João Palma-Ferreira era, ao contrário, um intelectual incómodo por não se sujeitar às ideias e à ética dominantes.

Quando Natália Correia publicou *A Antologia de Poesia Erótica e Satírica*, o livro foi apreendido, sendo levantado um processo-crime contra as pessoas envolvidas nessa publicação que contrariava os costumes e a moral conservadora. Nessa sequência, em 21 de março de 1970, foi lida a sentença, condenando a prisão com pena suspensa Natália Correia, Mário Cesariny de Vasconcelos e Melo e Castro. Fernando Ribeiro de Melo, Luiz Pacheco e José Carlos Ary dos Santos também seriam condenados a prisão, substituída por multas. Os livros apreendidos foram declarados pertença do Estado com o fim de serem destruídos.

Entretanto, O *Diário de Notícias* publicou uma entrevista com Natália Correia intitulada «O seu próximo livro». O jornal fazia o elogio da escritora que, segundo o jornalista, não pertencia a qualquer grupo literário ou intelectual, nem estava enfeudada em qualquer estética ou escola literária. Para o publicista, a sua obra seria a demonstração de uma personalidade poderosa transfigurada numa cultura profunda com um pendor europeu, embora não se afastasse da linha dos valores da cultura portuguesa que também estavam presentes. Para o articulista, Natália Correia transcendia diversos aspetos da cultura portuguesa coeva, facto que lhe permitia uma perspetiva global que estava presente nas suas inúmeras obras de poesia, no seu romance *A Madona* e nas suas peças de teatro. Nesta linha, podia ler-se no jornal que a sua personalidade literária se revelara igualmente na crónica (*Diário de Notícias*, *A Capital*, ou na revista *Notícias*). O livro, anunciado como o próximo, seria *O Anjo à Entrada de Ferro* que, segundo Natália Correia, representava simultaneamente uma continuidade e uma descontinuidade em relação ao *Cântico do País Imerso* e a *Mátria*. A poeta entendia que este novo livro revelava a tendência épica da sua poesia, como lhe tinham chamado determinados autores. Natália Correia confessava ao entrevistador que nos Estados Unidos – quando ainda era jovem – teria descoberto que era europeia. Ora, na conjuntura em que dava a entrevista, assistia-se – a seu ver – a uma invasão da América do Norte na Europa, a qual se demitia dos seus mitos e das suas infraestruturas culturais. A cultura europeia estava, assim, a ser

destruídas pela “barbárie” coletivista e tecnológica vinda da civilização norte-americana (*Diário de Notícias* 21-5-1973).

Conclusão

Cingidos à análise do conteúdo dos processos que a PIDE instaurou a Natália Correia, não fizemos neste texto uma abordagem específica sobre a sua criatividade literária nem sequer citámos a maior parte dos seus livros. A literatura só nos interessou na medida em que a PIDE se ocupou dela. Assim, apenas são abordados casos como o do livro *Comunicação*, ou os textos da escritora que surgiram na imprensa cuidadosamente recortada pela PIDE. Portanto, o nosso foco não foi o da abordagem da dimensão estética da sua obra fundada na sua leitura. Por outro lado, colocámos de lado a sua vida privada, respeitando-a, ao contrário da PIDE que mostrava um interesse evidente por este assunto procurando denegrir a sua imagem. Quer o quisesse ou não a polícia política, a poeta emergiu na vida político-cultural como um foco iluminado pela grandeza da sua forte personalidade, pela independência do seu carácter e pela frontalidade das suas posições políticas. Assim, se Natália Correia, pela vastidão da sua obra foi uma grande escritora, não deixou também de ser uma extraordinária mulher. Se tivermos em conta as suas posições políticas das décadas de 50 e de 60, concluímos que ela foi uma das figuras públicas mais corajosas da nossa sociedade. Na verdade, desde muito nova que começou a alinhar com a oposição democrática numa perspetiva unitária. É certo que tinha ligações com intelectuais do PCP, que foi uma “companheira de estrada”, mas não descartava outras relações pessoais e políticas com intelectuais de diversa orientação política como acontecia com António Sérgio.

No final da década de 40, viu-se em Natália Correia a lutadora que apoiou a candidatura de Norton de Matos, fazendo parte da organização que tentou levar o General à presidência da República. Em geral, subscrevia os manifestos, ou outros documentos da oposição ao Estado Novo, juntando o seu nome, crescentemente prestigiado, ao de muitos outros intelectuais da escrita, mas também das artes. Acreditamos que, ao envolver-se “de alma e coração” nas eleições para deputados e para a presidência da República, deixava momentaneamente de escrever. Porém, era nas fases “politicamente mortas” da nossa sociedade que

Natália usava a sua pena inteligente para mostrar toda a sua imaginação criadora. A conjuntura do início da década de 60 explica a resposta da escritora ao apoiar o candidato Arlindo Vicente e trabalhando na própria campanha eleitoral com múltiplas participações. E se este, por razões conhecidas, desistiu da candidatura, também se sabe – e a PIDE sabia-o –, que ela depois disso apoiou o General Humberto Delgado. A polícia política classificava-a de criptocomunista, mas nós acreditamos que ela era mais uma democrata não anticomunista pretendendo, sobretudo, o derrube do Estado Novo e a instauração da democracia e das liberdades. Podemos, por outro lado, dizer que ela foi sempre uma mulher vigiada pela PIDE, que se infiltrava na sua vida privada para conhecer todos os pormenores das lutas que travava. A polícia política assinalava todos os movimentos de Natália, interceptava-lhe o correio e vigiava a sua residência. Neste ensejo, convém referir que a prática da PIDE consistia sempre em designar como comunistas todos os intelectuais da oposição. E, de facto, se muitos o eram efetivamente, também outros optavam pelo socialismo, ou assumiam uma atitude independente. Em 1969, a escritora apoiou as listas da CEUD, colocando-se numa posição socialista, mas a questão continuava a ser idêntica, dado que ela mantinha sempre boas relações com os elementos da CDE. Por outro lado, mesmo que fosse por simples prazer, Natália facultava aos elementos do PCP a sua morada eventualmente fictícia para eles lhe enviarem o jornal *Avante* que seria interceptado pela PIDE. Por fim, como se disse, Natália Correia, nunca revelou a menor influência do marxismo-leninismo em que o PCP se baseava. A escritora era fundamentalmente uma criadora literária livre, sem escolas, ou estéticas pré-definidas. Nunca aderiu ao neorealismo, mas, sofreu as influências do surrealismo na década de 50 e do barroco literário. Como alguns companheiros seus da sua época sublinharam, a sua literatura era épica como convinha – dizemos nós – a uma mulher utópica como ela.

Fontes e Bibliografia

- ANTT, PIDE, SC, E/GT, 7546, NT 1549.
- ABTT, PIDE, SC, E/GT, 7545, NT 1549.
- ANTT, PIDE, SC, CI (1) 2137 NT 1234.
- ANTT, PIDE, SC, 462/44 NT 2451.

- Azevedo, Cândido de, (1997). *Mutiladas e Proibidas. Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Correia, Natália, s. d.. *Comunicação. Contraponto*.
- Dacosta, Fernando (2014). *Botequim da Liberdade*. 5ª Ed.. Lisboa: Casa das Letras.
- Madeira, João, (2013). *História do PCP*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Lemos, Mário Matos e, (2018). *1945 – Estado Novo e Oposição. O Movimento de Unidade Democrática e o inquérito às suas listas*. Coimbra: Palimage.
- Nunes, Renato (2007). *Miguel Torga e a Pide. A Repressão e os Escritores no Estado Novo*. Coimbra: Minerva-História, 13 e ss.
- Pimentel, Irene Flunser, (2007). *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates.
- « – » (2018). *Os Cinco Pilares da PIDE. Uma História da Polícia Política Portuguesa a partir da Biografia dos seus mais conhecidos elementos*. Lisboa: a esfera dos livros.
- Rosa, Frederico Delgado, (2015) *Humberto Delgado. Biografia do General sem medo*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Rosas, Fernando, (1994). “O Estado Novo”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, 7º vol.. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Santos, Miguel Dias, (2006). *Arlindo Vicente e o Estado Novo. História, cultura e política*. Coimbra: IUC.
- Silva, Paulo Marques da (2009). *Fernando Namora por entre os dedos da PIDE. A Repressão e os Escritores no Estado Novo*. Coimbra: Minerva-História.
- Torgal, Luís Reis, (2009). *Estados Novos Estado Novo. Ensaios de História Política e Cultural*, vol. 1. Coimbra: IUC.
- « – » (2018). “Felizmente há luar! Luís de Sttau Monteiro, a Censura e a Polícia Política no Estado Novo”, *Al – Úlyà. Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, 20, 189-208.

Jornais:

- Diário Ilustrado, 17-7-1959.
- Diário de Lisboa, 17-3-1957.
- Diário de Notícias, 31-5-1973.
- Diário Popular, 6-12-1968; 12-5-1969; 3-7-1969.
- República, 22-10-1948; 17-5-1957; 22-10-1965.

**PORTUGAL NO CONTEXTO MARCELISTA.
A RECEÇÃO DE FILMES BRASILEIROS (1968-1974)**
PORTUGAL IN THE MARCELLIST CONTEXT.
THE RECEPTION OF BRAZILIAN FILMS (1968-1974)

ANA BELA MORAIS

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras

anabelamoraiss7@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6728-1319>

Texto recebido em / Text submitted on: 16/07/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 20/01/2020

Resumo:

O objetivo do presente ensaio é dar a conhecer e refletir sobre os processos de censura e atas da Comissão de Censura portuguesas aos filmes brasileiros, durante o período marcelista (finais de 1968-1974). A documentação consultada e mencionada encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Lisboa. Quanto da produção cinematográfica brasileira, destes anos, chegou a Portugal? Quais os temas mais censurados? Qual o número de filmes brasileiros censurados e proibidos em Portugal, de finais de 1968 a 1974? Estas são algumas das perguntas a que tentaremos dar uma resposta.

Palavras-chave:

Cinema; Censura; marcelismo; Portugal; Brasil.

Abstract:

The goal of this essay is to make known and reflect on the censorship proceedings and minutes of the Portuguese Censorship Committee on Brazilian films during the Marcellist period (late 1968-1974). The documentation consulted and mentioned is in the National Archive of Torre do Tombo (ANTT), in Lisbon. How much of the Brazilian film production, of these years, arrived in Portugal? What are the most censored topics? How many Brazilian films were censored and banned in Portugal from the end of 1968 to 1974? These are some of the questions we will try to answer.

Keywords:

Cinema; Censorship; marcellism; Portugal; Brazil.

Introdução

O objetivo do presente ensaio é ser um primeiro contributo para a investigação dos processos de censura e atas da Comissão de Censura portuguesas aos filmes brasileiros, durante o período marcelista (finais de 1968-1974). Numa primeira parte será feita uma breve contextualização da censura ao cinema em Portugal durante o período marcelista, e também do panorama do cinema brasileiro na mesma época, ainda que de forma menos aprofundada, comparativamente ao contexto português. Num segundo momento procederemos à apresentação da documentação referente aos filmes brasileiros, que se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Lisboa.

Embora a documentação encontrada, referente à censura aos filmes brasileiros, durante este período da história de Portugal não seja abundante, será interessante tentar indagar porquê. Muitas vezes os silêncios da história permitem compreendê-la melhor e, como demonstrou Marc Ferro, o cinema pode ser considerado como um agente da história no sentido em que a reflete e a influencia, direta e / ou indiretamente e, também, como documento histórico porque representa um determinado tempo e espaço que pertence ao passado, mas que continua no presente e se prolonga no futuro (Ferro 1993).

O estudo da censura legislada a nível mundial está bastante desenvolvido, no entanto em Portugal o acervo documental respeitante aos documentos da Censura que se encontravam no Palácio Foz, antiga sede do

SPN (Secretariado de Propaganda Nacional) / SNI (Secretariado Nacional de Informação e Turismo) / SEIT (Secretaria de Estado de Informação e Turismo), só em 2006 foram depositados na Torre do Tombo, em Lisboa, só a partir dessa data foram postos à disposição dos investigadores. Por este motivo, os estudos relacionados com a censura ao cinema durante os anos da ditadura no Estado Novo e, especificamente, nos anos de governo marcelista, só começaram a surgir sensivelmente a partir desse momento (Areal 2011) Cabrera (coord. 2013) Cunha (2010 e 2014) Morais (2017) Piçarra (2006, 2011 e 2015)⁽¹⁾.

No que respeita ao estudo sobre a censura ao cinema brasileiro em Portugal, e especificamente no período marcelista, a investigação que apresentamos é inédita. O artigo de Paulo Cunha que, como o próprio título enuncia, incide sobre «O novo cinema português e o cinema novo brasileiro: o caso Glauber» (2017), não se centrando na problemática da censura, talvez seja dos únicos a refletir sobre a relação, no que respeita ao cinema dos dois países num período de tempo que abrange o que pretendemos focar.

Os estudos sobre a censura ao cinema no Brasil estão mais desenvolvidos que os portugueses, como comprova, não apenas um elevado número de publicações, mas também a criação do *site* «Memória da censura no cinema brasileiro 1964-1988» e a existência do «Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura» da Universidade de São Paulo (OBCOM-USP). Este, embora se centre, sobretudo, na investigação referente ao Arquivo Miroel Silveira – censura às peças teatrais – também investiga a censura efetuada ao cinema. Em ambos os *sites* são indicadas referências bibliográficas em permanente atualização.

Ainda no que respeita ao Brasil, sem dúvida existem heranças culturais portuguesas nos sistemas políticos e nos media – a existência da censura, o autoritarismo do estado centralizador comprovam-no – e por certo condicionam as trajetórias deste país no que respeita à posterior democracia e liberdade de expressão. Neste sentido afigura-se interessante comparar como era efetuada a censura ao cinema nos dois países, no período das ditaduras – tema ainda não estudado. Este

(1) Anteriores a estas publicações existem algumas obras ou capítulos de livros dedicados ao estudo da censura ao cinema português. É o caso do livro pioneiro de Lauro António (2001), o de Cândido de Azevedo (1999), bem como a obra coordenada por Luís Reis Torgal (2001).

pretende ser um primeiro passo na direção de uma futura investigação que aponte nesse sentido.

No Brasil, o período entre 1964 e 1985 corresponde à ditadura civil-militar e, curiosamente, corresponde ao momento mais intenso, em termos de apoio financeiro do estado às artes em geral e ao cinema em particular (Shaw and Dennison 2007: 29). A partir da década de 70 surgiu um polo de produção cinematográfico denominado “Boca do Lixo” que vem desestabilizar as normas do que era considerado moralmente aceite pela censura durante este período da história brasileira (Lamas 2013). Que parte desta produção chegou a Portugal? Quais os temas mais censurados? Qual o número de filmes brasileiros censurados e proibidos de finais de 1968 a 1974? Ainda que sendo um estudo exploratório e inicial, estas são algumas das perguntas a que tentaremos dar uma resposta.

Censura ao cinema: breve contextualização

Embora nos anos em estudo, tanto Portugal como o Brasil vivessem em regimes autoritários, nos quais vigoravam sistemas de censura impostos pelo estado, ambos os países, bem como a Europa e o mundo ocidental, não foram imunes a um vasto número de atividades inovadoras que ocorreram nos anos 60, de forma simultânea e numa aceleração e interação sem precedentes (Marwick 1998: 6-7). Esses movimentos culturais e sociais já vinham sendo adivinhados nas décadas anteriores, mas consolidaram-se e desenvolveram-se nos anos 60, ocorrendo independentemente das conjunturas políticas dos vários países onde se verificaram e prevaleceram.

Como demonstra Marwick, os vários movimentos de contra-cultura e subculturas que surgiram nos anos 60, ao estarem inter-relacionados com a sociedade e ao mesmo tempo expandindo-se e interagindo entre eles, não confrontaram essa mesma sociedade, mas permearam-na acabando por transformá-la (Marwick 1998).

Especificamente em Portugal, na sequência de um acidente vascular cerebral, Salazar foi substituído por Marcello Caetano, na Presidência do Conselho de Ministros, em setembro de 1968. Nesses primeiros anos, sensivelmente de 1969 a 1971, ainda se acreditou que esta mudança iria significar, entre outras modificações, o fim da existência da censura. Em breve se tornaria evidente que tal não sucederia.

Como refere António Reis, é possível distinguir dois momentos no governo marcelista: um primeiro caracterizado por uma abertura relativa e de expectativas sobre medidas que conduzissem a uma maior liberalização, num clima político de adaptação e de adiamento de escolhas estruturais que definissem o futuro do regime e, por isso, constituído por um equilíbrio de poderes instável entre o chefe do Governo e o do Estado, que se prolonga até finais de 1970 e que alguns apelidaram de «Primavera marcelista». E um segundo momento, que se prolonga de 1971 a 25 de abril de 1974, caracterizado por uma «progressiva crispação repressiva, radicalização das oposições, e isolamento e degenerescência das instituições, em consequência do impasse colonial» (Reis 1996: 546).

Nos anos 60 deram-se importantes avanços na tecnologia: a televisão (incluindo a Telstar, a primeira transmissão transatlântica feita em 1962), gravações expandidas, rádios transístores, sintetizadores eletrónicos, sistemas telefónicos modernizados; uma incrível expansão nas *jet travel*; produtos de consumo avançados como frigoríficos e máquinas de lavar roupa; a pílula contraceptiva, primeiro disponível nos Estados Unidos em 1961 e na Inglaterra em 1962. Marcello Caetano não ficaria indiferente a todas estas transformações. Nos primeiros anos da sua governação, algumas iniciativas de Marcello Caetano produziram, por certo, uma sensação de mudança: a atenuação da censura à imprensa, o surgimento nas livrarias de algumas obras consideradas até então como subversivas, foram algumas delas. O mesmo sucedeu com revistas e filmes que passaram a exhibir fotografias e reportagens que eram habitualmente consideradas transgressivas.

Essa esperança de que algo poderia mudar para melhor foi também acalentada pela própria maneira de ser do novo estadista, quase oposta à de Salazar. Ao contrário deste último, Marcello Caetano tinha uma família e aparecia frequentemente em público. Dirigia-se com certa regularidade aos portugueses através da televisão e, a partir de janeiro de 1969, mantinha um programa televisivo regular chamado «Conversas em família». Todas estas iniciativas ajudaram a projetar a sua imagem, garantindo uma maior modernidade e atualização ao regime, em consonância com a ideia de eficácia que Marcello Caetano se propunha oferecer. Assim, o estadista tinha uma clara noção do poder do cinema e das artes em geral na formação da opinião pública. Marcello Caetano afirma:

«É por isso que na formação e modificação das ‘ondas médias’ de opinião exercem tamanha influência as belas-artes – seja a literatura de ficção, seja o teatro e o cinema, seja a pintura. Nem sempre se atribui o devido valor a tal influência que, todavia, é vasta e profunda (...) Mais grave se a pequenez do meio e as circunstâncias em que se processa a vida literária inclinam em dado momento escritores e artistas numa direcção única com um público passivo e receptivo a uma crítica parcial» (Caetano 1965: 25-26). «(...) Mas só há vantagem no aproveitamento pelos homens de Estado dos meios de difusão postos pela técnica ao serviço de todos para procurarem obter uma união mais íntima de governantes e governados (...)» (Id *Ib*: 55-56).

No final do governo marcelista, quando já existiam sinais concretos que indiciavam que o regime estava a perder os apoios que ainda detinha, e quando já era impossível controlar as novidades que muitos estrangeiros turistas e emigrantes traziam do exterior, mais a ditadura portuguesa tentava controlar por todos os meios o povo português. No final do regime marcelista verificou-se, assim, um reforço dos meios repressivos de controlo, o que se traduziu numa censura mais rigorosa aos filmes estrangeiros. Como refere João Bénard da Costa: «Embora não se conheçam números rigorosos, as estimativas mais fiáveis dizem-nos que, para cerca de 14.000 longas-metragens (contas redondas) submetidas à censura nesses 46 anos [de 1928 a 1974], cerca de 1.000 foram totalmente reprovadas e cerca de 5.000 aprovadas com cortes» (Costa 2000: 455).

Em 1973, dos 568 filmes analisados pela censura, 67 foram interditos (Azevedo 1999: 222). O conhecimento dos filmes estrangeiros que eram proibidos e / ou censurados tornou-se, deste modo, muito condicionado e a sua influência sobre o cinema nacional era exercida, sobretudo, através de livros e revistas como, por exemplo, a obra de Manuel de Azevedo (1957), *Cinema italiano do após-guerra e o neo-realismo*, na qual eram referidos filmes que tinham sido proibidos pela Comissão de Censura portuguesa.

Ainda sobre o número de filmes que foram censurados e proibidos, na ata da Comissão de Censura do dia 12 de setembro de 1972 é referido:

(...) conforme o revela um completo trabalho apresentado pela Direcção dos Serviços, no período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Agosto do corrente ano, foram submetidos a exame desta Comissão

338 filmes, dos quais foram aprovados 282 e reprovados 56 (SNI – Atas das sessões 1972-1974 (nº 33/72) / DGSE Livro 30).

No Brasil, em 1967 Castelo Branco foi substituído, nas esferas do poder, pelo General Costa e Silva, o primeiro de uma série de presidentes de extrema-direita conservadora, que originaram um período de opressão em 1968 que durou até cerca de meados da década de 70, com a chamada «abertura» (Shaw and Dennison 2007: 32), coincidindo, como podemos constatar pelo referido nos parágrafos anteriores, com o que sucedeu nos primeiros anos marcelistas, em Portugal.

A década de 70 no Brasil, no que respeita à produção cinematográfica, é reveladora de todas estas transformações. Segundo Antônio Márcio da Silva, subgéneros fílmicos como «Mulheres na prisão», incluído nas «Pornochanchadas»⁽²⁾ começam a surgir no Brasil e no mundo, nesses mesmos anos, e formam parte do movimento «Exploração Sexual», um subgénero do género fílmico «Exploração», que segundo o autor, teve o seu início na América dos anos 20 (Silva 2009: 6).

O polo de produção cinematográfico, denominado «Boca do lixo», situado no centro de São Paulo, era de onde provinha grande parte deste cinema considerado marginal, que teve o seu auge nos anos 70, apesar da existência da censura no Brasil, em plena Ditadura Militar (cf. Lamas 2013). Especificamente sobre a «pornochanchada», Marcel de Almeida Freitas comenta:

Rotulada como despolitizadora, o meio académico em geral sustenta que este género foi incentivado pelo governo, tendo recebido subvenção da Embrafilme, porque desviava a atenção da sociedade dos desmandos e das perseguições políticas mostrados pelos grandes diretores do 'autêntico' cinema brasileiro. Por outro lado, a Pornochanchada também refletiu o estouro sexual que a década de 1970 presenciou, sofrendo o impacto, entre outras coisas, da pílula anticoncepcional e do movimento feminista (Freitas 2004: 61).

(2) Segundo Marcel de Almeida Freitas, «o género [Pornochanchada] adquiriu esse nome por combinar erotismo com pitadas de comédia. O grosso da produção vinha da Boca-do-Lixo paulistana, região conhecida por suas boates e bordéis. Eram filmes de baixo custo e rentabilidade alta e atraíam milhares de espectadores» (2004: 57).

Para conseguirem quotas de exibição para os seus filmes, grupos independentes de produtores que começaram a realizar as pornochanchadas, com grande sucesso de bilheteira em 1972 e 1973, não queriam ter problemas com a censura. Por esse motivo, pelo menos na primeira metade da década de 70, eram muito poucas as imagens de nus e os argumentos mais atrevidos eram frequentemente compensados por finais fílmicos com uma mensagem consonante com os valores morais e conservadores (Shaw and Dennison 2007: 91). Karla Holanda refere que «Filmes com nudez e sexo explícito não receberam tanto rigor; as pornochanchadas eram permitidas, afinal, ‘as mulheres sexualmente ativas estavam em cena para serem consumidas, não para escolher ou consumir’, como diz Veiga» (Holanda e Tedesco 2018: 48)⁽³⁾.

Durante a década e 1970 e início dos anos 80, a «Boca do Lixo» era responsável pela realização de cerca de 60 filmes brasileiros, de um total de 90 produzidos anualmente (Shaw and Dennison 2007: 90). Em seguida propomo-nos averiguar se alguma desta produção chegou às salas de cinema portuguesas, tendo em conta o acervo documental que se encontra no ANTT, e que respeita aos filmes brasileiros que chegaram a Portugal entre finais de 1968 a 1974.

Filmes brasileiros, censurados e proibidos em Portugal

Nos referidos anos, Portugal e o Brasil não eram os únicos países nos quais os artistas não tinham completa liberdade para expressar a sua visão pessoal. Ainda atualmente existem convenções de estilos e modos de comunicação que condicionam as obras artísticas, no entanto, não existe uma censura legislada. Na época a que nos referimos, vários países possuíam elaborados sistemas de censura que abarcavam encenações teatrais, livros, exposições artísticas e filmes, todos sancionados pela lei mas operando a vários níveis e sob diversas agências. A censura aos filmes americana, por exemplo, era controlada pela própria indústria cinematográfica; no caso inglês, a censura aos filmes, embora na sua origem fosse estabelecida pela indústria fílmica inglesa, operava de forma independente, ainda que geralmente numa relação muito próxima com a

(3) Para mais informações sobre o género fílmico «pornochanchada» e sua relação com a censura brasileira conf. Shaw and Dennison 2007: 90-99.

indústria britânica; em França e Itália, situações mais próximas de Portugal, a lei nacional era a principal reguladora, embora nesses países, bem como na América, em Portugal e no Brasil, o papel desempenhado pela religião fosse muito relevante no que respeita à censura (Marwick 1998: 116).

No entanto, nos países referidos, sensivelmente a partir dos anos sessenta, o sistema censório sofreu a pressão e influência da sensibilidade das próprias sociedades, tal facto é também notório, como veremos, nos processos de censura portugueses⁽⁴⁾. Na investigação efetuada no ANTT, em Lisboa, de um total de 1.064 processos de censura analisados, entre finais de 1968 e 1974, período em que Marcello Caetano assume a governação do estado Português, foram encontrados oito processos de filmes brasileiros.

Embora a investigação no ANTT tenha sido feita de forma exaustiva, o número de processos contabilizados pode ser impreciso. Os números de processos e dos seus conteúdos podem não ser exatos porque alguns deles encontram-se arrumados em caixas de anos alheios aos que pretendemos investigar; outros estão incompletos, não especificando os cortes; alguns processos não possuem relatório de censura ou decisões finais e / ou não contêm a lista de legendas. Se existem processos registados todos eles têm relatório de censura, podem é estar perdidos, extraviados por qualquer motivo alheio ao nosso conhecimento.

Segundo Paulo Tremoceiro, o responsável pelos arquivos da censura ao cinema no ANTT, o mesmo sucede com os livros de atas da Comissão de Censura correspondentes ao início do governo de Marcello Caetano – ou seja de finais de 1968 a 1971 – não deram entrada no referido Arquivo. Não se sabe o que terá sucedido com essas atas, situação idêntica à de outros documentos e que poderá explicar-se pelos acontecimentos, e forma de lidar com a documentação, no pós 25 de abril de 1974 (Morais 2017).

Se atentarmos aos processos de filmes portugueses censurados encontrados no referido Arquivo, podemos constatar que são apenas sete, número idêntico ao dos brasileiros. Quanto aos de origem ibero-

(4) Como refere Marwick: «There is no question (as Tony Aldgate rightly stresses) of any directly linear, increasingly triumphant, abolition of censorship during the sixties: but quite certainly, whatever the rights or wrongs of the philosophical issues I have just raised, a study of censorship, integrated closely with the study of the changing agenda of writers and artists themselves, does demonstrate change in the wider society» (1998: 117).

americana, o seu número é de doze processos censurados e os processos de censura a filmes espanhóis contabilizam um total de trinta e oito.

Como pode explicar-se um número tão reduzido de processos de censura a filmes de nacionalidade brasileira? Para além dos aspetos mencionados nos parágrafos acima, invocar o número de processos de censura a filmes portugueses, ibero-americanos e espanhóis torna-se relevante, porque nos induz a pensar que os censores se preocupavam com o entendimento linguístico, por parte do público, daquilo que era referido nos filmes, para além das imagens que eram mostradas. Em última instância parece pertinente deduzir que «a grande maioria da produção cinematográfica dos referidos países de língua portuguesa ou espanhola era simplesmente proibida» (Morais 2014: 148).

Outro aspeto que deve ser tido em conta é que, ao longo do Estado Novo português, a maioria dos filmes portugueses eram dirigidos a um público considerado inculto e / ou analfabeto. Através dos processos e Atas da Comissão de Censura, constatamos que a opinião dos censores era a de que o cinema deveria apresentar modelos moralmente corretos e socialmente aceitáveis. Como refere Leonor Areal, até ao aparecimento da televisão, em 1957, o cinema era um dos meios de comunicação social de massas mais abrangentes, juntamente com a rádio, e por isso era entendido, pela ideologia oficial e pela crítica em geral, como um meio de educação popular. (Areal Vol. I 2011: 45). Como refere a autora, não era apenas desejado que os filmes apresentassem essa vertente paternalista. Também a própria Comissão de Censura a exibia, chegando a corrigir erros ortográficos nos guiões dos filmes. Se nos anos 70, a Comissão já admitia que certos filmes fossem exibidos, muitos deles só o poderiam ser em salas de cinema-estúdio, de pequena lotação, reservadas para públicos instruídos. A exibição em cinemas de grande lotação desses filmes específicos continuava proibida para o público em geral (Idem, *Ibidem*). Como veremos em seguida, é o que sucede com a maior parte dos filmes brasileiros que chegavam a Portugal, pelo menos aqueles que encontramos no ANTT.

Dos oito processos de censura a filmes brasileiros, *Terra em transe*, realizado por Glauber Rocha, foi proibido a 6 de setembro de 1972. A 6 de dezembro de 1972 a Comissão de Recursos volta a proibir o filme (Nº 241 74/ R.G. nº 888/ 72. 1974 – SNI, IGAC (2ª inc), cx. 467). Esta proibição sucede não obstante o reconhecimento no circuito cinéfilo internacional do filme; como refere Paulo Cunha, *Terra em transe* foi premiado no Festival de Cannes em 1967 (Cunha 2017: 4).

Outro caso de proibição sucede com o filme *Os paqueras*, realizado por Reginaldo Faria. Na ata da reunião da Comissão de Recursos, a 26 de julho de 1972, podemos ler que o senhor dr. Gonçalves Pereira considerou este filme bastante mau, não tanto pelas imagens, mas sobretudo pela filosofia que encerra e que, dentro da mesma linha está, em seu entender, aquém da fita exibida há alguns anos com o título *A última donzela*. Continua referindo que, de qualquer modo é, sem dúvida, um filme com largas implicações, com inconveniente repetição de imagens de cenas imorais e, ainda, com o problema da contestação universitária. Considerado todo o conjunto, inclinou-se para a reprovação do filme, embora sem muita firmeza e convicção. O senhor dr. Alambre dos Santos salientou que, para si, o nu e o erótico são casos absolutamente diferenciados, pela justificação que a seguir expõe, linha dentro da qual concluiu pela inconveniência de umas tantas cenas existentes no filme, altamente eróticas. Seguidamente referiu-se ao facto invocado pela distribuidora, que recorreu, quanto aos problemas que surgiriam na opção de importarem este filme, o que, resultando de falta das necessárias cautelas por parte daquela, não pode servir de argumento para a apreciação em causa. Após mais algumas considerações acerca de algumas das cenas do filme, salientou o dr. Alambre dos Santos que o que o leva sobretudo a reprovar este filme, resulta da circunstância de não encontrar maneira de defender a justificação da aprovação perante a Comissão de Exame e Classificação de Espetáculos, quando o filme está cheio de cenas que ultrapassam a bitola. Pessoalmente, não se sentia ofendido a ponto de votar pela reprovação, no entanto, sob o ponto de vista da orientação de critério que tem sido dada à Comissão de Exame e Classificação dos Espetáculos, considera certa a sua decisão de reprovação. De seguida, o Senhor Jacinto Valle declarou que este filme o chocara sob todos os pontos de vista, não lhe parecendo que as boas relações existentes entre Portugal e o Brasil possam ir até ao ponto de obrigar a que sejam apresentadas aos nossos espetadores as cenas imorais e amorais de que o filme em recurso está recheado, desde o princípio até ao fim. Nestes termos, embora contrariado, reconhece que este filme não merece aprovação. O Senhor José Alexandre Vieira emitiu a opinião de que se trata de uma vulgar comédia de maridos enganados, que não vai muito além do que tem sido apresentado ultimamente no teatro, recordando, a propósito, as peças intituladas *Uma cama para toda a gente* e *Empresta-me o teu apartamento*. Para si, este filme

é autenticamente o *Fedot*, atualizado com o problema dos universitários e outros de menor vulto, sem os quais considera o filme perfeitamente passável. O senhor Dr. José Maria Alves salientou que aquilo que mais o impressiona neste filme é a amoralidade que transparece de toda a ação, ligada ainda ao problema das cenas do mais alto erotismo, as quais são em tal número que exclui qualquer hipótese de cortes. Referindo-se à alusão do Senhor Alexandre Vieira, discordou da comparação com *Fedot*, porquanto se este é feito para ter graça e efeito passageiro, o que o filme pretende atingir é diferente e acaba em tragédia. Também a propósito da proximidade dos temas do filme e das peças citadas, salientou o Senhor Dr. José Maria Alves o facto de o teatro não passar dos meios urbanos mais importantes, ao contrário do cinema que vai a todos os recantos do país. O Senhor Presidente salientou compreender a posição tomada pelo Senhor Alexandre Vieira, discordando porém das comparações que foram objeto da sua argumentação. Pelas razões já invocadas pelos senhores vogais e, ainda, tendo em conta o estado da nossa sociedade no tempo presente, o Presidente considera que este filme seria indubitavelmente suscetível de chocar e provocar reações nas plateias portuguesas, pelo que o tem por bem reprovado (cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Fundo do SNI – Livros das Atas das sessões da Comissão de Recursos 1971-1973 / DGSE Livro 31)⁽⁵⁾.

Quanto a filmes censurados, temos *António das mortes*, também realizado por Glauber Rocha; *Quelé do pajeú*, realizado por Anselmo Duarte, e cujo título original foi proibido e substituído por *A fúria do cangaceiro*, a 30 de outubro de 1970; *O homem nu*, realizado por Jece Valadão; *Os herdeiros*, realizado por Carlos Diegues; *Pantanal de sangue*, realizado por Reynaldo Barros; e *Os cafajestes*, cujo realizador é Ruy Guerra.

A substituição do título é uma prática corrente ainda hoje em dia, que se explica sobretudo pela necessidade de seduzir as audiências, para captar o seu interesse por um determinado filme. No caso de *Quelé do pajeú*, de Anselmo Duarte, como o título original não induz a que pensemos que ia contra a moral, ou punha em causa as instituições ou a política vigente, consideramos que a substituição se deve apenas ao desejo de tornar o título mais apelativo aos eventuais espetadores do filme.

(5) Agradeço ao investigador dr^o José Wandembergue de Oliveira Júnior a descoberta da ata da Comissão de Recursos ao filme *Os paqueras*.

Começando por ordem cronológica, tendo como ponto de partida a data dos processos de censura, o filme *A fúria do cangaceiro* foi classificado, a 17 de junho de 1970:

para adultos, maiores de 17 anos, com os seguintes cortes: 1º – na página 6 eliminar as seguintes frases: ‘só não se entendem. Não sei porquê. Quando se encontram sempre sobra uma viúva. Uma mulher de soldado. Um cavalo.’ Inclusive; 2º – na mesma página 6: ‘Não lhe agrado? Não lhe dou vontade?’ 3º – eliminação dos sons, na página 10, quando a moça monta a cavalo; 4º – eliminação das legendas desde: ‘E vocês? Estão todos loucos?’ até “com muito respeito [alusão a desrespeito religioso].’ 5º – Redução da sequência amorosa, à beira das quedas de água, abrangendo o plano das coxas, até ficarem deitados lado a lado; 6º – eliminação dos polícias a fugir frente aos bandidos, depois da canção da página 21, 7º – eliminar as legendas assinaladas no fim do filme [alusão à ausência de Deus]. *Trailer* para adultos, com os cortes indicados no filme (1970 – SNI, IGAC (2ª inc), cx. 374).

Como podemos constatar, no processo deste filme são mandadas cortar legendas, sons e imagens que contemplam o tema da religião, o desrespeito pela lei e ordem social estabelecida, cenas amorosas e o corpo nu.

As imagens do corpo nu são, sem dúvida, o tema que causa mais problemas no processo do filme seguinte, *O homem nu*, datado de 7 de janeiro de 1971, apesar de existirem, também, cortes mandados efetuar a legendas que indiciam desrespeito pela religião: «Inclinamo-nos para a aprovação para maiores de 17 anos, parecendo-nos indispensável somente o corte indicado a fls. 20. Contudo, o filme oferece problemas, visto que apresenta quasi permanentemente um homem nu...(...)». A 15/1/1971 o filme foi classificado «para adultos, maiores de 17 anos, com o corte na página 20 das frases: – ‘Sabe que eu estou sem mulher há muito tempo...’ e ‘– Filho... vai ajudar ou não vai?’ Na página 13 deve desaparecer, também, a frase ‘Padreco chato’» (1972 – SNI, IGAC (2ª inc), cx. 424).

O filme *Antônio das mortes* foi proibido a 7 de maio de 1971. Esta decisão foi confirmada a 27 do mesmo mês, negando provimento a um recurso apresentado, e proibido novamente a 17 de junho de 1971. Porém, em resposta a uma carta apresentada pelo Animatógrafo – Produção de Filmes Ldª, a 5 de março de 1972, é referido que o filme «apenas poderá ser exibido, por decisão superior, no Estúdio do Império, de Lisboa, e no Estúdio de Passos Manuel, no Porto, com a classificação do Grupo D

(maiores de 18 anos)». Esta última decisão foi confirmada a 6 de maio de 1972 e, depois, a 17 de julho de 1972. O *trailer* do filme foi classificado «do Grupo D, só podendo ser exibido no Estúdio do Império, em Lisboa, e no Estúdio Passos Manuel, do Porto». A 6 de setembro de 1972 foi indeferido o pedido de uma carta, a «qual solicitava autorização para apresentar no Cinema Satélite o *trailer* do filme *Antônio das mortes*» (Morais 2014: 151-152).

Como refere Paulo Cunha,

Ao longo dos anos 60, salvo raras exceções, como *O pagador de promessas*, *Assalto em trem pagador* ou *Vidas Secas*, a censura e a falta de interesse dos distribuidores portugueses não permitiram a divulgação do cinema brasileiro em Portugal. Por exemplo, *Antônio das Mortes* (1969) só seria exibido com cortes em 1972 (CELULÓIDE 1974: 19), e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e *Terra em Transe* só chegariam às salas portuguesas depois da Revolução de 1974 (Cunha 2017: 5).

O referido filme de Glauber Rocha, *Antônio das mortes*, é um bom exemplo de filmes que são permitidos para exibição apenas em certos tipos de salas de cinema. Esta situação sucede em Portugal. Mas também em Espanha, e revela a preocupação em mostrar certas cenas, sequências e imagens, apenas a um público considerado culto e, por esse motivo, supostamente capacitado para compreender esse tipo de filmes.

O filme seguinte, *Os herdeiros*, foi proibido a 25 de março de 1971. A 13 de abril de 1971 é referido que o filme

poderá ser exibido numa sessão privada, com os seguintes cortes:

- a) das imagens correspondentes às legendas ‘a ditadura do seu Estado Novo’, ‘Enterra a tua juventude. Ela já deu o que tinha a dar’ (1ª bobine);
- b) das imagens correspondentes às legendas ‘a sua morte será enterrada com o Estado Novo’ e ‘a sua memória foi enterrada com o Estado Novo’ (2ª bobine);
- c) das imagens correspondentes às duas primeiras falas do jovem francês, a seguir à discussão entre ‘Jorge Ramos’ e o filho deste ‘Joaquim’ e à legenda ‘...no dar certo, no lugar exacto, o Povo!...’ (5ª bobine).

Os herdeiros voltou a ser proibido a 28 de julho de 1972; a 13 de novembro 1972 foi negado provimento a um recurso e o filme continuou proibido, continuando proibido a 16 de março de 1973 (1974–SNI, IGAC (2ª inc), cx. 470).

O filme *Pantanal de sangue*, a 20 de novembro de 1973, à semelhança de *O homem nu*, foi censurado devido a imagens que mostram o corpo

nu: foi classificado «do grupo D, com o corte da imagem em que se vê 'Ana' tomando banho nua (página 3) e redução das cenas em que a mesma 'Ana', depois de morta, aparece desnudada (página 18). *Trailer* aprovado para o grupo C» (1974 – SNI, IGAC (2ª inc), cx. 476).

O processo do último filme, *Os cafajestes*, é um dos mais interessantes. A 12 de março de 1971, o filme foi classificado «para adultos, maiores de 17 anos, com o corte da sequência do Generalíssimo Franco e redução substancial da sequência dos nus, pelo que o mesmo pode ser exibido em sessões privadas, sem entradas pagas, para a 'semana brasileira'». A 4 de março de 1971 é referido o seguinte, assinado por Caetano de Carvalho (Presidente da Comissão de Censura):

Os filmes da 'Semana Brasileira' serão apreciados com um critério mais largo e por isso só serão autorizados, quando excederem a bitola, para a referida 'Semana'. No caso de serem do ponto de vista político ou moral gravemente inconvenientes, serão feitos cortes ou votar-se-á mesmo a sua reprovação.

A 5 de agosto de 1971 o filme foi reprovado, bem como a 30 de dezembro de 1971 (1975 – SNI, IGAC (2ª inc), cx. 487). Existe uma menção a este filme e a toda a polémica que causou, bem como à realização da Semana do Cinema Brasileiro, numa Ata da reunião da Comissão de Exame e Classificação de Espetáculos de 9 de março de 1971. Estas atas descrevem as reuniões efetuadas pela Comissão e sucediam sempre que existiam dúvidas sobre a aprovação e / ou censura a filmes e peças de teatro. Em primeiro lugar debatiam-se os casos referentes ao teatro e, em seguida, os que respeitavam ao cinema. No mesmo ano de 1971, devido sobretudo ao aumento exponencial de peças teatrais e filmes submetidos à censura foram criadas duas subcomissões: uma para avaliar o teatro, outra para o cinema.

Sobre essa Semana do Cinema Brasileiro, o Presidente, António Caetano de Carvalho, salientou «que as instruções recebidas do Governo acerca deste certame são no sentido de que a Comissão poderá ser um pouco mais aberta em relação aos filmes destinados ao mesmo Festival, até porque a autorização será dada apenas para uma sessão». No entanto, o filme *Os cafajestes* causa agitação entre os vogais. Por exemplo, o senhor Dr. Alberto Monteiro classificou as imagens do filme como constituindo «pornografia pura e da pior, não aderindo por isso de forma alguma à sua apresentação, quer para sessões privadas, como as da Semana do Cinema

Brasileiro, quer para sessões públicas (...)». O Reverendo Padre Teodoro, por sua vez, manifestou a opinião de que o problema pode ser resolvido, embora reconhecendo que é contraproducente a aprovação destas imagens, pela possibilidade que deixa no futuro de este facto ser invocado pelas empresas para a defesa de outros filmes. Considera que, se a cena é mesmo essencial para a compreensão da história, bastaria deixar um apontamento para se concluir que a rapariga foi vítima de uma partida dos dois rapazes para ficar nua na praia. Com esse corte substancial não o repugnaria a aprovação, se bem que lhe pareça importante alertar para o facto de esta modalidade das semanas do cinema brasileiro, francês, etc., estar a ser uma maneira de introduzir em território nacional filmes que, de outro modo, não seriam permitidos ou sequer chegariam aqui. Entende ser indispensável dedicar muita atenção a este ponto, que denominou como «o cavalo de Tróia» do cinema, não lhe surpreendendo que, a par dos casos já conhecidos, apareçam, no futuro, as semanas do cinema dinamarquês e sueco (cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Fundo do SNI – Atas das sessões da Comissão de Censura 1968-1971 / DGSE Livro 29) (Morais, 2014, 152 e ss.).

Numa outra ata da reunião da Comissão de Exame e Classificação de Espetáculos, realizada pouco tempo depois, a 23 de março de 1971, volta a ser debatida a Semana do Cinema Brasileiro. Sobre ela comentou o Presidente António Caetano de Carvalho que este evento foi anunciado previamente na imprensa, sem conhecimento das autoridades portuguesas e por iniciativa da própria Embaixada. Acrescentou o Presidente que a embaixada Brasileira teve, no início, a ambição de apresentar 14 filmes produzidos no seu país, o que em determinado momento criou algumas dificuldades, inclusivamente à Comissão, pois que, enquanto alguns desses filmes não chegaram a entrar em Portugal, outros, segundo a sua opinião, não ofereciam a menor possibilidade de exibição. Assim se chegou à situação de que se a Comissão reprovasse mais algum dos filmes submetidos a Exame, não haveria filmes para preencher o programa da referida Semana, com consequências desagradáveis, uma vez que, estando os bilhetes já vendidos, haveria que devolver o seu valor aos compradores.

Perante esta dificuldade, o Presidente refere que teve de, à última hora, examinar, com o grupo de censores que na altura estava a trabalhar, dois filmes destinados ao festival, bem como deslocar-se à sala da reunião para saber o que se passava em relação ao filme *Fome de amor*, devido

aos problemas que o mesmo suscitava. Termina a referência à Semana do Cinema Brasileiro referindo que, tendo em conta que se tratava de uma promoção da representação do Governo brasileiro em Lisboa e atendendo a que os filmes se destinavam a ser exibidos numa única sessão e, também, ao facto de que os mais problemáticos seriam exibidos no Estúdio (para um número muito mais reduzido de espetadores) foi decidido que, para aqueles filmes, poderia ser usado um critério mais aberto do que o seguido para o circuito comercial normal. Salientou, por fim, que ele mesmo terá tido consciência de que em relação a dois ou três daqueles filmes a abertura foi tal que chegou mesmo a exceder a bitola que em princípio tinha sido adotada para a Semana do Cinema Brasileiro (cf. *Ibidem*).

Confirma-se assim que, de fato, a cinematografia brasileira só começou a ser exibida em Lisboa nos anos 70, através de mostras e retrospectivas. Como refere Paulo Cunha, o primeiro Festival de Cinema Brasileiro ocorreu em 1971, a primeira Retrospectiva do Cinema Brasileiro em 1972 e a Semana do Cinema Brasileiro em 1973 (cf. Cunha 2017: 4).

O fato de só existirem estes oito processos de filmes de origem brasileira no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, pode surpreender, também, pelo facto de que a década de 1970, no que respeita ao número de filmes realizados no Brasil e ao número de filmes que nesse país foram sucessos de bilheteira, consistir numa das mais importantes décadas na história do cinema brasileiro. Na primeira metade da década, em média, 70 filmes nacionais eram lançados no mercado por ano, quase o dobro do que sucedia na segunda metade da década anterior (Shaw and Dennison 2007: 33). Este sucesso deve-se, em larga medida, ao papel desempenhado pela Empresa Brasileira de Filmes SA (Embrafilme), sobretudo após 1973, que enquanto agência distribuidora, seguiu uma lógica estritamente comercial – os filmes conhecidos como «porno-chanchadas», já referidos, contribuíram muito para este aumento da produção e sucesso de bilheteira. Como referem Shaw e Dennison:

Embrafilme became the first central distributor for Brazilian films to be established on a national, rather than regional, basis. At one point, it was the second largest distributor in the country. (...) Embrafilme was responsible for the distribution of over 30 per cent of Brazilian films in the 1970s, and for between 25 and 50 per cent of annual film

production. (...) Between 1970 and 1979, eighty-two films by fifty-six different production companies had been supported by Embrafilme (2007: 32-33)⁽⁶⁾.

Quanto às Distribuidoras portuguesas, o filme *A fúria do cangaceiro* foi distribuído pela Columbia Filmes de Portugal, *O homem nu* pela Doperfilme, *António das mortes*, primeiro era para ser distribuído pela Animatógrafo – Produção de Filmes Ld^a, no entanto, por motivos alheios ao nosso conhecimento foi distribuído pela Mundial Filmes (no processo do filme a primeira aparece riscada e, em seguida, surge o nome da segunda). *Terra em transe* foi distribuído pelo Animatógrafo, *Os herdeiros* pela Filmes Castello Lopes, bem como *Pantanal de sangue* e *Os cafajestes*.

No que respeita à distribuição dos filmes em Portugal, a Câmara considera que «as vinte e quatro empresas distribuidoras existentes chegam, com folgada margem, para abastecer de filmes o mercado exibidor português». Como medida restritiva, o parecer sugeria que o Instituto Português de Cinema levantasse «restrições ao aparecimento de novas empresas nesse sector da actividade» (Cunha 2015: 155 e 902). Como refere o autor, estas regras beneficiavam claramente os estabelecimentos técnicos portugueses existentes permitindo, mais uma vez, uma perigosa monopolização do mercado (Idem, Ibidem).

Num outro texto, já citado acima, Paulo Cunha refere que «Ao longo dos anos 60, salvo raras excepções, como *O pagador de promessas*, *Assalto em trem pagador* ou *Vidas Secas*, a censura e a falta de interesse dos distribuidores portugueses não permitiram a divulgação do cinema brasileiro em Portugal» (Cunha 2017: 5). Deste modo, consegue-se perceber o porquê do reduzido número de filmes brasileiros que, durante estes anos, chegaram a ser exibidos em Portugal.

(6) Sobre a relação da Embrafilme com o sistema censório brasileiro, as autoras referem: «While Randall Johnson suggests that Embrafilme did not exert direct ideological control over filmmakers and film projects, it is likely that some form of self-censorship on the part of filmmakers and producers would have been exerted, influenced both by the generous financial support on offer from Embrafilme and by the financial cost of getting into difficulties with the censor» (Shaw and Dennison 2007: 34). O mesmo pode ser dito relativamente ao que sucedia em Portugal na mesma época.

Considerações finais

Após o referido, podemos concluir que a censura aos filmes brasileiros, na época do governo marcelista (1968-1974) foi rigorosa. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo foram encontrados oito processos de censura a filmes brasileiros sendo que dois deles, *Terra em transe*, realizado por Glauber Rocha e *Os paqueras*, de Reginaldo Faria foram proibidos.

Dos restantes seis filmes, *A fúria do cangaceiro*, realizado por Anselmo Duarte, *O homem nu*, realizado por Jece Valadão e o *Pantanal de sangue*, realizado por Reynaldo Barros são aprovados com cortes, respetivamente em 1970, 1971 e 1973. Os outros três filmes, *António das mortes*, realizado por Glauber Rocha, *Os herdeiros*, realizado por Carlos Diegues e *Os cafajestes*, cujo realizador é Ruy Guerra foram filmes cuja exibição, quando permitida, apenas o foi para festivais de cinema específicos, que eram destinados a um tipo de público considerado culto.

Embora no Brasil, nestes mesmos anos, surgissem filmes de cunho erótico que, como referimos acima, foram permitidos pela Ditadura Militar brasileira, podemos constatar que esses filmes não chegaram a ser permitidos em Portugal.

Os filmes brasileiros que chegavam a Portugal na época marcelista eram muito censurados, quer em temas que aludissem à política, à religião, ao desrespeito pela lei e ordem social estabelecida, mas sobretudo censuravam-se imagens, legendas e sons de nus e cenas amorosas, temas que eram também os mais censurados nos filmes de outras nacionalidades (Morais 2017: 142, 143).

Como procurámos mostrar ao longo deste ensaio, podemos supor que este rigor por parte da censura portuguesa aos filmes de origem brasileira se pode explicar, em parte, porque os referidos filmes, ao serem falados em português, eram considerados um perigo ainda maior, pois podiam ser compreendidos por todas as pessoas que os fossem ver e ouvir. Também por este motivo, como podemos comprovar pelos relatórios e atas da Comissão de Censura transcritos acima, os filmes de origem brasileira que eram aprovados, ainda que com cortes mandados efetuar a imagens, sons, etc., eram permitidos apenas em certas salas de cinema especiais.

Ao problema da existência da censura e, relacionado com ele, está também a falta de interesse demonstrada pelas Distribuidoras que acabavam por desistir da exibição dos filmes. Como ficou demonstrado através do exemplo de dois processos de filmes brasileiros (*Terra em transe*

e *Os paqueras*), mesmo que as empresas de distribuição recorressem, os filmes continuavam a não ser permitidos.

Porém, como referido acima, a nível europeu e mundial estes anos (finais de 1968-1974) foram decisivos para Portugal e também para o Brasil, por se verificar uma enorme e incontrolável difusão cultural com o surgimento de movimentos de luta pelos direitos cívicos nos Estados Unidos, pacifistas, difusão de conceitos de contracultura, contra o racismo e a favor da emancipação da mulher. Também por esse motivo o surgimento das «porno-chanchadas» no Brasil e a permissão de filmes eróticos nos dois países, ainda que por vezes censurados, comprovam estas transformações sociais que, nos anos finais da década de 60, não deixavam de consistir numa verdadeira revolução sexual.

Nos anos 60 ocorreram mudanças ímpares na moral privada e pública, verificando-se uma nova franqueza, abertura, e honestidade nas relações pessoais e modos de expressão. Todas estas mudanças tiveram repercussões até à atualidade e a censura efetuada aos filmes brasileiros, no Portugal marcelista, não deixa de mostrar o quanto se tentou controlar todas estas ideias e notícias que vinham do exterior e que se revelaram, em última análise, impossíveis de controlar.

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Fundo do SNI Processos da Direção Geral dos Serviços dos Espetáculos. Processos de Censura: 1968-1974.
Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Livros das Atas da Comissão de Censura. SNI – Atas das sessões 1971 / DGSE Livro 29; SNI – Atas das sessões 1972-1974 / DGSE Livro 30.
Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Fundo do SNI – Livros das Atas das sessões da Comissão de Recursos 1971-1973 / DGSE Livro 31.

Bibliografia

António, Lauro (2001). *Cinema e censura em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.
Areal, Leonor (2011). *Cinema português. Um país imaginado*. Vols. I e II. Lisboa: Edições 70.

- Azevedo, Cândido de (1999). *A censura de Salazar e Marcello Caetano – Imprensa, teatro, cinema, radiodifusão, livro*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Cabrera, Ana coord. (2013). *Censura nunca mais! A censura ao teatro e ao cinema no Estado Novo*. Lisboa: Alêtheia.
- Caetano, Marcello (1965). *A opinião pública no estado moderno*. Lisboa: Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco Lta.
- Costa, João Bénard da (2000). “A censura ao cinema em Portugal”, in *Limiti della rappresentazione (1): censura, visibile, modi di rappresentazione nel cinema*. Udine: Forum.
- Cunha, Paulo (2010). “A censura e o Novo Cinema Português”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Outros combates pela história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 537-551.
- «-» (2014). *O Novo Cinema português. Políticas públicas e modos de produção (1949-1980)*. Tese de doutoramento em Estudos Contemporâneos, orientada por António Pedro Couto da Rocha Pita e apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra (exemplar policopiado).
- «-» (2017). “O novo cinema português e o cinema novo brasileiro: o caso Glauber.”, *Rebeca. Revista brasileira de estudos de cinema e audiovisual*, Ano 6, Vol.2. Julho / Dezembro.
- Ferro, Marc (1993). *Cinéma et histoire*. Paris: Gallimard.
- Freitas, Marcel de Almeida (2004). “Porno chanchada: Capítulo Estilizado e Estigmatizado da História do Cinema Nacional”, *Comunicação & Política*, nº 1- vol. 11, Janeiro- Abril, 57-105.
- Holanda, Karla e Tedesco, Marina Cavalcanti Coord. (2018). *Feminino e plural. Mulheres no cinema brasileiro*. São Paulo: Papirus Editora.
- Lamas, Caio Tula Padula (2013). *Boca do Lixo. Erotismo, pornografia, e poder no cinema paulista durante a ditadura militar (1964-1985)*. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
- Marwick, Arthur (1998). *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States, c.1958-c.1974*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Morais, Ana Bela (2014). “A censura aos filmes ibero-americanos na governação de Marcello Caetano”, in Magdalena López, Ângela Fernandes, Isabel Araújo Branco et. al. (coord.), *Alteridades, cruzamentos, transferências, ACT 29 – Literaturas e Culturas em Portugal e na América Hispânica. Novas perspectivas em diálogo*. Revista do Centro

- de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ribeirão: Edições Húmus, 147-155.
- « – » (2017). *Censura ao Erotismo e Violência. Cinema no Portugal Marcelista (1968-1974)*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Piçarra, Maria do Carmo (2006). *Salazar vai ao cinema. O Jornal Português de actualidades filmadas*. Coimbra: Minerva.
- « – » (2011). *Salazar vai ao cinema 2. A Política do Espírito no Jornal Português*. Lisboa: Drella.
- « – » (2015). *Azuis ultramarinos. Propaganda colonial e censura no cinema do Estado Novo*. Lisboa: Edições 70.
- Reis, António (1996). "Marcelismo", in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (eds.), *Dicionário de história do Estado Novo*, Vol. 2 – M-Z. Lisboa: Círculo de Leitores, 546-548.
- Shaw, Lisa, Dennison, Stephanie (2007). *Brazilian National Cinema*. London and New York: Routledge.
- Silva, António Márcio da (2009). *Brazilian Women in Prison Film: A Gendered Reading*. Dissertação de Mestrado. University of Leeds, School of Modern Languages & Cultures.
- Torgal, Luís Reis, ed. (2001). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa: Temas e Debates.

Recensões Críticas

Tavares, Rui (2018). *O Censor Iluminado – Ensaio sobre o Pombalismo e a Revolução Cultural do Século XVIII*. Lisboa: Tinta da China. 717 p., ISBN: 978-989-671-439-0.

A obra apresentada é da autoria de Rui Tavares, escritor e historiador, e resulta do trabalho desenvolvido nas suas dissertações de mestrado e de doutoramento. O estudo centra-se na Real Mesa Censória, criada pelo Alvará de 5 de abril de 1768, uma instituição de censura que substituiu o anterior sistema tripartido, tutelado pelo Ordinário, o Desembargo do Paço e o Santo Ofício no exercício dessas funções. A obra está estruturada em Introdução e três «livros», cada um deles dividido em vários capítulos e subcapítulos (o Livro Segundo, atendendo à sua dimensão, está seccionado em três partes).

Na Introdução, Rui Tavares levanta duas questões importantes que estarão presentes ao longo de toda a obra. A primeira prende-se com o «poder da palavra», ou seja, a palavra enquanto poder e quem detém o poder de ter a última palavra, visto esta ser final e definitiva. A segunda questão relaciona-se com a «luz pública», um aspeto inerente às funções dos deputados da Real Mesa. O espaço público para o discurso consolida-se na visão europeia, mas achava-se que o poder central podia intervir nesse espaço, sendo o propósito desta nova instituição, por intermédio da ação dos censores.

O Livro Primeiro inicia-se com um capítulo intitulado «A Estátua do Rei». Trata-se da cerimónia de inauguração da estátua equestre de D. José, um momento de autorrepresentação da monarquia, no período de apogeu do Pombalismo. O autor demonstra que os censores estavam numa posição de destaque na sociedade, tendo em conta o seu posicionamento na celebração, precedidos exclusivamente pela alta nobreza. O Terramoto de 1755, motivo da reconstrução da cidade, não mereceu destaque nas comemorações.

As referências à catástrofe foram substituídas pela expulsão dos jesuítas e pela tentativa de atentado ao monarca.

O âmago do segundo capítulo, «Os Censores no Teatro», é a análise da peça «O censor do Teatro», de Manuel de Figueiredo. Esta obra tinha duas personagens que eram espetadores de uma peça, provocando uma inversão, colocando a plateia no público. O censor seria o público «cultivado e inteligente, súbdito de um monarca iluminado», em contraste com a ideia segundo a qual o público é geralmente incompetente para julgar o mérito de um objeto literário e artístico.

O autor trata em seguida da «Liberdade de Imprensa», entendida à época não como um direito, mas como ausência de efeitos perniciosos. Os livros e o teatro tinham finalidades diferentes, o que motivou o tratamento desigual que lhes foi dado pela censura. Isto porque o livro devia ser usado em «relaxamento», ou seja, no espaço privado e num clima calmo, enquanto as peças de teatro tinham como função a comoção coletiva, promotora de vaidade, fantasia e inutilidade.

No capítulo «Intérpretes e Legisladores» analisa-se a atuação do marquês de Pombal após o terramoto, a gestão do atentado ao rei e a expulsão dos Jesuítas, com o propósito de questionar a importância da nova instituição de censura no plano das reformas políticas realizadas no reino a partir de 1768. A incursão pelos estatutos da Real Mesa Censória permitiu evidenciar de que forma estes definiam o perfil dos oficiais da instituição, destacando-se as qualidades morais e, especialmente, o seu «zelo ardentíssimo do aumento da Religião e do Bem público da Pátria». O Regimento estabelecia também as condições de debate intracensório para ocasiões específicas, além de especificar as situações de convocação extraordinária. Num quadro de normalidade definia as restantes tarefas da instituição, os seus oficiais e previa as tarefas quotidianas da Mesa. Os tipos de exame que o censor realizava também foram estatuídos e divididos entre simples e formal, esclarecendo a diferença entre eles. Os estatutos precisam a questão da jurisdição da instituição e as regras a seguir para a composição do Índice de Livros Proibidos. De notar que no modelo anterior de censura a publicidade dada ao ato de aprovar as obras é substituída pelo secretismo total da censura pombalina.

A Parte I do Livro Segundo analisa a natureza do trabalho dos censores (a revisão dos livros, redação dos relatórios e as decisões finais). O autor transcreve um relatório de censura e “desmonta” o seu argumento, fazendo uma interpretação muito pormenorizada, analisando a natureza e funcionamento da Real Mesa Censória. Afasta a ideia de que a instituição era anticlerical, pois muitos dos seus membros eram clérigos (alguns dos mais notáveis na época). Seguidamente, analisa o perfil de quatro censores, mas não esclarece qual o critério de escolha que seguiu, apesar de se perceber

que não foi aleatório: Fr. Manuel do Cenáculo, apelidado de «Bibliófilo-Censor», por ter sido um grande colecionador de livros e pelo volume de obras que analisou ao serviço da Real Mesa (10% do total da instituição); o segundo censor analisado foi António Pereira de Figueiredo, o «Ideólogo» (o autor ressalva que este termo não era usado à época), por ter sido o mais consistente na aplicação de um critério doutrinal à análise das obras censuradas, o mais estruturado no julgamento predeterminado dos livros de acordo com a sua conveniência política e o que aparenta ter tido mais noção dos efeitos que cada decisão da Mesa tinha na esfera mais alargada do debate nacional e internacional; a terceira escolha recaiu em João Baptista de São Caetano, «Jansenista até aos ossos», termo inicialmente usado de forma pejorativa para aqueles que se identificaram com os textos de Cornélio Jansen (o autor aproveita este subcapítulo para explicar o aparecimento do jansenismo no contexto europeu e português); por último, Luís do Monte Carmelo, o «Irrepreensível», um especialista em ortografia portuguesa, dando uma enorme importância aos seus próprios pontos de vista sobre questões linguísticas, realizando análises rigorosas e persistentes.

Na Parte II, Rui Tavares analisa a Real Mesa Censória a partir das «palavras», atendendo à sua importância para a atividade dos censores, enquanto objeto, ferramentas e criação. Explora o lugar destes homens na República das Letras, enquanto comunidade de indivíduos letrados, desenvolvendo a ideia de «república» e salientando as diferenças com a designação usada atualmente.

O capítulo «Onde está o interesse?», entra na censura em si. Explora o significado da palavra «interessante», indicando que, à época, aproximava-se mais de «proveitoso» do que do sentido que lhe atribuímos atualmente. O autor analisa também a dicotomia entre o «interessante» e o «aborrecido», passando por várias obras de diversos períodos para que se entenda a diferença.

No capítulo «Luzes, Filosofia e República Literária», Rui Tavares abre uma discussão sobre as ideias e como elas mudam com o tempo, questionando se a Real Mesa e os censores se incluíam no Iluminismo. Questiona também a pertença, ou não, dos censores à República das Letras. Com este objetivo, apresenta várias correntes e interpretações sobre o Iluminismo. Respeitando a sua liberdade de tratamento, parece-nos que um trabalho desta natureza beneficiaria se este percurso pelo Iluminismo europeu fosse realizado no início da obra. A revisão historiográfica do tema é associada a alguns autores que são escolhidos por razões não explicadas. Por exemplo, Kant não tem contraponto com os censores que o autor analisa. A censura é crítica, mas não é “kantiana”, e, por essa razão, a sua inclusão é bastante discutível.

Rui Tavares analisa, de seguida, a «confusão» e a «utilidade». A censura sobre a confusão levou à revisão da língua porque esta era tida como uma

arma terrível. Levanta a questão sobre se o erro é útil, analisando o trabalho do censor enquanto agente de separação do útil e do inútil, entre o verdadeiro e o falso. A questão da utilidade era saudável na medida em que permitia a evolução e erudição, impedindo-se assim a leitura supérflua. O trabalho dos censores fundava-se na recusa do pluralismo, mas o autor não refere que o pluralismo não existia à época. Este é mais um argumento superlativo, a juntar a outros, para analisar a ação da censura, visto ocorrer uma «censura antes da censura», que é a ortografia. Mas porquê a escolha dos conceitos «confusão e a utilidade»? Rui Tavares não o explica, mas admitimos que possam ter sido escolhidos para legitimar a existência da Real Mesa Censória. Esta legitimidade não tem origem no trabalho dos censores, mas sim da legislação régia que criou a instituição e instituiu os poderes do tribunal. Por outro lado, o autor não respondeu à questão que colocou sobre a utilidade do erro e não citou, neste capítulo, a obra «O Filósofo Solitário», de autor desconhecido, mas publicada em Portugal na década de 80 do séc. XVIII. Na página 393, por lapso, indica 1759 como a data da tentativa de regicídio a D. José, quando esta ocorreu em setembro de 1758. A sentença, essa, é de 1759.

A Parte III analisa o objeto da censura e o seu método de atuação. Esta incidia sobre livros, peças de teatro, panfletos, mas também ideias. Recaía não só na escrita, mas também em algumas práticas, a identificação de contrafação e a fuga aos impostos. Este capítulo apresenta três eixos de ação da censura: o passado, o presente e o futuro. O eixo do passado tem essencialmente dois alvos, o Padre António Vieira e o providencialismo. O segundo eixo centra-se na ação dos censores contra o «espinosismo», «pirronismo», «tolerantismo» e «indiferencialismo». O terceiro eixo é dedicado ao futuro, que os censores admitiam estar a construir. É uma conceção que deixa transparecer a própria leitura teleológica da interpretação proposta.

Num dos mais bem conseguidos excursos da obra, «A Real Mesa defende o seu território», é analisada a pastoral de D. Miguel da Anunciação e o ataque público do bispo de Coimbra ao regalismo pombalino. Porém, na página 439, o autor equivocou-se, indicando João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho como reitor da Universidade, quando de facto foi o seu irmão, D. Francisco de Lemos que ocupou o cargo. Por lapso, também indica, na página 453, que os novos estatutos da Universidade foram escritos por um deputado da Mesa Censória, o que não está correto, pois tal encargo foi acometido à Junta de Providência Literária, presidida pelo próprio Marquês de Pombal.

Rui Tavares realça, depois, a evolução estatística da produção censória, indicando que, entre 1768 e 1776, a Real Mesa Censória examinou 1519 obras. Na distribuição das matérias passíveis de classificação censória, apura 101,1% de títulos examinados por este tribunal, erro que, por certo, não deixará de corrigir em próxima edição da obra. Os gráficos e tabelas são de fácil leitura e

muito expressivos, porém neles não se faz a necessária distinção entre papéis e escritos submetidos a censura simples e a censura formal e também não se refere o volume de obras que foram rasuradas e emendadas. No início, a censura incidia de forma equivalente sobre autores nacionais e estrangeiros, contudo, na fase final do período Pombalino aumentou o peso de obras nacionais apresentadas à Real Mesa Censória. O autor analisou também o mercado paralelo e as relações de acervo que as bibliotecas deveriam ter enviado à Real Mesa Censória, na sequência do edital de 1769, apesar de não indicar que a Universidade de Coimbra se recusou a enviar a lista dos livros que possuía, tal como o fizeram outras instituições da época. Cerca de um terço das obras que passaram pela censura foram recusadas, mas com o tempo o número de emendas aumentou e as rejeições diminuíram, o que revela, mais uma vez, a eficácia de censura.

O Livro Terceiro inicia-se com um capítulo dedicado aos limites da censura. Rui Tavares explora bem a visão que a censura tinha da superstição, socorrendo-se da análise de relatórios produzidos pelos censores. A grande fissura no sistema de censura português opôs os censores que acreditavam no projeto ilustrado e os que achavam que se estava a ir longe de mais. Neste capítulo contraria-se, assim, a ideia de que havia consenso dentro da Real Mesa, demonstrando-se que o debate interno chegou a ser, por vezes, intenso.

No capítulo «O Poder de Lembrar e Esquecer», questiona-se o real significado da palavra «censura», os seus diferentes sentidos e a importância da escolha entre o que foi lembrado e o que foi esquecido pelo Pombalismo. No termo de uma longa e inusitada digressão sobre aquilo que Rui Tavares designa como processos de «Destilação e Fermentação» na cultura setecentista, a hipótese de narrativas alternativas no campo do Iluminismo é convocada a partir da análise de alguns pressupostos filosóficos da modernidade e da pós-modernidade. Por fim, no último capítulo da obra, intitulado «O Direito a Estar Errado», o autor analisa a progressiva perda de representação da Real Mesa Censória e o conseqüente retorno ao antigo modelo de censura (institucionalmente tripartida). Identifica e justifica o paradoxo essencial do pensamento dos censores esclarecidos, ao entenderem a censura como cultura e ao atribuir ao ato elocutivo do censor iluminado a última palavra, a do poder, perante a livre crítica e a fecundidade das ideias das Luzes.

Saliente-se ainda que a investigação para este livro assenta, essencialmente, no fundo documental da Real Mesa Censória produzido durante nove anos da ação deste tribunal, em que foram elaborados 1519 pareceres de exame sobre livros, panfletos, peças de teatro, etc. Conforme já foi apontado, a obra apresenta alguns problemas de estrutura e organização – sendo formada por três livros tangencialmente interligados. Para além disso, nota-se a ausência de um estado

da questão abrangendo a historiografia portuguesa e europeia sobre a censura no século XVIII e a falta de um capítulo introdutório focando o Iluminismo em Portugal, algo fundamental para fazer a articulação com o percurso bibliográfico que o autor realiza, a meio do livro, sobre o Iluminismo na Europa. Mesmo tratando-se de uma obra de leitura acessível, a profundidade com que alguns tópicos são abordados exige profusos conhecimentos históricos, ainda que o texto se apresente como um «ensaio sobre o Pombalismo e a Revolução Cultural do Século XVIII», conforme assinala o seu título.

Em suma, consideramos que o livro, obedecendo a uma estrutura pouco convencional, comporta uma nova visão da censura, do absolutismo esclarecido e do reformismo iluminista em Portugal, contribuindo para o debate de ideias em torno destas temáticas. Lê-se com agrado, mas não dispensa a leitura e o diálogo com outras estimulantes e recentes contribuições no campo da História das Ideias e da História Institucional.

Artur Lemos Silva
Doutoramento em Filosofia na FLUC
arturls@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4754-8722>

José Luís Barbosa
Doutoramento em História Moderna da FLUC
jlsb101088gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1459-209X>

https://doi.org/10.14195/2183-8925_38_15

Ruivo, Francisco Bairrão; Wojciechowska, Danuta; Paz, Joana (2014). *Livro Livre*. Lisboa: Lupa Design, ISBN: 978-989-97579-4-3.

O ensino do período que compreende o Estado Novo, o processo revolucionário português de 1974-1976 e a consolidação do regime democrático constitui um verdadeiro desafio para os professores. Estas dificuldades surgem devido à falta de tempo, tanto letivo como de preparação para os professores, à complexidade inerente a um período revolucionário e de transição, ao facto de ser lecionado no final do ano letivo, bem como à despolitização dos alunos, às limitações dos manuais escolares e à escassa disponibilidade de documentos de apoio. No entanto, trata-se de um período central para perceber o Portugal contemporâneo e para definir a cidadania no atual sistema democrático.

O *Livro Livre*, da autoria de Francisco Bairrão Ruivo, Danuta Wojciechowska e Joana Paz publicado pela Lupa Design em 2014 constitui uma ferramenta educativa para o ensino deste período e um incentivo à autonomia e à criatividade dos jovens leitores. O *Livro Livre* foi construído como um projeto educativo que visa colocar o leitor no papel de um historiador. Como anunciam os autores ao leitor: «não queríamos fazer um livro de História, mas um *Livro Livre* no qual fosses tu a pensar e escrever» (p. 92).

O *Livro Livre* constitui uma verdadeira ferramenta pedagógica ao envolver os leitores como coautores da obra. Incentiva os jovens leitores a recolherem memórias de familiares e conhecidos através de entrevistas sobre temas da história de Portugal. A partir de textos, fotografias e documentos da época, o volume procura reconstituir a densidade do período. As ilustrações completam a descrição dos conteúdos apresentada pelo livro. O projeto do *Livro Livre* procura resgatar memórias e valorizá-las, favorecendo o diálogo intergeracional. Ao colocar o leitor no papel de coautor, incentiva à criatividade através de atividades artísticas.

Abre com uma seção intitulada «Como escrever este livro?», forma de guião para os leitores. Procura incentivar a realização de entrevistas com pessoas que viveram este período. As páginas brancas dedicadas à recolha destes elementos de história oral são enquadradas com sugestões de perguntas, fotografias, desenhos ou ainda citações que funcionam como desafios para a conversa. A partir das entrevistas, esta primeira parte visa a um enquadramento histórico ao descrever a situação do país durante o Estado Novo, o 25 de Abril, a Guerra Colonial e os principais acontecimentos do processo revolucionário como as primeiras eleições livres. O *Livro Livre* desafia também os leitores a recolher testemunhos sobre o próprio dia 25 de Abril, a Guerra Colonial ou ainda a descolonização.

Os capítulos seguintes são organizados a partir de enxertos da Constituição da República Portuguesa aprovada em 1976, descrevendo os direitos consagrados constitucionalmente. Têm como objetivo relacionar os direitos presentes na Constituição com as suas ausências prévias ao 25 de Abril sob o regime autoritário. Como defendem os autores, «a Constituição foi parte do resultado da luta antes e depois do 25 de Abril» (p. 92). Estes capítulos relacionam também estes direitos com a atualidade. O texto constitucional constitui a base de organização desta parte do livro, com vista a questionar a realidade atual. Como lembram os autores: «infelizmente, porém, nem sempre o que está na Constituição é respeitado. A igualdade de direitos ou a igualdade perante a lei nem sempre acontecem, mas deve ser essa a nossa aspiração» (p. 38).

Esta obra constitui um verdadeiro objeto didático ao aproximar o leitor das mudanças permitidas pela queda do regime autoritário. Os autores

incentivam, por exemplo, os jovens leitores a realizar um cartaz para as primeiras eleições livres de 1975, a pintar um mural sobre a liberdade, a escrever uma canção de intervenção ou ainda a elaborar um cartoon à maneira de João Abel Manta.

Estes capítulos dedicados às liberdades constitucionais debruçam-se sobre temas diversos como a habitação, a educação, as práticas culturais, os cuidados de saúde, os impostos ou ainda a organização dos poderes no sistema democrático. Para realizar estas atividades, o livro incentiva à pesquisa de documentos ao propiciar sugestões de leituras e de sites de arquivos disponíveis. Estas atividades, particularmente bem enquadradas historicamente, permitem aos leitores apropriar-se da sua própria história e questionar as narrativas dominantes.

Outras atividades lúdicas como a realização de um abecedário sobre os direitos humanos ou a seleção de palavras que eram censuradas pelo regime (usando para isso um lápis azul) conduzem à valorização da ideia de liberdade e a uma melhor percepção das suas consequências no quotidiano atual. Os autores procuram também incentivar a uma cidadania participativa, colocando a pergunta «o que achas que tens para dar à sociedade?» (p. 82). Colocam nomeadamente aos leitores a questão das mudanças que gostariam de introduzir na organização das escolas e do ensino.

No documento de «sugestões de exploração» disponível online, os autores destacam as várias dimensões do projeto educativo. A dimensão histórica é obviamente central nesta obra que visa aprofundar os conhecimentos sobre a construção do regime democrático em Portugal, ao questionar o regime salazarista e o processo revolucionário. Incentiva a descoberta de novos documentos e das mudanças permitidas nos vários setores da sociedade. Ao incentivar uma cidadania participativa e o envolvimento dos leitores na vida social, o *Livro Livre* desenvolve e propõe uma dimensão cívica.

As diversas atividades criativas e a apresentação de obras da época integram igualmente uma dimensão artística. O livro poderá assim servir de desafio à criação por parte dos leitores. Existe também uma dimensão social fulcral, ao valorizar as histórias pessoais e locais constituindo uma ferramenta valiosa para o diálogo intergeracional. Finalmente a dimensão pedagógica do *Livro Livre* visa à inovação educativa ao estimular à leitura e à escrita e ao permitir trabalhar numa perspetiva transdisciplinar como a história, a educação para a cidadania, a língua portuguesa, a filosofia, a educação musical e artística. O atual contexto de flexibilidade curricular e de projetos no sistema educativo português encontra no livro uma ferramenta útil.

O *Livro Livre* constitui um objeto atípico, um livro onde o leitor é também autor e onde é possível, e quase obrigatório escrever. Trata-se de uma experiência de aprofundamento do conhecimento histórico e de incentivo

à criatividade. Uma vez fechado, cada livro torna-se num objeto pessoal e único. Ao colocar o leitor no papel de investigador apresenta potencialidades pedagógicas enormes. Permite questionar o trabalho do historiador e divulgar as dificuldades da sua atividade ao lidar com a subjetividade e a seleção de factos e de dados. Contribui de forma original para a formação de cidadãos ao valorizar as liberdades permitidas pelo 25 de Abril mas também ao promover a luta para a concretização das promessas abertas em 1974. Este *Livro Livre* torna-se um livro importante para pensar a democracia em Portugal e desenvolver um espírito crítico e interventivo junto dos mais jovens.

Pierre Marie

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

pierregmarie@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0465-0660>

https://doi.org/10.14195/2183-8925_38_16

Reis, Joana (2019). *Uma campanha americana – Humberto Delgado e as presidenciais de 1958*. Lisboa: Edições Tinta Da China, ISBN: 978-989-671-501-4.

Uma campanha americana – Humberto Delgado e as presidenciais de 1958, da autoria de Joana Reis, publicado em livro em setembro de 2019, teve como ponto de partida a sua tese de doutoramento em ciências da comunicação. O trabalho desenvolvido pela autora recorre, porém, a metodologias que aproximam, amiúde, a investigação conduzida da problematização histórica.

O objeto de estudo é a campanha presidencial do General Humberto Delgado durante o ano de 1958. Para a caracterização da mesma a autora procedeu a uma descrição pormenorizada dos seus aspetos organizativos e à forma como ela se estendeu pelo país. Tendo em conta a área científica em que se insere, o culminar da investigação debruçou-se sobre os elementos propagandísticos da campanha de Humberto Delgado e as suas semelhanças com as campanhas presidenciais americanas, em particular, com a de Dwight Eisenhower, realizada em 1952. Para Reis, a estadia de Delgado no Canadá e nos Estados Unidos da América (1947-1957) teve um enorme impacto político na sua campanha.

A primeira parte trata o clima sociopolítico que se vivia em Portugal durante a década de 1950. A autora sintetiza em linhas gerais os alicerces da ditadura estado-novista e a sua aparente democratização durante o pós-segunda guerra mundial, bem como as dinâmicas existentes entre os diversos grupos oposicionistas. Joana Reis consegue explicar eficazmente o consenso,

acordado entre os poderes políticos, militares, económicos e eclesiásticos que suportavam o regime de Salazar. Os meios de comunicação social são apresentados como inteiramente subservientes em relação à vontade do Estado e, apesar de alguns jornais não estarem formalmente ligados ao regime, eram-lhe favoráveis, por receio ou por vontade de preservação de influência social. Nas vésperas das eleições presidenciais de 1958, convocadas por Salazar e inseridas na vaga pseudodemocratizante do pós-guerra, a oposição ao regime encontrava-se dividida, acabando por se aproximar em torno da figura de Humberto Delgado. A chegada de Delgado, que construíra a sua carreira militar inteiramente dentro do regime, à oposição é marcada por vários motivos: a desilusão com o regime, motivos de progressão profissional e a exposição à democracia americana durante a sua estadia de 10 anos entre o Canadá e os Estados Unidos. Sublinha-se como o programa político de Delgado se baseava, principalmente, na vontade de demitir Salazar, de extinguir a PIDE e de instaurar uma democracia liberal.

A passagem de Delgado pelo poder tinha sido breve, de acordo com o próprio (p. 56-62). Genericamente, através do primeiro segmento do seu trabalho, Joana Reis evidencia o carácter autoritário, repressivo, ruralista e socialmente conservador do Estado português com o qual o general irá entrar em confronto. Essas características iriam criar contradições insanáveis com a crescente industrialização e a urbanização do país, produzindo, numa parcela considerável da população, uma crescente ânsia de renovação política.

A segunda e principal parte da obra, onde a autora se propõe a tratar a campanha presidencial de Humberto Delgado, encontra-se dividida em três capítulos: «Como se ergueu e organizou pelo país», «Comunicação e propaganda» e «O modelo de comunicação política de H.D.».

No primeiro, Reis sintetiza a forma como o *modus operandi* de Delgado e seus apoiantes conseguiu dispor do apoio de grande parte da oposição organizada e se destacou das habituais campanhas do regime por recorrer a um *marketing* publicitário e fotográfico incomum para a época. Uma das preocupações era a de evitar a contrainformação e a manipulação da informação por parte do regime, nomeadamente através da distribuição de panfletos e cópias apócrifas dos seus discursos pela população.

O eixo deste capítulo centra-se na descrição detalhada das deslocações efetuadas por Delgado às diversas localidades por onde passou. Apesar da forte receção em muitas e importantes cidades, como o Porto, houve locais em que Delgado, apesar de igualmente bem recebido, contou com fortes antagonistas. Como em Viseu, onde a Igreja local ameaçou excomungar quem votasse em Delgado e um padre chegou inclusive a apelar ao voto em Américo Thomaz durante uma missa (p. 133). Já em Santarém e nos concelhos vizinhos, a vitória de Delgado é atribuída à fraca influência da igreja (p.

156). A descrição e sistematização das deslocações efetuadas ao Alentejo e ao Algarve foram excluídas da obra por não existir documentação suficiente que permitisse uma reconstituição exata (p. 109). A principal insuficiência deste capítulo prende-se ao facto de não ter dado nenhuma luz acerca da campanha de Américo Thomaz.

No segundo capítulo, «Comunicação e propaganda», são apresentados os meios e métodos utilizados para a difusão da mensagem política de Humberto Delgado. A sua campanha presidencial foi dinamizada por indivíduos voluntários, maioritariamente oriundos da pequena ou média burguesia urbana, detratora da ditadura salazarista e com ensejos de renovação e abertura política. As ações de propaganda efetuavam-se através da comunicação oral, da entrega de panfletos e também através de slogans («o medo acabou») e da distribuição de cartazes, *pins*, bandeiras ou alfinetes de lapela. No plano da imagem pessoal, Delgado apresentava-se com uniforme militar, pois estaria consciente do peso simbólico do mesmo, apesar de lhe ter sido ordenado pelo regime que se vestisse “à civil”. Também o contacto direto com a população, com recurso a deslocações em veículos pelas ruas centrais das povoações, constituía uma das táticas recorrentes.

No capítulo «Uma campanha americana: o modelo de comunicação política de Humberto Delgado» estabelecem-se paralelismos entre o general português e Eisenhower, tendo em conta que partilhavam a postura militar, uma aura de indivíduos íntegros e destemidos, e em simultâneo desvinculados de qualquer partido ou de uma ideologia particular. Também o *marketing* político, com recurso a slogans, ostensivas coberturas fotográficas e contacto direto com a população, enquanto elementos indissociáveis de uma campanha presidencial do pós-segunda guerra, são identificados como práticas que Delgado herdou das suas influências norte-americanas.

O “general sem medo” teve, todavia, as limitações impostas por um regime ditatorial e pela ausência da televisão. Em termos comunicativos, os seus discursos eram criados tendo em conta os destinatários específicos e dirigiam-se para setores da população como profissionais liberais, operários, mulheres, mas também católicos (era usual a inserção de excertos do Papa Pio XII). A comparação entre o militarismo de Eisenhower e o de Delgado é efetuada de uma forma demasiado direta. A popularidade e o prestígio militar de Eisenhower devem-se ao seu desempenho na segunda guerra mundial. Já Delgado, alcançou boa parte do seu capital social através da participação no golpe militar do 28 de Maio que instaurou a ditadura, da sua carreira na força aérea e na sua dinamização da aviação portuguesa. Apesar da menção frequente ao facto de o general gozar de considerável notoriedade devido à sua carreira militar no contexto nacional, este trabalho assume o simbolismo militar como uma extensão da influência de Eisenhower, essencialmente.

Em *Uma campanha americana – Humberto Delgado e as presidenciais de 1958*, Joana Reis procede, pois, a um levantamento exaustivo e metuculoso da campanha de Delgado, reconstituindo os traços centrais das deslocções às diversas localidades, das receções populares e da cobertura que a imprensa local e nacional lhe dava. Sublinha também as atitudes repressivas ou manipuladoras por parte das autoridades e dos setores de opinião próximos do regime. A obra fornece, assim, informações consideráveis acerca da forma como a ditadura lidou com a figura de Delgado e seus apoiantes bem como a importância que os caciques locais, em regra com a conivência da Igreja católica, tiveram nas votções de determinadas regiões.

Este trabalho carece, no entanto, como já foi dito, de um esforço de comparação com a campanha presidencial do candidato da União Nacional, que a autora apresenta somente como rotineira. Tal permitira, por certo, estabelecer um contraste entre as duas campanhas, capaz de proporcionar uma compreensão mais cabal das inovações trazidas pelo “General sem medo”. Ao mesmo tempo, o impacto da campanha de Delgado a nível nacional, bem com as suas consequências políticas imediatas, foram deixados de parte. Apesar de o foco principal da obra ser a campanha de Delgado propriamente dita, este trabalho teria beneficiado dessa articulação, ampliando o seu papel na construção de um sentimento de descontentamento social face ao regime e no aparecimento de figuras ou de grupos oposicionistas no seio do exército e da comunidade católica.

Pedro Miguel Jorge Réquio
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais
pedrorequio@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5450-5755>

https://doi.org/10.14195/2183-8925_38_17

NORMAS PARA OS AUTORES

1. Submissão de artigos e recensões

Os artigos e as recensões propostos para publicação devem ser originais e seguir as normas de redação para autores adotadas pela revista. Serão objeto de rigorosa arbitragem científica, que compreende a triagem inicial da direção editorial e a revisão anónima de, pelo menos, dois pares. Todo o processo seguirá o Código de ética. Guia de boas práticas para editores de revistas da Universidade de Coimbra (Políticas editoriais)

Deverão ser submetidos através da plataforma Open Journal System (<http://impactum-journals.uc.pt/rhi/submission/wizard>) com explicitação dos seguintes dados:

- nome do autor;
- afiliação académica;
- ORCID do autor
- endereço electrónico;

Materiais em formato não digital serão enviados para:

Revista de História das Ideias - GAPCI
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 Coimbra (Portugal)

2. Publicação de artigos

2.1. Apresentação e extensão do texto

Admitem-se artigos escritos em português, inglês, francês, espanhol e italiano. A sua extensão não deverá exceder os 50 000 caracteres com espaços no total, compreendidos resumo, notas, bibliografia, etc.

No início do artigo, constarão:

- a) título, na língua em que o artigo é escrito e em inglês, alinhado ao centro ou justificado, a negrito, e tipo de letra Arial Bold com o tamanho de 14 pontos;
- b) Nome do autor, endereço de correio eletrónico, ORCID e instituição a que pertence (no caso de o autor pertencer a várias instituições, podem ser referidas duas delas) em parágrafos sucessivos;
- c) Resumo, até 150 palavras, em Arial tamanho 10 pt, escrito na língua em que o artigo é escrito e em inglês, ou, caso o artigo seja escrito em inglês, numa outra língua admitida pela revista;
- d) Lista de cinco palavras-chave em inglês e na língua utilizada no resumo.
- e) No final do artigo, constará uma bibliografia limitada aos títulos citados.
- f) As notas de rodapé serão breves, introduzindo esclarecimentos ou comentários pontuais, e a matéria essencial ficará contida no próprio texto. A chamada surge antes do sinal de pontuação

2.2. Formatação do texto

Deve ser formatado em Microsoft Office Word, tamanho A4 com margens superior e inferior a 22 mm e laterais a 24 mm, alinhamento do texto justificado, início de parágrafo a 5 mm e espaçamento entre as linhas de 16.36 pontos, tipo de letra Arial, com o tamanho de 10 pontos e numeração de páginas e de notas sequencial.

Os subtítulos, sem qualquer numeração, serão formatados em Arial Bold, tamanho 9,5 pt, alinhamento à esquerda.

Não haverá sublinhados, nem outros negritos além dos títulos.

As citações serão feitas entre aspas portuguesas (« »), exceto se excederem as três linhas, caso em que devem ser destacadas do texto por um espaço, com o tamanho de letra de 9 pontos, acompanhadas pela referência à obra citada de forma abreviada.

As notas de rodapé deverão ser apresentadas em Arial, tamanho de 8 pontos, espaçamento de 10 pontos, alinhamento justificado e numeração seguida.

Todas as hiperligações deverão ser removidas.

Gráficos, tabelas, mapas e eventuais ilustrações serão executados em Ilustrador e gravados no seu formato nativo (extensão.ai <http://xn--extenso-2wa.ai>). Os gráficos também poderão ser executados em Excel, desde que os mesmos sejam gravados como imagem em formato TIFF. Para fotografias, requer-se o modo CMYK, em formato TIFF e com 300 dpi de resolução e a dimensão de 16x23cm.

Cada item será remetido em ficheiro autónomo com indicação, no texto, do local onde deve ser inserido.

Cabe ao autor a responsabilidade de obter a competente autorização para publicação de imagens sujeitas a direitos de autor.

2.3. Organização da bibliografia final

Na bibliografia final, sempre que o mesmo autor é citado mais do que uma vez, em vez do nome deve figurar « – ».

Monografias:

Benrekassa, Georges (1995). *Le Langage des Lumières. Concepts et savoir de la langue*. Paris: PUF.

Simões, Ana, Diogo, Maria Paula, Carneiro, Ana (2006). *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora.

Sousa, Manuela Augusta Pereira, Feliciano, José da Rocha eds. (2003). *A filologia na era da informática*. Porto: Associação de Livradores.

Artigos:

Figueiredo, António (1988). "Alterações climáticas em Portugal", in Antónia Vieira Simões (ed.), *Impactos da oscilação climática no Atlântico Norte*. Évora: Muralha, 3-34.

Moreira, Alberta Maria Reis (1994). "D. Miguel do Couto e a arquitectura militar do Renascimento em Portugal", *Revista de História da Arte*, 13, 111-123.

Os itens são ordenados alfabeticamente pelo apelido do autor, sem maiúsculas nem versaletes, respeitando o nome com que o autor se apresenta. Será evitada a numeração romana.

Páginas e sítios em linha devem, tanto quanto possível, conter as indicações bibliográficas de autor, título e data. É imprescindível a indicação do URL e da última data de acesso.

2. 4. Citação abreviada

A indicação de um passo ou de uma obra será feita de forma abreviada preferencialmente no texto segundo o modelo autor e data (apelido do autor data: página). Por exemplo (Anúnciação 2003: 25).

Serão usadas as abreviaturas: id., et al., ed., eds., coord., trad., org., intr., pref., posf., ib., cit., ad loc., cf., v., in (reservado a obras coletivas), apud, s.d., s.l, s.n., s.p.

3. Publicação de resenões

A obra recenseada será identificada de acordo com o modelo usado na bibliografia. As resenões não devem exceder os 8 000 caracteres com espaos.

GUIDELINES FOR AUTHORS

1. Submission of articles and critical reviews

The articles and reviews submitted for publication must be original works and follow the editorial standards adopted by the journal. Texts will undergo a rigorous peer-review, including an initial editor screening and a blind review by at least two referees. The whole process is carried out in accordance with the Code of Ethics. Best Practices Guide for editors of journals of the University of Coimbra (Editorial policies)

All submitted papers must be submitted at Open Journal System (<http://impactum-journals.uc.pt/rhi/submission/wizard>) and include the following data:

- author's name;
- academic affiliation;
- author's ORCID
- email address.

Printed texts should be sent to:

GAPCI - Revista de História das Ideias
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 Coimbra (Portugal)

2. Publication of articles

2.1. Text format and length

Articles can be written in Portuguese, English, French, Spanish and Italian. Texts must not exceed a maximum of 50 000 characters with spaces, including abstract, footnotes, bibliography, etc.

The beginning of the article must include:

i) a title, both in English and in the language of the article (14-point Arial Bold, centered or justified);

ii) the author's name, email address, ORCID and institutional affiliation (if the author is affiliated with several institutions, two of them can be mentioned) in successive paragraphs;

iii) an abstract with a maximum of 150 words (10-point Arial) both in English and in the language in the article. If the article is in English, the abstract shall also be written in any of the other languages accepted by the journal;

iv) a list of five keywords in English and in the language of the abstract.

The end of article must include a bibliography limited to the quoted works;

Footnotes must be brief and shall be used just for explanations or occasional comments. The core subject must be included in the body of the text. Footnote callouts must be inserted before punctuation marks.

2.2. Text Formatting

The text must be formatted using Microsoft Word, in the A4 size and according to the following page settings: 22 mm top and bottom margins, 24 mm left and right margins, 10-point Arial, justified, 16.36 line-spacing, 5 mm first line indentation. Pages and notes shall be numbered sequentially.

Subtitles shall have no numbers and must be left-aligned and formatted in Arial Bold, size 9.5.

Apart from titles, no other text should be underlined or in bold.

Quotes must be presented between Latin quotation marks (« »), except if they exceed three lines. In this case, they should be separated from the text by one space and written in a 9-point font, followed by an abbreviated reference to the quoted work.

Footnotes must be formatted in 8-point Arial, justified with 10-point line spacing, and shall be numbered sequentially.

All hyperlinks must be removed.

Graphics, tables, maps and illustrations must be created in Adobe Illustrator and saved in its native format (.ai extension <http://xn--extenso-2wa.ai>). Graphics can also be created in Microsoft Excel, as long as they are saved as pictures in the TIFF format. Photographs must be saved in the CMYK mode and TIFF format, and have a 300 dpi resolution and a size of 16x23cm.

Each item shall be sent in a separate file and the text must mention where it should be inserted.

It is the author's responsibility to obtain permission to publish images subject to copyright laws.

2.3. Organization of the final bibliography

In the final bibliography, whenever the same author is mentioned more than once, their name should be replaced with << - >>

Monographs:

Benrekassa, Georges (1995). *Le Langage des Lumières. Concepts et savoir de la langue*. Paris: PUF.

Simões, Ana, Diogo, Maria Paula, Carneiro, Ana (2006). *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora.

Sousa, Manuela Augusta Pereira, Feliciano, José da Rocha eds. (2003). *A filologia na era da informática*. Porto: Associação de Livradores.

Articles:

Figueiredo, António (1988). "Alterações climáticas em Portugal", in Antónia Vieira Simões (ed.), *Impactos da oscilação climática no Atlântico Norte*. Évora: Muralha, 3-34.

Moreira, Alberta Maria Reis (1994). "D. Miguel do Couto e a arquitectura militar do Renascimento em Portugal", *Revista de História da Arte*, 13, 111-123.

The items must be alphabetically sorted by the author's surname, without caps or small caps, observing the name by which the author is known. Roman numerals should be avoided.

Whenever possible, webpages and sites should include the author's bibliographical information, title and date. It is essential to indicate the URL and the date of last access.

2.4. Abbreviated quotes

References to a passage or a work must be made in abbreviated form, preferably within the text, following the author and date model (name of the author date: page). For example: (Anuniação 2003: 25).

The following abbreviations shall be used: id, et al., eds, eds., coord., trad., org., intr., pref., posf., ib., cit., ad loc, cf., v., in (for collective works only), apud, wd., wp., wn.

3. Publication of critical reviews

The reviewed work must be identified according to the model used in the bibliography.

Critical reviews must not exceed 8000 characters with spaces.

(Página deixada propositadamente em branco)

Rui Bebiano, Nota de Apresentação

Gilson Charles dos Santos, Cícero e o itinerário simbólico do regresso do exílio

Bruno Romano Rodrigues, “Emissário de um rei desconhecido”:

Sentidos do exílio no Sebastianismo concebido por D. João de Castro (1604-1605)

Daniel Seixas Melo, Do intelectual exilado: o legado humanístico de Jaime Cortesão

Elsa Rita dos Santos, Exílio e liberdade na poesia de Manuel Alegre

Thiago Fidelis, Heloísa Paulo, A bordo do Santa Maria: a luta anticolonialista e a oposição portuguesa pelas páginas de Última Hora (1961)

Adelaide Vieira Machado, A Goan reading of the cultural impact of the Colonial Act:

Introducing intellectuals and periodic press through the Anglo-Lusitano of July 7, 1934

Victor Barros, O Exílio Colonial e os seus Fantasmas (Memórias, Figurações e Ausências)

Miguel Cardina, A deserção à guerra colonial: história, memória e política

Eduardo Moura Oliveira, Dimensões políticas e linguísticas do exílio em escritores centro-europeus do século XX

Sónia Vespeira de Almeida, Sónia Ferreira, Arquivar o exílio, contrariar o silêncio: memórias, objetos e narrativas de tempos incertos

Susana Martins, O exílio português no Marrocos independente: dinâmicas e protagonistas

Victor Pereira, Les Portugais en France pendant mai-juin 1968

Varia

Vitor Neto, Natália Correia e a PIDE: Vigilância e Controlo

Ana Bela Moraes, Portugal no contexto marcelista.

A receção de filmes brasileiros (1968-1974)

Recensões Críticas

Normas para os autores/Guidelines for authors

Próximo número: História em regimes ditatoriais



ISSN: 0870-0958